

Consejo Latinoamericano  
de Ciencias Sociales



Conselho Latino-americano  
de Ciências Sociais



OSAL

Observatorio Social de América Latina  
Publicación electrónica

## Cronología del Conflicto Social

Brasil

Enero de 2012

Editada en agosto de 2012



Agencia Sueca  
de Desarrollo Internacional



Agencia Noruega para la  
Cooperación al Desarrollo



Conselleria d'Afers Socials,  
Promoció i Immigració  
Direcció General de Cooperació

El Observatorio Social de América Latina [OSAL] cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional [ASDI], la Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo [NORAD] y la Agencia de Cooperación Internacional de las Islas Baleares [ACIB].

# Documento de trabajo N° 106

**Realizado por el Comité de Seguimiento y Análisis  
del Conflicto Social y la Coyuntura de  
Brasil**



|             |   |
|-------------|---|
| Integrantes | prof. Dr. Roberto Leher<br>Alice Coutinho da Trindade<br>Peter Sana<br>Willian Ramos da Silva                         |
| Fuentes     | Jornal O Globo, Agência Brasil, site do<br>MST, Centro de Mídia Independente (CMI),<br>Boletim DATALUTA e O Vermelho. |

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en el documento incumbe exclusivamente al autor o a los autores firmantes y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinada a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de los movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado es uno de los resultados de este trabajo de relevo y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un escrito en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social y las medidas políticas llevadas a cabo durante el mes indicado en el país referido.

La cronología presentada ha sido elaborada por uno de los **Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación del equipo de investigación mexicano, que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

#### Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana

| PAÍS                                      | INSTITUCIÓN                                 | COORDINACIÓN                                       |
|---|---|--|
| Argentina y Uruguay                       | PIMSA (Argentina)                           | María Celia Cotarelo                               |
| Bolivia                                   | CIDES – UMSA                                | Dunia Mokrani Chávez<br>Pilar Uriona Crespo        |
| Brasil                                    | LPP - UERJ                                  | Roberto Leher                                      |
| Chile                                     | DI - UARCIS                                 | Juan Carlos Gómez Leyton                           |
| Colombia                                  | Escuela Nacional Sindical                   | Guillermo Correa Montoya                           |
| Costa Rica                                | IIS - FCS - UCR                             | Sindy Mora Solano                                  |
| Ecuador                                   | Centro de Investigaciones CIUDAD            | Mario Unda   |
| Guatemala                                 | FLACSO Guatemala                            | Simona Yagenova                                    |
| México                                    | FCPS - UNAM                                 | Massimo Modonesi<br>Lucio Fernando Oliver Costilla |
| Panamá, El Salvador, Nicaragua y Honduras | CELA “Justo Arosemena” (Panamá)             | Marco A. Gandásegui (h)                            |
| Paraguay                                  | Centro de Documentación y Estudios          | Quintín Riquelme                                   |
| Perú                                      | Instituto de Estudios Peruanos              | Ramón Pajuelo Teves                                |
| República Dominicana y Puerto Rico        | CES “Padre Juan Montalvo” (Rep. Dominicana) | Octavio Figueroa                                   |
| Venezuela                                 | PROVEA                                      | Marco Antonio Ponce                                |

## **Brasil**

### **Cronologia do Conflito Social**

### **Janeiro de 2012**

#### **2ª feira 2**

Cerca de 50 quilombolas realizam protesto no píer marítimo de São Thomé de Paripe, pertencente à Base Naval de Aratu, na cidade de Salvador – Bahia (região Nordeste). Os quilombolas fazem parte da comunidade Rio dos Macacos, localizada dentro da vila militar da Base Naval de Aratu. O objetivo do ato é denunciar á presidenta Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) a pressão exercida pela Marinha para que as famílias deixem o local. Os quilombolas afirmam que fuzileiros navais armados e encapuzados cercam suas casas, promovendo ameaças. Os manifestantes exibiram faixas com alusão ao conflito de terras que se arrasta desde a década de setenta. A Marinha nega as acusações.

O Ministério do Trabalho divulga lista dos empregadores responsáveis por trabalho escravo no ano de 2011. Foram incluídos cerca de 52 novos integrantes a lista, dentre pessoa física e jurídica. Entre os principais grupos na lista estão usineiros, madeireiros, fazendeiros e empresários do ramo imobiliário e têxtil. A lista é atualizada a cada seis meses. Após incluído o nome, é retirado dentro de dois anos. A maior penalidade para os infratores é não receber crédito em bancos públicos. Para o Ministério do Trabalho, o crescimento da lista é devido ao aumento da fiscalização e a inclusão imediata na relação dos autuados.

A Associação dos Cabos e Soldados Militares do Ceará (região Nordeste), juntamente com cerca de 10 mil Policiais militares (PM) e bombeiros em greve, decide rejeitar a proposta de reajuste salarial, feita pelo governo do estado, em torno de 23%. Os trabalhadores reivindicam reajuste de 80% iniciando a partir de 2012 até 2015, redução da jornada de trabalho de 46 para 40 horas semanais e anistia dos servidores que participam do movimento grevista. No caso dos policiais militares, a categoria reivindica também a incorporação ao salário da gratificação de R\$ 859, paga apenas aos policiais do horário noturno, passando a ser pago independente de turno de trabalho. A proposta do governo estadual prevê a incorporação da gratificação no valor de R\$ 435 aos policiais militares do turno vespertino e diurno e a manutenção da gratificação de R\$ 859 para os trabalhadores noturnos. Apesar da determinação judicial deste dia 2, que prevê o retorno imediato dos trabalhadores a suas funções, cerca de 90% da categoria permanece mobilizada em estado de greve. A decisão judicial determina que o não retorno ao trabalho acarretará em multa diária de R\$ 500 a cada trabalhador e de R\$ 15.000 para as associações que apóiam o movimento grevista. Carros da Corporação tiveram os pneus furados, afetando o patrulhamento realizado pela Força Nacional.

#### **3ª feira 3**

Policiais militares e bombeiros do Ceará (região Nordeste) decidem encerrar a greve das corporações no estado. A decisão foi tomada em assembleia que reuniu representantes dos militares, representantes do governo e do ministério público. Os trabalhadores conquistaram redução da jornada de trabalho de 46 horas para 40 horas semanais, anistia a todos militares do movimento

grevista e reajuste considerado vitorioso pelos trabalhadores. Neste dia 3, criminosos aproveitaram a falta de policiamento em Fortaleza para promover arrastões na cidade. Outra greve tem início envolvendo os dispositivos de segurança pública do Ceará. A Polícia Civil do estado anunciou que está em greve. De acordo com o Sindicato dos Policiais Cíveis de Carreira do Estado do Ceará (SINPOCI), a categoria pede aumento salarial e melhores condições de trabalho. Os policiais civis de Fortaleza estão acampados em frente ao prédio da Polícia Civil, localizado no centro da capital. Eles pedem que o efetivo receba pelo menos 60% do valor pago a delegados, que recebem R\$ 8 mil na fase inicial da carreira. Atualmente, o salário é de cerca de R\$ 2 mil. Também pedem a retirada de presos das delegacias e o aumento do efetivo policial. Os policiais civis retomam a greve que havia começado em julho de 2011, mas que foi suspensa em dezembro pela Justiça local por ser considerada ilegal. Na época, a categoria trabalhou com 30% do efetivo e escala de atendimento ao público nas delegacias. Agora, a promessa é de greve geral no estado.

Estudantes realizam protesto nas ruas de Teresina, capital do Piauí (região Nordeste), contra o aumento da passagem de ônibus e o projeto de integração das linhas dos coletivos que circulam pela capital. A polícia usou gás de pimenta e spray para reprimir a manifestação.

#### **4ª feira 4**

Estudantes voltam às ruas de Teresina, capital do Piauí (região Nordeste), para protestar contra o aumento da passagem de ônibus e o projeto de integração das linhas dos coletivos que circulam pela capital. No dia 3 a polícia usou gás de pimenta e spray para reprimir a manifestação. Neste dia 4, manifestantes se concentraram na praça do Fripisa e depois seguiram em passeata em direção à praça da Bandeira. Policiais espalhados pelo centro acompanham a manifestação. O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção Piauí, Sigifroi Moreno, esteve em reunião com o comandante da PM. O pedido é de afastamento e punição dos policiais que cometeram abusos no dia 3, durante o protesto na avenida Frei Serafim. No local, estudantes picharam alguns ônibus com os dizeres: “R\$ 2,10 é um assalto”. Representantes do Sindicato dos Servidores Municipais (Sindserm) e do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal (Sintrajufe) acompanham as manifestações. O promotor de Justiça Francisco de Jesus acompanha a manifestação motivado pelos excessos cometidos pela PM na tarde de ontem. Francisco disse ainda que se os envolvidos exigirem a apuração dos fatos, o Ministério Público entrará com uma representação contra a PM. “A lei permite a manifestação, sendo vedado apenas o anonimato. Se a manifestação for pacífica não tem porque reprimir com violência, usando balas de borracha e spray de pimenta”, disse o promotor.

Uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determina a retomada do processo de demarcação de terras indígenas no sul de Bahia, que havia sido suspenso por decisão de um juiz federal local. O magistrado havia tomado a decisão depois de que índios da tribo Tupinambás ocuparam uma fazenda que havia sido reintegrada ao seu proprietário. A questão judicial começou quando proprietários de terras na região de Ilhéus, Buerarema e Una, ocupadas pela tribo, entraram com ações cobrando a reintegração de posse. O pedido foi atendido pela Justiça local, que determinou que os Tupinambás desocupassem a terra. O mandado de reintegração de posse foi cumprido em março de 2010. Os indígenas, no entanto, voltaram a ocupar uma fazenda, o que o juiz entendeu como um descaso à decisão judicial. Como resultado, determinou a suspensão do processo administrativo de demarcação da terra indígena. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) entrou com recurso no Tribunal Regional Federal da Primeira Região, que foi negado. Ao acionar o STJ, a

FUNAI defendeu que a suspensão do processo demarcatório extrapolou os limites do pedido da ação de reintegração de posse. O pedido foi atendido pelo presidente do STJ, Ari Pargendler, que considerou que a suspensão da demarcação causa grave lesão à ordem pública porque interfere em atividade própria da administração.

Policiais Civis do estado do Ceará (região Nordeste), em estado de greve, realizam acampamento em frente à Superintendência da Polícia Civil na cidade de Fortaleza. Os trabalhadores reivindicam reajuste salarial de 60%, modificação na lei que trata a promoção de policiais civis com nível superior, remuneração de horas extras e a anistia aos policiais que participaram da greve no mês de julho de 2011. Cerca de 35 delegacias da polícia civil do estado estão paralisadas. Os trabalhadores afirmam que permanecerão acampados até que as reivindicações sejam atendidas.

### 5ª feira 5

Um grupo de punks anarquistas e antifascistas ocupa um prédio abandonado pela administração da Universidade de São Paulo (USP) dentro da Cidade Universitária, no Butantã, zona Oeste de São Paulo (região Sudeste). Pelo menos nove deles ocupam o imóvel há cerca de um mês. Localizado a menos de 100 metros da Reitoria e ao lado do Museu de Arte Contemporânea (MAC), o imóvel em questão é conhecido como Centro de Vivência da USP. Ele abrigou durante anos a sede do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e lojinhas, até ser fechado para reforma, em 2006. O prédio térreo foi ocupado por estudantes em 2009, mas eles saíram de lá no ano passado. O edifício seria reformado para abrigar a Farmácia Universitária, a FarmaUSP, e a Editora da Universidade de São Paulo, mas a obra não foi feita. A deterioração do edifício contrasta com o tratamento dado pela administração ao MAC, vigiado por guardas patrimoniais, e até com o Conjunto Residencial da USP, com o qual faz divisa. Do lado de fora há restos de fogueira, garrafas e colchões queimados, vidraças pichadas, grafitadas e quebradas. Dentro, as lojinhas servem de acampamento, com colchões, lençóis e barracas. Os nove punks, com cerca de 20 anos, fazem parte do grupo Antifa –adversários dos skinheads fascistas, a quem chamam de carecas. A maioria é da capital paulista. Com eles, convivem pelo menos dois estrangeiros. Os punks continuam dentro do antigo DCE desde que saíram de uma ocupação no Vale de Anhangabaú, no centro. Também passaram pela Praça do Ciclista, na avenida Paulista, e pelo prédio da Faculdade de Geografia, também da USP. “Alguns fazem parte do movimento por moradia e por uma vaga na universidade”, disse o punk Marcelo. “Até semana que vem, vamos fazer uma reunião e decidir se saímos para ocupar outro lugar”.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) confirma a informação que uma criança da etnia Awá-Gwajá, de aproximadamente 8 anos, foi assassinada e queimada por madeireiros na terra indígena Araribóia, no município de Arame, distante 476 km de São Luis – Maranhão (região Nordeste). A denúncia feita pelo Vias de Fato foi postada após receber um telefonema de um índio Guajajara denunciando o caso. De acordo com Gilderlan Rodrigues da Silva, um dos representantes do Cimi no Maranhão, um índio Guajajara filmou o corpo da criança carbonizado. “Os awá-gwajás são muito isolados, e madeireiros invasores montaram acampamento na Aldeia Tatizal, onde estavam instalados os awá. Estamos atrás desse vídeo, ainda não fizemos a denúncia porque precisamos das provas em mãos”, disse Gilderlan. Violência contra indígenas é fato recorrente no Maranhão. No dia 26 de setembro de 2011, uma senhora indígena do Povo Canela, Ramkokamekrá Conceição Krión Canela, de 51 anos, foi encontrada morta a pauladas. A atrocidade aconteceu no Povoado Escondido, interior de Barra do Corda. No mês de outubro, uma índia de 22 anos,

deficiente mental, da terra indígena Krikati, foi violentada sexualmente por um homem identificado como Francildo. Segundo Belair de Sousa, coordenador técnico da terra indígena, o indivíduo chegou na aldeia Campo Grande armado. O Cimi Nacional informou que vai emitir nota pedindo apuração do caso do assassinato da criança Awá.

Os policiais civis do estado do Ceará (região Nordeste) em estado de greve recebem a garantia de que a pauta de reivindicações da categoria foi encaminhada para o procurador-geral do Estado, Fernando Oliveira. Na pauta de reivindicações estão incluídos o reajuste salarial de 60% do subsídio de um delegado, a não punição dos policiais que aderiram à greve de julho de 2011, considerada pela justiça do estado como ilegal, e a devolução do desconto do imposto sobre cerca de 199 trabalhadores da categoria em dezembro de 2011. O SINPOCI afirma que 100% das delegacias estão paralisadas pela greve. A Força Nacional mantém a vigilância sobre os presos e a guarda do patrimônio público, porém os serviços burocráticos estão paralisados. O governo do estado estuda a possibilidade de contratar escrivães temporários, para assegurar a prestação de serviços como registro de Boletim de Ocorrência e Guias Cadavéricas.

### **6ª feira 6**

Centenas de estudantes e trabalhadores saem às ruas de Teresina – Piauí (região Nordeste) para se manifestar contra a elevação do preço da passagem de ônibus, que foi de R\$ 1,90 para R\$ 2,10. Desde o dia 3, os manifestantes realizam atos públicos diariamente, bloqueando o tráfego de veículos nas principais ruas da cidade. O professor da Universidade Estadual do Piauí e militante da Conlutas, Daniel Solón, relata as reivindicações do movimento. “Nós estamos na luta em defesa de uma integração [do transporte público] de verdade, que não cobre uma segunda tarifa. E pela revogação imediata do aumento da passagem. Além dessas bandeiras, nós estamos reivindicando a municipalização do transporte, com a criação de uma empresa pública municipal, para acabar com a farra dos empresários do setor. E também passe livre para estudantes e desempregados”. No segundo dia de protesto, a polícia militar tentou dispersar os manifestantes e utilizou balas de borracha e spray de pimenta, e prendeu 18 pessoas. Também atuou na repressão aos estudantes e trabalhadores um grupo de seguranças privados contratados pelo Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Teresina. Solón relata que os seguranças perseguiram estudantes e auxiliaram a polícia a realizar as prisões. Esta é a segunda tentativa de elevar o preço da passagem em Teresina. Em setembro de 2011, a prefeitura realizou o aumento, mas a população conseguiu barrá-lo através de manifestações massivas que chegaram a contar com 30 mil pessoas.

A Polícia Civil decidiu entrar em greve no Ceará. Homens do Exército Brasileiro fazem a guarda e passam a ocupar algumas delegacias em Fortaleza – Ceará (região Nordeste). Com o efetivo da Força Nacional e do Exército disponível no Ceará desde a greve da PM, as tropas federais agora tentam manter a ordem nas delegacias. De acordo com o Sindicato dos Policiais Civis do Estado, cerca de 90% das unidades estão fechadas e, com isso, procedimentos de registro policial e investigação estão suspensos. A Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa, uma das únicas que continua a fazer registros mesmo depois do início da greve, recebeu um reforço de soldados do Exército, assim como a Delegacia da Criança e do Adolescente, que também recebeu segurança extra. “O Exército está ocupando as delegacias onde há presos, que são cerca de 56 unidades, e o Exército está incumbido de cuidar da segurança das delegacias”, afirmou o coronel Medeiros Filho, chefe do departamento jurídico do Exército no Ceará. Para tentar evitar um colapso no registro de ocorrências policiais no Ceará, o estado deve receber 23 escrivães federais, cedidos pelo Ministério

da Justiça. Os grevistas pedem, entre outras reivindicações, que o governo conceda um salário a escrivães e inspetores equivalente a 60% do que é pago hoje aos delegados, além de limitação da carga horária a 40 horas semanais e pagamento de horas extras. Eles também pedem a anistia aos agentes que participam do movimento grevista desde julho de 2011 e o ressarcimento dos valores descontados dos trabalhadores durante as paralisações. Esta é a terceira vez que os policiais civis cearenses cruzam os braços em seis meses, com um total de 101 dias em greve desde julho de 2011.

Os metroviários do Distrito Federal (região Centro-oeste), em greve há quase um mês, seguem firmes em busca ao atendimento de suas reivindicações. A categoria tem feito várias manifestações em frente à casa do governador e da sede do governo (Buriti). A greve teve início no dia 12 de dezembro e já é a mais longa greve de metroviários do Brasil. A greve reivindica o cumprimento do acordo coletivo e foi julgada legal pela justiça, que determinou o funcionamento de 30% dos trens. Segundo informações do sindicato, a postura do governo do Distrito Federal diante do movimento grevista é absurda, pois a empresa não apresentou nenhuma proposta que atenda às reivindicações, assim como o governo até o momento não tomou nenhuma medida para acabar com o impasse. A direção do Metrô/DF ameaça cortar o ponto dos grevistas.

Mais de 2 mil famílias de São José dos Campos, no Vale do Paraíba – São Paulo (região Sudeste), do terreno conhecido por Pinheirinho, ocupam a Rodovia Presidente Dutra, interrompendo o trânsito por uma hora. No dia 5 de janeiro, um contingente de mais de 100 homens esteve na ocupação, sob a alegação de buscar drogas e foragidos da justiça. Os moradores sofrem com um pedido de reintegração de posse que poderá deixá-los desalojados. A área tem 1.382.000 m<sup>2</sup> e supostamente pertence à massa falida da empresa Selecta, do especulador Naji Nahas. Ela foi ocupada em 2004 e hoje abriga cerca 10 mil pessoas, em sua grande maioria mulheres e crianças.

## **Sábado 7**

Um pequeno número de pessoas realiza um pанаção contra atitudes racistas em frente ao restaurante Nono Paolo, na zona sul de São Paulo – SP (região Sudeste). A manifestação, pacífica, foi organizada pela internet e motivada pela história do casal espanhol que teve o filho adotivo, de 6 anos, retirado do estabelecimento. Enquanto os pais se serviam no restaurante, o filho etíope ficou esperando em uma das mesas. Um dos funcionários da pizzaria abordou a criança e a retirou do local. O casal espanhol encontrou o filho na calçada e registrou um boletim de ocorrência por discriminação racial na delegacia do bairro de Vila Mariana. Wilson Honório da Silva, do Movimento Nacional Quilombo, Raça e Classe, disse que o protesto, apesar de ter contado hoje com um grupo muito pequeno de pessoas, não pode ser esgotado. Para ele, a ideia é organizar manifestações ao longo do ano para alertar a população sobre o racismo. “Estamos propondo transformar o dia 21 de março, que é o Dia Internacional de Combate ao Racismo, num grande ato em protesto a todos esses casos que têm se repetido em São Paulo”, disse. Os sócios do restaurante disseram que não iriam se manifestar sobre o caso até a conclusão do inquérito policial. No dia 4, a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania de São Paulo instaurou um processo para apurar o caso. Se for comprovada a discriminação racial contra a criança, o estabelecimento poderá ser multado.



## **2ª feira 9**

É afastado da corporação o sargento André Ferreira, da PM de São Paulo (região Sudeste), que sacou uma arma e ameaçou um estudante negro no campus Butantã da USP, zona Oeste da capital paulista. As agressões físicas e verbais contra Nicolas Menezes Barreto, do campus Leste, foram registradas em vídeo por outros estudantes e divulgadas na internet. Segundo o coronel Wellington Venezian, comandante do policiamento, o outro soldado que estava na confusão também foi afastado. Em coletiva de imprensa, ele afirmou que o sargento Ferreira reconheceu “desequilíbrio emocional” em sua atitude e será alvo de uma sindicância interna, que poderá resultar numa exoneração.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Via Campesina, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MBA) e a Assembléia Popular, dentre outros movimentos, lançam o site da Campanha contra os Agrotóxicos e Pela Vida. O objetivo do site é equacionar problemas urgentes provocados pelo uso e manejo inadequado dos venenos químicos para lavouras, conscientizar a sociedade sobre a ameaça que os agrotóxicos representam, criar formas de restringir o uso de venenos e incentivar mudanças no atual modelo agrícola para um modelo agroecológico.

Cerca de 60 militantes do Movimento de Resistência “Leonel Brizola” (MRLB) realizam ato em frente à Fundação Alberto Pasqualini na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O ato tem o objetivo de criticar a presença do presidente do partido e ex-ministro do trabalho, afastado por denúncias de irregularidades, Carlos Lupi, na reunião da Executiva Nacional do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Os militantes do MRLB reivindicam que Carlos Lupi renuncie a presidência do partido. Ocorreram agressões mútuas entre os militantes do MRLB e militantes do PDT favoráveis a permanência de Carlos Lupi. Lupi considera o ato produto de divergências pessoais com o ex-deputado Vivaldo Barbosa, e afirmou que a prioridade do partido é a escolha de um membro para ocupar o cargo de ministro do trabalho e as eleições municipais.

## **3ª feira 10**

Oito prefeituras são ocupadas por integrantes do MST em municípios da Bahia (região Nordeste) para reivindicar melhorias nos assentamentos e acampamentos no estado. Eles exigem a instalação de escolas nos assentamentos e a melhoria das unidades já existentes. Segundo a PM, as ações são pacíficas e não houve confronto em nenhum dos casos. Segundo Márcio Matos, liderança do MST no estado, a jornada de luta começou neste dia 10 e deve continuar até o domingo. O MST escolheu esta época do ano porque é o período em que as secretarias da educação estão planejando o próximo ano letivo. Normalmente, os trabalhadores rurais concentram suas ações em abril. Em algumas cidades, como Santa Brígida, Curaçá e Queimadas, os agricultores desocuparam os prédios ainda neste dia 10. Em Rodelas, há 533 km de Salvador, cerca de 50 agricultores continuam na prefeitura e o expediente teve de ser suspenso. O prefeito Emanuel Rodrigues Ferreira, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), disse que os sem-terra, que estão acampados há cinco anos no município, reivindicam também que as 150 famílias do movimento sejam assentadas em uma área definitiva. Ferreira disse que está em contato com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para tentar solucionar o caso. No município de Queimadas, há quase 300 km de Salvador, o prefeito Paulo Sérgio Brandão Carneiro (PT), disse que estuda a viabilidade de instalar uma escola no assentamento. Atualmente, os estudantes são transportados até uma escola na zona urbana. Em

Curaçá, há 531 km da capital soteropolitana, no sertão, o prefeito Salvador Lopes Gonsalves (PT) informou que os agricultores foram até a prefeitura para reivindicar que a escola que já existe no assentamento também abra no período noturno para educação de jovens e adultos. Os agricultores também pediram atendimento médico semanal.

Técnicos da Coordenação Regional da FUNAI de Imperatriz – Maranhão (região Nordeste) afirmam que a notícia de que uma criança awá guajá foi queimada viva não passa de “boatos sem fundamentos”. Apesar de um relatório ter sido divulgado no dia 9 e já estar circulando na internet, a assessoria da fundação informa que a direção nacional da entidade ainda está analisando o assunto e não tem uma posição oficial sobre o que de fato ocorreu. Na semana passada, o Cimi noticiou em seu *site* que, segundo líderes indígenas do povo Guajajara, o crime ocorreu em outubro de 2011 e a FUNAI foi informada em novembro, mas não tomou providência. De acordo com as primeiras informações divulgadas pelo Cimi, o garoto de 8 anos pertencia a um grupo da etnia awá-guajá que vive na Terra Indígena Arariboia. Ainda segundo o Cimi, o corpo foi encontrado pelos guajajara a cerca de 20 km da aldeia Patizal, próxima ao município de Arame. No local também foram encontrados vestígios de um acampamento recente de madeireiros. As informações fornecidas pelo povo Guajajara, contudo, não puderam ser checadas diretamente porque os awá-guajá vivem isolados, impossibilitando o acesso dos missionários. O isolamento dos awá-guajá também limitou o trabalho dos três técnicos da FUNAI enviados para apurar o caso. Em Arame, eles se limitaram a ouvir indígenas guajajara que “pudessem oferecer informações confiáveis a respeito da circulação dos awá-guajá pela região”. No relatório, os técnicos afirmam que, de acordo com um dos líderes guajajara, tudo não passou de “um boato infundado, uma mentira”, e que nunca houve um corpo carbonizado. O Cimi, no entanto, garante que o mesmo índio citado pelos técnicos, Clóvis Tenetehara, foi um dos líderes ouvidos na semana passada, quando o órgão indigenista ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) apurava as informações. Sem visitar o local onde os guajajara dizem ter encontrado o corpo e baseando-se no relato de Clóvis, os técnicos da FUNAI afirmam estar indignados com a divulgação de “mentiras com requintes de crueldade”. “Repudiamos o ato irresponsável de aproveitadores que fizeram os cidadãos brasileiros imaginarem e se comoverem com a cena hedionda descrita com base em boatos sem fundamentos”, dizem na nota. “É lastimável que a sociedade brasileira tenha sido ludibriada de maneira tão vil e levada a crer num fato inexistente que não pode ser sequer classificado de brincadeira de mau gosto”. Na nota, os técnicos também revelam ter flagrado um caminhão usado para extrair ilegalmente madeira da terra indígena. De acordo com funcionários da FUNAI, o motorista do caminhão disse atuar com a autorização dos índios.

A União dos Estudantes Secundaristas do Espírito Santo (Ueses) faz duras críticas à manifestação “dos cerca de 50 anarquistas” que queimaram um ônibus e interditaram o trânsito em Vitória – Espírito Santo (região Sudeste) em protesto contra o aumento das passagens. Segundo a entidade, esses atos, apesar de praticados por estudantes, não contam nem com a participação e nem com o apoio do movimento estudantil. Na manhã deste dia 10 de janeiro, os manifestantes interditaram as avenidas Getúlio Vargas e Princesa Isabel no centro da capital. “Eles colocaram fogo em um ônibus antes mesmo de as pessoas deixarem o veículo, colocando vidas em risco. Foram atos de vandalismo contra as pessoas e contra o patrimônio público”, disse o presidente da Ueses, Marcos Paulo Silva. O protesto contra o aumento de 6,5% nas passagens do Sistema Transcol começou por volta das 7h e só foi encerrado às 10h. A PM usou balas de borracha e bombas de gás e de efeito moral para dispersar os estudantes. Com o aumento, as tarifas dos ônibus seletivos do Transcol terão custo entre R\$ 2,45 e R\$ 4,25, dependendo da distância e da região onde os ônibus circulam. “Os estudantes são contrários a esse tipo de manifestação. Esses anarquistas representam uma

minoría. Eram apenas 50 pessoas que sequer reconhecem a organização estudantil, defendendo, inclusive, a extinção do conselho gestor. Não queremos, de forma nenhuma, que nossas conquistas sejam revertidas em prejuízos para a comunidade. O que queremos são tarifas justas”, disse Silva. Silva citou como conquistas o transporte público noturno integrado e a mudança na composição do Conselho Gestor do Sistema de Transporte Público Urbano da Grande Vitória (que era formado quase exclusivamente por técnicos, na maioria ligados ao governo e empresários). Agora, o novo conselho é paritário entre sociedade civil, governo e empresários. Duas das 15 cadeiras são destinadas aos estudantes.

#### **4ª feira 11**

Mais de 2 mil famílias pobres de São José dos Campos, no Vale do Paraíba – São Paulo (região Sudeste) recebem oficial de Justiça que lê a ordem de reintegração de posse do terreno conhecido por Pinheirinho, localizado na zona Sul da cidade. A área tem 1.382.000 m<sup>2</sup> e supostamente pertence à massa falida da empresa Selecta, do mega especulador Naji Nahas. Ela foi ocupada em 2004 e hoje abriga cerca 10 mil pessoas, em sua grande maioria mulheres e crianças. Nesta manhã, o assessor da secretária-geral da Presidência da República, Vlamir Martinez, esteve na ocupação. Ele disse que o governo federal tem a intenção de comprar o terreno para garantir a moradia das famílias, mas a maior barreira tem sido imposta pela Prefeitura, comanda por Eduardo Cury, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Também estiveram na comitiva o defensor público da cidade, Jairo Salvador dos Santos, o vereador Tonhão Dutra (PT) e um dos advogados do movimento, Antônio Donizete Ferreira, o Toninho. Na semana passada, as agressões policiais contra os moradores aumentaram, sendo que na madrugada do dia 5 de janeiro um contingente de mais de 100 homens esteve na ocupação, sob a alegação de buscar drogas e foragidos da justiça. Para os moradores e líderes da ocupação a intenção é intensificar o clima de pânico na comunidade. O medo e a apreensão já tomam conta dos moradores desde que a juíza Márcia Faria Mathey Loureiro concedeu liminar de reintegração de posse à massa falida da Selecta. Apesar do medo, os moradores prometem resistir, e no dia 6 eles ocuparam a rodovia Presidente Dutra, interrompendo o trânsito por uma hora.

Trabalhadores da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) deflagram greve no Rio de Janeiro – (região Sudeste). A categoria reivindica equiparação da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) à categoria bancária, reajuste salarial e melhorias significativas na saúde coletiva dos funcionários.

#### **5ª feira 12**

Moradores de Engenho das Lajes, zona rural do Gama, bloqueiam a rodovia BR – 060, que liga Brasília a Goiânia no estado de Goiás (região Centro-oeste). Após o protesto, dois representantes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) prometem que providenciarão um caminhão-pipa para escoar a água –que se acumulou em uma vala de cerca de 2 metros de profundidade aberta na pista–, além da retomada das obras de construção de um viaduto, paralisadas desde 2008. Em decorrência desta vala, uma criança de 6 anos morreu no dia 8. O bloqueio da pista levou a um imenso engarrafamento nos dois sentidos. Os engenheiros Luiz Carlos Magalhães Guerra e Luiz Tamezini, ambos do Dnit, foram ao local para negociar o fim do protesto. Na conversa com os manifestantes, os engenheiros informaram que a obra foi interrompida devido a

questionamentos em torno de temas ambientais. Guerra disse que em 90 dias deve ser concluída a obra no local. A operação de drenagem também está prevista para ser encerrada no mesmo período. Os manifestantes bloquearam a estrada na altura do km 30, ateando fogo em pneus e árvores. Uma espécie de fogueira foi mantida acesa todo o tempo.

Cerca de 3.500 trabalhadores rurais ligados ao MST ocupam as sedes das prefeituras dos municípios de Prado, Camamu, Igrapiúna, Rodelas, Queimadas, Santa Brígida, Curaçá e Mucuri – Bahia (região Nordeste). O objetivo das ocupações é reivindicar mudanças quanto à questão da precariedade da educação no campo. Dentre as críticas apresentadas pelos manifestantes estão a falta de transporte, estrutura de salas de aula e material didático. O movimento reivindica também que a educação no campo seja direcionada para as questões agrárias, a realização das aulas seja no espaço rural e seu método pedagógico esteja em sincronia com a realidade das crianças. As prefeituras de Tabelas e Itajuípe – Bahia foram desocupadas e os trabalhadores tiveram sua pauta de reivindicações atendidas. Os atos fazem parte da Jornada Estadual em Defesa da Educação dentro dos Assentamentos de Reforma Agrária, do MST-Bahia.

Moradores de Teresópolis – Rio de Janeiro (região Sudeste) realizam ato em memória das cerca de 900 vítimas das chuvas, que atingiram a região Serrana do estado no ano de 2011. O ato é realizado no dia em que completa um ano da catástrofe. As famílias das vítimas se reuniram e promoveram um minuto de silêncio em homenagem as vítimas das chuvas.

Moradores de Nova Friburgo – Rio de Janeiro (região Sudeste) realizam ato em memória das cerca de 900 vítimas das chuvas que atingiram a região Serrana do estado no ano de 2011. O objetivo do ato, além de guardar a memória das vítimas, é também protestar contra a inoperância do poder público, com relação a medidas de indenização e medidas preventivas. Os manifestantes vestiram roupas de cor branca e rezaram pelas vítimas.

## **6ª feira 13**

Catorze prefeituras já foram ocupadas pelo MST nesta semana no estado da Bahia (região Nordeste). Segundo o movimento, a ação faz parte da Jornada Estadual em Defesa da Educação dentro dos Assentamentos de Reforma Agrária. Neste dia 13, cerca de 500 integrantes do MST ocuparam prefeitura de Juazeiro e 200 a de Carinhanha. Segundo o MST, o objetivo da jornada é lutar pela garantia da qualidade da educação dentro dos assentamentos –com contratação de professores e melhorias de infraestrutura– e contra o fechamento de escolas no campo. Além disso, eles pretendem discutir com as prefeituras pleitos relacionados à saúde e à melhoria de estradas. A maioria das prefeituras já foi desocupada, depois de reuniões entre as lideranças do MST e prefeitos e secretários dos municípios. O movimento informou, no entanto, que suas equipes de negociação não foram recebidas pelos prefeitos e secretários de Educação de Prado e Santo Amaro, onde as sedes continuam ocupadas. A Secretaria de Segurança Pública do estado da Bahia disse que acompanha a jornada e que a orientação é atuar somente em caso de incidente grave ou se acionado pela Justiça determinando reintegração de posse nas prefeituras, o que ainda não aconteceu.

Cerca de 40 manifestantes realizam ato na Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) contra a SUPERVIA, empresa responsável pelo transporte ferroviário na cidade. O objetivo do ato é denunciar os atrasos dos trens, os vagões superlotados e as panes elétricas.

Passageiros viajaram em composições variadas, usando roupas pretas em sinal de luto pelos “Trens quase mortos”.

Os estudantes de Vitória, capital do Espírito Santo (região Sudeste) se reúnem em frente ao Palácio Anchieta (sede do governo estadual) para promover ato de protesto contra o reajuste das tarifas dos ônibus que circulam na cidade e arredores. O Batalhão de Trânsito da PM interditou uma via na avenida Jerônimo Monteiro e o trânsito foi desviado para outra importante avenida da capital, a Princesa Isabel. A tarifa da Companhia de Transportes Urbanos, gerenciadora do Transcol, passou a custar R\$ 2,45 e a de Vitória R\$ 2,35. No protesto de hoje, pelo menos 40 estudantes passaram em vários pontos da cidade de manhã, pedindo apoio da população e caminhando em direção à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Os manifestantes organizam-se por meio das redes sociais –principalmente o *Twitter* e o *Facebook*. Para o presidente da Ueses, Marcos Paulo, a luta para a redução das tarifas de ônibus é válida, porém a entidade é contra a forma como está sendo realizada. “O que não concordamos é com a violência. Queremos dialogar com a sociedade de forma pacífica. Essa pauta é muito importante para todos nós, mas assim como a conquista do passe livre, devemos chamar a atenção da sociedade civil de uma forma que garanta vitória real”, disse ele. A lista de reivindicações dos manifestantes inclui a redução da tarifa de ônibus, a reabertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Trascaol da região metropolitana e a revisão imediata da tarifa, mais transparência nos gastos e melhorias no transporte público.

#### **Sábado 14**

A FINEP divulga nota em que afirma que apresentou proposta aos funcionários da agência de fomento à inovação, em greve desde o dia 11 de janeiro. A respeito da reivindicação de equiparação da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) à da categoria bancária, a FINEP disse que, com autorização do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (Dest), ofereceu um novo percentual. O aumento vai representar cerca de 95% do máximo estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CCT). No entanto, a oferta de reajuste da PLR está condicionada ao encerramento da greve. Já a concessão de abono salarial não foi autorizada pelo Dest e a “direção da empresa não tomará nenhuma decisão que contrarie orientações de governo”. Além disso, a agência de inovação disse que cumpre o estabelecido pela CCT, acordado em 2011, e que vai vigorar até este ano. “A CCT é a principal referência para as negociações desde 2007, quando foi assinado o primeiro acordo com o Sindicato dos Bancários”. A FINEP destacou ainda que o “reajuste salarial de 9% foi pago, como estabelecido pela CCT, com a concordância dos representantes dos trabalhadores na mesa de negociação”. A empresa também se comprometeu a promover “melhorias significativas” na saúde coletiva dos funcionários. Com esse objetivo, foi nomeada a Comissão Interna de Saúde, com representação dos trabalhadores, que começa a trabalhar já na próxima semana. Os funcionários da FINEP estão em greve desde o dia 11. Uma nova assembleia para avaliar os rumos do movimento grevista está agendada para ocorrer no dia 16 em frente à sede da FINEP, no Rio de Janeiro.

Centenas de pessoas mobilizadas por 58 movimentos sociais estão reunidas na esquina da rua Helvétia com Dino Bueno em São Paulo – SP (região Sudeste), um dos pontos mais críticos da Cracolândia, para protestar contra o trabalho policial do governo do estado que tenta coibir o uso de *crack* e a ação de traficantes no local. O ato foi denominado de Churrascão da Gente Diferenciada e tem entre os participantes a organização não governamental Coletivo Dar (Desentorpecendo a Razão). Em sua página na internet, a Coletivo Dar fez um convite público e recomendou às pessoas

que levassem carne, pão, frutas e vinagrete, além de instrumentos musicais, bebidas, de preferência não alcoólica, e cartazes. O nome do ato faz uma referência à resistência de moradores do bairro de Higienópolis, na zona Oeste, à construção do metrô naquele bairro. Em maio de 2011, os moradores do bairro fizeram manifestação pela não construção de uma estação do metrô alegando que o transporte de massa poderia atrair usuários de drogas. “Somos contra essa invasão militar [ação policial] e a favor que se respeite os direitos humanos”, justificou Lucas Pretti, um dos coordenadores do Movimento BaixoCentro e produtor cultural da Transparência Hacker. Na avaliação dele, retirar à força os dependentes químicos da cracolândia não resolve a questão. Pela manhã, o governador do estado, Geraldo Alckmin, informou que 80 dependentes químicos deixaram a cracolândia voluntariamente. Além de manifestar-se contrário ao trabalho feito pela prefeitura de São Paulo e pelo governo estadual, Pretti defende que os moradores da cidade devem ter um outro olhar para o problema, ocupando os espaços em atividades lúdicas e culturais. Desde o dia 13, o Movimento BaixoCentro promove eventos nos bairros da Luz, Santa Cecília, Vila Buarque e Campos Elíseos com o objetivo de angariar recursos para fazer um festival na região, no próximo mês de março.

## **2ª feira 16**

O ex-líder do MST José Rainha Junior e mais dois integrantes do movimento vão continuar presos, de acordo com decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso. Ele negou pedido de soltura formulado contra decisão da Quinta Turma do STJ, que manteve Rainha preso. O ex-líder do MST e os dois integrantes do movimento tiveram a prisão temporária decretada em um processo que corre na Quinta Vara Federal, em Presidente Prudente – São Paulo (região Sudeste), pela participação em organização criminosa para praticar crimes contra o meio ambiente, peculato, apropriação indébita, extorsão e desvio de verbas públicas com a participação de servidores do Incra. O pedido de revogação das prisões foi negado em todas as instâncias até chegar ao STF. Para Peluso, a ordem de prisão foi fundamentada, uma vez que José Rainha foi acusado de ameaçar uma testemunha durante o processo, juntamente com os outros acusados. “Como se vê, o magistrado apontou fatos graves e concretos que justificam a decretação da prisão cautelar, os quais, diante da pendência da instrução criminal, subsistem como causa legal da custódia neste momento”, disse Peluso.

Chega a 18 o número de prefeituras ocupadas pelo MST na Bahia (região Nordeste). A ideia, segundo o movimento, é chegar a 25 ações em todo estado. Desde o dia 10, o MST vem ocupando sedes das administrações municipais para reivindicar melhorias nas escolas da zona rural em assentamentos de reforma agrária do MST. A Jornada Estadual em Defesa da Educação também exige melhor atendimento médico e odontológico aos assentados. Hoje, as prefeituras das cidades baianas de Barra do Choça, Itamaraju, Riachão das Neves e Iguai foram ocupadas por agricultores do MST, como parte das manifestações da Jornada Estadual em Defesa da Educação dentro dos Assentamentos de Reforma Agrária. Não é a primeira vez que o movimento faz esse tipo de ocupação. Em 2010, seis prefeituras chegaram a ser alvos de ações. Segundo Evanildo Costa, da direção estadual do MST, depois da mobilização 30 prefeituras firmaram acordos de melhorias com o movimento. “Mas pouco se concretizou. Nem mesmo itens básicos como a colocação de mesa para professor e quadro negro não foram feitos. Por isso, decidimos ampliar a mobilização, porque só assim conquistamos o que é nosso por direito”, disse o coordenador estadual do MST. Ele lembrou que o mês de janeiro foi escolhido já que antecede o início das aulas. Evanildo fez um balanço positivo das ações. Segundo ele, todas as prefeituras ocupadas foram receptivas e firmaram

acordos com o movimento. Portanto, foram desocupadas. “Em Itamaraju, que tem 70 mil habitantes, a situação é bastante precária no posto de saúde. Há uma clínica boa, mas não tem médico para atender, muito menos dentista”, comentou Evanildo Costa. Os principais problemas nas escolas citados pela liderança estadual são salas superlotadas, falta de mesas, cadeiras e material escolar de maneira geral, transporte escolar irregular e até fechamento de escola. Na região Extremo Sul da Bahia, onde está concentrada grande parte dos acampamentos e assentamentos do MST, há 36 escolas em funcionamento, sendo seis do Ensino Médio e outras da pré-escola ao Ensino Fundamental, com 250 educadores atuando. “Estamos reivindicando qualificação no ensino e que nossas crianças tenham transporte decente. Muitas delas se arriscam em carros velhos, irregulares, ou chegam a andar 15 km a pé para chegar até a escola. Tem casos em que tentaram fechar uma escola de um assentamento, mas não deixamos”, contou Evanildo. Ele não soube precisar quantas crianças freqüentam a escola naquela região, mas disse que as escolas chegam a ter 400 alunos matriculados. Ele também garantiu que nenhuma criança e adolescente daqueles assentamentos está fora da sala de aula.

### **3ª feira 17**

Centrais sindicais, trabalhadores, estudantes e entidades dos movimentos sociais fazem grande manifestação na porta do Banco Central, no centro da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) para protestar contra a atual política de juros altos no Brasil. Cerca de 300 pessoas participam do protesto que pede uma redução mais radical da taxa de juros. O Comitê de Política Monetária (Copom) começou no dia 10 sua primeira reunião deste ano, que termina no dia 18. Na manifestação se fazem presentes as centrais sindicais: a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical, a Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) e a União Geral dos Trabalhadores (UGT), e também membros da União Sindical dos Trabalhadores (UST). Para o secretário adjunto de Relações Internacionais da CTB, João Batista Lemos, “ao invés de um corte de 60 bilhões no orçamento feito pelo governo Dilma, nós defendemos que é preciso mudar de maneira radical a política macroeconômica desse governo. Nós temos os juros mais altos do mundo e uma política cambial que não favorece o setor produtivo. Por isso defendemos uma redução mais acelerada desses juros. Cada aumento dos juros é transferência de renda para o capital financeiro. Queremos um projeto nacional de desenvolvimento, com soberania nacional, valorização do trabalho e, conseqüentemente, menos juros”. Segundo o presidente da CTB-RJ, Maurício Ramos, “não é possível continuar com os juros mais altos do mundo. Para crescermos é necessária uma redução drástica desses índices. Nós do movimento sindical, junto com o movimento social, vamos cobrar nas ruas essa mudança”. Todas as entidades participantes prometem continuar pressionando pela redução das taxas de juros, buscando aumentar cada vez mais o número de pessoas no próximo ato, quando novamente o Copom deve se reunir.

Um grupo de indígenas arara, que vive na região da construção da usina de Belo Monte, denuncia ao Ministério Público Federal (MPF) no Pará (região Norte) a mudança nas condições da água, que está ficando barrenta por causa das obras da ensecadeira. Os índios argumentam que dependem da água do Xingu para beber e cozinhar. “A comunidade indígena está preocupada com a qualidade da água do rio Xingu, pois não possuímos poço e utilizamos a água do Xingu para beber e cozinhar. A água já está barrenta e os indígenas já estão ingerindo essa água”, diz o documento assinado pelas lideranças arara e entregue ao MPF. A ensecadeira na margem esquerda do Xingu desvia uma parte do rio para que as máquinas trabalhem em uma área seca. A ensecadeira está sendo construída no

Sítio Pimental, um dos três canteiros de obra do empreendimento que vai abrigar a casa de força complementar da usina. Segundo o consórcio, a obra no leito do rio está de acordo com as diretrizes da Licença de Instalação emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em junho de 2011. Em nota, o consórcio reconhece que está havendo lançamento de sedimentos na água, mas diz que o problema é temporário. “É natural que uma pequena parte da terra seja carreada pelo rio nesta fase da construção da ensecadeira. Isto será eliminado, nos próximos dias, com a conclusão dessa ensecadeira”. Os indígenas pedem “providências urgentes e imediatas para garantir a qualidade da água consumida pela aldeia”. O MPF quer que o IBAMA e a Agência Nacional de Águas enviem equipes ao local para uma vistoria urgente e análise da qualidade da água que chega às aldeias. As intervenções no leito do rio Xingu para as obras de Belo Monte ficaram suspensas entre setembro e dezembro de 2011 por uma liminar concedida pelo juiz federal Carlos Eduardo Castro Martins, da Nona Vara Federal no Pará. Em setembro, o magistrado acolheu uma ação da Associação dos Criadores e Exportadores de Peixes Ornamentais de Altamira, que argumentou que o desvio do rio para construção da barragem pode prejudicar cerca de mil famílias que dependem da pesca. Em dezembro, o juiz voltou atrás de sua própria decisão e suspendeu a liminar, autorizando a retomada das obras.

O Sindicato dos Permissionários dos Serviços de Transporte de Passageiros e Comunitário da cidade do Município de Rio de Janeiro (SINDVANS-RIO) e cerca de 500 motoristas de vans realizam carreta no centro da cidade do Rio de Janeiro. Segundo o sindicato, a manifestação teve como objetivo demonstrar a insatisfação da categoria com a retirada do transporte especial complementar do Sistema Rápido de Ônibus e da redução de 5 mil permissões para apenas 1.300. Pela manhã, os motoristas se concentraram em frente ao Estádio do Maracanã, na zona Norte. Depois seguiram pela avenida Presidente Vargas, uma das mais movimentadas da cidade, até chegar à sede da prefeitura, na Cidade Nova. Representantes do SINDVANS-RIO se reuniram com subsecretário chefe de Gabinete do prefeito, Gustavo da Rocha Schmidt, para entregar a pauta com as reivindicações dos trabalhadores que será encaminhada ao prefeito Eduardo Paes, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

#### **4ª feira 18**

Centrais Sindicais como a CTB, a Força Sindical, a CUT, a NCST, a CGTB e a UGT, com o apoio dos movimentos sociais e do movimento estudantil, realizam, em São Paulo – São Paulo (região Sudeste), um ato pela redução da taxa de juros em frente à sede local do Banco Central. De acordo com o presidente da CTB, Wagner Gomes, as centrais não concordam com a decisão do Copom de reduzir os juros em apenas 0,5%, como está sendo anunciado. Ele disse que a mobilização é resultado de uma agenda deliberada pelas centrais desde 2011, que busca combater os juros e retomar o crescimento do país. Segundo ele, “é preciso baixar os juros, mudar a política cambial, barrar o processo em curso de desindustrialização e de desaceleração da economia. Assim, garantiremos o crescimento estável, com fortalecimento da indústria, com a valorização do trabalho”, finaliza. O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira, disse que essa mobilização é apenas uma prévia da agenda de ações das centrais e informou que a partir de março o movimento sindical irá intensificar a pressão junto ao governo. Ele acrescentou que “em 2011 o governo encontrou uma economia a 7% e hoje leva a 0%. Essa situação só gera recessão e desemprego, e os trabalhadores, com seus sindicatos, estão engajados nessa luta”. “Em março as centrais irão apertar o cerco frente à atual política econômica. Além disso, iremos fortalecer as frentes contra o processo



de desindustrialização, que se alimenta dos juros altos e do câmbio desvalorizado”, esclarece Paulinho da Força.

A Frente Paulista pela Liberdade de Expressão e pelo Direito à Comunicação (Frentex) e o Fórum Nacional pela Democratização na Comunicação (FNDC) realizam um ato contra a *Rede Globo de Televisão* no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) por causa da postura da emissora diante da suspeita de estupro no programa *Big Brother Brasil 12*. A Frentex e o FNDC protestam contra a emissora e convocam a todos para responsabilizar a televisora por ocultação de um fato que pode constituir crime, prejudicar a integridade da vítima e enviar para o país uma mensagem de permissividade diante de uma suspeita de estupro de vulnerável, atrapalhar as investigações de um suposto crime, ocultar da vítima as informações sobre os fatos que teriam se passado com ela quando estava apagada. Além disso, lembram que os anunciantes do programa, como OMO, Niely, Devassa, Guaraná Antarctica e Fiat devem ser vistos como co-responsáveis, e que a sociedade deve cobrar que retirem seus anúncios do programa ou boicotá-los. Por sua vez, o Ministério das Comunicações deve colocar em discussão imediatamente propostas para um novo marco regulatório das comunicações, com mecanismos que contemplem órgãos reguladores democráticos capazes de atuar sobre essas e outras questões. O ministério disse que vai avaliar se a Rede Globo de Televisão transmitiu imagens “contrárias à moral familiar e aos bons costumes”, ao mostrar ao vivo um suposto abuso sexual de um participante do reality show Big Brother Brasil. A análise das imagens pode levar à abertura de um processo público que, por sua vez, pode levar à interrupção da concessão do serviço à empresa. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) também vai debater se houve abuso por parte da Globo ao transmitir as cenas ao vivo, em nome da audiência ao programa. Outros órgãos do governo federal já se manifestaram sobre o caso. A Secretaria de Políticas para as Mulheres, que já havia solicitado as providências cabíveis sobre o caso, declarou, em nova nota, que acompanha as investigações instauradas pela Polícia Civil e pelo Ministério Público do Rio de Janeiro. Os movimentos de mulheres e os que lutam pela democratização da comunicação se mobilizam desde a manhã de domingo, após a veiculação das cenas. A discussão ganhou as redes sociais e as páginas da grande mídia. Além da discussão sobre a violência contra a mulher, o episódio levanta questões sobre a responsabilização da emissora, que pode ser acusada de favorecimento ao delito.

Após cerca de 37 dias em greve, os metroviários do Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste) voltam ao trabalho. A decisão da categoria foi uma resposta à decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Embora não tenha considerado abusiva a paralisação parcial da prestação do serviço à população, o tribunal havia determinado, no dia 17, que a categoria retomasse as atividades normais sob pena de o Sindicato dos Metroviários do Distrito Federal (SindMetrô) ser punido com multas diárias de R\$ 20 mil. A Primeira Sessão Especializada do TRT da Décima Região também havia determinado a compensação dos dias parados pelos trabalhadores, razão pela qual não terão esse período descontado dos salários. Além disso, a negociação das reivindicações apresentadas à direção da companhia ainda não está encerrada e será retomada em 15 dias a partir da publicação do acórdão. Segundo o coordenador-geral do SindMetrô, Israel Almeida Pereira, o saldo da mobilização foi positivo porque o tribunal, ao entender a legitimidade da greve, reconheceu que a direção da companhia descumpriu o acordo firmado no primeiro semestre de 2011. Sindicato e companhia começaram a negociar a data-base da categoria em março de 2011. Pouco tempo depois, as partes fecharam um acordo que, de acordo com Pena, estabelece que o governo conceda aos metroviários qualquer benefício concedido às demais categorias durante o ano. A assessoria do Metrô-DF reconheceu que a cláusula que previa a discussão trimestral quanto à concessão dos benefícios obtidos por outras categorias não chegou a ser cumprida, mas que o

sindicato não buscou a intermediação do Ministério Público antes de recorrer à Justiça. Além disso, para companhia, a decisão do TRT ratifica a proposta apresentada em dezembro, ou seja, que a greve não fosse deflagrada e as negociações continuassem. A companhia irá apresentar uma nova proposta dentro do prazo estipulado pelo TRT. Já os trabalhadores reivindicam a atualização dos valores ou concessão de benefícios sociais como participação nos lucros e resultados e o pagamento de uma décima terceira parcela do auxílio-alimentação, no mesmo valor das 12 parcelas já pagas (R\$ 770 cada uma). Os metroviários também querem receber um abono – cujo valor está em aberto – semelhante ao pago a outras companhias. De acordo com a assessoria do Metrô-DF, o movimento foi normalizado e permaneceu tranquilo durante toda manhã.

### **5ª feira 19**

Mais de 2 mil moradores dos assentamentos Novo Oriente, Francisco Romão, Planalto I e II e do acampamento João do Vale, da zona rural de Açailândia – Maranhão (região Nordeste), ocupam a estrada vicinal que dá acesso as obras de duplicação da Estrada de Ferro de Carajás, sob concessão da mineradora Vale. Os moradores protestam contra o não cumprimento pela mineradora das contrapartidas que foram acordadas com os moradores das comunidades há dois meses junto à Prefeitura Municipal de Açailândia.

Cerca de 9,6 mil pessoas ocupam o terreno de mais de 1 milhão de metros quadrados na periferia do município de São José dos Campos – São Paulo (Região Sudeste). Na semana passada, a juíza estadual Márcia Loureiro determinou a reintegração de posse da área a pedido da massa falida da empresa Selecta, do investidor libanês Naji Nahas. Além da responsabilização do município, o MPF pede, em caráter liminar, que a prefeitura cadastre os moradores do Pinheirinho em programas habitacionais, em até cinco dias, após a desocupação; que seja concedido alojamento temporário, em condições dignas, em até seis dias depois da reintegração, e que, um ano após a desocupação, sejam contempladas, com um auxílio aluguel mensal, as pessoas que não conseguirem ser assentadas definitivamente. Na ação ainda é solicitada a inclusão dos moradores em projetos, programas e benefícios de emergência, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. O MPF pede que a liminar seja julgada sumariamente, sem que sejam ouvidos município, o estado e a união, devido à urgência do caso. O MPF em São José dos Campos ingressou com uma ação civil pública pedindo que a Justiça declare que o município é responsável pela situação das pessoas que ocupam há sete anos o Pinheirinho. A ação, de acordo com o MPF, é baseada na omissão da administração municipal em promover medidas como a regularização fundiária e urbanística do local, o que levou à ocupação.

### **6ª feira 20**

Estudantes realizam manifestação contra o aumento das tarifas de ônibus no centro de Recife – Pernambuco (região Nordeste). Os empresários pleiteavam 17,2% de reajuste, mas os estudantes avaliam que o atual valor das passagens já é alto para o bolso do usuário. Empresários e representantes do governo do estado decidem pelo reajuste de 6,5%. De acordo com o presidente da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), Thauan Fernandes, o movimento estudantil quer debater a questão da mobilidade urbana no estado. “Pernambuco é o estado que mais se desenvolve no país e esse desenvolvimento deve chegar para o povo. O aumento da passagem tira dinheiro da população. Há quatro anos as tarifas têm aumentado, sem que isso signifique melhoria da qualidade

dos serviços prestados”, disse Thauan. Duas estudantes foram detidas. Uma delas terminou sendo liberada. O presidente da OAB, Henrique Mariano, e a promotora da Vara de Direitos Humanos, Yelena Monteiro, foram até o local para uma reunião com os estudantes. Eles receberam informações de que os manifestantes querem fazer denúncia no Ministério Público de Pernambuco contra a atuação da polícia, mas foram impedidos de sair. A OAB considerou a atuação da polícia “desnecessária e violenta”. De acordo com Henrique Mariano, os fatos ainda precisam ser apurados para que os eventuais excessos sejam responsabilizados.

## **Domingo 22**

Cerca de 5.500 moradores da ocupação Pinheirinhos, na cidade de São José dos Campos – São Paulo (região Sudeste) recebem a ordem de despejo da área ocupada. A ação policial contou com um contingente de cerca de 2 mil policiais, 220 viaturas, 100 cavalos, 40 cães e 2 helicópteros. Durante a ação de despejo houve confronto entre policiais, moradores e militantes contrários a desocupação. Cerca de oito carros foram queimados, uma pessoa ficou ferida e em torno de 18 pessoas foram detidas e liberadas após prestar depoimento. Moradores e militantes criticaram a ação de despejo e a truculência usada pelos policiais, além da falta de tempo para retirar os pertences pessoais. A PM afirmou ter encontrado armas brancas nas casas dos moradores. O governador Geraldo Alckmin (PSDB) declarou considerar a ação da polícia legítima. A área ocupada é de propriedade do investidor Naji Nahas. Após a ação de despejo, cerca de 300 militantes e moradores ocuparam as pistas da auto-estrada Via Dutra para criticar a ação da polícia. A polícia interrompeu o ato e os militantes dispersaram. O MST lança carta de apoio as cerca de 1.600 famílias da ocupação Pinheirinhos. O proprietário, Naji Nahas, foi acusado de praticar crimes contra o sistema financeiro, registrados na Operação Satiagraha, realizada pela Polícia Federal (PF) no ano de 2008. Apesar da acusação, Naji Nahas não está preso e não sofre nenhuma restrição jurídica. O MST condena a violência do governo e convoca todos a participar dos atos de repúdio. O movimento afirmou que o Brasil precisa de uma reforma agrária, que garanta terra e políticas para a produção de alimentos pelos camponeses e urgente realização de uma reforma urbana, que resolva o problema da falta de moradia, mas que assegure também saneamento básico, serviços públicos, reorganização do sistema de transporte e a reorganização da polícia para adaptar seus procedimentos ao regime democrático.

## **2ª feira 23**

Estudantes voltam às ruas de Recife – Pernambuco (região Nordeste) para protestar contra o aumento nas tarifas de ônibus e, mais uma vez, são reprimidos pela polícia. As passagens foram reajustadas em 6,5%. De forma truculenta, o Batalhão de Choque recorreu a spray de pimenta, bombas de efeito moral e agressões. Segundo Everton Fobzy, participante de comitê organizado pelos grupos estudantis contra o reajuste das passagens, a mobilização tem o objetivo não apenas de pedir a redução das tarifas, mas de levantar questões sobre a mobilidade urbana. Os jovens cobram a diminuição da carga tributária sobre os transportes para, dessa forma, impactar na redução dos preços. A mobilização manifesta ainda apoio aos moradores de Pinheirinho retirados em operação de reintegração de posse. O jornal *Diário de Pernambuco* localizou quatro estudantes nas delegacias, entre eles uma adolescente de 14 anos e uma jovem de 26, que terminaram sendo liberados. Dois jovens ficaram feridos. Apesar das agressões, os manifestantes não pretendem desistir dos protestos. Segundo informações do Centro de Mídia Independente (CMI), quando uma

repórter de um jornal local estava tentando gravar uma entrevista com um policial, um PM da CIP motos a empurrou. Mesmo depois de se identificar como imprensa e após seu colega de trabalho entrar na frente do PM, o policial andou em sua direção, com o dedo apontado, e ameaçando prendê-la. A jornalista não foi detida, mas não conseguiu saber o nome do policial, que não portava identificação visível.

O prefeito de São José dos Campos – São Paulo (região Sudeste), Eduardo Cury, diz em entrevista que a tutela dos bens dos moradores do Pinheirinho é de responsabilidade da massa falida da empresa Selecta, proprietária da área. Os objetos que os moradores não conseguiram retirar das casas foram levados pela empresa para um depósito. Segundo o balanço da prefeitura, já foram feitas cem mudanças. Avaliado em R\$ 84 milhões, o terreno onde estava a ocupação acumula uma dívida de R\$ 16 milhões em impostos. A área pertence à massa falida da empresa Selecta, do investidor Naji Nahas. A diferença entre a dívida com a prefeitura e o valor total da área impossibilitou que o terreno fosse desapropriado em benefício das famílias. O tamanho do terreno, mais de 1 milhão de metros quadrados, e a resistência dos moradores, também impediram, de acordo com o prefeito, a inclusão das famílias em programas habitacionais do governo federal e estadual. Segundo Cury, o cadastramento feito após a desocupação mostrou que o número de habitantes era bem menor do que o anunciado pelos ocupantes. Foram cadastradas para receber atendimento da prefeitura 925 famílias, um total de 2,85 mil pessoas. Representantes da ocupação, iniciada em 2004, informaram que viviam no local cerca de 9 mil pessoas. Para o prefeito, as ocorrências envolvendo o despejo foram mínimas em relação ao tamanho da operação, que teve 2 mil policiais. A prefeitura de São José disse que já acolheu em dois abrigos 760 pessoas (147 famílias), que entrarão na fila de programas de moradia. Cury espera o apoio dos governos federal e estadual a fim de garantir moradia para os desalojados.

A Associação Democrática por Moradia e Direitos Sociais de São José dos Campos – São Paulo (região Sudeste) entra com uma ação no STF pedindo a suspensão da desocupação de Pinheirinho. A posse da área é reclamada pela massa falida da empresa Selecta, e vinha sendo ocupada, desde 2004, por cerca de 1,3 mil famílias sem teto. A reintegração de posse da área resultou em uma disputa judicial de liminares que passou por varas de primeira instância, pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, e finalmente, pelo STJ, que anulou todo o processo por entender que ele tinha irregularidades. Segundo a associação, a decisão do STJ foi comunicada à Sexta Vara Cível de São José dos Campos, mas a juíza titular desconsiderou a informação. A associação também informou que a União passou a manifestar interesse pela solução do problema e chegou a firmar um termo de compromisso com o governo paulista e com o município de São José para regularizar a gleba de terras. Foi assim que o caso foi parar na Justiça Federal, com decisão do Tribunal Regional Federal da Terceira Região (TRF-3) suspendendo a desocupação. A associação pede que o STF reconheça que a competência de julgar o caso é da Justiça federal, e não da estadual. Alega perigo na demora de uma decisão, observando que não é possível aguardar o fim do recesso do Judiciário para que o STJ julgue recurso definitivo sobre o assunto.

### **3ª feira 24**

Ativistas participam da marcha de abertura do Fórum Social Temático (FST) pelas ruas de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Com público eclético, a marcha refletiu a diversidade dos debates que vão acontecer ao longo da semana, focados principalmente na crise econômica internacional e na preparação para a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Sustentável, a Rio+20, marcada para junho. Entre sindicalistas, estudantes, movimentos sociais, aposentados, feministas, um grupo de ativistas da comunidade alternativa Aldeia da Paz chamava a atenção com cartazes que traziam frases pacifistas e lemas como “Só o amor transforma”. Logo, na abertura do cortejo, ambientalistas declaravam a morte das florestas brasileiras por causa das mudanças no Código Florestal. Caixões com mudas de plantas foram levados pelo grupo durante o trajeto. O diretor de Políticas Públicas da organização não governamental SOS Mata Atlântica, Mario Mantovani, disse que, diante da aprovação do texto pelo Congresso Nacional, a sociedade civil não pode se calar e deve cobrar o veto da presidenta Dilma Rousseff. Vestidas de lilás e com faixas pedindo a descriminalização do aborto, um grupo de militantes da Marcha Mundial das Mulheres se destacava na romaria. Além de causas tradicionais do movimento feminista, a ativista Cláudia Prates disse que é preciso levantar outras bandeiras de defesa das mulheres. “Temos que estar presentes, porque a que a crise afeta primeiro as mulheres e não fomos nós que criamos a crise. Na Rio+20, por exemplo, queremos discutir o debate da terra, da crise climática que se estabelece e empobrece cada vez mais as mulheres. São as mulheres que mais passam sede, que passam fome no mundo, por isso estamos aqui”. Os militantes lembraram ainda a desocupação, considerada pelos movimentos sociais violenta, da comunidade do Pinheirinho, em São José dos Campos – São Paulo (região Sudeste). Professores estaduais caminharam vestidos de preto, em protesto contra a política salarial do governo do estado. O governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, que se juntou à passeata em alguns trechos, disse que a manifestação dos docentes é corporativista, mas que faz parte da democracia. A marcha abriu oficialmente a programação do FST, que, até o dia 29, deve reunir cerca de 30 mil pessoas em quase mil atividades em Porto Alegre e em mais três cidades da região metropolitana da capital gaúcha.

O Consórcio Norte Energia, responsável pela obra da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu – Pará (região Norte), informa que a qualidade da água não foi prejudicada pela construção de uma enseadeira na margem esquerda do rio. No dia 17, um grupo de índios da etnia Arara, que habita uma área próxima da usina, denunciou ao Ministério Público Federal no Pará que a água do rio ficou barrenta e com sedimentos por causa das obras da enseadeira, um desvio do rio para secar uma área do leito original de forma a permitir a entrada de máquinas. Segundo os índios, a comunidade não tem poços e usa a água do Xingu para beber e cozinhar. Em nota, a empresa informou que foram coletadas amostras em sete pontos diferentes do rio, em um percurso de 30 km a jusante (rio abaixo) do canteiro de obras da enseadeira e onde será instalada a casa de força complementar da usina. Uma das coletas foi feita, justamente, na região da Aldeia Arara. Foram analisadas a alcalinidade e a acidez da água, quantidade de oxigênio, transparência, presença de sedimentos e temperatura. De acordo com o consórcio, os resultados preliminares apontam indicadores normais e estáveis. As análises foram feitas pelo Instituto Internacional de Ecologia, contratado em outubro de 2011 pelo consórcio para monitorar a qualidade da água durante a construção de Belo Monte. O relatório final sai na primeira semana de fevereiro e será entregue às autoridades. A Norte Energia informou não ter recebido, até o momento, nenhuma reclamação do MPF.

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, vinculada ao MPF, considerou como “graves violações de direitos humanos” a operação de reintegração de posse na área do Pinheirinho, em São José dos Campos – São Paulo (região Sudeste). Em ofício encaminhado neste dia 24 à secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, ao secretário de Habitação do estado de São Paulo e à prefeitura municipal de São José dos Campos, a procuradoria diz que a remoção forçada é incompatível com a proteção à dignidade da pessoa humana e o direito à moradia, quesitos assegurados pela lei. No documento, a procuradora dos Direitos do Cidadão, Gilda de Carvalho,

destaca que as ações de remoção forçada das famílias que moravam no Pinheirinho são incompatíveis com a Constituição e com diversos acordos internacionais assumidos pelo Brasil. “Relatórios mais atuais apontam para a gravidade e urgência em matéria de moradia para a pauta brasileira dos direitos humanos, devendo envolver atores de todas as esferas do Poder Público”, diz o texto.

#### 4ª feira 25

Cerca de 200 manifestantes da Frente da Luta pela Moradia realizam protesto em frente à Catedral da Sé na cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). Os manifestantes reivindicam a reintegração de posse da ocupação Pinheirinho na cidade de São Jose dos Campos. Os manifestantes cercaram o carro do prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, do Partido Social Democrático (PSD). Os manifestantes lançaram ovos, pedaços de papel e lixeiras no carro, além de furar os pneus dos carros dos seguranças do prefeito. O prefeito utilizou a saída dos fundos para fugir dos manifestantes, e afirmou que entende as manifestações, mas que não se deve admitir o uso da violência.

Moradores expulsos da ocupação Pinheirinhos na cidade de São Jose dos Campos – São Paulo (região Sudeste) ocupam 13 casas no bairro de Rio Comprido, também na cidade de São Jose dos Campos. A Defesa Civil afirmou que as casas estão condenadas por estarem em área de risco de desabamento. A prefeitura entrou com uma ação judicial para a retirada das famílias do local. Cerca de 925 famílias já estão cadastradas no programa temporário de bolsa-aluguel do governo de São Paulo. O valor gira em torno de R\$ 500 por família. Cerca de 250 famílias estão em alojamentos da prefeitura. A Defensoria Pública entrou com ação civil pública, para reivindicar que a prefeitura de São José dos Campos proporcione abrigos adequados aos desabrigados. A PM abriu Sindicância para investigar a agressão de um soldado ao trabalhador Claudio Martins, durante o despejo da ocupação. O soldado alega que a agressão foi motivada após ter visto erroneamente o trabalhador Claudio Martins atirar pedras no carro da PM. O vídeo da agressão esta disponível em sites da internet. O trabalhador afirma que o polícia o agrediu com sete golpes de cassetete, enquanto cerca de três policiais observavam.

Cerca de dois trabalhadores denunciam condições de trabalho análogas à escravidão na fábrica da empresa CDIAL Halal –empresa terceirizada da marca Sadia da empresa *BR Foods*– na cidade de Samambaia – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os trabalhadores integram um grupo de cerca de 25 estrangeiros de origem árabe, que moram em duas casas cedidas pela CDIAL. Eles trabalham no abate dos frangos pelo método halal. Os trabalhadores denunciam as condições de trabalho para a British Broadcasting Corporation (BBC) Brasil. Eles residem em moradia sem móveis e sem condições de guardar mantimentos e manter higiene pessoal, além de trabalhar em turnos longos e sem carteira assinada. CDIAL Halal afirmou em nota que todos os seus funcionários encontram-se em situação legal no país, e procuram a empresa por livre vontade. A companhia diz que o abate de frangos ocorre de forma adequada e segura, e que todos os funcionários têm carteira assinada e executam jornada de até oito horas (intercaladas entre uma hora trabalhada e uma de descanso), registrada por relógio de ponto biométrico.

O MST, a Via Campesina, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG-RS), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-Sul) e demais movimentos agrários do estado do Rio Grande do Sul (região Sul) unificam pauta de

reivindicações dos camponeses prejudicados com a seca, durante reunião realizada em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). O documento foi encaminhado para a presidenta Dilma Rousseff (PT), por intermédio do governador do estado, Tarso Genro (PT). A pauta dos trabalhadores se divide em reivindicações de Caráter Humanitário, Caráter Emergencial e Caráter Estrutural.

Movimentos e organizações sociais promovem, em São Paulo – SP (região Sudeste) um ato contra a violência do estado e a especulação imobiliária. Para as organizações envolvidas, as ações realizadas na Favela do Moinho, Pinheirinho e “Cracolândia” são exemplos de uma política repressiva. Os manifestantes saíram em caminhada para o Pátio do Colégio, onde estão o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o prefeito da cidade, Gilberto Kassab, por conta das comemorações do aniversário da capital. Em um manifesto, as entidades que promovem o ato denunciam o “terrorismo de estado” promovido pelos governos estadual e municipal. Essa postura, de acordo com as organizações, se expressa em situações recentes como a falta de assistência aos moradores da Favela do Moinho, que perderam suas casas depois de um incêndio em São Paulo, a violência contra as famílias da ocupação urbana Pinheirinho, em São José dos Campos, interior paulista, e a repressão a dependentes químicos e moradores da região da Luz e Santa Ifigênia, no centro da capital paulista, a chamada área da “Cracolândia”. Pelo menos uma pessoa ficou ferida na manifestação que foi reprimida pela polícia. A Polícia Militar usou gás de pimenta e cassetetes.

#### **5ª feira 26**

Alojados em um ginásio próximo de onde viviam, ex-moradores de Pinheirinho em São José dos Campos – São Paulo (região Sudeste), 200 adultos e 120 crianças e adolescentes, aguardam uma definição da prefeitura sobre o local de futura moradia. O governo do estado de São Paulo e a prefeitura de São José dos Campos (SP) assinaram um convênio para o pagamento de uma bolsa aluguel de R\$ 500 por mês para as famílias. Até o momento, a prefeitura cadastrou 1,1 mil famílias. A bolsa aluguel será paga durante seis meses, podendo ser prorrogada. Segundo o município, o auxílio começará a ser pago na próxima semana. O estado irá participar da bolsa com R\$ 400, enquanto a prefeitura arcará com R\$ 100. Além da bolsa aluguel, o governo do estado anunciou, em parceria com a prefeitura e com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, a construção imediata de 1,1 mil novas moradias sociais na cidade. A prioridade para ser beneficiado será das pessoas com menor renda, independentemente se participaram ou não da ocupação do Pinheirinho. A estimativa é que as obras sejam entregues em 18 meses. As moradias serão destinadas às famílias com renda de até três salários mínimos, que não tenham imóvel e atendam aos critérios dos programas sociais de habitação. De acordo com o governo do estado, já há recursos e terrenos disponíveis para a construção das moradias. O prefeito de São José dos Campos anunciou que irá utilizar, integralmente, os recursos obtidos com o pagamento de impostos atrasados do terreno do Pinheirinho, pertencente a massa falida da Selecta, para a habitação social. “Esse dinheiro pertence a população de São José dos Campos, ele não pertence a alguém especificamente ou a um partido político. E nós estamos tomando a decisão de usar integralmente esses R\$ 16 milhões para aumentar a capacidade de fazer habitações”.

#### **6ª feira 27**

Cerca de 20 famílias de índios da tribo Tupinambá são retiradas pela PF da aldeia Tucumã, localizada em Una (456 km de Salvador), litoral sul da Bahia (região Nordeste). O cacique da

aldeia, Val Tupinambá, se recusou a assinar o termo de desocupação e exigiu a presença de um representante da FUNAI. Os índios estavam havia três anos na área, que pertence à empresa Mineração Ventura. Em entrevista à *TV Santa Cruz*, o índio Jocelino de Jesus alegou que os homens da PF chegaram de surpresa, em seis carros, exigindo que eles deixassem imediatamente o local. A PF alega que está cumprindo uma ação que tramita na Justiça desde 2011 e também a determinação do STF. A região sul da Bahia é marcada pelos constantes embates entre indígenas e fazendeiros. Em junho de 2011, a Câmara dos Deputados enviou parlamentares da Comissão de Direitos Humanos para Ilhéus, a fim de averiguar a situação de conflito com os representantes das tribos Pataxó Hã Hã Hãe e Tupinambá. Os deputados tiveram encontros com autoridades judiciais federais na região e representantes da FUNAI. Na ocasião, o deputado Walmir Assunção (PT) denunciou “a violência policial, a ação de milícias armadas e a lentidão da Justiça contra os povos indígenas”.

O ex-morador da ocupação Pinheirinhos na cidade de São José dos Campos – São Paulo (região Sudeste) Paulo Maldos, agredido por policiais durante a ação de despejo da ocupação, recebe pedido de desculpas do prefeito de São Jose dos Campos, Eduardo Cury (PSDB). O ministro chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, qualificou a ação da PM durante a ação de despejo como “terrorismo”. O governo federal, em reunião realizada na cidade de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), junto a Advocacia Geral da União (AGU) e o Ministério das Cidades, anunciou o início da realização de um levantamento de terrenos de devedores da União, em São José dos Campos, no intuito de providenciar um terreno para abrigar às famílias expulsas da ocupação de Pinheirinhos.

Treze famílias, parte delas vindas da ocupação Pinheirinho, que estavam em uma área de risco no bairro do Rio Comprido, em São José dos Campos – São Paulo (região Sudeste) são retiradas por uma ação de reintegração de posse cumprida pela PM. O bairro do Rio Comprido tem áreas sujeitas a deslizamentos, consideradas de risco pela Defesa Civil. Em 2011, os moradores foram removidos do local e transferidos para conjuntos habitacionais de prefeitura. Segundo cronograma do município, as casas condenadas seriam demolidas nas próximas semanas. José Emídio, ex-morador do Pinheirinho, que também procurou abrigo no Rio Comprido, lamentou o fato de ter largado os pertences durante a desocupação, entre eles o material de trabalho. “Não tinha outra solução. [Deixei no Pinheirinho] dois guarda-roupas grandes, uma geladeira, fogão de quatro bocas e ferramentas. Muitas coisas ficaram abandonadas lá”, disse. De acordo com a prefeitura de São José dos Campos, assistentes sociais estão contatando as famílias que ocuparam as casas condenadas na área de risco do Rio Comprido. Elas poderão receber um aluguel social, anunciado ontem pelo governo do estado e pelo município, caso voltem para os abrigos. O governo do estado de São Paulo e a prefeitura de São José dos Campos assinaram um convênio para o pagamento de uma bolsa aluguel de R\$ 500 por mês para 1,3 mil famílias que ocupavam o local conhecido como Pinheirinho. Até o momento, a prefeitura cadastrou 1,1 mil famílias. Segundo o município, o pagamento começará a ser feito na próxima semana. Além da bolsa aluguel, o governo do estado anunciou, em parceria com a prefeitura e com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo, a construção imediata de 1,1 mil novas moradias sociais na cidade. A prioridade será para famílias com menor renda, independentemente de serem ex-moradores do Pinheirinho.

Cerca de 18 mil vigilantes privados do Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste) deflagram greve por tempo indeterminado. A categoria é responsável pela segurança privada de órgãos públicos, escolas, hospitais, empresas e bancos. Sem vigilantes, algumas agências bancárias



optaram por não abrir as portas. Em alguns hospitais e escolas, a segurança está sendo feita por funcionários de outros setores. A categoria reivindica reajuste de 15% nos salários e 8,33% na gratificação por risco de morte, além de aumento nos valores do auxílio-alimentação. O Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Sistema de Segurança Eletrônica e Cursos de Formação e Transporte de Valores do Distrito Federal (Sindesp-DF) não sabe ainda quantos agentes aderiram à greve, mas espera retomar as negociações com a categoria ainda este dia 27. Por meio de nota, a Caixa Econômica Federal informou que as agências no Distrito Federal ficaram fechadas. Segundo o banco estatal, o fechamento das agências atende à legislação do setor. Os caixas de auto-atendimento estão funcionando normalmente, assim como as casas lotéricas e correspondentes bancários.

## **Sábado 28**

A Justiça fornece prazo de 15 dias para que um grupo de índios da etnia Guarani-Kaiowá, da Terra Indígena Laranjeira Nhandaru, em Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste) desocupe a área, que é reivindicada por fazendeiros. A justificativa, segundo informação do Cimi na região, foi que a FUNAI não apresentou o relatório de identificação da terra. Segundo a índia Luciene Almeida, filha de uma liderança local, policiais federais estiveram na aldeia no dia 27 de janeiro para levar a ordem de reintegração de posse e comunicar que os índios teriam 15 dias para sair das terras. Na aldeia vivem 170 índios, sendo 100 crianças e 30 idosos. “Não temos para onde ir. Estamos aqui há quatro anos e já tivemos que ficar na beira da estrada duas vezes”, disse Luciene, se referindo a outras duas ordens de desocupação que a tribo teve que cumprir. A FUNAI informou que assinou com o Ministério Público um termo de ajustamento para concluir a identificação da terra indígena até o fim de 2011, mas o processo foi paralisado várias vezes por determinação da Justiça. Além disso, garantiu que a procuradoria do órgão recorrerá da decisão para que os índios guarani-kaiowá continuem na área. Já em 2012, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, deu parecer recomendando que a demarcação de terras indígenas deve continuar em Mato Grosso do Sul. Ele se manifestou em recurso que tramita no STF contra decisão do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, que suspendeu a demarcação de terras no estado atendendo a um pedido da Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Femasul). Para Gurgel, a demarcação assegura o interesse público e deve ser mantida, pois permite a promoção da ordem, da economia e da segurança pública.

Cerca de 1,5 mil pessoas participam de uma assembleia que reúne mais de 100 movimentos sociais participantes do FST 2012 em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Em carta, os ativistas citaram a construção de uma agenda e de ações comuns contra o capitalismo, o patriarcado, o racismo e todo tipo de discriminação e exploração. A coordenadora dos movimentos sociais, Rosane Bertotti, explicou que o documento lista elementos em comum em meio à diversidade registrada na assembleia. Entre os destaques estão temas como a democratização da comunicação, a violência contra as mulheres, o desenvolvimento sustentável e solidário, a reforma agrária, a agricultura familiar, o trabalho decente e a luta pela educação e pela saúde. “Rejeitamos toda e qualquer forma de exploração e discriminação, seja ela no mundo do trabalho, sexista ou racial. Rejeitamos também toda forma de criminalização dos movimentos sociais e a forma como o capitalismo se reinventa na proposta de uma economia verde, achando que apenas pintar de verde um espaço vai mudar a realidade. Entendemos que, para mudar a realidade, não é só pintar de verde, é garantir direitos, liberdade de organização, democracia, proteção social”, disse. O secretário-geral da CUT, Quintino Severo, avaliou que os debates do FST ficaram dentro do

esperado. “Nós, do movimento sindical, viemos para o fórum para fazer o debate junto com as outras mobilizações dos movimentos sociais, para potencializar a nossa intervenção, as nossas propostas durante a realização da Rio+20”. A ideia, segundo ele, é fazer com que a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) não seja apenas um espaço de debate para ambientalistas, mas que inclua nas discussões fórmulas para melhorar as condições de trabalho no mundo. Já o presidente da União de Negros pela Igualdade (Unegro), Edson França, disse que a expectativa do movimento negro em relação ao FST foi superada, já que foi possível elaborar um documento com as reivindicações de todos os movimentos sociais. “A questão racial aparece na carta porque o racismo é uma dimensão importante da opressão. Os movimentos sociais, a cada tempo que vai se passando, por meio do diálogo, vêm tomando entendimento e se sensibilizando a respeito disso”, explicou.

## 2ª feira 30

Motoristas e cobradores de ônibus de São Paulo – SP (região Sudeste) fazem uma paralisação em protesto contra os abusos aplicados pela São Paulo Transportes (SPTrans) e pela Prefeitura de São Paulo, referente à cobrança feita aos funcionários de multas por falta de qualidade no serviço prestado. Segundo informações do Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores em Transporte Rodoviário Urbano de São Paulo, a mobilização reúne cerca de 20 mil trabalhadores, entre motoristas e cobradores. Mais de 8 mil coletivos, de 32 garagens, não foram para as ruas durante este período. Desde 2009 a categoria tenta negociar com a Secretaria Municipal dos Transportes e com a SPTrans pela readequação das portarias 111/2003, 097/2005 e 213/2007, que instituem as multas do Regulamento de Sanções e Multas (Resam). De acordo com o diretor do Departamento de Comunicação do sindicato, Nailton Francisco de Souza, o ato é resultado de um protesto contra as multas, que são aplicadas pela Prefeitura de São Paulo às empresas de ônibus, e descontadas dos salários dos trabalhadores. Ele explica que o Resam versa sobre os padrões de qualidade, eficiência e segurança dos veículos e podem ser classificadas como leves, médias, graves e gravíssimas. Porém, o sindicalista ressalta que os valores superam em quase três vezes as que constam no Código de Trânsito Brasileiro. Segundo nota publicada pelo Sindicato dos Motoristas - SP, o presidente, Isao Hosogi (Jorginho), argumenta que os trabalhadores não aguentam mais ser penalizados duplamente por multas aplicadas através do Resam e do Código de Trânsito. Ele acrescenta que a categoria há muito tempo luta para alterar o regulamento que define as sanções e multas do Resam. “Se os representantes da SPTrans e da SMT, usarem do bom senso, facilmente resolveremos esta questão. O que nós queremos são pequenas alterações, por exemplo, excluir as penalidades já previstas no Código de Trânsito Brasileiro”, frisou Isao Hosogi.

## Glossário de siglas

|        |   |
|--------|---|
| AGU    | Advocacia Geral da União                  |
| Anatel | Agência Nacional de Telecomunicações      |
| CCT    | Convenção Coletiva de Trabalho            |
| CGTB   | Central Geral dos Trabalhadores do Brasil |
| Cimi   | Conselho Indigenista Missionário          |
| CMI    | Centro de Mídia Independente              |

|             |   |
|-------------|---|
| CNBB        | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil   |
| Copom       | Comitê de Política Monetária  |
| CPI         | Comissão Parlamentar de Inquérito   |
| CPT         | Comissão Pastoral da Terra  |
| CTB         | Central dos Trabalhadores do Brasil   |
| CUT         | Central Única dos Trabalhadores   |
| DCE         | Diretório Central dos Estudantes  |
| Dest        | Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais  |
| Dnit        | Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes  |
| Femasul     | Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul   |
| FETAG-RS    | Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Sul   |
| FETRAF      | Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul   |
| FINEP       | Financiadora de Estudos e Projetos  |
| FNDC        | Fórum Nacional pela Democratização na Comunicação   |
| Frentex     | Frente Paulista pela Liberdade de Expressão e pelo Direito à Comunicação  |
| FST         | Fórum Social Temático   |
| FUNAI       | Fundação Nacional do Índio  |
| IBAMA       | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  |
| Inbra       | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária   |
| MAB         | Movimento dos Atingidos por Barragens   |
| MPF         | Ministério Público Federal  |
| MRLB        | Movimento de Resistência “Leonel Brizola”   |
| MST         | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  |
| NCST        | Nova Central Sindical dos Trabalhadores   |
| OAB         | Ordem dos Advogados do Brasil   |
| PCdoB       | Partido Comunista do Brasil   |
| PDT         | Partido Democrático Trabalhista   |
| PF          | Polícia Federal   |
| PM          | Polícia Militar   |
| PMDB        | Partido do Movimento Democrático Brasileiro   |
| PSD         | Partido Social Democrático  |
| PSDB        | Partido da Social Democracia Brasileira   |
| PT          | Partido dos Trabalhadores   |
| SINPOCI     | Sindicato dos Policiais Civis de Carreira do Estado do Ceará  |
| Sindesp     | Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Sistema de Segurança Eletrônica e Cursos de Formação e Transporte de Valores do Distrito Federal |
| Sindmetrô   | Sindicato dos Metroviários do Distrito Federal  |
| Sindserm    | Sindicato dos Servidores Municipais   |
| Sintrajufe  | Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal   |
| SINVANS-RIO | Sindicato dos Permissionários dos Serviços de Transporte de Passageiros e Comunitário do Município de Rio de Janeiro                          |
| STF         | Supremo Tribunal Federal  |
| STJ         | Superior Tribunal de Justiça  |
| TRT         | Tribunal Regional do Trabalho   |
| UEP         | União dos Estudantes de Pernambuco  |
| Ueses       | União dos Estudantes Secundaristas do Espírito Santo  |
| UFES        | Universidade Federal do Espírito Santo  |
| UGT         | União Geral dos Trabalhadores   |

|        |                                  |
|--------|----------------------------------|
| Unegro | União de Negros Pela Igualdade   |
| USP    | Universidade de São Paulo        |
| UST    | União Sindical dos Trabalhadores |

**Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise do Conflito Social e da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL-CLACSO).**

**Coordenação: prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ).**

**Pesquisadora Assistente: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ).**

**Assistentes de pesquisa: Peter Sana (LPP/UERJ) e Willian Ramos da Silva (LPP/UERJ).**

**Fontes: Jornal O Globo, Agência Brasil, site do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA e O Vermelho.**

Consejo Latinoamericano  
de Ciencias Sociales



Conselho Latino-americano  
de Ciências Sociais



OSAL

Observatorio Social de América Latina  
Publicación electrónica

## Cronología del Conflicto Social

Brasil

Febrero de 2012

Editada en agosto de 2012



Agencia Sueca  
de Desarrollo Internacional



Agencia Noruega para la  
Cooperación al Desarrollo



Conselleria d'Afers Socials,  
Promoció i Immigració  
Direcció General de Cooperació

El Observatorio Social de América Latina [OSAL] cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional [ASDI], la Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo [NORAD] y la Agencia de Cooperación Internacional de las Islas Baleares [ACIB].

# Documento de trabajo N° 1086

**Realizado por el Comité de Seguimiento y Análisis  
del Conflicto Social y la Coyuntura de  
Brasil**



|             |   |
|-------------|---|
| Integrantes | prof. Dr. Roberto Leher<br>Alice Coutinho da Trindade<br>Peter Sana<br>Willian Ramos da Silva                         |
| Fuentes     | Jornal O Globo, Agência Brasil, site do<br>MST, Centro de Mídia Independente (CMI),<br>Boletim DATALUTA e O Vermelho. |

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en el documento incumbe exclusivamente al autor o a los autores firmantes y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinada a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de los movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado es uno de los resultados de este trabajo de relevo y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un escrito en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social y las medidas políticas llevadas a cabo durante el mes indicado en el país referido.

La cronología presentada ha sido elaborada por uno de los **Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación del equipo de investigación mexicano, que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

#### Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana

| PAÍS                                      | INSTITUCIÓN                                 | COORDINACIÓN                                       |
|---|---|--|
| Argentina y Uruguay                       | PIMSA (Argentina)                           | María Celia Cotarelo                               |
| Bolivia                                   | CIDES – UMSA                                | Dunia Mokrani Chávez<br>Pilar Uriona Crespo        |
| Brasil                                    | LPP - UERJ                                  | Roberto Leher                                      |
| Chile                                     | DI - UARCIS                                 | Juan Carlos Gómez Leyton                           |
| Colombia                                  | Escuela Nacional Sindical                   | Guillermo Correa Montoya                           |
| Costa Rica                                | IIS - FCS - UCR                             | Sindy Mora Solano                                  |
| Ecuador                                   | Centro de Investigaciones CIUDAD            | Mario Unda   |
| Guatemala                                 | FLACSO Guatemala                            | Simona Yagenova                                    |
| México                                    | FCPS - UNAM                                 | Massimo Modonesi<br>Lucio Fernando Oliver Costilla |
| Panamá, El Salvador, Nicaragua y Honduras | CELA “Justo Arosemena” (Panamá)             | Marco A. Gandásegui (h)                            |
| Paraguay                                  | Centro de Documentación y Estudios          | Quintín Riquelme                                   |
| Perú                                      | Instituto de Estudios Peruanos              | Ramón Pajuelo Teves                                |
| República Dominicana y Puerto Rico        | CES “Padre Juan Montalvo” (Rep. Dominicana) | Octavio Figueroa                                   |
| Venezuela                                 | PROVEA                                      | Marco Antonio Ponce                                |

## **Brasil**

### **Cronologia do Conflito Social**

#### **Fevereiro de 2012**

#### **4ª feira 1**

Policiais militares (PM) afiliados à Associação de Policiais e Bombeiros e de Seus Familiares do Estado da Bahia (ASPRA) deflagram greve, após assembleia realizada no dia 31 de janeiro no Ginásio dos Bancários, em Salvador – Bahia (região Nordeste). A categoria reivindica a criação de um plano de carreira e melhores condições de trabalho. Em nota a PM da Bahia, informou que os serviços da instituição estão regularmente mantidos e que todas as propostas estão sendo discutidas com o Alto-Comando da Corporação. Também por meio de comunicado, a Associação dos Oficiais da Polícia Militar da Bahia (AOPMBA) confirmou que já negociava com o Alto-Comando da Corporação a criação de uma mesa permanente de negociação e que busca um reajuste linear de 17,28%, retroativo a abril de 2007, e a revisão do valor do auxílio alimentação, entre outros pontos. A associação declarou não ser favorável a movimentos reivindicatórios com paralisação das atividades sem que antes sejam esgotados todos os canais de negociação.

Trabalhadores da Arena Fonte Nova em Salvador – Bahia (região Nordeste), estádio que receberá jogos da Copa do Mundo de 2014, paralisam as obras. Os operários reclamam que 9% de seus salários foram descontados pelo Consórcio Arena Salvador, responsável pela obra, sem as devidas explicações. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Pesada e Montagem Industrial da Bahia (SINTEPAV-BA), Aldalberto Galvão, disse que além dos descontos, os cartões de alimentação dos operários também foram bloqueados. Os trabalhadores também reivindicam o reajuste salarial de 20%, pagamentos das horas extras, plano de assistência médica e odontológica e participação nos lucros e resultados. Em nota, a assessoria do Consórcio Arena Salvador divulgou que a direção ainda não foi informada sobre as reivindicações que motivaram a manifestação. A direção aguarda comunicação oficial do sindicato para se manifestar.

Cerca de 800 agricultores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizam mobilizações em várias regiões do Rio Grande do Sul (região Sul) em protesto contra a não liberação de recursos dos governos federal e estadual para agricultores atingidos pela seca. Mais de 300 camponeses ocupam o prédio do Banco do Brasil na cidade de Júlio de Castilhos. Em outras cidades do Estado, os agricultores mantêm os protestos, com bloqueios em rodovias e avenidas centrais. Em São Luiz Gonzaga, região das missões, 200 agricultores permanecem acampados em frente ao prédio da Companhia Estadual de Silos e Armazéns (Cesa). Em Santana do Livramento, fronteira sul, a rodovia Rosário-Livramento BR-158 foi trancada em intervalos de 15 minutos no km-536. Em Porto Alegre, cerca de 300 militantes protestam em frente ao prédio do Ministério da Agricultura na avenida Loureiro da Silva. Os agricultores pedem mais agilidade nas ações de combate aos efeitos da estiagem, que atingem mais de 30 mil famílias em todo o Estado. O MST também faz manifestações em Manoel Viana, Candiota, Hulha Negra e Piratini.



## 5ª feira 2

Líderes de um grupo de sem-teto e a PM negociam a saída pacífica de cerca de 230 famílias, totalizando em torno de 400 pessoas, de um prédio particular no centro da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). O grupo ocupou o imóvel há cerca de quatro meses. Devido a uma decisão judicial as famílias terão que deixar o local, que fica na esquina das avenidas Ipiranga e São João. Logo após o despejo, parte dos sem-teto montou um acampamento na avenida São João. No final da manhã, surgiu um clima de tensão quando agentes da Guarda Civil Metropolitana tentaram desmontar os barracos na calçada da avenida. Não chegou a ocorrer conflito. O prédio ocupado pelos sem-teto pertence à empresa Afim Brasil Eventos e Promoções Ltda. De acordo com um dos advogados da companhia Cleber M. Perrone, na época em que o imóvel foi ocupado, os proprietários, que atuam na área de confecções, preparavam-se para reformá-lo. O edifício de quatro andares está bastante deteriorado e com a fachada toda pichada. O coordenador da Frente de Luta por Moradia (FLM), Osmar Borges, disse que a maioria dos despejados não tem para onde ir e que eles não poderiam aceitar ir para os abrigos municipais já que não têm o perfil de morador de rua. Por meio de nota, a Secretaria Municipal de Habitação disse que ofereceu abrigo municipal e fez uma lista com os nomes dos sem-teto para posterior cadastramento nos programas habitacionais. No comunicado, a prefeitura confirmou que a Justiça a obrigou a conceder abrigo e a incluir os desalojados nos programas habitacionais. No entanto, advertiu que a Justiça entendeu também que atender à reivindicação de moradia na região central, como querem os líderes do movimento, “seria injusto com os [demais] munícipes cadastrados na Cohab [Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo], que somam cerca de 1 milhão de famílias, que também aguardam moradia, mas, nem por isso, ocuparam imóveis particulares”.

Cerca de mil trabalhadores protestam na rodovia PE-60, estrada que dá acesso ao porto de Suape – Pernambuco (região Nordeste), contra a violência que vêm sofrendo. Os moradores e pescadores denunciam que aproximadamente 6 mil pessoas que moram nos 26 engenhos que fazem parte da área onde está sendo construído o complexo industrial e portuário de Suape estão sendo despejados para ampliação das obras da refinaria e das empresas que estão sendo instaladas no local. O protesto pretende denunciar a forma arbitrária como vem acontecendo os despejos, as milícias armadas e a pistolagem que vem aterrorizando os trabalhadores, além da falta de diálogo com o governo. Os trabalhadores denunciam que as poucas indenizações são pagas com valores irrisórios, chegando a R\$ 5 mil, e as pessoas que moram e trabalham na região há muitos anos não têm para onde ir. Os trabalhadores receberam o apoio do MST e dos trabalhadores do Porto que se somaram ao trancamento da via desde às 6h da manhã.

## 6ª feira 3

A região onde está sendo construída a Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Pará (região Norte) recebe os primeiros materiais e equipamentos dos projetos aprovados com recursos do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu. A entrega ocorreu durante a primeira reunião de 2012 do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu em Altamira, no Pará, e faz parte dos 30 projetos aprovados nesta primeira etapa. Até o final deste ano estão previstos investimentos de R\$ 16,8 milhões na região. Os equipamentos e materiais serão destinados aos prefeitos e às instituições de cidades da região. Entre os equipamentos estão 15 veículos, um barco e 15 motores, além de computadores, impressoras, equipamento de GPS e câmeras fotográficas que serão utilizados para apoiar ações de inclusão social, fomento a atividades

produtivas, regularização fundiária e gestão ambiental, em benefício das comunidades tradicionais e as populações indígenas que fazem parte da região próxima à usina. A empresa Norte Energia, responsável pela construção e operação da Usina de Belo Monte, gastou R\$ 800 mil nesses primeiros projetos. Os recursos fazem parte de um compromisso da empresa, previsto no edital do leilão da hidrelétrica, em investir R\$ 500 milhões na região do entorno da usina.

#### **Sábado 4**

Um grupo de representantes do MST de todas as regiões do país realiza, no auditório do Instituto Federal de Sergipe – Aracaju (região Nordeste), um ato político em defesa da reforma agrária. Durante a manifestação foi apresentado o programa da Via Campesina, baseado na posse democrática da terra, a agroecologia, a segurança alimentar, o acesso à água e o cuidado com a terra e seus povos. Para Jaime Amorim, Coordenador do MST, a reforma agrária cumpre não somente o papel da produção de alimentos saudáveis e da soberania alimentar, mas resolve o problema do trabalho, criando independência às bolsas governamentais. Entre outras autoridades presentes, Rui Falcão, presidente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), fez uma homenagem ao companheiro Egídio Brunetto, assassinado em 2011, e fortaleceu, ainda, compromissos que vão da luta de massas à institucionalidade do governo federal. “O PT tem parte do seu ‘DNA’ nos movimentos do campo e da cidade e, por isso, compromisso com estes lutadores”. Falcão ressaltou o compromisso da presidenta Dilma com temas da luta no campo, entre eles, um Programa Nacional de Agroecologia, um Programa Nacional de Reflorestamento em Assentamentos e com o impedimento de retrocessos na reforma do Código Florestal. Informou que a própria presidenta está à disposição para aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Trabalho Escravo, que desapropriará terras onde este tipo de trabalho for encontrado.

#### **3ª feira 7**

O dono de uma propriedade rural no Parque Nacional do Caparaó – Espírito Santo (região Sudeste) é multado em R\$ 63 mil por desmatamento de vegetação nativa da Mata Atlântica nas zonas de amortecimento (faixas de terra estabelecidas para evitar impacto direto sobre a área de proteção ambiental). A área desmatada tinha 8 ha de vegetação primária nativa da Mata Atlântica. Todas as árvores retiradas e a terra removida foram despejadas em um córrego que tem nascente dentro do Parque do Caparaó. Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o dono da terra estaria fazendo loteamento para a construção de casas, prática proibida em áreas de preservação ambiental. Além da multa, o proprietário vai responder a processo criminal no Ministério Público. Ele tem 20 dias para apresentar defesa ao IBAMA.

O governo da Bahia propõe aos policiais militares grevistas o pagamento da Gratificação por Atividade Policial (GAP) conforme à acordada no movimento grevista de 2001, ou seja, de forma escalonada até 2015. “A proposta é centrada no objetivo principal de estabelecer uma política de mobilidade no avanço entre os níveis da GAP até chegar ao quinto e último nível da gratificação criada em 1997. Também está inserida na proposta uma medida de valorização do soldo com a incorporação de R\$ 41,00 da GAP 3”, diz a nota publicada no *site* do governo. A proposta, no entanto, não foi aceita pelos grevistas. Eles reivindicam que o pagamento das gratificações seja feito de uma vez só, e não até 2015. A proposta apresentada também prevê a não punição administrativa dos policiais grevistas. “O governo do estado também resolveu desconsiderar, pela via legal, como

infração administrativa disciplinar as situações que envolvam, exclusivamente, a paralisação pacífica do serviço durante o período do movimento”, diz a nota.

#### **4ª feira 8**

Cerca de 900 trabalhadores da Companhia Docas do Rio de Janeiro atendem à convocação da Federação Nacional dos Portuários e paralisam suas atividades nos quatro portos do estado do Rio de Janeiro (região Sudeste). De acordo com o presidente do Sindicato dos Portuários do Rio de Janeiro, Sérgio Giannetto, a paralisação de 24 horas atinge, além do porto do Rio, um dos mais movimentados do país, os portos de Angra dos Reis (litoral sul), Niterói e Itaguaí (ambos na região metropolitana do Rio). A interrupção do serviço causou atrasos na atracação dos navios e no embarque e desembarque de cargas. O presidente do sindicato explicou que a paralisação foi decidida porque o governo federal, em 1993, se comprometeu com o repasse de R\$ 400 milhões para o Portus, o fundo de pensão da categoria, que garantiria uma complementação da aposentadoria dos empregados que aderiram ao plano. Segundo Giannetto, o dinheiro não foi repassado completamente. “O presidente Luis Inácio Lula da Silva, na época de seu mandato, pagou R\$ 250 milhões, mas a presidenta Dilma Rousseff não deu os R\$ 150 milhões que ainda faltam”. Ele informou ainda que, no dia 23, o sindicato irá paralisar o serviço em todo o Brasil caso o governo não resolva a situação. A Companhia Docas informou que desconhece o movimento e que está operando dentro da normalidade.

Cerca de 200 pessoas ocupam o escritório regional da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), em Itapeva, região Sudoeste do estado de São Paulo (região Sudeste). As famílias, vindas de acampamentos e assentamentos, reivindicam que o órgão atenda as demandas levantadas pelos trabalhadores que há mais de 27 anos vivem na região. Na pauta, os assentados e acampados pedem agilidade no processo de reforma agrária e na execução das políticas públicas. As famílias buscam respostas concretas aos problemas do dia a dia como tratamento da rede de água e esgoto, bacias de contenção, manutenção das estradas, liberação de uma equipe técnica para dar assistência nos assentamentos e auxiliar principalmente na elaboração de linhas de créditos, reformas e construções de barracões nos assentamentos. Além disso, pedem que os filhos dos assentados sejam beneficiários nas substituições dos lotes (revogação da portaria 50), além da construção de Escolas do Campo, arrecadação do lote 161 na agrovila seis (que há 14 anos ainda é considerado emergencial) e arrecadação de terras públicas na região.

#### **5ª feira 9**

Depois de policiais militares desocuparem o prédio da Assembleia Legislativa da Bahia (região Nordeste), representantes de governo e da categoria voltam a negociar. As conversas haviam sido suspensas no dia 7 por falta de acordo. Na manhã de hoje, logo após deixarem o prédio, os policiais militares se reuniram e decidiram continuar em greve. O governo ofereceu o pagamento escalonado da GAP 4 e da 5, a partir de novembro deste ano. Os grevistas continuam recusando a proposta. Querem o pagamento da GAP 4 em março deste ano e da GAP 5 em março do ano que vem. A pressão agora é maior das associações que incluem os oficiais. O líder do movimento na Assembleia Legislativa, o ex-policial Marco Prisco, foi preso na manhã de hoje após deixar o prédio. Outro líder grevista, Antônio Paulo Angelini, também foi preso. Os dois já tinham prisão

decretada. Além deles, dois PMs já haviam sido presos. Ao todo foram expedidos 12 mandados de prisão, dos quais quatro ainda não foram cumpridos.

Militantes de diversos movimentos sociais se reúnem na praça Ramos de Azevedo, no centro da capital de São Paulo (região Sudeste), para um ato de protesto contra o racismo. “Nós escolhemos esse local, porque aqui em 1978, em resposta a uma série de ataques racistas, nasceu o movimento negro moderno”, disse o coordenador do Movimento Novo Quilombo, Raça e Classe, Wilson Honório da Silva. A manifestação foi organizada pelo Comitê contra o Genocídio da Juventude Negra, que reúne 27 organizações. Entre as entidades que integram o comitê estão movimentos que lutam pelos direitos dos negros e contra a homofobia. Segundo Honório da Silva, os protestos são motivados pela repercussão de pelo menos três casos de racismo nos últimos meses. “Este ato nasceu de uma necessidade, porque desde o início de dezembro nós temos enfrentado uma onda racista na cidade”, disse ao se referir ao caso da estagiária que foi intimada a alisar o cabelo, à expulsão de uma criança negra de um restaurante e ao estudante da Universidade de São Paulo (USP) que foi agredido por um policial militar. De acordo com Silva, as manifestações buscam conscientizar a população sobre o problema e cobrar uma postura mais firme das autoridades. “Nós vemos que todas as leis que são votadas não saem do papel”, declarou. O militante do Comitê contra o Genocídio da Juventude Negra José Henrique Viegas Lemos ressaltou que o racismo está presente no cotidiano da população negra, especialmente nas ações policiais.

Policiais militares, policiais civis e bombeiros decretam greve no Rio de Janeiro (região Nordeste). Entre as principais reivindicações estão o estabelecimento de um piso salarial de R\$ 3,5 mil e a libertação do cabo bombeiro Benevenuto Daciolo, preso no dia 8 à noite, após retornar de Salvador, onde acompanhava a greve dos policiais baianos. As categorias se concentraram na Cinelândia, em frente à Câmara de Vereadores e a decisão pela greve foi tomada às 23h, quando cerca de 2 mil manifestantes aprovaram a paralisação por aclamação. A recomendação das lideranças foi para que os policiais e bombeiros sigam para suas unidades, mas se recusem a sair. O secretário da Defesa Civil e comandante do Corpo de Bombeiros, coronel Sérgio Simões, anunciou na parte da tarde que o Exército disponibilizou 14 mil soldados para patrulhar o estado. Também são esperados homens da Força Nacional de Segurança.

## **Sábado 11**

O comando da greve dos PMs da Bahia declara em nota o fim da paralisação que durou 12 dias. No documento divulgado, os PMs disseram que, apesar de não terem as reivindicações atendidas, consideram o movimento vitorioso por ter mostrado a insatisfação da categoria com os baixos salários e o tratamento dado pelo governo do estado da Bahia (região Nordeste). “O fim do nosso movimento não significa nem que aceitamos a proposta do governo, nem que encerramos a nossa luta. Ela continua, por melhores condições de trabalho e respeito”, destacou a categoria na nota. O texto ressaltou ainda que os policiais demonstraram amadurecimento, ao evitar entrarem em confronto com o Exército e negociar o cumprimento das determinações do Poder Judiciário. Segundo a nota, os grevistas entenderam que não poderiam prejudicar ainda mais a sociedade e encerraram o movimento. Segundo dados divulgados pela Agência Brasil, desde 31 de janeiro, quando começou a paralisação, até o dia 10, 171 pessoas foram assassinadas na região metropolitana de Salvador. Os policiais que ficaram parados até o dia 9 serão anistiados e não receberão punição administrativa. A assessoria do governo do estado, no entanto, informou que a situação de 12 líderes do movimento que tiveram mandados de prisão expedidos pela Justiça não

depende mais do governador Jaques Wagner, mas dos tribunais. Em nota, a Secretaria de Comunicação do estado informou que não mudou a proposta em relação ao apresentado nos últimos dias. O governo continua a oferecer reajuste de 6,5% retroativos a janeiro e fevereiro, mais a incorporação gradual de gratificações até 2015. Os ganhos, segundo a secretaria, chegarão a 38,89% para soldados e a 37,11% para sargentos. O projeto de lei será enviado à Assembleia Legislativa esta semana. A Secretaria do Comunicação do governo alega ainda que os grevistas conseguiram avanços. Isso porque o estado concordou em incorporar dois tipos de gratificação aos salários dos policiais, em vez de apenas um tipo, como estava acertado antes do início da paralisação.

Cerca de 200 integrantes do MST da região de Ribeirão Preto – São Paulo (região Sudeste) ocupam a fazenda Martinópolis, ligada a Usina Nova União, situada no município de Serrana. A área está em processo de execução fiscal por parte do governo do estado contra os proprietários que sonegaram impostos. Segundo informações divulgadas pelo site do MST, a Usina Nova União –de açúcar e etanol– sonegou cerca de R\$ 300 milhões por não ter arrecadado Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Além disso, segundo o movimento, são inúmeras as denúncias de problemas trabalhistas e ambientais que envolvem esta usina.

## **Domingo 12**

Bombeiros e PMs grevistas realizam ato de repúdio às prisões de militares acusados de incitar o movimento no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O cabo do Corpo de Bombeiros Benevenuto Daciolo foi preso no dia 8. Dois pedidos de *habeas corpus* já foram negados. Entre as principais reivindicações dos militares estão o estabelecimento de um piso salarial de R\$ 3,5 mil e a libertação do cabo Daciolo.

## **2ª feira 13**

O Sindicato do Comércio Atacadista do Distrito Federal faz uma carreata em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) com o objetivo de protestar contra a elevada carga tributária cobrada do setor. O comboio de caminhões e carros saiu do estacionamento do Ginásio Nilson Nelson, seguiu em direção à Esplanada dos Ministérios e depois retornou para o local de início. Nos caminhões, estavam afixadas faixas com os dizeres “sem incentivo fiscal = aumento de preços para a população”, “500 empresas serão fechadas”, “25 mil famílias serão afetadas”. Entre buzinas e músicas de um trio elétrico, o presidente do Sindicato do Comércio Atacadista do Distrito Federal, Fábio de Carvalho, reivindicou melhores condições de competir com os outros estados. “Queremos menos impostos”, disse ele. De acordo com Carvalho, o volume de impostos pagos no DF torna a relação com os outros estados uma concorrência desleal. “Se não tivermos resposta do governo, o produto custará entre 9% e 10% mais”, disse Fábio de Carvalho. Segundo ele, no DF, o setor atacadista emprega 6 mil representantes comerciais e tem uma arrecadação de R\$ 800 milhões por ano. De acordo com a assessoria da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF, o governo estuda propostas para o setor. “Há um tempo o sindicato está, junto com a secretaria, discutindo propostas para futuramente estruturar um projeto de lei e enviar para a votação na Câmara. Essa manifestação é para que o projeto seja formulado e votado com mais rapidez”, informou a assessoria.

Representantes dos bombeiros e de policiais militares e civis decidem suspender até depois do

carnaval a greve iniciada no dia 10. A decisão foi tomada ao final de uma assembleia na sede do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Rio de Janeiro (SINDSPREV-RJ), na Lapa, no centro do Rio de Janeiro (região Sudeste). Um comunicado conjunto foi lido durante a assembleia. O comunicado diz que a luta agora é pela liberdade dos policiais e bombeiros presos. O presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Rio de Janeiro (SINPOL), Fernando Bandeira, informou que depois do carnaval cada uma das três categorias vai marcar sua assembleia para decidir os rumos do movimento e o que fazer para conseguir a libertação dos presos. A decisão de suspender a greve já havia sido tomada no dia 11 por outro sindicato que representa os policiais civis do Rio de Janeiro, o SINDPOL.

### **3ª feira 14**

Cerca de 100 pessoas do MST chegam em marcha à cidade de Guaraci, região de São José do Rio Preto, interior de São Paulo (região Sudeste). A marcha faz parte da jornada estadual de lutas, iniciada no dia 06 de fevereiro no estado. A manifestação teve por objetivo pressionar o prefeito da cidade, Renato Azeda, a atender as demandas imediatas das 85 famílias acampadas no município desde outubro de 2011. Como pauta principal, os sem-terra pedem a suspensão do pedido de reintegração de posse das margens da estrada municipal Farid Nicolau, entre os municípios de Altair e Guaraci, solicitada pela própria prefeitura. Desde outubro o MST reivindica do poder municipal as condições básicas para a permanência do acampamento, como por exemplo água potável. O prefeito chegou a cancelar uma audiência com a Ouvidoria Agrária Nacional e representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) estadual, que tinha como finalidade debater o conflito no local. Com a chegada da marcha, o prefeito informou sua disposição em dialogar com o MST, e foi conquistada uma suspensão provisória da liminar de reintegração de posse. No centro-oeste paulista mais 250 famílias realizaram duas ocupações com o objetivo de pressionar ao INCRA para acelerar o processo de assentamento das famílias acampadas nas regiões de Iaras e Promissão. As ações foram realizadas em duas fazendas do Grupo Bertin.

### **4ª feira 15**

Policiais militares e bombeiros do Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste) decidem entrar em estado de greve e iniciar uma operação-padrão a partir do dia 16. Eles reivindicam principalmente equiparação salarial com os policiais civis e a reestruturação da carreira. A assembleia ocorreu na praça do Relógio, na cidade de Taguatinga. Segundo o presidente da Associação dos Oficiais do Corpo de Bombeiros Militares, Sérgio Aboud, o salário dos policiais e bombeiros são os menores na área de segurança pública no DF. Ele reclama também do valor pago aos militares em fim de carreira, que ganham o mesmo que um iniciante. Durante a operação-padrão, os policiais militares vão exigir a presença da Polícia Civil no local de cada ocorrência criminal e fazer o deslocamento da viatura policial dentro da velocidade permitida pela via independentemente da urgência do chamado e da suspensão das autuações de trânsito feitas pela Polícia Militar, entre outras medidas.

Oitenta e sete famílias são removidas das margens de uma estrada vicinal na região central de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). As famílias são ligadas à Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). O objetivo da FETRAF é obter do INCRA a destinação de um terreno próximo ao programa de reforma agrária para assentamento

de famílias de trabalhadores rurais. A área do terreno é calculada em 360 ha (o equivalente a 360 campos de futebol).

### **5ª feira 16**

As 87 famílias removidas das margens de uma estrada vicinal no dia 15 ocupam parte de um terreno baldio em plena região central de Brasília– Distrito Federal (região Centro-oeste). Ligados à FETRAF, os líderes do grupo ameaçam levar mais 2 mil famílias para o local, caso suas reivindicações por terra não sejam atendidas. O terreno ocupado hoje fica ao lado do prédio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, onde também funciona a Secretaria de Patrimônio da União, a poucos quilômetros do Congresso Nacional. Há meses a FETRAF negocia com a secretaria a transferência de um terreno da União, situado próximo à região administrativa de Itapoã, para o INCRA. O objetivo da FETRAF é obter do INCRA a destinação do terreno ao programa de reforma agrária para assentamento de famílias. As 87 famílias estavam acampadas desde o último dia 27 às margens da rodovia BR-330, próximo a Itapoã, há cerca de 30 km do centro de Brasília. O coordenador-geral da FETRAF, Francisco Miguel de Lucena, o Chiquinho, nas duas últimas operações de desocupação, os agentes e policiais militares que acompanharam a ação não apresentaram mandado judicial. A assessoria da Secretaria de Patrimônio informou que as negociações com a FETRAF sobre a transferência do terreno, que vem sendo feitas há algum tempo, vão continuar.

Cerca de 80 famílias do MST sofrem despejo forçado do Acampamento Patativa do Assaré, em Maragogi – Alagoas (região Nordeste). A área da fazenda Cachoeira havia sido ocupada em janeiro de 2011. Segundo informações do MST, a fazenda, arrendada à Usina Santa Maria possui dívidas que nem proprietário nem arrendatário pretendem quitar.

As seis entidades representativas da PM e do Corpo de Bombeiros Militares de Alagoas (região Nordeste) selam, depois de cinco dias de indicativo de greve, um acordo com o governo estadual, descartando a paralisação. Pela proposta acertada, haverá reposição salarial de 6,5% e reajuste do piso de R\$ 1.847 para R\$ 2.156 (16,8%), que foi corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A Secretaria de Gestão Pública de Alagoas informou que a greve foi evitada graças ao Programa de Negociação Permanente, que organiza um calendário de atendimento com reuniões periódicas que apresentam soluções para as entidades do estado. No encontro com os representantes dos policiais e bombeiros, as autoridades estaduais apresentaram o realinhamento da tabela progressiva e a concessão salarial às duas categorias militares. No texto, a proposta é de acréscimo de 7% residuais divididos em três parcelas: a primeira e a segunda serão de 2%, repassadas nos meses de abril e novembro deste ano; a última parcela, equivalente a 3%, deve ser paga em abril de 2013. O diretor da Associação dos Bombeiros Militares do Estado do Alagoas, Rodrigo Moraes, disse que as discussões serão mantidas, pois há demandas que não foram atendidas. Segundo Moraes, há deficiências no que se refere ao contingente da corporação, além de um impasse com o governo em relação à ausência de concurso público para a seleção de bombeiros militares. O presidente da Associação de Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, Wagner Simas, disse também que a proposta do governo foi aceita “em respeito à sociedade” e ao momento de festa que é o carnaval. “A pauta de reivindicações não foi bem recebida nem pelas lideranças, nem pelas tropas. Em respeito às festas carnavalescas e ao povo, resolvemos dar essa trégua. Vamos continuar pressionando o governo para que nossos direitos sejam cumpridos”, completou Simas.

O Supremo Tribunal Federal (STF) declara a constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa, que valerá para as eleições deste ano. O placar final foi 7 votos a 4 para uma das principais inovações trazidas pela lei – a inelegibilidade a partir de decisão por órgão colegiado. No entanto, como a lei traz várias inovações, o placar não foi o mesmo para todos os pontos que acabaram mantidos pela maioria. O resultado foi proclamado depois de quase 11 horas de julgamento. Celso de Mello e Cezar Peluso foram os últimos ministros a votar. Eles reafirmaram posição por uma interpretação mais restrita da lei. Um dos principais pontos atacados por ambos foi a aplicação da Lei da Ficha Limpa a casos que ocorreram antes que a lei foi criada. “A lei foi feita para reger comportamentos futuros. Como ela está, é um confisco de cidadania”, disse Peluso. Os ministros que votaram a favor da integralidade da lei foram Joaquim Barbosa, Rosa Weber, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski e Carlos Ayres Britto. Os outros ministros da Corte foram mais ou menos resistentes à lei de acordo com a questão levantada. O julgamento de hoje dá a palavra final do STF sobre a polêmica criada assim que a Lei da Ficha Limpa entrou em vigor, em junho de 2010. O Supremo já havia debatido a norma em outras ocasiões, mas apenas em questões pontuais de cada candidato. Agora todos os pontos foram analisados com a Corte completa.

### **6ª feira 17**

O IBAMA multa em R\$ 7 milhões o Consórcio Norte Energia S.A., responsável pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, em Pará (região Nordeste), por atraso na implementação do Projeto Básico Ambiental (PBA) da obra. Além da multa, o IBAMA determinou ao consórcio que apresente um plano de ação para regularizar o cronograma dos programas ambientais. A avaliação do IBAMA refere-se ao período de junho a outubro de 2011 e foi feita com base no primeiro relatório de andamento, apresentado pela empresa em novembro. Belo Monte é um dos maiores empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, quando estiver pronta, será a terceira maior usina hidrelétrica do mundo, com potência instalada de 12 mil megawatts (MW) e geração média de 4 mil MW.

### **Sábado 18**

A Justiça do Rio de Janeiro concede habeas corpus a dois bombeiros que estavam presos acusados de incitar greve dos funcionários de segurança pública, ato considerado crime perante a Justiça Militar. Os terceiros-sargentos Heraldo Corrêa Vieira e André Manuel Pontes de Matos foram soltos nesta madrugada. Eles estavam detidos há uma semana no Grupamento Especial Prisional do Corpo de Bombeiros, onde outros dez militares continuam presos, inclusive o líder do movimento, o cabo Beneveluto Daciolo. Vieira e Matos integram o Terceiro Grupamento Marítimo, de Copacabana, e fazem parte do grupo levado para o Presídio Bangu 1. O argumento do governo do estado para esse procedimento foi que o Grupamento Especial Prisional do Corpo de Bombeiros não apresentava segurança e poderia ser invadido por colegas dos presos. A paralisação da categoria havia sido aprovada em assembleia na Cinelândia, no centro, no dia 9, por 2 mil pessoas entre os 70 mil bombeiros e policiais militares do estado. A paralisação foi suspensa no dia 13.



### **6ª feira 24**

Cerca de 500 índios da etnia Pataxó Hã-Hã-Hãe ocupam 46 fazendas próximas ao município de Itaju de Colônia, no sul da Bahia (região Nordeste). O objetivo é pressionar o STF a julgar a demarcação da Terra Indígena de Caramuru-Paraguaçu, área que abrange todas as fazendas. Segundo a Polícia Federal (PF), os conflitos começaram no dia 15. “No começo, foram invadidas sete fazendas e, no momento, esse número aumentou para 46”. De acordo com os índios, todas as fazendas estão dentro das áreas previstas para a demarcação. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) diz que a área em questão foi demarcada em 1937 pela Diretoria de Serviço Geográfico do Exército e que, desse modo, os invasores seriam os fazendeiros. A FUNAI informou ainda que, em 1982, entrou com ação de nulidade de títulos das fazendas, mas ressaltou que, até o momento, nada foi julgado pelo Supremo. Em meio à confusão instalada na região, um índio passou mal e morreu, supostamente em decorrência de ataque cardíaco. Em nota, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) informou que o índio morto é José Muniz de Andrade, um dos líderes do grupo. Ele estava em área “recentemente retomada” na região das Alegrias, quando começou a sentir dores no peito e no estômago, diz a nota. “Um carro foi enviado para prestar socorro, mas impedido de acessar a área retomada para prestar socorro”, acrescenta o Cimi. “Tudo indica que tenha sido enfarte a causa da morte. No entanto, está claro que os jagunços impediram a passagem para o atendimento médico”, afirma o chefe da Coordenação Técnica da FUNAI no município de Pau Brasil, Wilson Jesus, na nota do Cimi. O conselho denuncia a presença de jagunços contratados pelos fazendeiros na região, mas a PF não confirma. Apesar de evitar o envio de policiais militares a terras indígenas, o governo da Bahia acabou acionando efetivos da PM para garantir a segurança na cidade. A chefe da Delegacia da Polícia Federal de Ilhéus, Denise Dias de Oliveira Cavalcanti, vai pedir reforços à Superintendência da PF em Salvador. A unidade de Ilhéus conta apenas com dez policiais federais.

O cabo do Corpo de Bombeiros Benevenuto Daciolo é solto após ser beneficiado por um *habeas corpus* que revogou o pedido de prisão preventiva decretada pela Auditoria Militar do estado. Daciolo foi preso no dia 8 de fevereiro, quando voltava de Salvador, acusado de incitamento de greve da corporação do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Ele estava preso no Grupamento Especial Prisional, em São Cristóvão. Segundo o advogado de Daciolo, Raul Lins e Silva, um erro de digitação no alvará de soltura fez com que o cabo continuasse preso desde o dia 19, quando todos os demais líderes foram soltos. “Essa prisão foi totalmente desproporcional. Você não pode manter bombeiros militares em presídios de segurança máxima sob um regime disciplinar diferenciado”. Daciolo cumpriu nove dos 16 dias de prisão no Presídio Bangu 1. Ele chegou a fazer greve de fome enquanto estava preso.

### **Sábado 25**

Cerca de 300 trabalhadores reocupam a fazenda Rio dos Sonhos, em Bom Jesus das Selvas no Maranhão (região Nordeste). Durante a reocupação, segundo informações do site do MST, o agropecuarista e grileiro José Osvaldo Damião atropelou a gestante de seis meses Fagnea Carvalho de Oliveira, que acabou perdendo seu filho. Na ação violenta realizada pelo fazendeiro e por seus jagunços, outros trabalhadores também foram agredidos, entre eles um senhor de 72 anos de idade. Fagnea foi levada para o hospital municipal de Bom Jesus das Selvas, onde perdeu a criança. Três dias do acontecimento, os trabalhadores ainda não conseguiram prestar ocorrência, pois a delegacia local ignorou seus relatos. A área ocupada tem cerca de oito mil ha e está sendo pleiteada pelo

programa Terra Legal, responsável por regularizar terras na Amazônia. Segundo o movimento, o dito proprietário se apossou indevidamente da área e não poderá ser beneficiado pelo programa por já ser proprietário de outras áreas na região. A superintendência do INCRA no Maranhão já solicitou a transferência de competência desta área para a justiça federal, para que se evite o despejo das famílias acampadas. Conhecido por Zé Osvaldo, este é mais um dos pecuaristas com histórico de truculência contra trabalhadores rurais. Dono de várias fazendas no sudeste do estado, na década de 90 Zé Osvaldo foi acusado de ser o responsável por vários crimes no campo. Em dezembro de 2005, um de seus filhos invadiu o Assentamento Califórnia com uma caminhonete, onde acontecia o encontro estadual do MST e tentou atropelar trabalhadores que andavam pelas ruas da comunidade.

### **Domingo 26**

Médicos realizam ato no Parque do Ibirapuera, em São Paulo (região Sudeste). O presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), Cid Carvalhaes, defendeu a necessidade de um fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), além de mais investimentos por meio da melhoria dos hospitais já existentes e ampliação das unidades. A categoria quer a elevação do piso salarial. Para chamar a atenção da população sobre o conjunto de reivindicações, o Simesp montou duas tendas próximo ao portão 10 do parque, onde profissionais da saúde ficaram à disposição das pessoas que passeavam pelo local para medir a pressão arterial. Carvalhaes informou que em todo o país existem 145 milhões que dependem do atendimento médico gratuito, mas que a precariedade da infraestrutura e a má remuneração está comprometendo a qualidade dos serviços. O líder sindical observou que há uma estimativa do Ministério da Saúde segundo a qual, neste ano de 2012, haverá um déficit no orçamento do setor de cerca de R\$ 40 bilhões. Carvalhaes também criticou o processo de privatização parcial do sistema de saúde, dizendo que ele só serve para aumentar o lucro das empresas, dificultando o acesso ao atendimento de quem não pode pagar pelos serviços. A categoria defende a implantação do plano de cargos e salários. Aqueles vinculados ao estado recebem piso inicial de R\$ 414,30 e à prefeitura R\$ 1.273.

### **2ª feira 27**

Operários que trabalham na construção do Porto do Açú, empreendimento do empresário Eike Batista, em São João da Barra, no norte do estado do Rio de Janeiro, deflagram greve. A informação é do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil e Imobiliários do Norte Fluminense. Segundo o presidente do sindicato, José Carlos Eulálio, a greve é por tempo indeterminado. Eulálio disse que a paralisação foi motivada pelo não cumprimento de acordo firmado em 2011 com a ARG, companhia contratada pelas empresas do grupo EBX. Segundo ele, o acordo previa pagamentos de insalubridade, periculosidade, horas extras, adicionais noturnos, vale-transporte, além de uma escala de trabalho que não foi obedecida. “Uma escala em que se trabalha seis dias e folga-se três sem adicional, sem hora extra. Se cair no domingo e feriado, a gente trabalha como se fosse um dia normal. Se eles [diretores da empresa] continuarem com esse radicalismo, vamos comunicar ao Ministério Público do Trabalho a falta de equilíbrio e de coerência dos dirigentes desta empresa”, completou. Segundo Eulálio, mais de mil trabalhadores que aderiram à greve reivindicam reajuste de 18%, sendo 14% sobre o salário mínimo e mais 4% de produtividade. O sindicalista disse que a empresa negou-se a adicionar esse percentual e exigiu a volta dos trabalhadores às suas atividades. Em nota, as empresas declararam que “A LLX e a OSX

cumprem rigorosamente todas as normas e determinações da legislação brasileira e exigem, em contrato, o mesmo padrão de seus parceiros”.

### 3ª feira 28

Integrantes do MST ocupam uma área que pertencia à extinta Ferrovia Paulista S.A. (Fepasa), em Sales de Oliveira, na região de Ribeirão Preto – São Paulo (região Sudeste). A área, segundo o MST, está abandonada. “Essas terras pertencem à antiga rede ferroviária, que foram repassadas para a União e, portanto, são públicas e devem ser destinadas à reforma agrária”, defendeu a integrante da direção estadual do MST Neusa Botelho, por meio de nota. A Fepasa foi extinta ao ser incorporada à Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) em 1998. Em 2007, a RFFSA foi extinta pela Medida Provisória nº 353, que determinou que os bens imóveis da empresa fossem transferidos para a União.

## Glossário de siglas

|              |  |
|--------------|--|
| AOPMBA       | Associação dos Oficiais da Polícia Militar da Bahia  |
| ASPRA        | Associação de Policiais e Bombeiros e de Seus Familiares do Estado da Bahia                  |
| Cimi         | Conselho Indigenista Missionário   |
| FLM          | Frente de Luta por Moradia   |
| FETRAF       | Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar  |
| FUNAI        | Fundação Nacional do Índio   |
| GAP          | Gratificação por Atividade Policial  |
| IBAMA        | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis                     |
| INCRA        | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  |
| ITESP        | Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo  |
| MST          | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra   |
| PF           | Polícia Federal  |
| PM           | Polícia Militar  |
| PT           | Partido dos Trabalhadores  |
| Simesp       | Sindicato dos Médicos de São Paulo   |
| SINDSPREV-RJ | Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Rio de Janeiro                         |
| SINPOL       | Sindicato dos Policiais Civis do Rio de Janeiro  |
| SINTEPAV-BA  | Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Pesada e Montagem Industrial da Bahia |
| STF          | Supremo Tribunal Federal   |
| SUS          | Sistema Único de Saúde   |
| USP          | Universidade de São Paulo  |

**Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise do Conflito Social e da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL-CLACSO).  
Coordenação: prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ).**

**Pesquisadora Assistente: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ).**

**Assistentes de pesquisa: Peter Sana (LPP/UERJ) e Willian Ramos da Silva (LPP/UERJ).**

**Fontes: Jornal O Globo, Agência Brasil, site do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA e O Vermelho.**

Consejo Latinoamericano  
de Ciencias Sociales



Conselho Latino-americano  
de Ciências Sociais



OSAL

Observatorio Social de América Latina  
Publicación electrónica

## Cronología del Conflicto Social

Brasil

Marzo de 2012

Editada en agosto de 2012



Agencia Sueca  
de Desarrollo Internacional



Agencia Noruega para la  
Cooperación al Desarrollo



Govern  
de les Illes Balears

Conselleria d'Afers Socials,  
Promoció i Immigració  
Direcció General de Cooperació

El Observatorio Social de América Latina [OSAL] cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional [ASDI], la Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo [NORAD] y la Agencia de Cooperación Internacional de las Islas Baleares [ACIB].

# Documento de trabajo N° 1105

**Realizado por el Comité de Seguimiento y Análisis  
del Conflicto Social y la Coyuntura de  
Brasil**



|             |   |
|-------------|---|
| Integrantes | prof. Dr. Roberto Leher<br>Alice Coutinho da Trindade<br>Peter Sana<br>Willian Ramos da Silva                         |
| Fuentes     | Jornal O Globo, Agência Brasil, site do<br>MST, Centro de Mídia Independente (CMI),<br>Boletim DATALUTA e O Vermelho. |

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en el documento incumbe exclusivamente al autor o a los autores firmantes y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinada a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de los movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado es uno de los resultados de este trabajo de relevo y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un escrito en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social y las medidas políticas llevadas a cabo durante el mes indicado en el país referido.

La cronología presentada ha sido elaborada por uno de los **Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación del equipo de investigación mexicano, que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

#### Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana

| PAÍS                                      | INSTITUCIÓN                                 | COORDINACIÓN                                       |
|---|---|--|
| Argentina y Uruguay                       | PIMSA (Argentina)                           | María Celia Cotarelo                               |
| Bolivia                                   | CIDES – UMSA                                | Dunia Mokrani Chávez<br>Pilar Uriona Crespo        |
| Brasil                                    | LPP - UERJ                                  | Roberto Leher                                      |
| Chile                                     | DI - UARCIS                                 | Juan Carlos Gómez Leyton                           |
| Colombia                                  | Escuela Nacional Sindical                   | Guillermo Correa Montoya                           |
| Costa Rica                                | IIS - FCS - UCR                             | Sindy Mora Solano                                  |
| Ecuador                                   | Centro de Investigaciones CIUDAD            | Mario Unda   |
| Guatemala                                 | FLACSO Guatemala                            | Simona Yagenova                                    |
| México                                    | FCPS - UNAM                                 | Massimo Modonesi<br>Lucio Fernando Oliver Costilla |
| Panamá, El Salvador, Nicaragua y Honduras | CELA “Justo Arosemena” (Panamá)             | Marco A. Gandásegui (h)                            |
| Paraguay                                  | Centro de Documentación y Estudios          | Quintín Riquelme                                   |
| Perú                                      | Instituto de Estudios Peruanos              | Ramón Pajuelo Teves                                |
| República Dominicana y Puerto Rico        | CES “Padre Juan Montalvo” (Rep. Dominicana) | Octavio Figueroa                                   |
| Venezuela                                 | PROVEA                                      | Marco Antonio Ponce                                |

## **Brasil**

### **Cronologia do Conflito Social**

#### **Março de 2012**

##### **5º feira 1**

Cerca de 200 mulheres acampadas e assentadas ocupam o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), em Teodoro Sampaio, na região do Pontal do Paranapanema, em São Paulo (região Sudeste). As mulheres denunciam a paralisia da reforma agrária na região e cobram uma audiência com o diretor do ITESP, Marcos Pila, para discutir políticas como o fomento mulher, políticas públicas de incentivo a produção e geração de renda e assistência técnica.

Cerca de 200 famílias de assentados e acampados ocupam o escritório regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Águas de Santa Bárbara em Iaras, São Paulo (região Sudeste). As famílias estão acampadas há mais de 10 anos na região, depois de promessa do INCRA de viabilizar a criação de assentamentos em terras disponíveis. Por isso, cobram audiência com o superintendente do INCRA em São Paulo, José Giacomo Baccarin. A pauta principal é a arrecadação de terras para assentar os acampados, como a área grilada da Cutrale, e infraestrutura para os assentamentos e a liberação do agro centro, onde se localiza a Escola Popular “Rosa Luxemburgo”.

Mais de 1.100 mulheres camponesas de acampamentos e assentamentos do Movimento de Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) no Sul da Bahia (região Nordeste) ocupam a fazenda Esperança, localizada no município de Alcobaça, de propriedade da empresa paulista Suzano Papel Celulose. A ocupação, que faz parte da jornada de lutas das mulheres camponesas, organizada pela Via Campesina Brasil em torno do dia internacional de luta das mulheres, o 8 de março. O MST cobra do INCRA agilidade nos processos de desapropriação dos latifúndios das grandes áreas do monocultivo de eucalipto.

##### **6º feira 2**

Um grupo de ciclistas realiza um ato de protesto na avenida Paulista, região central de São Paulo – SP (região Sudeste), após o atropelamento e morte de uma ciclista. O grupo ficou por cinco minutos deitado na via até a Polícia Militar (PM) chegar. Alguns ciclistas resistiram à solicitação da PM para sair e foram carregados para fora da avenida.

Cinco pistoleiros contratados pelo representante da fazenda Serro Azul, Luiz Reis, no município de Altinho, agreste de Pernambuco (região Nordeste), disparam contra famílias sem-terra acampadas na área. Os pistoleiros portavam pistolas pequenas e espingardas. As ameaças que culminaram nos tiros iniciaram por volta das 20h do 1 de março, quando os pistoleiros, que estão acampados a cerca de 300 metros do acampamento das famílias, começaram a beber e a agredir verbalmente as famílias. Sem reagir, os acampados organizaram um grupo para fazer a vigília do acampamento, tendo em seu poder apenas algumas lanternas. Por volta da meia-noite, as famílias foram surpreendidas por tiros vindos da sede da fazenda, em direção ao acampamento. Logo depois que os



tiros cessaram, chegou uma viatura da polícia. Segundo informações do MST, a polícia não se deslocou para o local para fazer a segurança dos sem-terra e sim para intimidar as famílias.

Cerca de 800 mulheres do campo e da cidade participam de um encontro em Fortaleza, no Ceará (região Nordeste). A atividade faz parte da jornada nacional de lutas organizada pela Via Campesina Brasil e pelo MST em torno do dia internacional das mulheres, o 8 de março. No encontro foram debatidos temas como o Código Florestal Brasileiro, a violência do capital, os impactos negativos do agronegócio, os transgênicos e os agrotóxicos. No interior do estado do Ceará, também aconteceram debates paralelos ao encontro em Fortaleza.

Cerca de 4 mil operários das obras de reforma do Maracanã participam de um ato público sobre segurança no trabalho, em frente ao estádio, na zona Norte do Rio de Janeiro– RJ (região Sudeste). Organizado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), a atividade marcou a segunda etapa do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, lançado em maio, que inclui campanhas e ações educativas e de conscientização sobre o tema. Os operários ganharam *kits* com material de leitura sobre formas de prevenção de acidentes. Estiveram presentes os ex-jogadores Ronaldo Fenômeno, presidente do Comitê Organizador Local da Copa de 2014, e Bebeto. O presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, destacou que a construção civil é o setor com o maior número de acidentes de trabalho e com mortes no país. Dados do *Anuário Estatístico da Previdência Social* apontam que em 2010, 54.664 trabalhadores se acidentaram em serviço. Do total, cerca de 2,5 mil morreram. A Previdência gasta R\$ 10,7 bilhões com pagamento de auxílio-doença, auxílio-acidente e aposentadoria. Os casos mais comuns são quedas e acidentes durante o manuseio de equipamentos. De acordo com o engenheiro responsável pela segurança das obras no Maracanã, Antônio Lourenço, campanhas como essa são fundamentais para diminuir o número alarmante de mortes com acidentes nos canteiros de obra.

### **Sábado 3**

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) ocupam duas áreas na região metropolitana de São Paulo como resposta ao despejo violento ocorrido em janeiro na comunidade do Pinheirinho, em São José dos Campos – São Paulo (região Sudeste). Em sua página na *internet*, o movimento chama as ocupações de “Novo Pinheirinho”. Segundo o movimento, foi ocupado um terreno conhecido como Roque Valente, no Parque Pirajuçara, em Embu, e um terreno no Jardim Santa Cristina, em Santo André. A informação foi confirmada pela PM. As ocupações aconteceram durante a madrugada e, de acordo com a PM, de forma pacífica. Na cidade de Embu, a ocupação ocorreu por volta da meia-noite e a polícia contabilizou cerca de 600 pessoas. A organização do MTST estima em 800 famílias. A área em Santo André, de acordo com a PM, foi ocupada à 1h30 por cerca de 150 pessoas –para o movimento, 450 famílias participaram da ocupação do terreno no Jardim Cristina.

Um protesto contra o Código Florestal convocado pelas redes sociais na *internet* reúne dezenas de manifestantes no Vale do Anhangabaú, centro de São Paulo – SP (região Sudeste). segurando panos verdes nas mãos, os manifestantes posicionaram-se de forma a escrever a frase “Veta, Dilma”, que podia ser lida do alto por curiosos que pararam sobre o Viaduto do Chá para observar o protesto. A ideia é que todos os estados se mobilizem na campanha para vetar o Código Florestal, disse Beloyanis Monteiro, coordenador de Mobilização da organização não governamental SOS Mata Atlântica. Um dos pontos mais criticados pelos manifestantes com relação ao Código Florestal diz

respeito à anistia para os que desmataram ilegalmente. Segundo Margarido Neto, a aprovação do Código Florestal, da maneira como ele está, vai induzir a novos desmatamentos no país. O projeto que altera o Código Florestal (PL 1.876/99) foi aprovado na Câmara em 2011. Como o Senado modificou o texto aprovado pelos deputados, a proposta será votada novamente pela câmara no dia 6. Depois, segue para a sanção da Presidência da República.

## 2º feira 5

Alunos da Universidade Federal Fluminense (UFF) fazem protesto em frente à estação das Barcas, em Niterói – Rio de Janeiro (região Sudeste). Com papelão e madeira, eles fizeram um barco simulando estarem “à deriva”. Na lateral da barca de papelão, escreveram “se aumentar, afunda”, em analogia ao extinto bloco “se melhorar, afunda”, que acabou em 2010 quando a empresa Barcas S/A proibiu o acesso do bloco às barcas. O deputado Marcelo Freixo, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), entrou com uma representação no Ministério Público, pedindo que o órgão entre com uma ação judicial contra o aumento.

Um grupo de fiscais federais agropecuários protesta na em frente ao Ministério da Agricultura, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Eles exigem a regulamentação do decreto 7.127/10, que indica a necessidade de distribuir cargos comissionados entre servidores do Ministério da Agricultura. Usando roupas pretas para simbolizar uma espécie de luto, o ato marca os dois anos do decreto e foi promovido pelo Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (ANFFA). Segundo o presidente da ANFFA, Wilson Roberto de Sá, a entidade encaminhou ao ministério uma minuta de regulamentação do artigo 46 do decreto, mas nada ainda foi feito. “A escolha por meio do mérito alia igualdade de oportunidades com eficiência e ganha relevância estratégica para o fortalecimento da instituição, indo além da criação de estruturas para filtrar e blindar o Ministério de práticas clientelistas”, enfatiza. O artigo 46 determina ao ministro que a identificação de cargos referentes aos órgãos específicos e às unidades descentralizadas priorize os méritos profissionais dos servidores para a indicação em lista tríplice. Esses técnicos teriam um mandato pré-determinado, propiciando os elementos adequados da administração pública, como a fixação de prazos para o cumprimento de metas e indicadores para a aplicação das ferramentas da gestão moderna. Durante todo o mês de março, os servidores das superintendências regionais farão atos locais todas às 2ª feiras. Em função do descaso com o decreto, eles usarão roupas pretas em sinal de luto.

Centrais sindicais e movimentos estudantis realizam uma passeata na rodoviária do Plano Piloto, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Eles denunciam à população o problema dos juros altos. O ato mantém a tônica, com a exigência por uma queda mais rápida dos juros, a crítica aos cortes orçamentários nas áreas de saúde e educação e a denúncia dos impactos negativos dessa política monetária que reúne superávit primário elevado, juros altíssimos e política de câmbio para a indústria nacional e a qualidade dos empregos. Além das centrais sindicais, o ato contou com o sindicato dos aposentados e com o movimento de mulheres, mas foi graças à mobilização estudantil, capitaneada pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e com o apoio da União Nacional dos Estudantes (UNE), que o ato se tornou um sucesso de público, com a presença de escolas importantes do Distrito Federal que levaram a maioria dos participantes para essa primeira manifestação. Segundo Matheus Diniz, da UBES, “a luta das centrais sindicais contra essa política monetária também é a luta dos estudantes, porque é por causa dessa política do passado, e num contexto de crise, que são cortados recursos da saúde e da educação, e que se nega a

reivindicação de 10% do PIB para a Educação”. As centrais e os estudantes avaliam como um grande êxito para um primeiro protesto a mobilização de cerca de mil participantes e já agendaram um novo protesto para a próxima reunião, que está prevista para 10 de maio, reforçando o movimento nacional que tem se realizado na avenida Paulista.

Famílias acampadas e assentadas do MST ocupam trechos de duas rodovias no Rio Grande do Norte. Foram interditadas BR-304, em Mossoró, e BR-406, em Ceará-Mirim. Os manifestantes querem uma audiência com o governo do Estado, com a Prefeitura de Ceará-Mirim e com o INCRA, para tratar da melhoria da infraestrutura dos assentamentos e a criação de novos para as famílias acampadas. A ocupação, que faz parte da jornada de lutas das mulheres camponesas, organizada pela Via Campesina Brasil em torno do dia internacional de luta das mulheres, cobra do INCRA agilidade nos processos de desapropriação dos latifúndios e a manutenção do Código Florestal.

Cerca de 200 mulheres do MST, acampadas e assentadas das regiões de Promissão e São José do Rio Preto, no interior de São Paulo (região Sudeste) trancam por algumas horas a BR-153 (também conhecida como rodovia Transbrasiliana) para denunciar a paralisação da reforma agrária. Com bandeiras, faixas coloridas e muita animação, as mulheres protestaram contra o fechamento de escolas e a violência contra as mulheres. O principal objetivo da ação é reivindicar o assentamento imediato das 60 mil famílias do MST acampadas em todo o país, a liberação de créditos e fomento para as mulheres já assentadas e a reabertura das escolas rurais no assentamento Reunidas. O protesto denunciou também a violência que atinge cotidianamente as mulheres no Brasil, como o uso abusivo de agrotóxicos, que não respeita o meio ambiente e a saúde humana, e a burocracia do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que dificulta o acesso aos direitos, como o salário maternidade e a aposentadoria de trabalhadora rural.

Cerca de 500 agricultoras ligadas a movimentos de luta por justiça no campo ocupam a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em Goiânia – Goiás (região Centro-oeste). As trabalhadoras exigem, entre outros pontos, a manutenção da Embrapa 100% pública e a retirada do Projeto de Lei 222/08 (Embrapa S/A), que propõe transformar a Embrapa em empresa de economia mista com ações negociadas na bolsa. O autor da proposta é o senador Delcídio Amaral, do Partido dos Trabalhadores (PT). Atualmente, a matéria tramita no Senado sob a relatoria de Gim Argello, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB-DF), que apresentou parecer favorável à proposta no dia 1º de fevereiro. Além disso, as mulheres camponesas cobram audiência com o ministro da Agricultura para discutir a proposta de modelo dos movimentos para a agricultura, participação no Conselho de Administração da empresa e um programa de pesquisas para a agricultura familiar camponesa agroecológica, com contratação de novos pesquisadores e pessoal de apoio à pesquisa.

Os caminhoneiros que atuam na distribuição de combustíveis na cidade de São Paulo – SP (região Sudeste) deflagram greve. Os caminhoneiros estão paralisados em protesto contra a proibição de poderem circular na Marginal Tietê e em algumas outras vias da cidade.

### **3º feira 6**

Cerca de mil trabalhadoras sem-terra de todas as regiões do Paraná (região Sul) ocupam a sede do INCRA em Curitiba para cobrar agilidade na desapropriação das áreas para as 6 mil famílias acampadas no estado. O protesto reivindica investimentos para habitação rural, infraestrutura para a

agricultura familiar, créditos de fomento para produção agrícola e assistência técnica. A ação pretende colocar em discussão na sociedade a reforma agrária popular, políticas públicas para a agricultura voltada para as mulheres, políticas públicas para o desenvolvimento da agroecologia e o incentivo para a cultura das sementes crioulas. A jornada, com o lema “Dia Internacional da Mulher pela Reforma Agrária, contra os Agrotóxicos e a Violência Contra a Mulher”, deve prosseguir até o Dia Internacional da Mulher, 8 de março.

Trabalhadoras urbanas e rurais ocupam o prédio da secretaria do Ministério da Fazenda em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul (região Sul). As trabalhadoras reivindicam a liberação de recursos pelo Ministério da Fazenda para a desapropriação de terras para assentar as famílias que estão acampadas no estado e para programas que resolvam os problemas causados pela seca. A mobilização é parte de uma jornada nacional de lutas e dá continuidade às ações desta manhã no Rio Grande do Sul, com a liberação do pedágio em Guaíba. Após deixarem o pedágio, as camponesas reuniram-se com trabalhadoras do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e ocuparam o prédio da Receita Federal e Secretaria do Ministério da Fazenda. As manifestantes reivindicam também programas de governo que incentivem a produção de alimentos saudáveis, recursos para infraestrutura de produção de alimentos com novas técnicas de produção e recursos para a produção e a organização das mulheres nos assentamentos.

Cerca de 600 trabalhadoras rurais ocupam a superintendência do INCRA em Marabá, Sudeste do Pará (região Norte). As trabalhadoras reivindicam projetos de reforma agrária para as famílias acampadas e políticas públicas para os assentamentos da região. As mulheres defendem a biodiversidade da Amazônia e protestam também contra as mudanças no Código Florestal, que está em votação no Congresso Nacional. A ação faz parte da Jornada de Lutas das Mulheres Camponesas, organizada pela Via Campesina Brasil, com protestos, marchas e ocupações em todo o Brasil em defesa dos direitos das mulheres e da pequena agricultura. A jornada ocorre em torno do dia 8 de março, o Dia Internacional das Mulheres.

Cerca de 600 famílias de trabalhadores rurais ligados ao MST ocupam um reservatório da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), no município de Petrolândia, em Pernambuco (região Nordeste). As famílias são assentadas nos Assentamentos Antônio Conselheiro I, II e III, onde está localizado o reservatório. Apesar de ter um reservatório dentro da área dos assentamentos, próximas ao Rio São Francisco, as famílias não recebem nem uma gota de água para consumo e as lavouras sofrem com a seca. Segundo a companhia, o reservatório não tem capacidade para abastecer as famílias. O reservatório ocupado abastece apenas o consumo e a produção das 98 famílias reassentadas pela Chesf, após serem desalojadas para a construção da barragem de Itaparica.

Cerca de 300 mulheres da Via Campesina, do movimento estudantil, do movimento dos direitos humanos e da Marcha Mundial de Mulheres (MMM), marcham na cidade de Palmas – Tocantins (região Norte) e montam um acampamento em frente à Assembleia Legislativa. A atividade faz parte da Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Camponesas e em comemoração ao Dia Internacional de Luta das Mulheres. As mulheres reivindicam a não aprovação do novo Código Florestal.

Uma passeata de bicicletas fecha um dos sentidos da avenida Paulista, região central da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). Os ciclistas protestam contra as frequentes mortes no trânsito e pedem mais atenção do Poder Público para a importância do veículo de duas rodas como meio de

transporte. O ato foi programado para ocorrer simultaneamente em 26 cidades do país. Os manifestantes paulistanos pintaram bicicletas brancas no local onde a bióloga Juliana Dias foi atropelada por um ônibus na semana passada. Eles também trocaram as flores e deixaram mensagens no monumento, uma bicicleta branca com um capacete furado, feito em homenagem a ciclista

#### **4º feira 7**

Cerca de mil trabalhadoras sem-terra se reúnem em Curitiba – Paraná (região Sul) para reivindicar de uma reforma agrária ampla, contemplada com políticas públicas voltadas para as mulheres camponesas de todas as regiões do estado do Paraná. O encontro faz parte da mobilização do MST em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, 8 de março. “No Paraná, são quase 20 mil assentamentos e 6 mil acampamentos e pelo menos em 90% deles a mulher está presente e exerce papel fundamental. Temos o direito do acesso ao conhecimento de novas tecnologias, à informação, à qualidade de vida. Tudo sem desprezitar nossa diversidade cultural”, disse a camponesa Salete Back, da coordenação do encontro.

Representantes de centrais sindicais ocupam a calçada em frente ao prédio do Banco Central (BC), na avenida Paulista, em São Paulo – SP (região Sudeste) em manifestação para defender a manutenção da trajetória de queda da taxa básica de juros, a Selic. A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF) defendeu que o governo atue para que os bancos acompanhem as reduções da taxa básica de juros. Ao final do dia, o Comitê de Política Monetária do Banco Central reduziu a Selic para 9,75%.

Cerca de 200 organizações ambientalistas da sociedade civil e movimentos camponeses, organizados pelo Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável, fazem um protesto pela Esplanada dos Ministérios, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), contra a alteração do Código Florestal. A concentração começou na Catedral de Brasília. Durante a passeata, os manifestantes fizeram a montagem do banner vivo “Veta Dilma!”. As entidades cobram da presidente Dilma Rousseff o veto da proposta, caso for aprovada pelo Congresso Nacional. A mobilização se soma à Jornada de Lutas das Mulheres Camponesas, promovidas por mulheres do MST e Via Campesina. A ação faz parte da campanha nacional #MangueFazaDiferença, que percorreu 35 praias do litoral brasileiro em defesa das florestas e da preservação das áreas ecológicas. A campanha, coordenada por uma coligação formada por 163 organizações não governamentais, escolheu Brasília para o encerramento da campanha. Segundo o diretor de Políticas Públicas da SOS Mata Atlântica, Mario Mantovani, o movimento quer demonstrar que existe a preocupação de toda a sociedade em relação à votação do Código Florestal. A votação da proposta do Código Florestal, marcada para o dia 06, na Câmara dos Deputados, foi adiada para o dia 13, em reunião de líderes da base aliada. De acordo com o líder do governo na Casa, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), a votação foi remarcada para que o relator, Paulo Piau, possa concluir o seu parecer sobre a pauta.

Trabalhadores rurais do estado do Maranhão (região Nordeste) realizam a Jornada de Lutas das Mulheres, no município de Bom Jesus da Selva –ao sudeste–, onde nos últimos dois meses trabalhadores rurais pautaram a necessidade de terra e moradia. Durante a concentração, mulheres camponesas debateram as mudanças no Código Florestal brasileiro e construíram uma carta à presidenta Dilma Rousseff reivindicando o veto às mudanças no código. A discussão em torno da

violência contra a mulher também esteve presente sobretudo pelo fato de um fazendeiro ter atropelado, há algumas semanas, uma trabalhadora rural grávida, que acabou perdendo seu filho no quinto mês de gestação. As mulheres debateram ainda, com a sociedade, a importância da reforma agrária e das lutas por moradia e soberania alimentar.

Os caminhoneiros decidem voltar a distribuir combustíveis na cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). Após mais de sete horas de reunião entre os dirigentes que representam os caminhoneiros autônomos e as lideranças dos caminhoneiros que transportam combustíveis, foi acertado o fim da greve, com a condição de que a PM garanta a segurança dos caminhoneiros. O Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens do Estado de São Paulo (SINDICAM-SP) disse que orientou os caminhoneiros para que voltem ao trabalho. O problema, segundo o sindicato, é que muitos dos caminhoneiros estão com medo de trafegar. O SINDICAM-SP encaminhou um ofício à PM pedindo proteção aos caminhoneiros. A solicitação é para os caminhões de distribuição de combustíveis que saírem dos bairros do Ipiranga, em São Paulo, e das cidades de Barueri, Guarulhos e São Caetano do Sul tenham escolta policial. Os caminhoneiros estão paralisados desde o dia 5 em protesto contra a proibição de poderem circular na Marginal Tietê e em algumas outras vias da cidade. No dia 06, a Justiça de São Paulo concedeu liminar determinando a retomada da entrega de gasolina, etanol e diesel sob pena de aplicar multa diária de R\$ 1 milhão aos sindicatos envolvidos com a paralisação. A PM ainda não se pronunciou sobre o ofício.

### **5º feira 8**

O movimento de mulheres reúne cinco mil pessoas em uma marcha, em São Paulo – SP (região Sudeste), para este 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Pelas ruas e avenidas do centro de São Paulo, mais de cem entidades, entre sindicatos, movimentos sociais e organizações populares, participam de um grande encontro. O encontro das organizações vem sendo articulado desde o início do ano. Durante todo o dia, elas realizam atividades em diversos locais da cidade. Munidas de carros de som, faixas, bandeiras e tambores, as mulheres se revezaram nos discursos para relembrar as questões de gênero que permearam toda a atividade. O presidente da UNE, Daniel Illiescu, frisou que a marcha é apenas o início de um ano de muita mobilização.

Cerca de 500 mulheres do MST junto com diversas entidades parceiras fazem protesto em frente ao Tribunal de Justiça de São Paulo (região Sudeste) para denunciar que setores do Poder Judiciário impedem a efetivação da desapropriação de áreas para a criação de assentamentos para a reforma agrária. Atualmente, em todo o Brasil, 193 áreas se encontram com processos judiciais que impedem aquisição pelo INCRA, somando mais de 986 mil ha as de terras, em todo o país, que dependem da Justiça para a sua liberação para a reforma agrária. A ação faz parte da Jornada de Lutas das Mulheres Camponesas, que mobiliza mulheres em todo o país por reforma agrária e contra as mudanças no Código Florestal, os agrotóxicos e o modelo do agronegócio. O caso mais emblemático ocorrido em São Paulo é o despejo das 1.600 famílias da comunidade do Pinheirinho, em São José dos Campos, para salvar o megaespeculador Naji Nahas.

Cerca de 500 mulheres se reúnem no Parque de Exposição, Salvador, no Décimo Primeiro Acampamento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Bahia (região Nordeste). Durante quatro dias, lideranças feministas de diversas organizações participarão das atividades do acampamento. A ação, que acontece no Dia Internacional da Mulher, faz parte da Jornada Nacional de Luta das Mulheres Camponesas contra o Agronegócio e por a Soberania Ambiental.

Cerca de 300 mulheres do MST ocupam o Engenho Pereira Grande, que pertence a Usina Estreliana, localizada no município de Gameleira, na mata sul do estado de Pernambuco (região Nordeste). A ação, que acontece no Dia Internacional da Mulher, faz parte da Jornada Nacional de Luta das Mulheres Camponesas contra o Agronegócio e por a Soberania Ambiental. As manifestantes ocupam o Engenho da Usina Estreliana em protesto contra o modelo do monocultivo da cana de açúcar e o trabalho escravo no estado. Segundo informações do MST, a Usina Estreliana é uma das áreas mais emblemáticas de conflitos de terra no estado. Ela teve sua falência decretada por dívidas com órgãos públicos em 1988. Na época, sua dívida era de R\$ 175 milhões e de R\$ 90 mil em salários para os seus 220 trabalhadores, para um patrimônio em torno de R\$ 40 milhões. Segundo um documento lançado pela assessoria do deputado federal Paulo Rubem Santiago, a usina está na lista dos maiores devedores da Previdência. Mesmo assim, dos mais de 20 engenhos da usina, apenas cinco foram desapropriados para reforma agrária.

As 700 mulheres camponesas que ocupam o INCRA em Marabá – Pará (região Norte) realizam um Café da Manhã da Reforma Agrária, com produtos vindos de assentamentos e acampamentos da região. Depois do Café da Manhã, junto às mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), as mulheres se uniram aos movimentos da cidade em um ato público em Marabá. Como pauta principal estão as reivindicações por políticas públicas, as denúncias contra a violência no campo e na cidade e principalmente contra todas as formas de violência contra as mulheres.

Cerca de 500 mulheres da Via Campesina e da MMM ocupam a sede do INCRA de Minas Gerais (região Sudeste), em Belo Horizonte. Elas reivindicam agilidade na reforma agrária e o assentamento das 3.700 famílias que vivem em condições precárias em 50 áreas de acampamento no estado. Segundo informações do MST, há seis anos nenhuma área é destinada a este fim em Minas Gerais. A ocupação faz parte da Jornada Nacional de Luta das Mulheres Camponesas 2012 e dá continuidade à luta das mulheres em nível nacional. No município de Felisburgo, Vale do Jequitinhonha, cinco trabalhadores rurais sem-terra foram assassinados há oito anos. O fazendeiro Adriano Chafick, mandante do crime, continua em liberdade. As famílias estão ameaçadas de despejo, pois a justiça expediu mandado de reintegração de posse em dezembro de 2011. As mulheres do campo e da cidade se manifestam também contra o novo Código Florestal e reivindicam assistência técnica e crédito para as mulheres, implementação de cirandas infantis para as crianças de 0 a 6 anos e restaurantes comunitários nas áreas de reforma agrária. A ação denuncia igualmente o capital estrangeiro na agricultura, por meio de empresas transnacionais, e o modelo destrutivo do agronegócio para o meio ambiente. Dados da “Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180”, mostram que das mulheres que denunciaram terem sofrido violência em 2008, 91% são da zona urbana e 4,7% da zona rural, o que evidencia as dificuldades de acesso das mulheres camponesas, inclusive para fazer a denúncia.

Cerca de 600 trabalhadoras rurais sem-terra ocupam a fazenda Toca da Raposa, em Planaltina, no Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste), para reivindicar a destinação da área para assentamento e a aceleração do processo de reforma agrária. A ação integra a Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Camponesas 2012. As camponesas denunciam que parte das terras da fazenda pertence à União e foi grilada pelo produtor de soja Mário Zanatta. Quando esta fazenda foi ocupada pela primeira vez, o latifundiário tentou comprovar a posse de parte da área, mas a documentação apresentada foi considerada inválida pelos institutos responsáveis pelo levantamento da documentação. Esta é a quinta vez que trabalhadores rurais ocupam a propriedade, que tem 1.200 ha e fica na rodovia BR-020, que liga o Distrito Federal à Bahia.

Cerca de 2 mil integrantes de organizações ambientalistas e movimentos camponeses, incluindo as trabalhadoras rurais da Via Campesina do Distrito Federal, participam do ato contra a alteração ao Código Florestal na Esplanada dos Ministérios, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A atividade reivindica que a presidenta Dilma Rousseff veto o texto a ser aprovado pelo Congresso Nacional na próxima semana. A manifestação foi organizada pelo Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável, composto por entidades como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Via Campesina, a ONG SOS Mata Atlântica, a Greenpeace e a World Wide Fund for Nature (WWF).

Cerca de 1.200 trabalhadoras rurais ocupam a sede do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em Maceió – Alagoas (região Nordeste). A ocupação do IBAMA denuncia os riscos da aprovação das alterações no Código Florestal, orientadas pelo setor ruralista, ao passo que cobram da presidenta Dilma Rousseff seu compromisso em vetar integralmente o projeto. Entre estes pontos polêmicos, encontra-se a anistia para os desmatadores, que, segundo o texto encaminhado do Senado de volta para aprovação na câmara baixa, deixam de ter obrigação de recompor Reserva Legal desmatada até 2008. A ocupação dá largada às ações da Jornada Nacional de Lutas das Mulheres da Via Campesina no estado. Em Alagoas, acampadas e assentadas de todas as regiões do estado estão na capital. As mulheres sem-terra de todo país estão nas ruas para cobrar a realização da reforma agrária por parte do Estado brasileiro. Em Alagoas, com pautas direcionadas ao INCRA e ao governo do estado, as manifestantes trazem uma série de reivindicações, com pontos como a legalização imediata das terras do falido Prosuban.

Cerca de 200 mulheres da Via Campesina se reúnem no município de Passos Maia – Santa Catarina (região Sul). As mulheres reafirmam a importância do tema do uso abusivo de agrotóxicos no Brasil ao assinarem a carta à presidente Dilma Rousseff pedindo o veto integral às mudanças no Código Florestal. No final da tarde, as mulheres saíram em marcha pela cidade no intuito de deixar o recado a toda a população do município e pedir o apoio dos moradores em defesa do meio ambiente.

Cerca de 1.200 mulheres realizam marcha do assentamento Quissamã, no município de São Cristóvão, a 17 km de Aracaju – Sergipe (região Nordeste). A ação reivindica medidas concretas para que a reforma agrária deixe de ser uma promessa e torne-se uma realização. Dentre os temas da pauta que será entregue à representantes do INCRA estão apoio às mulheres camponesas, liberação de recursos para reforma de casas e vistorias de áreas improdutivas para que sejam destinadas à reforma agrária, além de denúncias sobre os efeitos nocivos do agronegócio em Sergipe. As mulheres também estão fazendo doação de sangue para o Banco de Sangue de Aracaju.

Mais de 600 mulheres do MST bloqueiam a avenida Washington Soares, no Bairro Edson Queiroz, em Fortaleza – Ceará (região Nordeste). O protesto exige que a presidenta Dilma Rousseff faça um veto integral às mudanças no Código Florestal, propostas pela bancada ruralista no Congresso Nacional. No interior do estado, a turma de licenciatura em Educação do Campo realizou um ato no campus da Faculdade de Filosofia “Dom Aureliano Matos”, da Universidade Estadual do Ceará (UECE), no município de Limoeiro do Norte.

Cerca de 500 camponesas oriundas de acampamentos e assentamentos do MST em todo o sertão de Pernambuco (região Nordeste) ocupam uma fazenda da empresa Copa Fruit, em Petrolina. Paralelamente, cerca de 300 mulheres da Via Campesina ocuparam a sede do INCRA, no Recife. As ações fazem parte da Jornada Nacional de Luta das Mulheres Camponesas contra o Agronegócio



e por Soberania Ambiental. A ocupação do INCRA tem como objetivo denunciar a extrema gravidade da situação do campo brasileiro e a total inoperância dos governos federal e estadual na implantação de uma profunda reforma agrária no estado de Pernambuco, que garanta a produção de alimentos saudáveis para o mercado interno, assegure a preservação ambiental e promova a distribuição da riqueza e da renda produzidas. Nesse sentido, as mulheres afirmam que não deixarão a sede do instituto antes de serem atendidas pelo superintendente e terem sua pauta de reivindicações atendida.

Cerca de 500 mulheres do MST ocupam uma fazenda para denunciar a utilização exagerada de agrotóxicos no município de Sousa, na região de Patos, na Mesorregião do Sertão do estado da Paraíba (região Nordeste). A fazenda Santana utiliza grandes quantidades de agrotóxicos para a produção de algodão, o que tem causado problemas de saúde para os trabalhadores da lavoura e para a comunidade que vive na região. Em média, cada brasileiro consome cinco litros de agrotóxicos por ano, dissolvidos nos alimentos e na água. A ocupação faz parte da Jornada de Lutas das Mulheres Camponesas, que promove protestos em Brasil em defesa dos direitos das mulheres, pela reforma agrária e contra as mudanças no Código Florestal.

Cerca de 500 mulheres do MST e da Via Campesina fazem uma audiência pública com representantes da Justiça Federal, em Vitória, no Espírito Santo (região Sudeste). A expectativa é que os juízes liberem a desapropriação de áreas improdutivas e das terras pertencentes aos Quilombolas. Atualmente, em todo o Brasil, 193 áreas se encontram com processos judiciais que impedem aquisição pelo INCRA, somando mais de 986 mil ha de terras, em todo o país, que dependem da Justiça para a sua liberação para a reforma agrária. A ação faz parte da Jornada de Lutas das Mulheres Camponesas, que mobiliza mulheres em todo o país por reforma agrária e contra as mudanças no Código Florestal, os agrotóxicos e o modelo do agronegócio. Enquanto aguardavam o resultado da audiência, as mulheres fizeram panfletagem sobre as consequências do uso do agrotóxico na sociedade e alertaram sobre os prejuízos à sociedade se foram aprovadas as mudanças no Código Florestal.

Cerca de 200 mulheres camponesas de assentamentos, acampamentos e comunidades indígenas de todo o estado do Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste) saíram às ruas de Dourados em protesto contra o uso de agrotóxicos. Com faixas, cartazes e batuques, elas fizeram passeata pela avenida Marcelino Pires. Muitas estavam utilizando máscaras de proteção e desenhos em forma de caveira, uma maneira encontrada para demonstrar a preocupação com a saúde no campo. Elas defendem o uso de novas tecnologias que contribuam com os trabalhadores e acabem com a utilização de agrotóxicos. As mulheres do campo estão reunidas em Dourados desde o dia 6 para discutir o uso desenfreado do produto e as consequências para a população e a natureza. A atividade faz parte da Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Camponesas. O objetivo é chamar a atenção da sociedade para discutir o modelo destrutivo do agronegócio, já que sua prática, segundo o movimento, está totalmente ligada ao alto consumo de agrotóxico. O grupo acredita que há um corredor com maior incidência de câncer em Ponta Porã, Dourados e Maracaju, onde há indícios que possa estar ligado ao grande consumo de veneno nas lavouras.

Mulheres do campo e da cidade do Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste) realizam luta contra o novo Código Florestal. A atividade faz parte da jornada Nacional de Luta das Mulheres da Via Campesina, na luta contra o modelo do agronegócio e pela soberania ambiental. No início da manifestação foram ocupados os trilhos dos arcos da lapa e colocado uma faixa pedindo “Veta Dilma”, com o objetivo de chamar atenção da sociedade e da imprensa para essa pauta urgente.

Nívia Regina, dirigente do MST, disse que as mudanças propostas atendem aos interesses dos ruralistas e afetam drasticamente o meio ambiente, prejudicando a todos, sobretudo às futuras gerações. No Rio de Janeiro, as camponesas distribuíram à população um modelo de carta, pedindo o veto da presidenta Dilma a vários artigos do novo código.

Mais de 2 mil pessoas se reúnem para a Marcha das Mulheres do Campo e da Cidade: Por Justiça Social e Ambiental. A manifestação teve início às 9h e seguiu até às 12h, em Curitiba – Paraná (região Sul). O ato integrou as articulações nacionais da Jornada de Lutas das Mulheres do Campo 2012, promovida pelas mulheres da Via Campesina, e agregou cerca de 20 organizações do Paraná, entre movimentos sociais, sindicatos e entidades estudantis. As principais pautas reivindicadas pelas manifestantes envolvem a luta contra o agronegócio, contra a violência do capital e do patriarcado, contra a aprovação do Novo Código Florestal e contra a economia verde defendida pelo capital na Rio+20. Além de pedirem à presidenta Dilma Rousseff que vete integralmente as alterações no Código Florestal que estão sendo discutidas na câmara, os movimentos sociais ligados ao campo querem que o governo elabore um programa ambiental, nos moldes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), voltado à formação de infraestrutura. Entre os trabalhadores rurais, a reivindicação, que faz parte da recém-deflagrada campanha “Veta, Dilma”, já vem sendo chamada de PAC do Meio Ambiente. Para Luiz Zarref, um dos coordenadores da Via Campesina, a política do governo deve incluir a regularização fundiária e uma política florestal e de geração de renda por meio de manejo.

## **6º feira 9**

Jagunços fortemente armados e a cavalo tentam intimidar as 600 famílias sem-terra que ocupam a parte pertencente ao governo do Distrito Federal da fazenda Toca da Raposa, em Planaltina, no Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste). A denúncia foi encaminhada ao ouvidor agrário nacional, desembargador Gercino José da Silva Filho. “Nós, mulheres camponesas, preocupadas com a segurança dos nossos filhos e companheiros, queremos responsabilizar o estado por qualquer ato de violência que venha acontecer. Solicitamos as devidas providências no sentido de coibir estas ações de violência, que já resultaram em massacres como Eldorado dos Carajás e Corumbiara”, disse Viviane Moreira, integrante do MST-DF. As camponesas denunciam que parte das terras da fazenda pertence à União e foi grilada pelo produtor de soja Mário Zanatta. Em novembro de 2004, o IBAMA apreendeu mais de meia tonelada de agrotóxico contrabandeado no local. Na época, quando a fazenda foi ocupada pela primeira vez, o latifundiário tentou comprovar a posse de parte da área, mas a documentação apresentada foi considerada inválida pelos institutos responsáveis pelo levantamento da documentação.

As 1.200 mulheres camponesas do MST mobilizadas em Maceió (região Nordeste) fazem uma marcha na principal via da cidade, a avenida Fernandes Lima, contra as mudanças no Código Florestal e pela reforma agrária. No Alto Sertão do estado, na cidade de Delmiro Gouveia, a 330km de Maceió, as mulheres também fazem uma marcha. Em direção ao centro da cidade, as famílias exigem do poder público a realização da reforma agrária, mais uma vez cobrando a legalização das terras do falido banco estadual (Produban) para fins de assentamento.

Cerca de 800 trabalhadoras rurais e urbanas do MST realizam uma manifestação no município de Bom Jesus das Selvas, no Maranhão (região Nordeste) para cobrar dos governos municipal, estadual e federal uma política para a reforma agrária e reforma urbana. A manifestação encerrou o

encontro de mulheres sobre soberania alimentar e contra as mudanças no Código Florestal. Na manifestação, as mulheres ocuparam a BR-222, uma das principais do estado, e realizaram uma passeata pelas principais ruas da cidade. Foram distribuídos materiais informativos sobre os riscos dos agrotóxicos nas plantações e sobre os perigos das mudanças no Código Florestal para a sociedade. O protesto reivindicou também a desapropriação da fazenda Rio do Sonho, ocupada por cerca de 1.500 famílias de sem-terra e sem-teto. O município de Bom Jesus das Selvas vive ameaçado por grandes projetos econômicos como as imensas plantações de eucaliptos. Cercada de latifúndios, que não geram empregos e impedem o desenvolvimento local, as famílias são obrigadas a morar na beira da rodovia que corta a cidade.

O Conselho Estadual da Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE) - São Paulo divulga um relatório com mais de 1,8 mil denúncias de violações de direitos humanos que teriam ocorrido em janeiro, durante a ação de reintegração de posse da área conhecida como Pinheirinho, em São José dos Campos, interior de São Paulo (região Sudeste). O relatório, que deverá ser publicado até o fim deste mês, inclui também denúncias sobre fatos ocorridos nos dias seguintes, quando os moradores foram levados para abrigos temporários. A assessoria de imprensa do governo do estado informou que o governador Geraldo Alckmin só vai se pronunciar quando receber oficialmente o relatório. O documento diz que houve violência da PM de São Paulo e da Guarda Municipal de São José dos Campos durante a reintegração, tanto na área da ocupação quanto nos bairros vizinhos. O major Marcel Soffner, da Comunicação Social da Polícia Militar, informou que a corporação só se manifestará após o recebimento oficial do relatório. O conselho recebeu 1.876 denúncias de ameaças e humilhações aos moradores do Pinheirinho por policiais e guardas municipais, de demolição de casas antes da retirada dos bens, de agressão física e de morte de animais, entre outras. Foram ouvidas 634 pessoas que, após a desocupação do terreno, foram levadas a abrigos provisórios. Conforme o relatório, a ocupação do Pinheirinho era “eminentemente familiar”, com forte presença de crianças e adolescentes –677 na faixa etária até 11 anos. Neste caso, diz o documento, um dos efeitos foi quebra do vínculo das crianças e adolescentes com a escola e a creche, o que gerou confusão nos primeiros dias nos alojamentos para onde foram levadas as famílias. Nos quatro abrigos temporários, o CONDEPE registrou a presença de 1.069 crianças e adolescentes e de 50 idosos. O documento será entregue à Procuradoria-Geral de Justiça de São Paulo, à Defensoria Pública, a órgãos do governo do estado e do município de São José dos Campos e ao Congresso Nacional. Em nota, a prefeitura de São José dos Campos diz que os ex-moradores do Pinheirinho foram acolhidos da melhor maneira possível, considerando-se o caráter emergencial e as dimensões do caso. De acordo com a prefeitura, o conselho tutelar fez diversas visitas aos abrigos e não encontrou irregularidades no acolhimento das crianças. A prefeitura informou que cedeu vans para levar as crianças à escola das crianças e que providenciou acompanhamento médico para os idosos.

## **Sábado 10**

Moradores da Vila Cruzeiro, no Complexo da Penha, zona Norte do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) denunciam soldados da Força de Pacificação de crime de tortura. Eles acusam quatro soldados de terem prendido um jovem de 16 anos, o levado para uma área vazia, o amarrado a uma árvore e o torturado durante horas.

## **Domingo 11**

Jovem da Vila Cruzeiro, zona Norte do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), quem acusa membros da Força de Pacificação de tê-lo torturado na madrugada do dia 10 de março, fez hoje o exame de corpo e delito. De acordo com o laudo, o jovem foi vítima de múltiplas agressões, estando algemado durante o processo de espancamento. A família do rapaz buscou auxílio na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) e o Ministério Público Federal do Rio instaurou inquérito civil e criminal para investigar as denúncias.

## **2ª feira 12**

Cerca de 1.500 militantes do Movimento Atingidos por Barragens (MAB) ocupam a sede da Chesf, em Recife – Pernambuco (região Nordeste), para exigir do governo garantias de direitos para as famílias atingidas por represas construídas para produção de energia. Os manifestantes alegam que, só na região do São Francisco, mais de 200 mil famílias foram desalojadas nas últimas décadas e a maioria ainda não pode reconstruir suas vidas.

Professores da rede pública de ensino do Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste) deflagram greve. Entre as principais reivindicações da categoria, está a exigência de equiparação média salarial com outras carreiras de nível superior do governo distrital. O item, segundo o Sindicato dos Professores no Distrito Federal (SINPRO-DF), consta de um acordo negociado em abril de 2011 cujo teor o governo não teria cumprido. O governo, por sua vez, afirma estar atendendo gradualmente ao acordo, já tendo, inclusive, concedido aumento salarial de 13,83% –que afirma ter sido o maior índice do país– e reajuste de 55% no valor do tíquete-alimentação, hoje de R\$ 304. O governo também cita a contratação de 400 profissionais efetivos, a implantação de um modelo de gestão democrática e a reforma de 300 escolas, além da oferta de cursos de licenciatura, especialização e formação continuada como demonstrações de que valoriza os professores. O SINPRO reconhece o reajuste salarial em conformidade com o aumento do Fundo Constitucional e do tíquete-alimentação, como “avanços importantes”, mas aponta que a maior expectativa da categoria é quanto à reestruturação do plano de carreira dos profissionais de educação, prevendo a isonomia salarial com as demais carreiras de nível superior do governo do Distrito Federal. O governo diz não poder conceder novos aumentos à categoria devido aos limites de gastos com despesas com pessoal impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mas promete retomar as negociações e reestruturar a carreira tão logo possível, e garante estar tentando viabilizar os recursos necessários à implantação do Plano de Saúde dos servidores ainda este ano.

Motoristas e cobradores dos ônibus de Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste) deflagram greve à 0h. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Belo Horizonte, não foi entregue nova proposta de negociação do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte. Os rodoviários reivindicam 49% de reajuste nos salários, folhas de tíquete-alimentação de R\$ 15, a instalação de banheiros femininos nos pontos finais e participação nos lucros e resultados. Os patrões ofereceram uma contraproposta de 13% de reajuste no salário dos motoristas e trocadores, com aumento de 20 minutos diários na jornada de trabalho, e de 9% para a manutenção e administração, ou aumento de 6% sem alteração na jornada. Também um abono de R\$ 150 na participação dos lucros, só para quem ganha até R\$ 1.000, e R\$ 300 para quem recebe acima desse valor. De acordo com o órgão, as estações Vilarinho, Barreiro e Diamante tiveram, respectivamente, 100%, 99% e 95% das viagens previstas descumpridas, enquanto nas

estações São Gabriel e Venda Nova cerca de metade das viagens foram realizadas. O sindicato dos trabalhadores desmente as informações e afirma que 30% da frota está em circulação, como exige a lei.

O Ministério Público do Trabalho denuncia o grupo agropecuário Santa Bárbara, do investidor Daniel Dantas, por manter trabalhadores em condições análogas à escravidão em uma propriedade na cidade de São Félix do Xingu, no estado do Pará (região Norte). Há cerca de um mês, fiscais do trabalho visitaram o local e constataram dezenas de ilegalidades. Cinco pessoas foram resgatadas na fazenda, usada para a criação de gado. O procurador José Manoel Machado pede agora uma multa de R\$ 20 milhões à Santa Bárbara, ligada ao grupo *Opportunity*. O relato dos trabalhadores é que o serviço tinha início às 5h30 e seguia até o início da noite, com um curto intervalo para o almoço. Trabalhadores de um núcleo da Santa Bárbara, segundo a denúncia, viviam em moradias improvisadas, de chão batido, sem banheiro nem acesso à água potável. Ainda conforme a acusação, os funcionários bebiam água de um córrego próximo, onde também tomavam banho. A fonte de água potável mais próxima ficava a 1,5 km de distância. Quando estocada, a água era mantida em galões de óleo combustível. Um jovem de 16 anos foi flagrado manuseando instrumentos cortantes, o que é proibido. O rapaz também dirigia uma moto sem habilitação e portava uma arma de fogo. Os barracos usados como alojamento não impediam a entrada de insetos e animais peçonhentos, afirma a Procuradoria do Trabalho. Também havia diferentes famílias vivendo em uma mesma casa, o que não é permitido pela legislação trabalhista. Além disso, foram constatadas condições degradantes em outros dois alojamentos, como condições insalubres e falta de material de primeiros-socorros. Funcionários de uma área da propriedade rural foram encontrados vivendo praticamente dentro de um curral, diz o Ministério Público. Ao todo, os fiscais aplicaram 43 autos de infração. Além de pedir o pagamento de R\$ 20 milhões, o procurador José Manoel Machado estipulou 35 providências a serem tomadas pela Santa Bárbara para regularizar a situação dos trabalhadores. Cada ponto descumprido acarretará uma multa de R\$ 50 mil.

### **3ª feira 13**

O MST do Distrito Federal e Entorno realiza ato político de solidariedade ao acampamento 8 de março, localizado em Planaltina – Distrito Federal (região Centro-oeste). Deputados federais, sindicatos e representantes de movimentos sociais participam da atividade que protesta contra a repressão aos movimentos sociais. O acampamento 8 de março foi formado em parte da fazenda Toca da Raposa, pertencente ao governo do Distrito Federal –grilada pelo produtor de soja Mário Zanatta. A área possui cerca de 1.700 ha e estima-se que 40% do total pertence ao governo. A Justiça concedeu a reintegração de posse em favor do grileiro, mesmo sem o pronunciamento do governo sobre a área pública reivindicada.

Cerca de 500 integrantes do MAB de Garibaldi, em Santa Catarina (região Sul), ocupam o canteiro de obras da hidrelétrica de propriedade da empresa Truinfo. Além de cobrarem pelos direitos dos atingidos –que estão sendo sistematicamente negados pela empresa– a ação ainda visa prestar solidariedade aos trabalhadores da obra, que também protestam por melhores salários e condições de trabalho. Após as ações em diversas estatais ao longo do dia, o ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria Geral da Presidência, recebeu uma comissão de representantes do MAB para uma audiência, no Palácio do Planalto em Brasília, para se discutir as pautas colocadas pelo movimento.

Após a Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Camponesas, integrantes do MST ocupam as agências do Banco do Brasil no Paraná (região Sul). A mobilização tem por objetivo a renegociação de dívidas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), infraestrutura nos assentamentos para o escoamento da produção, um programa para a construção de agroindústrias e assistência técnica para as famílias assentadas, e a construção de um crédito diferenciado para a agricultura familiar e a reforma agrária. A atividade nas agências bancárias acontece nos municípios da Lapa, Ponta Grossa, Cascavel, Ivaiporã, Londrina, Quedas do Iguaçu, Laranjeiras do Sul, Pitanga, Manoel Ribas, Jardim Alegre, Querência do Norte e Curitiba.

Cerca de 300 agricultores do MST se mobilizam em Maceió – Alagoas (região Nordeste) para cobrar negociação de dívidas contraídas com o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste. Os manifestantes, oriundos das regiões de Flexeiras e Atalaia ocupam a Superintendência do Banco do Nordeste, localizado na rua Alegria, no centro da cidade. Uma comitiva sentou-se com o superintendente do Banco do Nordeste porque, embora haja dívidas contraídas também com o Banco do Brasil, é naquele que se encontra o maior volume de débito. Desde os anos 50, a política agrícola vem passando pela chamada Revolução Verde, onde um pacote tecnológico de insumos/venenos, maquinário e mudanças genéticas vem se implementando no campo brasileiro aliado à manutenção de grandes extensões de terras e à financeirização da agricultura. Essa política de créditos disponibilizados via bancos tem, por sua vez, deixado em débito um grande contingente de agricultores.

Cerca de 70 trabalhadores rurais ocupam a agência do Banco do Brasil em Abelardo Luz, no estado de Santa Catarina (região Sul). Vários movimentos sociais, como o MST e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF) - Sul entregaram a pauta de reivindicação ao gerente da agência, tendo como pontos de pauta questões relacionadas aos problemas da seca na região, que alcança em torno de 97 municípios do estado. Outro ponto em discussão são as dívidas dos pequenos agricultores, seja por eventualidade de problemas climáticos ou por problemas de não prorrogação em tempo hábil estipulado pelo governo. Segundo os coordenadores da manifestação, durante essa semana diversas mobilizações irão ocorrer em várias agências do Banco do Brasil em toda região.

Treze militares acusados de integrar o movimento grevista dos bombeiros, iniciado no mês passado, são exonerados da corporação. O anúncio foi feito pelo comandante do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, coronel Sérgio Simões. A exclusão dos militares da corporação foi atribuída a um conjunto de ações que tinham como objetivo promover a paralisação dos serviços do Corpo de Bombeiros. Simões classificou como inaceitável a postura dos militares que aderiram à greve. Ele disse ainda que outros militares serão julgados pelos mesmos motivos. “Nós temos um sargento e dois oficiais que estão sendo submetidos a conselho. Nós vamos aguardar o relatório conclusivo e vamos avaliar o nível de participação, o nível de gravidade, individualizando a conduta de cada um”, explicou. Perguntado se considerava justo o salário dos bombeiros, Simões disse que a remuneração é compatível com a função desempenhada pelos militares. Ele destacou que, desde 2011, foram concedidos reajustes que, somados, chegam a 100%. Os bombeiros também ganharam auxílio-transporte no valor de R\$ 100, que será pago ainda este mês em uma folha suplementar. Já o reajuste que estava previsto para o final deste ano foi antecipado. “O governo vem atendendo às solicitações. Tivemos a antecipação das parcelas [de reajuste] previstas para o fim do ano, da ordem de 12%. Para 2013, [o governo] já está anunciado um novo reajuste de 25% a 26%, no mês de fevereiro”, disse. Os bombeiros que foram exonerados da corporação terão prazo de cinco dias para recorrer da decisão da Justiça Militar. Entre os militares punidos está o cabo Benevenuto Daciolo,

indicado como uma das lideranças que incitou a paralisação dos bombeiros no Rio de Janeiro. Daciolo foi preso quando voltava da Bahia, acusado de envolvimento com o movimento grevista da polícia daquele estado.

Cerca de 600 famílias do MST, que ocupam desde o dia 8 de março parte da fazenda Toca da Raposa, em Planaltina, no Distrito Federal (região Centro-oeste), fazem um ato político de mobilização. Elas pedem a destinação de 40% da área de 1.700 ha à reforma agrária. Segundo a coordenadora do acampamento, Viviane Moreira, a área em que as famílias estão acampadas pertence à Companhia Imobiliária de Brasília, órgão do governo do Distrito Federal, e foi ocupada irregularmente por um produtor de soja, que tem uma parcela das terras. O presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Domingos Dutra, presente no ato, considerou a ocupação da área pelas famílias como uma ação legítima. Ele disse que todo brasileiro tem direito à terra. No dia 9 de março, o MST-DF apresentou uma denúncia à Ouvidoria Nacional Agrária sobre ameaças que as famílias estão recebendo de homens armados. Na ocasião, Viviane Moreira declarou que responsabilizaria o estado por qualquer ato de violência que possa ocorrer no acampamento. A ocupação da fazenda Toca da Raposa faz parte da Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Camponesas 2012, que realiza ações em mais 15 estados do país.

Vigilantes em greve em todo o estado do Rio de Janeiro (região Sudeste) percorrem as ruas da capital do estado. Os vigilantes reivindicam reajuste de 10% sobre o salário, aumento do tíquete-refeição de R\$ 8,50 para R\$ 16,50 e assistência médica. Em função da greve, agências bancárias no interior do estado e em alguns bairros da capital estão fechadas. Segundo os grevistas, cerca de 60% dos 50 mil vigilantes em todo o estado aderiram à greve, que é por tempo indeterminado. Os vigilantes alegam que as reivindicações não estão sendo atendidas pelo Sindicato das Empresas de Segurança Privada de Rio de Janeiro (SINDESP-RJ) e que, em fevereiro, na última assembleia da categoria, o sindicato patronal anunciou que não haverá aumento de salário. O SINDESP-RJ informou, por meio de nota, que oferece aos vigilantes reposição integral da inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor dos últimos 12 meses. O sindicato garantiu ainda que vai instaurar dissídio coletivo de greve, devendo ser remarcada audiência de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), onde as negociações coletivas poderão ser retomadas. “Em virtude da greve dos vigilantes, marcada inicialmente para 07/03/2012 e adiada para 12/03/2012, o SINDESP-RJ e o Sindicato dos Bancos do Estado do Rio de Janeiro ajuizaram ação cautelar perante o TRT Primeira Região, sendo que, em 7 de março de 2012, a desembargadora Dra. Mery Bucker Caminha deferiu a liminar para assegurar o trabalho de pessoal necessário ao atendimento dos serviços inadiáveis, no mínimo de 40% do efetivo dos trabalhadores na base territorial dos sindicatos requeridos, observado o limite mínimo de um vigilante por agência bancária, sob pena de aplicação de multa diária de R\$ 15 mil aos sindicatos obreiros em caso de descumprimento”, diz a nota.

Professores em greve de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) realizam um ato público em frente à residência oficial do governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz. Segundo informações da PM, cerca de mil professores compareceram à manifestação que fechou a via marginal da Estrada Parque Taguatinga (EPTG), sentido Brasília. Segundo informações de representantes do SINPRO-DF, a solução para o final da greve estaria no repasse do Fundo Constitucional –recursos federais que são repassados ao governo local para custear, integralmente, os gastos com segurança pública e, parcialmente, as despesas com saúde e educação. A categoria alega que os recursos não estão totalmente aplicados na folha de pessoal da educação, cabendo ao governo do Distrito Federal o remanejamento desses valores.

#### 4ª feira 14

Como parte do Dia Nacional de Luta contra as Barragens, comemorado neste dia 14, o MAB faz uma marcha pelas ruas de Altamira, no Pará (região Norte), em protesto contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu. De acordo com a organização da marcha, o objetivo da ação é convencer o consórcio e autoridades do governo a abrir uma mesa de negociação sobre os direitos das populações que serão atingidas pelo empreendimento, parte do PAC. Uma das maiores preocupações dos integrantes do MAB é um recente estudo, divulgado pelo Instituto de Tecnologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), que apontou um número de atingidos pelo lago que se formará na usina 55% maior que a quantidade expressa no projeto. O levantamento mostra que o total de pessoas atingidas será 25,4 mil moradores, e não 16,4 mil, conforme previsão registrada no relatório de impactos ambientais do projeto. A Jornada Nacional de Lutas do MAB começou no dia 13 em diversas capitais brasileiras, com foco nas empresas estatais do setor elétrico. As mobilizações continuam hoje e, em todas elas, os militantes pedem o cancelamento da barragem. “Belo Monte é um caso nacional e internacional. Temos que expor para o mundo nossa discordância em relação à construção dessa barragem. A luta contra Belo Monte é uma das nossas pautas prioritárias nesta jornada”, disse Rogério Hohn, da coordenação do MAB.

As cerca de 600 famílias acampadas em parte da fazenda Toca da Raposa, no município de Planaltina, no Distrito Federal (região Centro-oeste) resistem à reintegração de posse já expedida pela Justiça. As famílias receberam o apoio de parlamentares, professores e representantes de movimentos sociais e sindicais em um ato político no acampamento. O acampamento 8 de Março é parte das mobilizações realizadas neste mês em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Os sem-terra ocupam um área do governo do Distrito Federal, mas o produtor de soja Mário Zanatta grilou a maior parte do terreno, segundo o movimento. O MST denuncia que na sede da fazenda 40 pistoleiros com armamento pesado ameaçam os sem-terra acampados.

Professores de todo o país cruzam os braços no primeiro dia da greve nacional da categoria que promete paralisar atividades durante três dias pelo cumprimento da Lei do Piso Nacional do Magistério, fixado neste ano em R\$ 1.451 pelo Ministério da Educação (MEC) para jornada de 40 horas semanais. Balanços parciais relatados por dirigentes de todo país dão conta de que em 24 estados e no Distrito Federal há atividades como passeatas, debates e atos públicos. Em Pernambuco (região Nordeste), estado que possui cerca de 35 mil professores e funcionários no setor, cerca de 80% das 1.109 escolas da rede estadual aderiram ao movimento. Além da capital, Recife, que tem três entidades filiadas à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) –que coordena a paralisação–, trabalhadores de Cabo de Santo Agostinho, em Paulista, Ipojuca, também aderiram a paralisação. No Distrito Federal, os professores já estão em greve em função das negociações de reajuste salarial com o governo. Além de cobrar o cumprimento da lei do piso, a paralisação nacional também defende o aumento dos investimentos públicos em educação. A CNTE quer que o Plano Nacional de Educação (PNE), que tramita na Câmara dos Deputados, inclua em seu texto uma meta de investimento mínimo na área, equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB), a ser atingida em um prazo de dez anos.

O MST encaminha ofício ao Conselho Estadual de Direitos Humanos de Pernambuco com denúncias das sistemáticas violações de direitos humanos cometidas contra famílias sem-terra acampadas na fazenda Serro Azul, no município de Altinho, agreste de Pernambucano (região Nordeste). O documento critica também a omissão do governo do estado.



Parentes de desaparecidos políticos e pessoas ligadas a entidades de defesa dos direitos humanos comemoraram a decisão do Ministério Público em Marabá – Pará (região Norte) de denunciar o coronel do Exército Sebastião Curió por sequestro de cinco pessoas na região do Araguaia, durante a ditadura militar. Os familiares dos sequestrados receberam apoio do movimento Tortura Nunca Mais e do Centro pela Justiça e o Direito Internacional.

## 5° feira 15

Em mais uma ação para marcar o Dia Internacional de Luta contra as Barragens, celebrado no dia 14, um grupo de integrantes do MAB realiza um ato em frente ao Ministério de Minas e Energia em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os manifestantes defendem uma pauta de reivindicações que inclui a renovação das concessões do setor elétrico e a oposição à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu. O movimento também é contra novas privatizações no setor. O grupo também quer uma política nacional para as famílias atingidas pelas barragens no país. O MAB também combate a construção de grandes hidrelétricas e os altos preços da energia elétrica pagos pelos consumidores. A interlocução do governo com o MAB está sendo feita pela Secretaria-Geral da Presidência da República. Integrantes do MST também participaram do protesto.

Petroleiros da Bacia de Campos fazem manifestação para lembrar os 11 anos do acidente da plataforma P-36, que afundou em março de 2011 e deixou 11 mortos. De acordo com o Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro-NF), as manifestações também serviram para chamar a atenção sobre a segurança nas plataformas da Bacia de Campos. De acordo com o sindicato, desde 1998 foram registrados mais de 1.600 acidentes na Bacia de Campos, que resultaram na morte de 119 trabalhadores. Apenas em 2011, segundo o sindicato, 17 petroleiros morreram devido a acidentes de trabalho em todo o país. Os protestos ocorreram nos aeroportos de Macaé e Cabo Frio, além do heliporto de Farol de São Tomé, em Campos, que servem de base para o transporte de petroleiros entre o continente e as plataformas.

O Sindicato dos Comerciantes de São Paulo (região Sudeste) promove uma manifestação em frente a uma loja da rede Pernambucanas, no centro da capital paulista. Segundo o presidente do sindicato, Ricardo Patah, o protesto objetivou chamar a atenção da população para as denúncias de trabalho análogo à escravidão na cadeia produtiva da rede. “Nós temos esse compromisso, em toda e qualquer situação que aparenta situações graves como essa, de fazer manifestações para conscientizar a sociedade”, disse. Como as Pernambucanas se recusaram a assinar um termo de ajuste de conduta (TAC), o Ministério Público do Trabalho (MPT) entrou, na semana passada, com uma ação civil pública contra a empresa. De acordo com a autora da ação, a procuradora Valdirene Silva de Assis, as investigações feitas entre agosto de 2010 e março de 2011 constataram o uso sistemático do trabalho análogo à escravidão pelos 200 fornecedores têxteis das lojas. Os fornecedores, de acordo com o MPT, contratam pequenas oficinas para confeccionar as roupas encomendadas pela rede. “Esse modo de produção é uma forma de tentar eximir o dono da cadeia produtiva da sua responsabilidade”, ressaltou a procuradora. Nesses locais, os trabalhadores, na maioria bolivianos, cumprem jornadas de até 16 horas [de trabalho], em condições insalubres, com pagamentos irrisórios. Na última fiscalização feita em uma dessas oficinas, 16 pessoas foram libertadas, incluindo dois adolescentes. O MPT aguarda agora a resposta do pedido de tutela antecipada feito na ação judicial. Caso a solicitação seja aceita, as Pernambucanas terão que agir imediatamente para impedir as irregularidades na cadeia produtiva. “O essencial é que coíba desde

o início a prática do trabalho escravo, impeça a contratação de trabalhadores em situação irregular no país e que zele pelo ambiente, tanto de trabalho, como alojamento desses trabalhadores e suas famílias”, ressaltou Valdirene. A rede Pernambucanas informou, por meio de nota, que já adota uma série de procedimentos para coibir práticas irregulares de seus fornecedores. A empresa sustenta que tem “uma equipe interna de auditores que trabalham com dedicação exclusiva na avaliação das práticas adotadas por seus fornecedores. Nessa frente, também conta com serviços de certificação de entidades reconhecidas nacional e internacionalmente”. Segundo o comunicado, a rede deixou que a situação fosse levada à esfera judicial para “manter íntegro o seu entendimento dos fatos”.

## **6º feira 16**

Mais de 300 famílias do MST e do MAB do acampamento Sebastião Bezerra da Silva realizam marchas pelas ruas de Palmas – Tocantins (região Norte) em apoio à greve nacional da educação. A luta esta sendo realizada em todo o território brasileiro em defesa da ampliação do investimento em educação para 10% do PIB ao longo da próxima década e a garantia do cumprimento imediato e integral da lei federal nº 11.738, que vincula o piso salarial profissional nacional à carreira do magistério.

Os professores da rede pública do estado de São Paulo (região Sudeste) terminam a greve que começou no dia 14. A categoria também resolveu conceder ao governo um prazo até abril para que cumpra o calendário de implantação do piso salarial. “Caso o governo não cumpra o calendário de implantação do piso salarial, vamos colocar em votação a realização de greve”, disse a presidenta do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), Maria Izabel Noronha. A paralisação de três dias teve adesão de mais de um terço dos professores, segundo a APEOESP, e de cerca de 5% deles, segundo a secretaria de Educação estadual. A greve estadual também é parte do movimento nacional convocado pela CNTE, já prevista para ser encerrada hoje. Na assembleia, eles aprovaram ainda a realização de uma nova assembleia no dia 20 de abril, na avenida Paulista. A Lei Nacional do Piso Salarial do Magistério Público foi criada em 2008 e determina um valor mínimo que deve ser pago a professores com formação de nível médio e jornada de trabalho de 40 horas semanais, sendo um terço desse tempo destinado às atividades extraclasse. Segundo a APEOESP, a secretaria estadual cumpre a remuneração mínima de R\$ 1.451, estipulado para 2012; porém, no que se refere à jornada de trabalho, o entendimento que o governo faz da legislação diverge da interpretação do sindicato. A entidade defende que o tempo de sete aulas seja dedicado a atividades como correção de provas e preparação das aulas. No planejamento atual, esse período é de apenas uma aula. O conflito de interpretações ocorre porque, segundo a secretaria, cada aula deveria ter 60 minutos, mas, desde janeiro, tem apenas 50 minutos. O governo alega que os dez minutos restante servem para que os docentes promovam as atividades extraclasse. Entretanto, para a APEOESP, esse período é destinado à mudança de salas de aula e atendimento a alunos. A Secretaria da Educação garante que “cumpre integralmente a Lei Nacional do Piso Salarial” e que os professores da rede estadual de ensino têm assegurada uma jornada em sala de aula correspondente a dois terços da carga horária total, que é o máximo permitido pela lei.

Cerca de 150 alunos organizam um protesto em frente à Escola Estadual “Erich Walter Heine”, em Santa Cruz, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Construída em parceria entre o governo do estado e a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), num investimento de R\$ 11 milhões, a escola esta sem professores, sem água e com as estruturas se deteriorando. Inaugurada oficialmente em maio de 2011, em evento que contou com a presença do governador Sérgio Cabral, a escola foi

criada como uma instituição modelo no ensino médio técnico em administração, e em padrões de sustentabilidade. No entanto, o ambicioso projeto dá sinais de fracasso em menos de um ano de funcionamento. Com palavras de ordem como “Vamos parar com a sacanagem. Erich Heine, tira a maquiagem!”, a manifestação também contou com a participação de professores e pais de alunos. No dia anterior, os alunos contam que foram liberados às 12h por falta de professores, quando deveriam estudar em horário integral, de 7h às 17h. Procurada para comentar as denúncias, a diretora Terezinha Lauermann não respondeu às mensagens deixadas em sua secretária eletrônica. Em nota, a secretaria estadual de Educação informou que está providenciando a contratação de professores para as disciplinas que apresentam carências (Português, Sociologia e Química). Segundo a secretaria, o problema de falta de água no colégio foi solucionado ontem, e as aulas retornarão no dia 19. Em relação à alimentação dos alunos, a secretaria informa que nunca recebeu denúncias de comida estragada por parte dos estudantes. O órgão está finalizando a compra de novos equipamentos e até o final deste semestre todas as refeições serão produzidas pela cozinha da escola.

### **Sábado 17**

O Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro (região Sudeste) entra com uma representação no Ministério Público pedindo que o órgão pressione o governo do estado a oferecer mais segurança às unidades públicas de saúde. A medida foi tomada após uma série de assaltos a postos e hospitais públicos da zona Norte do Rio de Janeiro. Só o Hospital Universitário Galfrée e Guinle, em um ano, registrou 12 queixas de roubos e furtos na delegacia da praça da Bandeira. O Conselho Regional de Medicina informou que pediu ao secretário de Segurança, Mariano Beltrame, a instalação de câmeras nas unidades que funcionam 24h e nas UPA's. Segundo o conselho, os roubos e a violência aos médicos são tão grandes, que são registrados até casos de médicas estupradas em serviço nos hospitais.

Clestina Leonor Sales Nunes e Milton Santos Nunes da Silva, líderes do MST de Miraporanga – Minas Gerais (região Sudeste) são assassinados quando iam fazer compras para o assentamento. O casal levava R\$ 1.600 que não foram roubados. Apenas o neto do casal, de 5 anos, sobreviveu. O INCRA está tratando o caso como crime de execução profissional. A criança é que buscou socorro. Após os bandidos fugirem, o menino caminhou por 5 km até encontrar um caminhoneiro para pedir socorro. O casal era líder do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e organizava um acampamento com 80 famílias na fazenda São José dos Cravos.

### **Domingo 18**

Moradores do Itaim-Bibi e de bairros vizinhos que frequentam o Parque do Povo, situado ao lado da Ponte Cidade Jardim, na zona sul da cidade de São Paulo (região Sudeste), fazem passeata para protestar contra a violência e pedir mais segurança na região. Os organizadores esperavam reunir em torno de mil pessoas, mas calcularam um pouco mais de duas centenas o total que compareceu. Maria Brito, uma das moradores e coordenadores do ato pelo grupo SOS Itaim, informou que tem sido comum a ocorrência de furtos e roubos, não só dentro do Parque do Povo, como na avenida Cidade Jardim e em vias próximas. Ela disse que, no entanto, não há uma estatística precisa, mesmo porque, em muitos desses casos, as vítimas nem chegam a ir até o décimo quinto distrito policial, onde é a delegacia mais próxima, para registrar a ocorrência. Na região, predominam prédios de

apartamentos residenciais de classe média alta e acima desse perfil econômico. De acordo com o relatos, os pertences levados em sua maioria são de pedestres abordados enquanto fazem a caminhada no parque ou seguem para o trabalho. “São celulares, tênis, bicicletas e até carrinhos de bebê, entre outros objetos tirados de quem vem ao parque ou das pessoas que estão indo pegar o trem [na estação da Vila Olímpia, da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos]”, disse Maria Brito. Ela acrescentou que as queixas se estendem aos arrastões em restaurantes e casas noturnas, um problema verificado também em outros pontos da capital paulista, como o Morumbi, na zona Sul, e a Vila Madalena, na zona Oeste. Os manifestantes recolheram assinaturas para um documento que será encaminhado a autoridades estaduais e municipais.

## **2ª feira 19**

Organizados pelo Movimento de Luta pela Terra (MLT), trabalhadores rurais de todo o Brasil acampam em frente ao prédio do INCRA em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Eles reivindicam a implantação imediata da reforma agrária. Os trabalhadores solicitam do governo agilidade nos processos de assentamento das famílias acampadas. “A efetivação de um assentamento, demora, em média, nove anos. É um absurdo, já que estudos do próprio INCRA demonstram que esse tempo pode ser reduzido para no máximo cinco anos. Ou seja, as famílias aguardam uma década por um solução. Resultado: após dois anos de acampadas, estão totalmente endividadas”, revelou Dayvid Santos, coordenador nacional do MLT em Sergipe (região Nordeste). Em 2011, segundo dados do INCRA, 20,6 mil famílias foram assentadas, numa área de 2,5 milhões de ha. Os números são contestados pelas entidades que defendem os trabalhadores do campo, que revelam que apenas 5,7 mil famílias teriam sido assentadas, em não mais que 328,2 mil ha. Para os sindicalistas, há uma manipulação dos números. Outra reivindicação dos trabalhadores é a manutenção dos recursos destinados à reforma agrária.

A Associação de Pós-Graduandos (APG) da Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais (região Sudeste) realiza um protesto nas redes sociais para chamar a atenção para o fato de que, há quatro anos, as principais bolsas brasileiras de fomento à pesquisa estão sem reajuste, acumulando uma perda estimada de 40%. No lugar de apito ou nariz de palhaço, um bolo com quatro velas. A Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) mantém uma campanha permanente que expõe a necessidade de um reajuste entre 36 a 39%.

O Ministério Público Federal (MPF) nos estados do Pará (região Norte) e de Mato Grosso (região Centro-oeste) e o Ministério Público Estadual de Mato Grosso pedem na Justiça a suspensão do licenciamento e das obras da Usina Hidrelétrica Teles Pires, que está sendo construída no rio de mesmo nome, entre os dois estados. Na quarta ação por irregularidades no licenciamento ambiental da obra, os procuradores da República e promotores de Justiça argumentam que os povos indígenas afetados pelo empreendimento não foram ouvidos. Na ação, o Ministério Público pede que a Justiça determine ao IBAMA e à Empresa de Pesquisa Energética (EPE) que o licenciamento e as obras da usina sejam suspensos imediatamente. Segundo o órgão, os povos Kayabi, Munduruku e Apiaká, que serão afetados pelo projeto, não foram ouvidos, como determina a Constituição Federal e convenções internacionais das quais o Brasil é signatário, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). As três primeiras ações do Ministério Público já haviam apontado falhas no processo de licenciamento, como estudos ambientais incompletos, problemas nas audiências públicas e a não realização de ações obrigatórias que poderiam reduzir os impactos da obra. A licença de instalação foi concedida pelo IBAMA em 19 de agosto de 2011. Em dezembro

de 2010, o leilão da usina só foi realizado depois que a Advocacia-Geral da União conseguiu derrubar uma liminar que suspendia a licitação, concedida pela Justiça Federal no Pará a pedido do MPF.

### 3ª feira 20

Trabalhadores rurais de várias partes do país se reúnem na Esplanada dos Ministérios, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para pedir melhorias nas condições de trabalho. Estimativas apontam que mais de 60% estão na informalidade. Os cerca de quatro mil manifestantes, segundo os organizadores, reivindicavam a criação de uma Política Nacional para os Assalariados Rurais, que tenha como foco o combate à informalidade, a geração de emprego e renda e a qualificação. Para o presidente da entidade, Alberto Broch, um dos problemas do Brasil é a fiscalização precária, uma vez que há apenas três mil fiscais para todo o país. “Temos que acabar com a impunidade dos exploradores do trabalho escravo”, defendeu Broch. Segundo o relatório *Uma Aliança Global contra o Trabalho Forçado*, aproximadamente 25 mil pessoas ainda trabalham em condições análogas às da escravidão no país. “O Brasil não pode elevar seu Produto Interno Bruto em cima do trabalho escravo, é com o suor desses trabalhadores que o Brasil vem crescendo economicamente, isso é um absurdo, não oferecer o mínimo de proteção a essas pessoas”, ressaltou o secretário de Assalariados e Assalariadas Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). No país, existem cerca de 5 milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais assalariados, dos quais 3,2 milhões estão em situação de informalidade, o equivalente a 64% do total. O trabalhador informal não tem direito à aposentadoria, ao auxílio-doença, ao décimo terceiro salário e ao pagamento de hora extra, entre outros. Para o presidente da CONTAG, é necessário regularizar a situação dos trabalhadores rurais e oferecer condições mínimas de trabalho a essas pessoas. Terminou sem acordo a reunião entre governo e representantes de trabalhadores rurais assalariados. O grupo, liderado pela CONTAG, reuniu-se por mais de duas horas com os ministros da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, e do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas. No entanto, os ministros não apresentaram nenhuma resposta ou proposta concreta e a negociação foi adiada até o fim de abril.

Os servidores da área de saúde do Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste) entram em estado de greve alegando que o governo local não está cumprindo o acordo negociado com a categoria em julho de 2011 para a incorporação aos salários dos 80% restantes da gratificação de atividade técnico-administrativa. Segundo representantes do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Distrito Federal (SindSaúde), estão previstas assembleias regionais para mobilizar toda a categoria, que reivindica também um prazo para implantação dos planos de Carreira, Cargos e Salários e de saúde até o segundo semestre deste ano. O governo do Distrito Federal tem de cumprir seus compromissos, disse a diretora de Finanças do SindSaúde, Marli Rodrigues. “O acordo foi feito com os servidores, deve ser cumprido, pois acordo não cumprido é igual a cheque sem fundo”, ressaltou. A sindicalista destacou que, “como aviso ao governo”, houve hoje paralisação de meia hora no Hospital Regional do Gama (região administrativa do Distrito Federal). “Denunciamos e, com certeza, vamos repetir [a paralisação de 30 minutos] em outros hospitais”, disse Marli. De acordo com o SindSaúde, o acordo que precisa ser cumprido pelo governo prevê a criação de cargos para os agentes comunitários de saúde, dentro da carreira de assistência pública de Brasília, a reintegração da gratificação de movimentação para servidores que residem no Entorno do Distrito Federal e a redução da carga horária de 30 horas semanais para 24 horas. A Secretaria de Administração Pública do Distrito Federal informou que o

acordo em questão está sendo cumprido e que o projeto de lei que prevê a incorporação de 50% da gratificação de atividade técnico-administrativa até setembro de 2012 não foi enviado à Câmara Legislativa devido a dificuldades orçamentárias do governo do Distrito Federal.

#### 4ª feira 21

Cerca de 20 mil trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista – São Paulo (região Sudeste) realizam manifestação pela desoneração do Imposto de Renda na Participação sobre Lucros e Resultados (PLR). Além dos metalúrgicos, a luta pela desoneração tem o apoio dos trabalhadores bancários de São Paulo, químicos, eletricitários de São Paulo e a Federação Única dos Petroleiros (FUP). As centrais sindicais também estão unidas pela bandeira. Em declaração à imprensa, Sérgio Nobre, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, disse que “a economia brasileira enfrenta desaceleração e há um reflexo sério no setor automotivo. A categoria dos metalúrgicos está sentindo esse efeito. Já foram anunciadas férias coletivas e paralisações por algumas montadoras do ABC”, disse Nobre. No ano passado, a média de Participação sobre Lucros e Resultados paga pelas montadoras foi de R\$ 12 mil, mas cerca de R\$ 2,5 mil foram pagos em imposto de renda. “Se houver a isenção, é mais dinheiro reaquecendo a economia”, afirma Nobre. Segundo informações dos sindicatos, a desoneração da Participação sobre Lucros e Resultados dessas categorias injetaria R\$ 1,6 bilhão na economia. O presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Wagner Gomes, reafirmou ao *Vermelho* que as centrais sindicais estão juntas pela desoneração da PLR. “Entendemos que a PLR não deve sofrer nenhum desconto, pois este já é realizado no salário. Fazer isso é descontar duplamente do trabalhador e isso nem é justo e nem certo”. Ele lembra que além da isenção do Imposto de Renda para a Participação sobre Lucros e Resultados, os trabalhadores estão mobilizados pelo fim do fator previdenciário, pela reformulação da política econômica e contra o processo de desindustrialização em curso.

Setenta comunidades quilombolas participantes do Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom) dão início à quarta ocupação da superintendência do INCRA, sediado em São Luís – Maranhão (região Nordeste). As comunidades presentes na ocupação reivindicam o cumprimento do acordo firmado em 2011 com a presidência nacional do órgão, consignado pelo presidente Celso Lacerda, e o fim da violência contra as comunidades. “A presidência do INCRA definiu que seriam realizados 54 relatórios antropológicos, mas segundo ofício do próprio órgão, encaminhado ao MPF do Maranhão, o INCRA se comprometeu em fazer apenas nove relatórios. Isso é a quebra do acordo firmado em 2011 e significa mais violência contra nós quilombola”, afirmou Gil Quilombola, coordenador do Moquibom, que está ameaçado de morte. Nos últimos dois anos, três quilombolas foram executados no Maranhão em razão dos conflitos fundiários. Há ainda mais de 70 quilombolas marcados para morrer no Maranhão. Além das comunidades quilombolas, se encontram no movimento comunidades de quebradeiras de coco, comunidades camponesas que esperam há décadas a desapropriação de latifúndios, responsáveis pela miséria do Maranhão.

Trabalhadores na saúde pública de São Paulo – SP (região Sudeste) iniciam uma greve de 48h para cobrar do governo estadual o início das negociações salariais. Dentre as reivindicações está um aumento salarial de 26%, a fim de repor parcialmente as perdas dos últimos anos; aumento do vale-refeição, que está congelado em R\$ 4 desde 2000, para R\$ 25,00; regulamentação da jornada de 30 horas para todos da saúde, aumento do prêmio de incentivo, aposentadoria especial, concurso público e revisão da lei complementar 1.080. Segundo o presidente do SindSaúde-SP, Benedito Augusto de Oliveira, o objetivo da paralisação é pressionar para que as negociações ocorram antes

da data-base, fixada em 1º de maio. “A categoria está revoltada com a ameaça de corte no vale-refeição, na insalubridade e um eventual aumento da jornada”, explica.

Um grupo de indígenas faz uma manifestação nas dependências da Câmara dos Deputados, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00, que prevê que o congresso dê a palavra final sobre a demarcação de terras indígenas e de áreas de conservação ambiental. A proposta foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania por 38 votos a 2.

O prédio da Secretaria da Agricultura do Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste) amanhece ocupado por agricultores sem-terra que reivindicam que o governador do DF, Agnelo Queiroz, promova reforma agrária em terras que estão sob domínio da Companhia Imobiliária de Brasília, responsável pelas terras públicas da região. Os agricultores chegaram ao prédio da Secretaria da Agricultura por volta das 6h30. Muitos deles foram acompanhados por toda a família. Indicando que pretendem ficar no local por tempo indeterminado, os sem-terra armaram barracas e colocaram colchões nos corredores e ao redor do edifício. O diretor Agrário de Reforma de Meio Ambiente da FETRAF do DF, Jorge Augusto Xavier, disse ainda que o esforço do grupo é para conseguir negociar diretamente com o governador Agnelo. Xavier disse que há um mês o grupo de agricultores tenta negociar com um interlocutor do governo do DF, sem sucesso. O subsecretário de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário do Distrito Federal, Francisco José Lopes, evitou entrar na controvérsia, mas assegurou que o governador irá negociar com os agricultores e buscar o fim do impasse. Segundo ele, o governo do Distrito Federal fez uma série de estudos técnicos sobre as áreas que podem ser usadas em assentamentos. “[É necessário avaliar porque] muitas dessas áreas são inviáveis para o assentamento, tem problema ambiental ou não ter capacidade de produzir. Nós estamos analisando essas áreas todas”, garantiu.

Vigilantes e bancários fazem uma manifestação nas ruas centrais da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste) em defesa de mais investimento na segurança das agências e contra a retirada das portas giratórias. De acordo com o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, em 2011 houve 14% mais roubos a bancos em todo país do que em 2010. Na cidade de São Paulo, o aumento chegou a 20%. Só em 2011, 49 pessoas morreram durante assaltos às agências bancárias do país, 16 delas em São Paulo. “A porta de segurança é um mecanismo que dificulta essa entrada do ladrão. Nós estamos mostrando para o cliente que se ele fica constrangido por causa da porta, o bandido também se constrange, porque ele precisa de agilidade para roubar”, disse a secretária-geral do sindicato, Raquel Kacelnikas. A Segunda Pesquisa Nacional de Ataques a Bancos, elaborada pela Confederação Nacional dos Vigilantes e a CONTRAF, divulgada hoje, aponta que em 2011 foram 1.591 ocorrências de casos de violência em agências bancárias. Desses, 632 foram assaltos, consumados ou não, e 959 arrombamentos de agências, postos de atendimento e caixas eletrônicos. São Paulo é o estado que lidera o *ranking*, com 538 ataques. Em segundo lugar, aparece o Rio Grande do Sul, com 130, e em terceiro a Bahia, com 112. Os números foram apurados com base em notícias publicadas pela imprensa, consulta aos dados disponibilizados por secretarias estaduais de segurança pública e informações de sindicatos e federações de bancários e vigilantes. “Os gastos dos bancos estão concentrados na preservação do patrimônio, do dinheiro, na segurança virtual. Nossa luta é para que se preocupem com bancários, vigilantes e clientes”, disse o diretor do sindicato, Daniel Reis. De acordo com o sindicato, as portas giratórias têm sido eficientes na redução dos assaltos. Em 2000, houve 1.903 ocorrências. Em 2010, o número baixou para 369, uma queda de 80,16%. Já em 2011, quando alguns bancos retiraram as portas giratórias, foram registrados 422 assaltos, um crescimento de 14,36%. A Federação Brasileira de Bancos

(FEBRABAN) disse, por meio de nota, que as instituições associadas à entidade “têm como sua maior preocupação a segurança de clientes, funcionários e consumidores”. Segundo o comunicado, os bancos investem anualmente quase R\$ 10 bilhões em segurança física e tecnológica. “De 2000 para 2010, houve uma queda de 82% nos assaltos às agências bancárias, que reduziu de 1.903 para 337 ocorrências”, ressalta a federação. A FEBRABAN destaca ainda que a legislação libera as instituições financeiras para determinar os padrões de segurança das agências “de acordo com as características de sua rede de atendimento”. De acordo com a entidade, todas as agências e postos de atendimento têm um plano de segurança, que estipula a instalação e o posicionamento dos equipamentos necessários, aprovado pela Polícia Federal.

O acampamento na fazenda Martinópolis, na cidade de Martinópolis – São Paulo (região Sudeste) é cercado pela PM. A fazenda, que pertence a Usina Martinópolis, foi ocupada pela sexta vez por trabalhadores rurais organizados pelo MST em 11 de fevereiro. Estão no local a Tropa de Choque, 10 viaturas, um caminhão do corpo de bombeiros, um ônibus da PM e diversas motos. O comandante da operação deu um prazo para que as famílias deixassem o local. Depois da ocupação, a usina entrou com um pedido de reintegração de posse no dia 13 de fevereiro. A juíza Andrea Schiavo, da comarca de Serrana, não concedeu, alegando que o valor das custas processuais estavam incompatíveis com o valor da área. Com isso, a Usina Martinópolis desistiu da causa e a juíza arquivou o processo em 7 de março. No entanto, a juíza reativou um processo de interdito proibitório de 2010 e o transformou em reintegração de posse. O acampamento Alexandra Kollontai conta hoje com 135 famílias que lutam por terra, trabalho e moradia.

As principais entidades científicas e industriais do país divulgam um manifesto criticando o corte orçamentário, de 23%, feito ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Assinam o manifesto instituições como a Confederação Nacional de Indústria e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

## **Sábado 24**

Estudantes do campus Guarulhos da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), em São Paulo (região Sudeste), decidem entrar em greve. Entre as reivindicações está a melhoria do transporte estudantil e da estrutura do campus. Uma nova reunião entre os universitários deverá acontecer na próxima semana. Atualmente, a universidade disponibiliza cinco ônibus fretados, gratuitos, para os alunos que não moram na cidade. Os veículos saem de Itaquera, na zona Leste de São Paulo, e vão até o campus. No entanto, as filas para embarcar são enormes e, com o grande número de alunos, os ônibus saem cheios, com estudantes viajando em pé. Segundo alguns usuários dos ônibus, muitos chegam atrasados nas aulas por conta de atrasos. Muitos também se queixam da falta de salas. Algumas aulas são dadas no Centro de Educação Unificado, que fica ao lado da universidade. Livros e mais livros são amontoados em caixas por falta de espaço na biblioteca. Além disso, os banheiros são precários e o acesso para as pessoas com deficiência é limitado, com apenas um local para chegar ao segundo andar. A UNIFESP não se pronunciou.

## **2ª feira 26**

Jovens organizados pelo movimento Levante Popular da Juventude promovem protestos em São Paulo – SP, Belo Horizonte – Minas Gerais, Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), Fortaleza –



Ceará, Belém – Pará (região Nordeste) , Curitiba – Paraná e Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) contra agentes da ditadura militar que torturaram, mataram e perseguiram militantes e pela instalação da Comissão da Verdade. Os jovens fazem uma ação semelhante ao que ocorre na Argentina e no Chile chamada de “escracho”, quando são realizados protestos para denunciar a participação de agentes dos regimes autoritários em perseguições, torturas e assassinatos. No Brasil, a ação recebeu o nome de “esculacho”. As manifestações denunciam que agentes da repressão continuam impunes, apoiam a instalação da Comissão da Verdade e exigem a apuração e a punição dos crimes cometidos durante a ditadura militar. A Comissão da Verdade tem como objetivo esclarecer situações de violação aos direitos humanos, ocorridas entre 1946 e 1988, como tortura, morte e ocultação de cadáveres. O órgão deve identificar os responsáveis pelas violações. Os jovens querem que a presidenta Dilma Rousseff indique os sete conselheiros que coordenarão os trabalhos. Em São Paulo e no Rio de Janeiro (região Sudeste) jovens realizaram protestos contra o torturador David dos Santos Araújo, o capitão “Lisboa”. Em São Paulo o ato ocorreu em frente a sua empresa de segurança privada Dacala, na zona Sul da cidade. Ele é assassino e torturador, de acordo com Ação Civil Pública do Ministério Público Federal. Em agosto de 2010, o Ministério Público Federal ingressou com ação civil pública pedindo o afastamento imediato e a perda dos cargos e aposentadorias do delegado da Polícia Civil pela participação direta em atos de tortura, abuso sexual, desaparecimento forçados e homicídios em serviço e nas dependências de órgãos da União. Em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste), cerca de 70 jovens participaram da ação em frente à residência do torturador Ariovaldo da Hora e Silva, no bairro da Graça. Em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) o ato foi em frente à casa do coronel Carlos Alberto Ponzi, ex-chefe do Serviço Nacional de Informações e um dos 13 brasileiros acusados pela Justiça Italiana pelo desaparecimento do militante político Lorenzo Ismael Viñas em Uruguaiana (RS), no ano de 1980. Em Fortaleza – Ceará (região Nordeste), cerca de 80 pessoas realizaram uma ação em frente ao escritório de advocacia do ex-delegado da Polícia Federal José Armando Costa, localizado no bairro da Aldeota. No Pará, em Belém cerca de 80 jovens realizaram o esculacho no prédio do torturador e apoiador da ditadura militar Adriano Bessa Ferreira. Em Curitiba – Paraná (região Sul), jovens realizaram ato público na Boca Maldita para denunciar os assassinatos, torturas e violações de direitos humanos na ditadura militar. Entre os denunciados está o tenente Paulo Avelino Reis, citado como torturador em documentos do Grupo “Tortura Nunca Mais”.

A ONG Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro) defende em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) a adoção de cotas em favor de afrodescendentes e de populações carentes no programa Ciência sem Fronteiras, que concede bolsas de estudo de mestrado, doutorado e pós-doutorado em universidades no exterior. O assunto foi tema de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. Desde janeiro deste ano, 1,5 mil estudantes foram contemplados com bolsas de estudo em universidades dos Estados Unidos e do Canadá pelo programa Ciência sem Fronteiras. Até o final do ano, a expectativa é que esse número chegue a 20 mil. O intuito do programa é conceder 100 mil bolsas até 2015. O Educafro considera que a maior parte da população brasileira (mais de 51% que se declara afrodescendente) fica em situação de desigualdade em iniciativas como essas no país. O programa é desenvolvido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com a participação do Ministério da Educação. A entidade cobra medidas especiais do governo para eliminar “desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a compensação de perdas provocadas pela discriminação e marginalização decorrentes de razões raciais, étnicas, religiosas e de gênero”. A ONG pretende colher 100 mil assinaturas para fortalecer a luta pela inclusão de negros no programa. O reitor da Universidade Zumbi dos Palmares, José Vicente, disse que pelo menos 2 mil

jovens negros entre os que estudam na instituição têm interesse em participar do programa Ciência sem Fronteiras.

Os fiscais federais agropecuários realizam uma manifestação com direito a abraço simbólico e distribuição de pizzas em frente ao Ministério da Agricultura em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Eles reivindicam a regulamentação do Decreto 7.127/10 que prevê a distribuição de cargos comissionados a servidores de carreira. O presidente do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários, Wilson Roberto de Sá, diz que a regulamentação do artigo levará em conta os méritos profissionais. “A posição [do sindicato] é uma só: queremos a implantação. Já fez dois anos [que o decreto foi assinado]. Nós estamos preocupados com todas as áreas administrativas do Ministério da Agricultura. É preciso que o ministro materialize o documento”, disse. O decreto determina que o ministro identifique os cargos nos órgãos específicos e nas unidades descentralizadas e indique três servidores, mediante os méritos profissionais de cada um, para ocupar os cargos comissionados, cabendo à administração pública uma gestão moderna com regulamentação de prazos e metas para o mandato de cada empossado. “O governo já implantou [os subsídios] em diversas carreiras que tem atividades iguais, parecidas e semelhantes às nossas, as carreiras que atuam nas áreas de fiscalização. O subsídio corrige uma série de distorções”, declarou o presidente do sindicato. O decreto que estabelece que os cargos de assessoramento superior sejam ocupados por servidores foi assinado há dois anos pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Procurado, o Ministério da Agricultura se limitou a informar que a secretaria executiva não recebeu qualquer comunicado sobre a manifestação de hoje dos fiscais.

A CUT lança em Campinas – São Paulo (região Sudeste) uma campanha nacional contra o imposto sindical. Segundo o presidente da CUT, Artur Henrique, a base da campanha é a proposta de um plebiscito nacional para saber a opinião dos trabalhadores sobre a cobrança obrigatória do imposto que, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, recolheu R\$ 2,5 bilhões no ano passado. Para marcar o lançamento da campanha, a CUT fez uma assembleia, hoje, em Campinas, onde conseguiu coletar cerca de 300 assinaturas contra a cobrança do imposto, que é descontado uma vez por ano de todos os trabalhadores com carteira assinada do país. O desconto é feito sempre no mês de março, independentemente de o trabalhador ser sócio ou não do sindicato da categoria. A campanha é pela aprovação uma lei que deixe por conta dos próprios trabalhadores a decisão de contribuir com o sindicato representativo de sua categoria.

### **3ª feira 27**

Na Câmara dos Deputados, se faz uma protesta contra os assassinatos de Antônio Tiningo, que era um dos líderes do MST em Pernambuco – Recife (região Nordeste), e de três militantes do MLST, na região do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais (região Sudeste). Os parlamentares atribuem os crimes à concentração da estrutura fundiária e à impunidade dos crimes ocorridos no campo. O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, deputado Domingos Dutra (PT), cobrou maior agilidade na realização da reforma agrária e disse que vai propor ao governo federal a criação de um “Programa de Aceleração da Cidadania”, com o objetivo de fortalecer os direitos sociais da população. “Diante de mais sangue derramado de trabalhadores rurais, espero que o governo acelere as medidas para combater a violência, mas, sobretudo, avance na execução da reforma agrária. Além do PAC, é importante que o governo construa um Programa de Aceleração da Cidadania. Vou apresentar essa proposta”, informou Dutra, que também disse que a comissão já está acionando os órgãos competentes para investigar os assassinatos. Outro deputado que lamentou os episódios e

apontou a impunidade como uma das causas foi o deputado Fernando Ferro (PT-PE). “Esses crimes são mais um retrato da violência do latifúndio e da nossa dificuldade em realizar a reforma agrária. Essa tragédia tem a ver com a impunidade e com a nossa estrutura agrária secular”, lamentou Ferro, que vai cobrar do governo de Pernambuco investigações rigorosas para que os responsáveis pelo assassinato de Antonio Tiningo sejam punidos.

Movimentos sociais, organizações de trabalhadores, artistas e intelectuais promovem uma série de manifestações para protestar contra a iniciativa militar, que afronta uma decisão governamental de não se comemorar o golpe de 1964. Em Campinas, no interior de São Paulo (região Sudeste), trabalhadores que ocupam a fábrica Flaskô, fundada durante o regime militar, na década de 1970. Organizaram o ato “Médici nunca mais!”. A manifestação é um protesto contra a “festa” promovida pelo Círculo Militar de Campinas, com o lançamento do livro *Médici. A verdadeira história*, que terá a presença do filho do ex-presidente ditador Emílio Garrastazu Médici. Outro grupo envolvido no evento militar é o Grupo Inconfidentes, de militares da reserva saudosistas dos anos de chumbo. Durante o ato, que reúne nomes ligados aos direitos humanos da região, diversos manifestantes se pronunciaram. Atualmente, apesar de ainda acumular dívidas, a comercialização do material cobre as despesas com fornecedores e paga os salários.

O MST realiza ocupações para reivindicar a regularização das três novas áreas de Eldorado do Sul, Charqueadas e Taquari, no Rio Grande do Sul (região Sul), e infraestrutura para produção de alimentos, além de moradia, eletrificação e água potável em assentamentos. Os sem-terra reivindicam ainda assentamento das mil famílias acampadas no estado e a liberação do convênio com o governo federal para compra de novas áreas destinadas a reforma agrária no valor de R\$126 milhões. Por determinação do governador Tarso Genro, em setembro de 2011 o secretário do Desenvolvimento Rural, Ivar Pavan, assinou um acordo com o MST destinando três áreas para assentar 36 famílias: a primeira em Eldorado do Sul, localizada próximo à BR-116 e à Estrada do Conde, a segunda em Charqueadas, localizada na antiga Colônia Penal Agrícola, e a terceira em Taquari, na antiga FEBEM. O acordo que definiu as áreas para a reforma agrária deriva de um documento anterior, de abril, em que o governo estadual havia se comprometido em assentar as mil famílias que vivem em acampamentos no Rio Grande do Sul até o final de 2011.

#### **4º feira 28**

Mais de mil integrantes do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) realizam uma manifestação nas ruas de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Eles pedem soluções dos governos federal e estadual para os problemas que os agricultores enfrentam devido à seca. Dentre as reivindicações dos camponeses estão a liberação de crédito emergencial de R\$10 mil, anistia para as dívidas acumuladas nos últimos anos em função de problemas climáticos e mudanças no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária.

Cerca de 400 pessoas fazem um protesto em frente à Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo contra uma nova taxa que será cobrada dos caminhoneiros. Os manifestantes interditam totalmente um dos sentidos da avenida Gastão Vidigal, zona Oeste da cidade de São Paulo (região Sudeste), um dos principais acessos à companhia. Trabalhadores do local também deflagraram uma paralisação. O valor e a data em que a taxa entrará em vigor ainda não foram definidos. Segundo a Companhia de Engenharia de Tráfego, todas as ruas próximas à companhia estão com o trânsito prejudicado. O reflexo da manifestação se estende às ruas que ficam a cerca de

2,5 km do local. O protesto é feito por caminhoneiros e donos de bancas que usam o pátio de estacionamento do entreposto. Eles protestam contra a nova taxa que os usuários do pátio terão de pagar pela permanência no local. Os manifestantes afirmam que terão de repassar o preço da taxa para os produtos. De acordo com a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, a nova taxa será implementada para que o entreposto obtenha recursos para a instalação de um sistema de câmeras de segurança e de controle de circulação no pátio. O novo sistema é uma exigência do Ministério Público de São Paulo, que investiga prostituição infantil no local.

Trabalhadores federais representados por 31 sindicatos de todo o país se reúnem em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para uma grande marcha pedindo a definição da política salarial, reposição inflacionária, valorização do salário-base e incorporação das gratificações para a categoria. A Campanha Salarial Unificada dos Servidores Federais de 2012 reivindica também a retirada da pauta do Congresso Nacional de Projetos de Leis Complementares (PLC) que subtraem direitos dos servidores públicos, como PLP 549/09, que congela os salários por 10 anos, e a PLC 2/2012, que cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal e privatiza a aposentadoria. O presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (SINAL), Sérgio da Luz Belsito, diz que há três anos os trabalhadores não têm aumento e que é necessário o aumento de salário para a valorização profissional. “Nós temos um índice de reposição. Há a necessidade desta reposição, estamos há três anos sem nenhum reajuste. Nós queremos a construção de uma política salarial permanente, o governo prometeu isto e até agora não temos nada”, disse. Ainda de acordo com Belsito, estão acontecendo movimentações semelhantes à de Brasília em outras capitais do país. Está marcada para 25 de abril uma nova assembleia geral com todos os sindicatos caso a reunião de hoje não apresente uma resposta satisfatória aos sindicalistas e servidores. De acordo com a Polícia Militar, cerca de 500 pessoas participaram da marcha somente no período da manhã.

A FUP, que reúne os principais sindicatos do setor, entra na Justiça com uma ação civil pública pedindo o cancelamento dos contratos de concessão de exploração e produção de petróleo e gás da Chevron e a proibição da atuação no Brasil da *Transocean*, empresa responsável pela perfuração dos poços. A ação foi impetrada na Décima Quarta Vara Federal do Rio de Janeiro, e o pedido se baseia nas questões referentes ao vazamento de petróleo acontecido em novembro de 2011 no Campo de Frade, na Bacia de Campos no Rio de Janeiro (região Sudeste), quando vazaram cerca de 2,4 mil barris de óleo. A FUP também pede que as empresas sejam condenadas a indenizar o Estado brasileiro por danos ambientais. A Chevron informou, por meio de sua assessoria, que não iria se pronunciar sobre o fato, porque ainda não havia tomado conhecimento da ação. A assessoria da Transocean disse que, no momento, não iria se posicionar sobre a questão.

Engenheiros agrônomos e peritos agrários do INCRA paralisam suas atividades em grande parte do país. A categoria reivindica a reestruturação de todas as carreiras técnicas e administrativas do INCRA e a equiparação salarial dos cargos de fiscais, engenheiros e peritos do INCRA aos dos funcionários do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa). Segundo o presidente da Associação Nacional dos Engenheiros Agrônomos do INCRA (ASSINAGRO), Ricardo de Araújo, os servidores do INCRA têm atribuições semelhantes aos do Mapa, mas um profissional de nível superior do INCRA recebe 40% do que um do mesmo nível do ministério. “Até 2008, os vencimentos eram semelhantes. Houve uma época em que os funcionários do INCRA recebiam um salário até maior que os do Mapa. O que estamos reivindicando não é nada mais que a equiparação salarial”, diz Araújo. O presidente diz que não há intenção das categorias entrarem em greve. “Nós

fizemos uma paralisação hoje e queremos esgotar todas as vias de diálogos para tentar encontrar uma solução”.

O Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública (FEDEP) promove a Marcha em Defesa da Educação Pública, na capital Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Participam do ato as entidades signatárias do fórum, como o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE) de Rio de Janeiro, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), a Associação Nacional dos Estudantes Livres (ANEL), setores estudantis vinculados a UNE e profissionais da educação e diferentes movimentos sociais. Neste dia 28 de março, fazem 40 anos do assassinato do estudante Edson Luís pela PM do Rio de Janeiro, durante a mobilização pela manutenção do restaurante estudantil Calabouço. Uma grande manifestação contra a morte do Edson Luis reuniu em 1968 mais de 60 mil pessoas nas ruas do Rio Janeiro em uma marcha histórica contra a ditadura militar. A data se tornou um marco para as manifestações de rua, onde as entidades levam denúncias como as práticas de repressão e criminalização que ainda são mantidas nas polícias militares. O encontro no Rio cobra das autoridades uma educação pública universal e de qualidade. Dentre as pautas principais está a valorização dos profissionais da educação, que no estado recebem um dos menores salários do Brasil, além da ampliação dos investimentos em educação pública tanto em nível federal, como estadual e nos diferentes municípios.

#### 5ª feira 29

É deflagrada uma greve por tempo indeterminado dos motoristas e cobradores de ônibus de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Maricá e Tanguá, na região metropolitana do Rio de Janeiro (região Sudeste). Em entrevista ao *Vermelho*, Joel Borges, diretor financeiro do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviários de Passageiros de Niterói a Arraial do Cabo (SINTRONAC), disse que a categoria está mobilizada e se concentra na sede do sindicato e no terminal rodoviário. Joel Borges informou que a greve segue pacífica e politizada e que cerca de 40% categoria está prestando atendimento à população. “Estamos cumprindo o que a lei determina. A Justiça já nos notificou, e caso não cumpramos, teremos que pagar multa é de R\$ 100 mil por dia”, explica. Segundo ele, os rodoviários exigem reajuste salarial de 16%, o fim da dupla função, reajuste de 50% no valor da cesta básica e o fim da função de motorista júnior. Segundo ele, é inadmissível que um motorista tenha que realizar as duas funções. “O motorista não pode falar ao celular enquanto dirige, então porque deve cobrar e dirigir ao mesmo tempo?”, questiona ele. “Já houve uma contraproposta das empresas, mas a categoria não aceitou. Elas ofereceram 10% de aumento no salário e 25% de reajuste da cesta básica. Não houve posicionamento quanto à extinção do motorista júnior”, acrescentou Joel.

Mulheres trabalhadoras fazem uma manifestação no Senado em Brasília, no Distrito Federal (região Centro-oeste), no encerramento do Março Mulher. Parlamentares participaram do evento quando manifestaram solidariedade e compromisso com a luta das mulheres por garantias de igualdade no mundo do trabalho. A deputada Alice Portugal, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB-BA), autora de um projeto na câmara, explicou às manifestantes o compromisso em votar o projeto que cria uma política de impulso para que as mulheres tenham salário igual ao dos homens na mesma função. Ela admite que o projeto tem sofrido resistência de alguns segmentos empresariais e políticos do país e do Congresso Nacional. Há dois anos tramitando na câmara, o texto original já sofreu alterações com a retirada da multa prevista para as empresas que descumprirem a lei. Segundo a parlamentar, agora existem manobras para retirar o cadastro dos que descumprirem o

regulamento, e explicou que o projeto ficará apenas com a obrigatoriedade das empresas de criarem uma comissão para garantir que as mulheres não sofram discriminação. Alice avalia que é pouco diante do projeto original, mas é um avanço diante da realidade que coloca um grupo significativo de mulheres trabalhadoras com remuneração de 70% do que ganham os homens em igual função.

Policiais federais, servidores da Receita Federal e policiais rodoviários federais realizam em diversos pontos do país uma mobilização para alertar sobre a precariedade da segurança nos 16,8 mil quilômetros de fronteiras do Brasil. Os policiais estão fazendo abordagens minuciosas nos veículos e distribuindo material informativo sobre o movimento. Segundo o presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPEF), Marcos Wink, a ideia é buscar o apoio da população. “Há tempos estamos alertando o governo sobre o déficit de agentes da Polícia Federal (PF) nessas áreas. A PF tem em seu quadro 13 mil policiais para atender todos os serviços. Precisaríamos de, pelo menos, uns 35 mil”, disse Wink. Segundo ele, quase 80% do efetivo faz trabalho burocrático. Na Ponte Internacional da Amizade, em Foz do Iguaçu, onde a mobilização tem grande adesão, há grandes filas de carros, mas, segundo a polícia, não há tumulto no local, que conta com 200 servidores atuando. A operação padrão está sendo realizada também no posto em Santa Terezinha de Itaipu no estado do Paraná. Todos os veículos que passam pela BR-277 estão sendo fiscalizados. “Esse tipo de operação tinha que ser mesmo padrão, fiscalizar sempre cada pessoa que entra no país, ver se não é procurado pela polícia, se não está trazendo drogas”, destacou o presidente da FENAPEF. A categoria reivindica ainda a criação de um “adicional de fronteiras” para aqueles que trabalham nessas regiões. As entidades pedem que essa remuneração extra abranja servidores de áreas de difícil provimento, como é o caso da Região Norte. De acordo com Marcos Wink, um policial que atua na fronteira recebe o mesmo salário do que está lotado em grandes centros urbanos.

Os trabalhadores da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) decidem encerrar a paralisação iniciada no dia 28 contra o edital que prevê um novo sistema de controle do estacionamento no local. Segundo o diretor administrativo do Sindicato dos Permissionários das Centrais de Abastecimento de Alimentos do Estado de São Paulo, José Luiz Batista, a paralisação terminou por volta das 14h após a decisão da companhia de suspender o edital por 15 dias, prorrogáveis por mais 15, para discussão dos pontos em que há divergência. A paralisação ocorreu porque no dia 2 de abril seria escolhida uma das empresas inscritas no processo de licitação para explorar o estacionamento. A ganhadora do processo terá de investir cerca de R\$ 20 milhões na modernização do espaço, o que, segundo o diretor operacional da Ceagesp, Luiz Ramos, implicará repasse de custos aos usuários. Com isso, um caminhão de dois eixos que estacionar por até dez horas no local pagará R\$ 10 e ficará sujeito a uma tarifa punitiva de R\$ 50 se passar desse prazo. Para um caminhão de três eixos, a taxa, também por dez horas, é R\$ 11, com tarifa punitiva de R\$ 60 para as horas excedente. De acordo com a companhia, a quase totalidade (90%) dos caminhões que entram no entreposto ficam estacionados por até dez horas. Hoje de manhã, manifestantes bloquearam a entrada de caminhões e o acesso ao estacionamento, sob vigilância de policiais militares. “O diálogo com a companhia nos foi negado, e isso causou a paralisação. Agora, vamos começar o diálogo sobre os pontos [do edital] em que há divergência. Não somos contra o projeto. Somos contra nossa não participação no edital”, disse Batista. Em entrevista coletiva no fim da tarde, o presidente da companhia, Mário Maurici, disse que os pontos divergentes serão discutidos, mas descartou um recuo quanto à cobrança do estacionamento. “Não vamos recuar. A questão não é cobrança de taxa, é controle do mercado. Numa área como essa, de 700 mil m<sup>2</sup>, há pessoas andando livremente de um lado para outro. É impossível dirigir uma instituição nessas condições. Precisamos implantar os controles, e esses investimentos precisam ser

cobertos”. Para garantir a normalidade no abastecimento e na comercialização de produtos no local, a direção da companhia obteve liminar do juiz Julio Cesar Silva de Mendonça Franco, da Primeira Vara Cível do Foro Regional IV-Lapa, requisitando a força policial necessária para que a posse do local seja retomada, caso algumas pessoas decidam continuar a movimentação.

### **6ª feira 30**

Os cerca de cinco mil trabalhadores do Consórcio Construtor Belo Monte no Pará (região Norte), responsável pelas obras da terceira maior hidrelétrica do mundo, entram em greve geral. Segundo nota publicada na imprensa, as reivindicações são aumento salarial, redução dos intervalos entre as baixadas (visita dos trabalhadores a suas famílias) de seis pra três meses, o não-rebaixamento do pagamento e solução de problemas com a comida e água. A nota esclarece que a paralisação, no canteiro de obras do Sítio Pimental, teve início após um acidente de trabalho que matou o operador de motosserra Francisco Orlando Rodrigo Lopes, de Altamira. Em declaração à imprensa, os trabalhadores denunciaram que “a pauta é a mesma de antigamente: tudo o que está no acordo coletivo e que não foi cumprido”. Segundo os trabalhadores, “no último pagamento cortaram as horas-transporte, o que diminuiu em até R\$ 600 o salário do peão. Pra quem vem de fora o salário já não estava bom. Com esses 600 a menos, nem vale a pena ficar”. O trabalhador morto em acidente, que, segundo operários prestava serviços para o Consórcio Construtor Belo Monte, era da empresa terceirizada Dandolini e Peper, e estava trabalhando na derrubada de árvores no canteiro Canais e Diques. “Nós não temos segurança nenhuma lá. Falta EPI [equipamento de proteção individual], sinalização e principalmente gente pra fiscalizar”, reclamam os trabalhadores.

A audiência de conciliação no TRT entre representantes do Sindicato dos Rodoviários de Niterói e integrantes do Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários do estado termina sem acordo. A categoria, que deu início à greve na madrugada do dia 29, decidiu manter a paralisação por tempo indeterminado, segundo informou o TRT, por meio de sua assessoria de imprensa. Ainda de acordo com o tribunal, os representantes marcaram uma nova reunião para o dia 2, às 13h. Os rodoviários reivindicam aumento salarial de 16%, fim da dupla função, extinção da função de motorista júnior e um reajuste de 50% no valor da cesta básica. O sindicato patronal manteve a proposta de 10% de reajuste sobre o atual salário e 25% de aumento na cesta básica. De acordo com superintendente do Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários do Estado de Rio de Janeiro (Setrerj), Márcio Barbosa, as empresas de ônibus estão dispostas em manter a proposta apresentada, caso os rodoviários voltem ao trabalho ainda hoje. Segundo ele, caso contrário a proposta volta a ser os 5,6% com base no reajuste da inflação do ano passado.

Cerca de 100 funcionários da Locanty fazem um protesto na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) denunciando que a empresa tentou induzi-los a assinar um documento abrindo mão dos seus direitos trabalhistas. Hoje é o último dia de contrato da Locanty com a câmara, pois a empresa foi acusada de fraudes e irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas do Município. Os trabalhadores ainda alegaram que muitos outros funcionários foram induzidos a pedirem demissão, antes de serem oficialmente demitidos.

## Sábado 31

Parentes e amigos do estudante Roberto Laudisio Curti, morto pela polícia da Austrália no dia 18 de março, organizaram um protesto, em frente ao consulado daquele país em São Paulo – SP (região Sudeste). Suspeito de furtar um pacote de biscoitos, o jovem de 21 anos foi morto, após ser alvejado por disparos de armas elétricas, conhecidas como *tasers*. Os manifestantes depositaram pacotes de biscoitos e levantaram faixas e cartazes em frente ao edifício onde fica a representação diplomática da Austrália. Depois, o grupo saiu em passeata pela avenida Paulista, região central da cidade. “O objetivo dessa manifestação é tentar agilizar a vinda do corpo para cá e para ver se a polícia faz algum tipo de retratação” disse, emocionada, Patrícia Luadisio, tia de Roberto. O Ministério das Relações Exteriores divulgou no dia 20 uma nota cobrando explicações das autoridades australianas sobre as circunstâncias da morte do estudante brasileiro. Curti estava morando temporariamente na casa de uma irmã, em Sidney, casada com um australiano, para estudar inglês. A outra irmã do rapaz, que vive no Brasil, viajou à Austrália para acompanhar as investigações do caso. O cônsul-geral do Brasil na Austrália, Américo Fontenelle, acompanha pessoalmente as investigações e a assistência prestada à família de Curti, segundo o Itamaraty.

A maior parte dos ônibus de Niterói e municípios vizinhos da região metropolitana do Rio de Janeiro (região Sudeste) voltam a circular apesar da decisão dos rodoviários de manter a greve por tempo indeterminado, tomada no dia 30 em assembleia. Na Baixada Fluminense, a decisão da categoria foi pela suspensão da greve até a próxima o dia 2, quando haverá, às 13h, uma nova audiência de conciliação com as empresas no TRT. De acordo com o presidente do Sindicato dos Rodoviários de Niterói e Região (São Gonçalo, Itaboraí, Maricá e Tanguá), Joaquim Soares, a assembleia que decidiu pela manutenção da greve não foi plenamente representativa. “A direção do sindicato teve que acatar a decisão, mas o interesse de continuar a greve não é o da maioria dos rodoviários”, disse. Na audiência que terminou sem acordo, o Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários do Estado manteve a proposta de 10% de reajuste salarial e 25% de aumento do valor da cesta básica, mas condicionou a oferta ao retorno imediato dos rodoviários ao trabalho. Caso contrário, a proposta voltaria a ser de 5,6% de aumento, com base na inflação de 2011. Entre outros itens, os rodoviários reivindicam 16% de aumento salarial e reajuste de 50% no valor da cesta básica.

A Associação Brasileira de Busca e Defesa a Crianças Desaparecidas, conhecida como Mães da Sé, protesta contra a falta de políticas públicas para solucionar o desaparecimento de pessoas no país. Com cartazes e fotos dos jovens que procuram, os parentes ocuparam as escadarias da Catedral da Sé, centro de São Paulo – SP (região Sudeste).

## Glossário de siglas

|          |   |
|----------|---|
| Alerj    | Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro                  |
| Andes-SN | Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior |
| ANEL     | Associação Nacional dos Estudantes Livres                           |
| ANFFA    | Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários               |
| ANPG     | Associação Nacional de Pós-Graduandos                               |
| APEOESP  | Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo |



|           |  |
|-----------|--|
| APG       | Associação de Pós-Graduandos   |
| ASSINAGRO | Associação Nacional do Engenheiros Agrônomos do INCRA                        |
| BC        | Banco Central  |
| Chesf     | Companhia Hidro Elétrica do São Francisco                                    |
| CNBB      | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil                                    |
| CNTE      | Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação                          |
| CONDEPE   | Conselho Estadual em Defesa dos Direitos da Pessoa Humana                    |
| CONTAG    | Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura                       |
| CONTRAF   | Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro                   |
| CSA       | Companhia Siderúrgica do Atlântico   |
| CTB       | Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil                          |
| CUT       | Central Única dos Trabalhadores  |
| Educafro  | Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes                          |
| Embrapa   | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária                                  |
| EPE       | Empresa de Pesquisa Energética   |
| FEBRABAN  | Federação Brasileira de Bancos   |
| FEDEP     | Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública                                   |
| FENAPEF   | Federação Nacional dos Policiais Federais                                    |
| FETAGRI   | Federação dos Trabalhadores na Agricultura                                   |
| FETRAF    | Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar |
| FUP       | Federação Única dos Petroleiros  |
| IBAMA     | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis     |
| INCRA     | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária                          |
| INSS      | Instituto Nacional do Seguro Social  |
| ITESP     | Instituto de Terras do Estado de São Paulo                                   |
| MAB       | Movimento dos Atingidos por Barragens  |
| MEC       | Ministério da Educação   |
| MLST      | Movimento de Libertação dos Sem Terra  |
| MLT       | Movimento de Luta pela Terra   |
| MMM       | Marcha Mundial de Mulheres   |
| Moquibom  | Movimento Quilombola do Maranhão   |
| MPA       | Movimento dos Pequenos Agricultores  |
| MPF       | Ministério Público Federal   |
| MPT       | Ministério Público do Trabalho   |
| MST       | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra                                 |
| MTD       | Movimento dos Trabalhadores Desempregados                                    |
| MTST      | Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto   |
| OAB       | Ordem dos Advogados do Brasil  |
| ONG       | Organização não Governamental  |
| PAC       | Programa de Aceleração do Crescimento  |
| PCdoB     | Partido Comunista do Brasil  |
| PF        | Polícia Federal  |
| PLC       | Projetos de Leis Complementares  |
| PM        | Polícia Militar  |
| PNE       | Plano Nacional de Educação   |
| Pronaf    | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar                  |
| PSOL      | Partido Socialismo e Liberdade   |

|               |   |
|---------------|---|
| PT            | Partido dos Trabalhadores   |
| PTB           | Partido Trabalhista Brasileiro  |
| SEPE          | Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação  |
| Setrerj       | Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários do Estado de Rio de Janeiro                     |
| SINPRO-DF     | Sindicato dos Professores no Distrito Federal   |
| SINAL         | Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central  |
| SINDESP-RJ    | Sindicato das Empresas de Segurança Privada de Rio de Janeiro                                     |
| SINDICAM-SP   | Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens do Estado de São Paulo                |
| Sindipetro-NF | Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense   |
| SindSaúde     | Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Distrito Federal             |
| SINTRONAC     | Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviários de Passageiros de Niterói a Arraial do Cabo |
| TRT           | Tribunal Regional do Trabalho   |
| TST           | Tribunal Superior do Trabalho   |
| UBES          | União Brasileira dos Estudantes Secundaristas   |
| UECE          | Universidade Estadual do Ceará  |
| UFF           | Universidade Federal Fluminense   |
| UFPA          | Universidade Federal do Pará  |
| UNE           | União Nacional dos Estudantes   |
| UNIFESP       | Universidade Federal de São Paulo   |

**Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise do Conflito Social e da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL-CLACSO).**

**Coordenação: prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ).**

**Pesquisadora assistente: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ).**

**Assistentes de pesquisa: Peter Sana (LPP/UERJ) e Taisa Falcão (LPP/UERJ).**

**Fontes: Jornal O Globo, Agência Brasil, site do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA e O Vermelho.**

Consejo Latinoamericano  
de Ciencias Sociales



Conselho Latino-americano  
de Ciências Sociais



OSAL

Observatorio Social de América Latina  
Publicación electrónica

## Cronología del Conflicto Social

Brasil

Abril de 2012

Editada en septiembre de 2012



Asdi  
Agencia Sueca  
de Desarrollo Internacional



Norad  
Agencia Noruega para la  
Cooperación al Desarrollo



Govern  
de les Illes Balears

Conselleria d'Afers Socials,  
Promoció i Immigració  
Direcció General de Cooperació

El Observatorio Social de América Latina [OSAL] cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional [ASDI], la Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo [NORAD] y la Agencia de Cooperación Internacional de las Islas Baleares [ACIB].

# Documento de trabajo N° 1124

**Realizado por el Comité de Seguimiento y Análisis  
del Conflicto Social y la Coyuntura de  
Brasil**



|             |   |
|-------------|---|
| Integrantes | prof. Dr. Roberto Leher<br>Alice Coutinho da Trindade<br>Peter Sana<br>Taisa Falcão                                   |
| Fuentes     | Jornal O Globo, Agência Brasil, site do<br>MST, Centro de Mídia Independente (CMI),<br>Boletim DATALUTA e O Vermelho. |

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en el documento incumbe exclusivamente al autor o a los autores firmantes y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinada a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de los movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado es uno de los resultados de este trabajo de relevo y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un escrito en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social y las medidas políticas llevadas a cabo durante el mes indicado en el país referido.

La cronología presentada ha sido elaborada por uno de los **Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación del equipo de investigación mexicano, que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

#### Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana

| PAÍS                                      | INSTITUCIÓN                                 | COORDINACIÓN                                       |
|---|---|--|
| Argentina y Uruguay                       | PIMSA (Argentina)                           | María Celia Cotarelo                               |
| Bolivia                                   | CIDES – UMSA                                | Dunia Mokrani Chávez<br>Pilar Uriona Crespo        |
| Brasil                                    | LPP - UERJ                                  | Roberto Leher                                      |
| Chile                                     | DI - UARCIS                                 | Juan Carlos Gómez Leyton                           |
| Colombia                                  | Escuela Nacional Sindical                   | Guillermo Correa Montoya                           |
| Costa Rica                                | IIS - FCS - UCR                             | Sindy Mora Solano                                  |
| Ecuador                                   | Centro de Investigaciones CIUDAD            | Mario Unda   |
| Guatemala                                 | FLACSO Guatemala                            | Simona Yagenova                                    |
| México                                    | FCPS - UNAM                                 | Massimo Modonesi<br>Lucio Fernando Oliver Costilla |
| Panamá, El Salvador, Nicaragua y Honduras | CELA "Justo Arosemena" (Panamá)             | Marco A. Gandásegui (h)                            |
| Paraguay                                  | Centro de Documentación y Estudios          | Quintín Riquelme                                   |
| Perú                                      | Instituto de Estudios Peruanos              | Ramón Pajuelo Teves                                |
| República Dominicana y Puerto Rico        | CES "Padre Juan Montalvo" (Rep. Dominicana) | Octavio Figueroa                                   |
| Venezuela                                 | PROVEA                                      | Marco Antonio Ponce                                |

## **Brasil**

### **Cronologia do conflito social**

#### **Abril de 2012**

#### **Domingo 1**

Cerca de 40 famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupam a fazenda Palmeiras no município de Carmo do Paranaíba, no estado de Minas Gerais (região Sudeste). A fazenda pertence à massa solvente Ofir de Castro. A área, de 120 ha, faz parte de um conglomerado de outras quatro propriedades dessa mesma massa solvente, que juntas totalizam cerca de 800 ha. Atualmente, por volta de 150 famílias do movimento ocupam quatro das cinco áreas pertencentes ao grupo. As áreas são reivindicadas para fins de reforma agrária.

Cerca de 300 pessoas se reúnem em frente ao Cemitério da Consolação, região central de São Paulo – SP (região Sudeste), em um protesto contra os 48 anos do golpe militar de 1964. A data de 1º de abril, Dia da Mentira, deu o mote à organização do ato, que batizou o evento como “Cordão da Mentira”. O Cordão da Mentira é uma reunião de coletivos políticos, grupos de teatro e de sambistas de diversas escolas de samba paulistanas. Com um carro de som, bateria e quatro sambas compostos especialmente para a data, o grupo percorreu diversas ruas de São Paulo, em locais considerados por eles como emblemáticos durante o regime militar. Os manifestantes seguram cartazes com fotos de mortos e desaparecidos durante a ditadura e leram poemas pedindo punição aos ditadores. “O Brasil é o único país da América Latina que não julgou os criminosos da ditadura”, disse uma das organizadoras do protesto, Priscila Oliveira. “Como não tivemos esse julgamento, temos heranças, marcas ainda presentes de repressão e violência contra movimentos sociais e o direito de livre expressão”.

#### **2ª feira 2**

Integrantes do MST ocupam a sede da Secretaria de Educação de Barreiras, na região oeste da Bahia (região Nordeste). Eles reivindicam melhorias para as escolas municipais que funcionam nos acampamentos e assentamentos no município. Entre as reivindicações estão a melhoria no sistema de transporte escolar, a troca de cadeiras nas salas de aula e a revisão sobre a quantidade de merenda escolar enviada para os estudantes.

O trabalhador rural ligado ao MST Pedro Bruno é assassinado com vários tiros, próximo ao engenho Pereira Grande, no município de Gameleira, zona da Mata Sul de Pernambuco (região Nordeste). Pedro Bruno era assentado no Assentamento “Dona Margarida Alves” e se dirigia ao assentamento Frescudim quando foi alvejado por vários tiros de arma de fogo. O MST acredita que o assassinato de Pedro Bruno tenha sido uma retaliação à reocupação do engenho Pereira Grande, que ocorreu no dia primeiro de abril. O engenho Pereira grande pertence à Usina Estreliana e é uma das áreas mais emblemáticas de conflitos de terra no estado de Pernambuco.

Cerca de 700 trabalhadores do MST ocupam pela segunda vez em menos de 30 dias a BR-304, que liga Natal ao interior do estado do Rio Grande do Norte (região Nordeste). O trancamento da rodovia denuncia as ações do poder judiciário da região, que emitiu mandatos de despejos ilegais

em três áreas de acampamentos do MST. Um dos acusados é o juiz Lira, da comarca de Ceará Mirim, que já emitiu vários mandatos de reintegração de posse em áreas que nem mesmo estavam em sua jurisdição. Um deles foi o desmembramento de uma área no município de Pureza. Na ocasião, o juiz emitiu um mandato de prisão para a superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) caso o órgão se recusasse a fazer o desmembramento da área. O MST afirma que somente deixará a rodovia quando as autoridades responsáveis tomarem providências para que os mandatos sejam cancelados e os juízes voltem atrás de suas decisões.

Um grupo numeroso de sem-teto faz uma manifestação na praça Roberto Gomes Pedrosa, em frente ao Estádio do Morumbi, em São Paulo – SP (região Sudeste). Os protestos começaram mais cedo, por volta das 10h da manhã, com uma caminhada pela avenida Francisco Morato, uma das principais de São Paulo. Por volta das 12h, chegaram na frente do estádio e, no início da tarde, uma comissão de representantes do movimento sem-teto foi recebida na sede do governo do estado. A reunião entre representantes do movimento e do governo do estado, no Palácio dos Bandeirantes, discutia saídas para as famílias que ocupam áreas nos municípios do Embu das Artes e Santo André. Os sem-teto exigem a suspensão do despejo dos terrenos ocupados em março deste ano. Cerca de 2,5 mil pessoas, segundo estimativas da Polícia Militar (PM), reivindicam a posse desses terrenos. Após uma reunião com representantes do governo do estado de São Paulo, os manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) começaram a deixar o local. Guilherme Boulos, representante do MTST, contou que o governo se comprometeu a buscar uma solução negociada antes que seja cumprida a ordem de despejo de dois terrenos ocupados pelo movimento.

Rodoviários de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá e Maricá, na região metropolitana do Rio de Janeiro (região Sudeste) resolvem retornar às atividades. Joel Borges, diretor financeiro do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviários de Passageiros de Niterói a Arraial do Cabo (SINTRONAC), informou que a categoria resolveu aceitar a proposta patronal de reajuste salarial de 10% e aumento de 25% no valor da cesta básica, além da manutenção da gratuidade irrestrita para a categoria e do auxílio para a compra de uniforme. De acordo com declaração à imprensa carioca, o Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro (Setrerj) concordou em não descontar os dias parados dos grevistas. Borges também informou que o acordo será homologado em nova audiência de conciliação marcada para este dia 3 no Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Já os rodoviários dos municípios de Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo e Mesquita, na Baixada Fluminense, resolveram suspender a greve temporariamente até o dia 3, quando decidem os rumos do movimento. Em nota, o sindicato patronal também ofereceu a mesma proposta feita aos rodoviários de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá e Maricá. Joel Borges lembrou que informou que a greve segue pacífica e politizada e que cerca de 40% categoria prestou atendimento à população.

A greve no canteiro de obras da Usina de Belo Monte – Pará (região Norte) completa seis dias. Segundo a Central Sindical Popular da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) entre 20 e 30% dos trabalhadores aderiram à greve. Já o Movimento Xingu Vivo para Sempre, contrário à construção da Usina de Belo Monte, afirma que grande parte da mão de obra permanece de braços cruzados. “Não saíram 2 mil trabalhadores para a obra”, disse a representante da entidade, Ana Laíde, em entrevista à Rádio Nacional da Amazônia, referindo-se às pessoas que compareceram ao trabalho. No canteiro atuam cerca de 7 mil trabalhadores. No dia 3 está prevista uma reunião entre o consórcio e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada do Estado do Pará (SINTRAPAV). O Consórcio Construtor de Belo Monte nega que a paralisação continue e afirma que as cinco frentes de trabalho para a construção da usina hidrelétrica no rio Xingu –sítios Belo

Monte e Pimental; canais e diques; e as unidades de infraestrutura e de porto e acesso– estão funcionando normalmente.

Ativistas do Greenpeace entregam ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em Santarém, no Pará (região Nordeste), um relatório com fotos e mapas que mostram a ação ilegal de uma empresa madeireira em um assentamento do INCRA. A extração “predatória”, conforme classifica a organização não governamental, ocorre dentro do projeto de assentamento conhecido como Corta Corda, na região do rio Curuá-Una, a quase 140 km da cidade de Santarém. Os ambientalistas investigaram a área por quatro noites seguidas, fotografando pátios de madeira, toras cortadas, desmatamento recente, uma serraria e o tráfego intenso de caminhões carregados com o produto. Segundo o chefe da Divisão de Obtenção de Terras do INCRA, unidade oeste do Pará, Ulai Batista, o instituto vai propor uma ação conjunta com o IBAMA na região. “Precisamos fazer a constatação de todas as denúncias que chegam para nós. Não posso, a partir de pareceres de terceiros, encaminhar denúncia, que pode ser infundada”, explicou Batista. O chefe do INCRA disse ainda que a denúncia não é uma novidade para o órgão. “Recebemos denúncias e temos conhecimento, mas trabalhamos, no setor de meio ambiente, com três servidores que atuam nessas denúncias e cuidamos de 42 milhões de ha de terra. O desaparecimento é um obstáculo à fiscalização adequada por aqui”, lamentou. Segundo Batista, a unidade recebe uma média de 10 a 15 denúncias por semana. Em nota, o Greenpeace destacou que vem denunciando casos semelhantes há, pelo menos, cinco anos, quando divulgou o relatório Assentamentos de Papel, Madeira de Lei, detalhando a extração ilegal de madeira dentro de assentamentos no Pará.

Os operários das usinas hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, estado de Rondônia (região Nordeste) voltam ao trabalho depois de uma assembleia que aprovou os pontos acordados na audiência de conciliação promovida pelo TRT da Décima Quarta Região, no dia 30. Mas, segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Rondônia (STICCERO), Raimundo Soares da Costa, as negociações serão retomadas com as empresas, para garantir mais benefícios aos operários. Segundo ele, por enquanto, não há previsão de retomar a greve, mas se as empresas não aceitarem as novas reivindicações, que incluem reajuste salarial de 30%, poderá haver uma nova paralisação. A proposta, aceita por unanimidade pelos trabalhadores da Usina Santo Antônio e pela maioria dos operários de Jirau, prevê um reajuste de 7% para quem ganha até R\$ 1,5 mil e de 5% para quem tem salário maior. Em Jirau, as obras estavam paradas desde o dia 8 de março, e em Santo Antônio, desde o dia 20. No acordo firmado na Justiça Trabalhista, as empresas também se comprometeram a antecipar parte do pagamento do salário e da cesta básica que os trabalhadores recebem. Também deverão ser pagos até 10 de abril os dias que foram descontados no mês de março, enquanto a greve estava em curso.

#### **4ª feira 4**

Ocupações de terras em Minas Gerais (região Sudeste) e no sul da Bahia (região Nordeste) marcam as primeiras atividades da Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária realizada todos os anos no mês de abril, conhecido como Abril Vermelho. Segundo balanço do MST, foram ocupadas secretarias e, além disso, ficou bloqueada a rodovia BR-304, no Rio Grande do Norte (região Nordeste). José Ricardo da Silva, da direção nacional do MST, contou que a pauta de reivindicações da jornada é a mesma do ano passado, apresentada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário. “Nossa campanha de abril, com certeza, se somará às ocupações de terra, aos trancamentos de



rodovias”, afirmou José Ricardo, lembrando que 2011 foi o ano que menos houve assentamento no Brasil. Em 2011 foram 1.651 famílias assentadas do MST, ante 186 mil famílias acampadas no país, de acordo com o INCRA.

Moradores do Jabaquara, bairro da zona sul da capital São Paulo – SP (região Sudeste), protestam contra obras que devem retirar cerca de 8.500 famílias do bairro. De acordo com Marcos Munarim, integrante do Movimento Água Espraiada, cerca de duas mil casas serão desapropriadas e outras milhares serão removidas de comunidades da região para a construção de um parque linear e de um túnel. “É um protesto contra a propaganda enganosa do prefeito que está promovendo desapropriações em massa”, disse. Faixas contendo o slogan “Milhares de desapropriações e desperdício do dinheiro público, antes não tinha, agora tem!” estão sendo fixadas desde o último sábado em residências que serão desapropriadas no bairro. O material que traz o prefeito Gilberto Kassab, também cita “empreiteiras”, “especulação imobiliária” e a nota 10 que o prefeito concedeu a si mesmo como administrador da cidade. Os moradores protestam contra a alteração no conjunto de obras da Operação Urbana Consorciada “Água Espraiada”. O projeto de 2001, aprovado pelos moradores, previa 500 desapropriações para interligar a avenida Roberto Marinho (antiga Água Espraiada) à rodovia dos Imigrantes, acesso para a Baixada Santista. A nova via seria construída ao lado do córrego Água Espraiada com um túnel de 400 metros ao final para conectar a avenida com o acesso ao litoral paulista. “A obra beneficiava a cidade, era barata e não prejudicava os moradores”, afirmou o morador. Uma mudança no projeto apresentada por Kassab em 2009 foi aprovada pela Câmara Municipal de São Paulo, em 2011, e levou a mudanças na obra, como aumento em quase cinco vezes no tamanho do túnel, que ficará com 2.350 metros e vai correr desconectado do parque linear, que passou de 130 mil metros para 600 mil metros. As alterações aumentaram o contingente de desapropriações e o valor da obra. Segundo Munarim, o número de pessoas removidas de comunidades e desapropriadas nos bairros regulares pode chegar a 50 mil. “Esta é a obra mais cara de São Paulo”.

Os professores da rede pública de Teresina – Piauí, Natal – Rio Grande do Norte, São Luís – Maranhão (região Nordeste), Belo Horizonte – Minas Gerais e São Paulo – SP (região Sudeste) cruzam os braços. Eles reivindicam a garantia do reajuste de 22,22% do piso salarial nacional, estipulado pelo Ministério da Educação (MEC), que aumenta o piso para R\$ 1.451. A decisão do MEC é retroativa para 1º de janeiro deste ano. A aplicação do piso é obrigatória para estados e municípios, com base na lei federal 11.738, de 16 de junho de 2008. O valor estipulado é para remuneração mínima do professor de nível médio e jornada de até 40 horas semanais. Apesar das administrações estaduais e municipais poderem utilizar recursos federais para complementar a folha de pagamento, desde 2008 nenhum comprovou falta de verbas para esse fim.

Integrantes do MTST e do Movimento Popular Resistência Urbana realizam um protesto contra as obras da Copa do Mundo de 2014 no canteiro de obras do estádio do Corinthians, no bairro de Itaquera, na zona leste de São Paulo (região Sudeste). Os sem-teto ocuparam o canteiro de obras do estádio por uma entrada lateral e, segundo um dos coordenadores do protesto, Guilherme Boulos, a intenção era paralisar momentaneamente os trabalhos dos operários como forma de chamar a atenção para as famílias que moram no entorno das obras e que estão sendo despejadas para que os projetos sejam entregues. Além do risco de despejo, o MTST quer chamar a atenção para a valorização dos imóveis, que está inviabilizando a renovação de contratos de aluguel de quem vive nessas regiões. O protesto também foi contra o uso de dinheiro público nos empreendimentos relativos à Copa, em detrimento dos investimentos para habitação popular. Segundo informou a Odebrecht, a manifestação não atrapalhou o andamento dos trabalhos. O estádio está sendo erguido

por 1.670 operários e deve ser concluído no prazo acordado com o governo de São Paulo e com a Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA), em dezembro de 2013. A empreiteira informou também que 32% das obras previstas foram feitas até agora. O protesto também se fez presente na capital do país. A manifestação ocorreu no Estádio Nacional “Mané Garrincha”, no centro de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) e teve como principal alvo a Companhia Imobiliária de Brasília Terracap. Segundo os manifestantes, a estatal do governo do Distrito Federal está investindo no estádio dinheiro que deveria ser aplicado na construção de casas populares. Os manifestantes chegaram a bloquear o portão de acesso ao canteiro de obras, mas recuaram após negociação com policiais militares. Em Brasília, o protesto foi organizado pelo MST e o MTST. Os acampados querem lotes da Terracap e reclamam que, em vez da moradia, a estatal está gastando R\$ 1 bilhão na construção do novo estádio. Guimarães também reclamou das condições de trabalho dos operários na obra do Estádio Nacional, alegando que eles são maltratados e malalimentados pelo consórcio construtor. A assessoria de imprensa do governo do Distrito Federal informou que o Estádio Nacional de Brasília deverá custar R\$ 800 milhões, e não R\$ 1 bilhão, conforme alegaram os líderes do protesto. Informou também que a Terracap, proprietária do estádio, não está desviando dinheiro de nenhum programa do governo para custear a obra, mas utilizando recursos da venda de terrenos que tem em Brasília. Já as denúncias de maus tratos aos operários foram rechaçadas pelo governo local. Segundo a assessoria do governo do distrito, a obra está certificada com o selo de qualidade Social AccountAbility 8.000, que atesta a aplicação de boas práticas sociais em relação aos empregos. O selo foi criado com base nas normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Declaração Universal dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas. A manifestação em Brasília fez parte da Campanha Nacional contra os Crimes da Copa. O objetivo da campanha é denunciar os impactos sociais das obras da Copa, como despejos e remoções, especulação imobiliária e gastos excessivos de recursos públicos.

#### **5ª feira 5**

A Pastoral do Menor do Espírito Santo denuncia à Unidade de Atendimento Inicial de Vitória no estado do Espírito Santo (região Sudeste) por irregularidades e torturas no tratamento dos menores detentos na instituição. A pastoral apresentou fotos em que os jovens dormiam algemados. As fotos foram feitas durante uma visita surpresa realizada pela Pastoral do Menor, o Conselho de Direitos Humanos e o Conselho da Criança e Adolescente. De acordo com a pastoral, os jovens são algemados às 17h e só são soltos às 9h do dia seguinte. A direção da instituição assumiu a possibilidade de uso indevido das algemas, que são utilizadas em casos de violência entre os jovens, suspeita de fugas e resistência à internação.

#### **6ª feira 6**

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) denuncia o tráfico de pessoas do estado do Maranhão para as regiões Centro-oeste e Sudeste para trabalharem em lavouras de cana. Segundo os dados da pastoral, a migração sazonal movimentada cerca de 500 mil a 1 milhão de pessoas por ano, do Nordeste para o Sudeste e Centro-oeste. O transporte clandestino é feito por empresas falsas de turismo, que levam os trabalhadores rurais sob encomenda para o trabalho nos canaviais e até em obras como as do programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal.

## **Sábado 7**

Um grupo de manifestantes percorre o bairro de Pinheiros, zona oeste de São Paulo – SP (região Sudeste) para denunciar à comunidade local a atuação do médico-legista Harry Shibata durante a ditadura militar. Cartazes colados em postes diziam que Shibata assinou laudos falsos para encobrir mortes decorrentes de tortura, como o caso do jornalista Vladimir Herzog. Pedindo a punição com gritos de ordem, os manifestantes foram até a casa do legista, onde penduraram faixas e picharam o asfalto e a calçada. O movimento é inspirado nos atos promovidos na Argentina e no Chile para cobrar punição aos agentes das ditaduras locais. Segundo a estudante de artes plásticas Cândida Guariba, a ação é importante para mostrar que os colaboradores da repressão ainda estão presentes na sociedade. Ex-chefe do necrotério do Instituto Médico-Legal de São Paulo, Harry Shibata é alvo de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF) por ocultação de cadáver. O órgão pede que o legista perca sua aposentadoria e pague indenização pelos danos causados. O dinheiro deverá ser revertido em iniciativas que permitam que as violações aos direitos humanos ocorridas na ditadura não caiam no esquecimento.

Parentes das 12 pessoas que morreram no massacre na Escola Municipal Tasso da Silveira, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) realizam uma série de atos com o apoio de movimentos sociais voltados à defesa dos direitos humanos. Pais, irmãos e outros parentes das crianças e adolescentes mortos pelo atirador Wellington Menezes de Oliveira se reuniram aos pés do Cristo Redentor. As atividades em memória do episódio que marcou profundamente a vida do bairro de Realengo, na zona oeste da cidade, e causou comoção em todo o país, tiveram início na noite do dia 6, com uma vigília seguida de um ato ecumênico em frente à Escola “Tasso da Silveira”. Neste sábado, além do abraço ao Cristo Redentor, foi realizada uma Carreata pela Paz, percorrendo todas as ruas do bairro onde residiam as crianças e adolescentes que morreram no massacre. Atualmente o colégio está completamente remodelado. As obras feitas pela prefeitura do Rio de Janeiro, inauguradas com a abertura do ano letivo, em fevereiro, duraram sete meses e custaram R\$ 9 milhões.

## **Domingo 8**

Um grupo de fotógrafos realiza uma manifestação no Parque das Ruínas, em Santa Teresa, no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) contra a proibição de fotografar no monumento, que é patrimônio público municipal. O diretor do parque alegou que a proibição é dirigida a produções profissionais, que consomem um espaço muito grande do parque, atrapalhando os turistas.

## **2ª feira 9**

A Frente de Luta pela Moradia (FLM) realiza uma manifestação em frente à Companhia de Desenvolvimento Habitacional (CDHU) na cidade de São Paulo – SP (região Sudeste) para reivindicar rapidez no andamento de projetos de habitação. Os manifestantes defendem a continuidade de ações que objetivam a construção de moradias nas zonas leste, sul e central, que, segundo os organizadores do protesto, estão paradas há cerca de dois anos. Uma comissão foi recebida, no final da manhã, por representantes da CDHU. Os manifestantes fizeram ainda uma caminhada pela rua Boa Vista, local da sede da CDHU. Com canetas em punho, eles denunciavam a morosidade do processo para a construção das moradias. “Se o problema for caneta para assinar, cada família vai doar uma para os governantes”, disse Maria Ferreira, líder do movimento na zona

leste. Segundo o coordenador-geral da FLM, Osmar Borges, o problema tem sido a burocracia interna dos órgãos que não viabilizam os empreendimentos. “Um documento chega a passar um ano para seguir de um setor para outro”, declarou. Ele citou, como exemplo, um terreno que já foi desapropriado e atenderá a 830 famílias do Acampamento “Olga Benário”, na zona sul de São Paulo. “O projeto já está pronto, mas as obras não começaram”. Atualmente, de acordo com ele, 580 dessas famílias recebem verba de atendimento de R\$ 500, de uma parceria entre governo estadual e a prefeitura, enquanto aguardam a construção das unidades. A CDHU não divulgou nota sobre a reunião, mas os integrantes da FLM disseram que a companhia se comprometeu a resolver as pendências jurídicas do acampamento em um prazo de dois a três meses. Sobre as unidades habitacionais para 840 famílias da região leste, a CDHU, segundo a FLM, informou durante a reunião que buscará entendimento com a prefeitura de São Paulo, que é responsável pelo cadastro das famílias, para que as unidades disponibilizadas pelo governo do estado sejam também destinadas aos membros do movimento. Após a reunião com os representantes do governo paulista os manifestantes seguiram para a sede da Secretaria Municipal de Habitação. Com a administração municipal, os líderes do movimento pretendem discutir a prorrogação da verba de atendimento, que termina em abril, para as famílias já cadastradas, mas que ainda não foram contempladas.

Uma pesquisa feita pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) denunciou casos de abusos sexuais e maus tratos a crianças e adolescentes internados em unidades para jovens no Brasil. Foram 320 unidades pesquisadas e 17.592 jovens analisados. A pesquisa revela que nos últimos 12 meses, pelo menos um o uma jovem a cada 34 estabelecimentos sofreu abusos sexuais. Há também registro de mortes em 19 unidades de medicas socioeducativas.

Os protestos dos policiais militares do Distrito Federal pelo aumento de salário da categoria culminam com o afastamento do comandante-geral da Polícia Militar, Sebastião Gouveia, acusado de ser conivente com os protestos dos policiais, responsabilizados pelo aumento da violência na região. Os policiais grevistas ainda serão investigados mediante acusação por parte do governo do estado de Brasília de envolvimento com as atividades criminosas ocorridas durante as paralisações da PM.

### **3ª feira 10**

Segundo dados da CPT, a tensão no campo tem se agravado no Brasil. Em um ano, o número de pessoas ameaçadas de morte mais que dobrou. No ano de 2011, 172 pessoas estavam na lista de “marcadas para morrer”, contra as 83 de 2010. Este ano, nove pessoas já foram mortas –uma delas, assassinada no último sábado, em Rondônia (região Norte), integrava a relação da CPT. No país, entre 2001 a 2011, a violência no campo deixou um saldo trágico de 405 vítimas fatais. Embora a Secretaria Nacional de Direitos Humanos tenha anunciado ano passado, que quintuplicou a lista de protegidos na área rural, saltando de 30 para 165 pessoas, dados inéditos do relatório anual de conflitos no campo da CPT revelam que 29 lideranças locais entre sem-terras e indígenas foram mortas em 2011. Este ano, em apenas uma semana, houve cinco registros de morte. A CPT espera ampliar a segurança aos ameaçados de morte.

Centenas de pessoas realizavam uma caminhada pacífica pelas ruas de Catalão, no estado de Goiás (região Centro-oeste), mas uma ação truculenta da PM deixa várias pessoas feridas, entre elas uma mulher grávida de seis meses. Os manifestantes foram surpreendidos pela violência da polícia. A manifestação denunciava a tentativa do banco Itaú em despejar uma família camponesa pobre do

município.

Professores da rede municipal de educação de São Paulo – SP (região Sudeste) realizam uma assembleia tumultuada no centro da capital em frente ao gabinete da prefeitura. Em greve desde o dia 2, eles foram convocados pelo Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal (SINPEEM). Segundo os presentes, a maioria votou pela manutenção da paralisação, mas, o presidente do sindicato, Claudio Fonseca, decretou o fim do movimento grevista, o que gerou revolta. A categoria reivindica a antecipação dos índices de reajustes garantidos para 2013 (10,19%) e de 2014 (13,43%) e o fim da terceirização dos serviços públicos, entre outros pontos. Também consta na pauta de reivindicação a valorização profissional, a manutenção das férias coletivas em janeiro e o recesso em julho para os Centros de Educação Infantil, a isonomia, os direitos funcionais, a realização de concursos, a ampliação das tabelas de vencimentos, a redução do número de alunos por sala de aula, a melhoria do atendimento médico hospitalar e o atendimento à demanda em todas as modalidades de ensino. Segundo a polícia militar, o ato reuniu cerca de 500 pessoas. Em nota, a secretaria de Gestão informou que a Prefeitura tem como meta a valorização dos professores e que “as negociações estão e permanecerão abertas”.

Manifestantes do Movimento dos Sem Teto do Ipiranga (MSTI) estão reunidos em frente ao Banco Central (BC), em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), para reivindicar a redução dos juros cobrados na compra financiada de material de construção e acesso à moradia. Os manifestantes esperam ser recebidos pelo presidente do BC, Alexandre Tombini. Segundo um dos coordenadores do movimento, Maksuel José Costa, uma carta solicitando a audiência foi entregue ao BC no último dia 22 de março. Segundo Costa, 600 pessoas saíram de São Paulo em 13 ônibus para participar do ato em Brasília. A PM estima que de 250 a 300 pessoas estejam no local. Segundo a assessoria da instituição, os manifestantes estão sendo recebidos, neste momento, pelo secretário executivo do BC, Luiz Edson Feltrim.

Cerca de 7 mil educadores do Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste) participam de uma manifestação, realizada em frente ao Palácio do Buriti, sede do governo. Os professores decidiram, em assembleia geral, continuar a greve iniciada no dia 12 de março. Os grevistas reivindicam reajuste salarial e reestruturação do plano de carreira, com equiparação a outros cargos de nível superior do governo do Distrito Federal. O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Distrito Federal, José Eudes, afirmou que os profissionais somente encerrarão a greve quando tiverem as reivindicações atendidas. Segundo informação divulgada pelo Sindicato dos Professores do Distrito Federal durante a assembleia, uma nova proposta para encerrar a paralisação dos servidores será apresentada pelo governo distrital no dia 13. A Secretaria de Administração Pública reafirmou que nenhum reajuste está sendo cogitado. O secretário Walmir Lacerda convocou uma reunião para esta semana com a intenção de abrir um canal de diálogo com os grevistas. Ele pretende convencer os professores de que o governo não dispõe de recursos financeiros para conceder reajuste salarial este ano. Uma comissão de negociação formada pelos professores ainda foi recebida pelo secretário de Governo, Paulo Tadeu, no início da tarde.

O presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da Primeira Região, desembargador federal Olindo Menezes, determina a suspensão da decisão liminar da Segunda Vara Federal em Mato Grosso que estabeleceu a paralisação das obras da Usina Hidrelétrica Teles Pires, que está sendo construída no rio Teles Pires, entre os estados do Pará (região Norte) e de Mato Grosso (região Centro-oeste). As obras foram paralisadas no final de março, depois que a liminar invalidou a licença de instalação concedida pelo IBAMA em agosto de 2011. Com a nova decisão, a

Companhia Hidrelétrica Teles Pires disse que as obras foram retomadas, assim como as medidas de atendimento às condicionantes, incluindo as ações compensatórias aos municípios de Paranaíta, Alta Floresta e Jacareacanga. O pedido de suspensão da obra foi do MPF no Pará e em Mato Grosso e pelo Ministério Público Estadual de Mato Grosso. Entre as irregularidades apontadas está a falta de consulta prévia aos povos indígenas que serão afetados pelo projeto. A usina Teles Pires tem previsão de ser concluída em agosto de 2015 e terá capacidade de gerar 1.820 megawatts. O custo estimado da obra é R\$ 4 bilhões.

A CUT promove no centro de São Paulo (região Sudeste) a coleta de assinaturas de pessoas que desejam o fim da cobrança obrigatória do imposto sindical, descontado uma vez por ano de todos os trabalhadores com carteira assinada do país. Documentos com as assinaturas recolhidas foram colocados em urnas instaladas na praça Antônio Prado. “Estamos fazendo um plebiscito nacional pelo fim do imposto sindical e sua substituição por uma contribuição aprovada em assembleia e, em vez de ficarmos ouvindo os dirigentes sindicais, queremos ouvir os trabalhadores e a população”, disse o presidente da CUT, Artur Henrique. A entidade pretende instalar urnas em vários pontos do país, coletando assinaturas contra a cobrança do imposto, que é descontado no mês de março, independentemente de o trabalhador ser sócio ou não de sindicato. Para Artur Henrique, o fim do imposto sindical deve fortalecer os verdadeiros sindicatos e fechar os “de gaveta” ou pouco atuantes. “Os próprios trabalhadores devem decidir, em assembleias, sobre a forma de sustentação e de organização dos sindicatos”, defendeu. Henrique disse que há exemplos de sindicatos que, na impossibilidade de deixarem de cobrar o imposto, devolvem aos trabalhadores o valor da contribuição sindical obrigatória. “O Sindicato dos Eletricitários de Campinas foi o primeiro do Brasil a conseguir uma decisão judicial de não descontar o imposto de nenhum trabalhador da sua base”, disse.

Os cerca de 15 mil trabalhadores do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), localizado no município de Itaboraí, região metropolitana do estado do Rio de Janeiro (região Sudeste) vão continuar em greve por tempo indeterminado. A informação foi dada pelo secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Montagem, Manutenção e Mobiliário de São Gonçalo, Itaboraí e Região (SINTICOM), Luiz Augusto Rodrigues. Segundo ele, o movimento quer voltar a negociar com o sindicato das empresas que formam o consórcio de construção do complexo. Pela manhã, os operários fizeram uma manifestação pacífica, que foi acompanhada pela polícia. Eles ocuparam parte da pista da RJ-116, em Itaboraí, e o trânsito na região chegou a ficar complicado, mas não houve registro de conflitos. Os trabalhadores reivindicam 12% de aumento no piso salarial, que hoje está em R\$ 860, além do aumento do vale refeição para R\$ 300. O sindicato patronal apresentou uma contraproposta na qual é oferecido um reajuste de 9%. Desde o ano passado, os operários vêm realizando paralisações pedindo aumento salarial. Até o momento, foram 24 dias sem atividades no Comperj, somando as paralisações de novembro e dezembro de 2011 e as de fevereiro e abril deste ano. De acordo com Luiz Augusto, os dias paralisados atrasam ainda mais a conclusão da obra, que é mais um dos grandes investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal. No cronograma original, o Comperj ficaria pronto neste ano, mas a data de entrega foi alterada para o segundo semestre de 2014. “Nós temos uma média de quase 30% de atraso e cada vez atrasa mais com essas paralisações”, disse. A Petrobrás não quis se manifestar sobre a greve, mas informou por meio de sua assessoria de imprensa que está acompanhando as negociações entre os dois sindicatos e espera a solução do impasse, que dura quase seis meses.

#### 4ª feira 11

Professores e servidores administrativos da rede pública de educação básica do estado da Bahia deflagram greve em defesa do piso salarial nacional para o magistério e pelo cumprimento de termo de acordo firmado em novembro de 2011.

Integrantes do MST entregam a membros do primeiro escalão do governo a pauta de reivindicações do Abril Vermelho. O Abril Vermelho é promovido todos os anos, com manifestações e ocupações de fazendas em várias partes do país, para lembrar o Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no Pará em 17 de abril de 1996. As reivindicações dos sem-terra foram levadas aos ministros do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, e da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho. De acordo com o documento divulgado pelo MST, “mais de 4 milhões de famílias de trabalhadores rurais estão aguardando terras para produzir e 186 mil famílias estão acampadas, vivendo em condições precárias, em barracas de lona, na luta pela Reforma Agrária”. Segundo o movimento, o processo de criação de assentamentos no país está parado. Além de terra, o MST exige a abertura de novas linhas de crédito rural “para que camponeses e agricultores familiares produzam, organizados em cooperativas e com técnicas agroecológicas”. E em relação à educação, o movimento alerta que, nos últimos dez anos, foram fechadas mais de 36 mil escolas no meio rural. Segundo eles, a educação dos jovens do campo é necessária para evitar a migração para áreas urbanas.

Cerca de 200 famílias organizadas pelo MST e a Frente Social Cristã ocupam uma fazenda urbana no município de Crateús, no interior do estado do Ceará (região Nordeste). Segundo informações do MST, a área de propriedade do fazendeiro Helder Leitão conta com três mil hectares improdutivos. A atividade faz parte da Jornada Nacional de Lutas do MST.

Cerca de 200 trabalhadores rurais sem terra realizam uma marcha pelas ruas do município de Altinho, no agreste de Pernambuco (região Nordeste). Os trabalhadores seguem em direção à delegacia da cidade, para protestar contra a violência do latifúndio na região, principalmente do representante da fazenda Serro Azul, e da conivência da polícia e do poder judiciário local. A atividade faz parte da Jornada Nacional de Lutas do MST.

Cerca de 100 pessoas, entre professores da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro e integrantes do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ) realizam uma manifestação em frente à prefeitura para reivindicar itens como o reajuste salarial de 20% e plano de carreira unificado. Em função da manifestação, as escolas municipais tiveram uma paralisação de 24h. A coordenadora do SEPE-RJ, Susana Gutierrez, explicou que um dos principais motivos da paralisação é a luta contra a política educacional da prefeitura. De acordo com ela, o município do Rio de Janeiro instituiu o planejamento e a avaliação de alunos obedecendo a métodos que são impostos por fundações, organizações não governamentais ou institutos privados, “transformando as escolas em fábricas” e perdendo sua autonomia pedagógica. “Parte da verba que deveria ir para a educação, vai para institutos e fundações privadas. A gente acredita que isso não melhora a aprendizagem dos alunos; pelo contrário, são projetos que negam conhecimentos para eles. Nós temos uma luta em defesa da escola pública”, acrescentou. Ainda segundo a coordenadora do SEPE-RJ, cerca de 500 crianças com idade média de 5 anos, que estudam nos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) do Complexo da Maré, na zona norte da cidade, ainda não começaram o ano letivo por falta de professores, merendeiras e agentes auxiliares de creche, que não foram convocados pela prefeitura. Suzana ressaltou que à medida que as escolas tentam solucionar um

problema, outros vão surgindo.

Mais de 2 mil operários grevistas do Comperj, organizados no SINTICOM, fazem piquete para impedir o acesso dos demais trabalhadores ao canteiro de obras, como forma de continuidade da greve iniciada no dia 10. Os grevistas reivindicam um aumento salarial de 12%. Atualmente, eles recebem R\$ 830.

A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) manifesta-se contra a reabertura do processo no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a legalização do aborto de fetos anencéfalos no Brasil. Atendendo à convocação da CNBB, jovens cristãos fizeram protesto em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste), contra a legalização do aborto de anencéfalos. De acordo com a CNBB, o aborto atenta contra o direito à vida, expresso na Constituição Brasileira, independente de quanto tempo essa vida durar. Manifestantes religiosos também fizeram protesto em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os manifestantes ajoelharam-se em frente ao STF e rezaram terços. Depois ostentaram uma imagem de Nossa Senhora de Fátima e deram voltas na praça dos Três Poderes, simulando uma procissão.

#### **5ª feira 12**

Do lado de fora do STF, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), mulheres militantes de movimentos feministas soltam balões lilás em comemoração ao parecer do STF que aprovou o aborto para fetos anencéfalos (sem cérebro) no Brasil. A medida será automaticamente transformada em emenda constitucional e terá de ser adotada em todos os órgãos do país.

Cerca de doze viaturas da PM de Pernambuco (região Nordeste) invadem o acampamento João Claudio, localizado na fazenda Cedro, município de Ipubi, Sertão de Pernambuco, para realizar a reintegração de posse da área ocupada há mais de três anos por cerca de 100 famílias de trabalhadores ligados ao MST. Apesar de acordo firmado entre o promotor agrário de Pernambuco e o major Ronaldo Antonio Tavares Ferreira, chefe da Controladoria de Justiça e Disciplina do Comando Geral da PM-PE, de que os trabalhadores teriam até o mês de março para colher a lavoura plantada, as máquinas autorizadas pelos policiais destruíram cercas e praticamente toda a plantação dos acampados, inclusive uma área de plantio de plantas nativas que estava sendo preservada pelos acampados.

Estudantes secundaristas do Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste) realizam em frente ao STF um ato em defesa da Comissão da Verdade, criada por lei sancionada em novembro de 2011 para investigar violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988. Os alunos pediram a abertura dos documentos da ditadura e o fim a anistia os torturadores. O ato foi organizado pelo movimento Levante Popular da Juventude e pela União de Jovens Secundarista e contou com a participação de militantes que lutaram contra a ditadura.

#### **6ª feira 13**

Os servidores do Ministério Público (MP) do Rio Grande do Sul (região Sul) realizam ato público contra as práticas antisindiciais e pelo fim do pagamento do auxílio-moradia aos juizes e promotores. A manifestação aconteceu em frente ao Ministério Público, localizado na avenida



Aureliano Figueiredo Pinto, bairro Praia de Belas. O Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Rio Grande do Sul realiza a campanha “Chega de Palhaçada”, que questiona a legalidade do reconhecimento dos pagamentos do auxílio-moradia a juízes e promotores pelo MP gaúcho. Para o sindicato e para a CUT-RS, o pagamento do auxílio-moradia é ilegal, imoral e representa claramente o grau de degeneração da instituição que se nega a responder para a sociedade a destinação dos recursos públicos. Além disso, o ato também é em protesto contra as práticas antisindicaís da administração superior do MP ocorridas nos últimos 15 dias, como o impedimento dos dirigentes sindicais de ingressar na sede do ministério no último dia 9.

Centrais sindicais, trabalhadores e empresários realizam, no Centro Cultural dos Povos da Amazônia – Manaus (região Norte), um grande ato do Grito de Alerta contra a desindustrialização e em defesa da produção e do emprego. A atividade, que faz parte do calendário construído pelo movimento sindical e empresarial para combater e alertar a sociedade para o problema da desindustrialização, aconteceu no distrito industrial e coincidiu com o horário de saída dos operários.

Servidores estaduais da Saúde em São Paulo (região Sudeste), durante o primeiro dia de greve, protestam contra a privatização dos serviços públicos de saúde e o sucateamento do setor no estado, com a transferência das atividades a Organizações Sociais da Saúde (OSS), a Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e a fundações de direito privado. “No estado de São Paulo os interesses privatistas representam um roubo aos hospitais e à saúde pública em geral”, criticou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no estado, Benedito Augusto de Oliveira, o Benão. “Privatizar a saúde é uma tragédia, porque se trata de um setor que precisa da presença do Estado. Não dá para utilizar a lógica do lucro”. Os trabalhadores participaram de uma assembleia pela manhã, na quadra dos bancários, e no início da tarde caminharam pelas ruas centrais da capital paulista até a praça da Sé, onde realizaram um ato em defesa da saúde pública no estado de São Paulo. A data-base da categoria é 1º de março. “A pauta de reivindicações foi entregue em fevereiro, mas nenhuma proposta financeira foi apresentada. Então, diante da morosidade do governo, a categoria indicou a paralisação”, explicou Benão.

## **Domingo 15**

O MP do Estado do Rio de Janeiro entra na Justiça para pedir a suspensão da licença ambiental das obras de instalação da Siderúrgica Ternium, no Complexo Industrial de Açú, Norte do estado. Na área, pertencente à empresa LLX, estão sendo construídos outros empreendimentos industriais, além da usina. A ação civil pública foi ajuizada pelos promotores Êvanes Soares Júnior e Vinícius Lameira na Primeira Vara da Comarca de São João da Barra. Os promotores afirmam que houve falhas e irregularidades nos processos de licenciamento, inclusive no estudo de impacto ambiental, obrigatório em grandes empreendimentos. Também é alvo da ação o Instituto Estadual do Ambiente (Inea), responsável pela concessão das licenças. Lameira teme que a produção de aço na usina, da forma como foi aprovada pelo Inea, lance na atmosfera grande quantidade de benzeno, um produto químico considerado cancerígeno. Para ele, o problema é a tecnologia ultrapassada prevista para o setor de coqueria, onde ocorre a produção de carvão especial para ser usado na produção do aço. De acordo com Lameira, o que está sendo questionado é a emissão de licenças prévias e de instalação da usina siderúrgica da Ternium e da Siderúrgica Norte Fluminense, que na verdade é uma subsidiária da Ternium. “O estudo de impacto ambiental sugere o uso de tecnologia convencional, e existe hoje tecnologia menos poluente que a coqueria convencional, que emite benzeno, uma

material extremamente cancerígeno”, disse. Outro problema levantado pelos promotores foi quanto aos possíveis danos ao meio ambiente em torno das usinas, que ocuparão uma área de 1,3 mil ha, com a destruição de vegetação em área de proteção permanente, o que poderá colocar em risco de extinção espécies que só ocorrem naquela região. Em nota, o Inea diz que não pode ser manifestar, já que ainda não foi notificado oficialmente pelo MP. Também em nota, a assessoria da Ternium informou que ainda não havia sido notificada oficialmente da ação civil pública e alegou que o projeto da siderúrgica foi desenvolvido levando em consideração as normas ambientais vigentes no país: “A empresa cumpriu o que foi requerido pela Instrução Técnica do Inea, além de apresentar as tecnologias que serão adotadas para redução e controle dos seus impactos ambientais”. A LLX explicou que não era parte do processo, que seria dirigido unicamente à Ternium e ao Inea.

Índios da etnia Pataxó Hã Hã Hãe ocupam cinco propriedades rurais em terras que são disputadas com fazendeiros e com empresas agropecuárias no litoral sul da Bahia (região Nordeste). De acordo com o agente da Polícia Civil no município de Pau Brasil, Sagro Bonfim, os índios da aldeia Caramuru-Paraguaçu ocuparam as fazendas antes de o dia amanhecer. Segundo relatos de fazendeiros, que procuraram a delegacia local para registrar as ocorrências, mais de 30 pessoas estão reféns dos índios. As ocupações têm se tornado corriqueiras na disputa pela posse de 54 mil há de terras nos municípios de Pau Brasil, Camacan e Itaju da Colônia. Segundo Bonfim, as polícias Civil e Militar do estado “pouco ou nada podem fazer”, uma vez que as terras são consideradas como área de reserva federal e as forças auxiliares não têm acesso ao local, a não ser que a Polícia Federal (PF) solicite nosso apoio, acrescentou. Sagro Bonfim disse que a unidade da PF mais próxima fica em Ilhéus, a mais de 150 km do local, e foi avisada do ocorrido no início desta manhã, mas adiantou que os federais só irão à reserva no dia 16, ocasião em que as autoridades dos municípios afetados terão uma visão mais exata a respeito das ocupações e de seus efeitos. Ele acrescentou ainda que não há, por enquanto, nenhuma informação sobre a existência de feridos, mas revelou que o clima é de tensão na região, a ponto de os habitantes de Pau Brasil terem feito barricadas nos acessos à cidade para evitar a circulação dos índios, que reclamam a posse das terras há 28 anos. Uma Ação Cível Originária 312 protocolada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) no STF assegura que a área foi demarcada como reserva indígena em 1936, mas o governo estadual concedeu títulos de posse a fazendeiros da região em anos posteriores, gerando o conflito. Em vista disso, a FUNAI ajuizou a ação para garantir aos Pataxós a posse e o usufruto da terra indígena Caramuru-Paraguaçu. A ação foi a plenário em 2008, quando o ex-ministro Eros Grau, então relator do processo, manifestou-se favorável à ação da FUNAI. O ministro Carlos Alberto Menezes Direito solicitou vista, mas morreu sem reencaminhar a matéria, e seu substituto, o ministro Dias Toffoli, declarou-se impedido por ter atuado no processo quando advogado-geral da União. Em outubro do ano passado o processo foi redistribuído para a ministra Cármen Lúcia, que já autorizou a mesa do STF a agendar a reapresentação da ação.

Detentos do Complexo Penitenciário “Advogado Antônio Jacinto Filho”, no Bairro Santa Maria, na cidade de Aracaju – Sergipe (região Nordeste) tomam o controle da instituição. De acordo com a imprensa local as negociações avançaram, mas não houve resolução do conflito. De acordo com a imprensa local, os presos pedem melhores condições e denunciam maus-tratos por parte dos agentes penitenciários. Segundo nota publicada, os presos afirmaram possuir uma lista com os nomes dos agentes que realizavam agressões. A assessoria de comunicação do presídio nega que exista qualquer tipo de agressão dentro do presídio. A rebelião já dura mais de 20h. Os manifestantes estão armados e encapuzados dentro dos pavilhões e em parte da laje do presídio. Não houve corte de energia e água no local. De acordo com declarações da Secretaria de Segurança Pública (SSP) do estado à imprensa local, o presídio, que abriga 476 presos, foi tomado durante a visita dos

familiares dos presos. A SSP também informou que três agentes penitenciários foram feitos reféns e muitas mulheres e crianças se encontram junto aos presos. A polícia informou que nesta manhã foram libertados um agente e 27 parentes de presos que foram feitos reféns. Ainda há dois agentes prisionais e quase 100 familiares sob o poder dos internos. Não há registro de mortos ou feridos. De acordo com o capitão Marcos Carvalho, do Núcleo de Gerenciamento de Crises da Polícia Militar, os detentos pediram a presença da imprensa. “Eles demonstraram tranquilidade e querem negociar, mas ainda não sabemos o que eles querem, mas eles pediram a presença da imprensa para começar a falar”, esclareceu.

## **2ª feira 16**

A rebelião realizada pelos 470 internos do Complexo Penitenciário “Advogado Antonio Jacinto Filho”, que começou no início da tarde do dia 15, chega ao fim em Sergipe (região Nordeste). De acordo com informações da imprensa local, após negociação com o secretário de estado da Segurança Pública, João Eloy, os presos cederam e libertaram os 128 reféns. Entre os reféns estavam três agentes. Um deles foi libertado nesta manhã em troca de garrações de água. Com o término da rebelião, o fornecimento de água potável foi restabelecido. Em declaração à imprensa, João Eloy declarou que “boa parte das reivindicações feitas pelos rebelados é pertinente ao Poder Judiciário. Nós atendemos tudo que é possível e razoável e vamos, inclusive, apurar denúncias feitas por eles de possíveis maus-tratos”. Entre os pontos atendidos estão a liberação de cinco presos sentenciados de forma progressiva para outra cadeia pública no estado. Nos próximos 15 dias ocorrerá uma audiência com todos os internos. O horário de visitação será ampliado para das 8h às 16h. O secretário ainda afirmou que após o fim da rebelião, cinco presos foram transferidos para outro local que não foi divulgado por medida de segurança. Sobre a reivindicação de mudança da direção do presídio, o secretário de Segurança Pública informou que “não haverá mudança da direção do presídio nem da administração privada Reviver, que cuida da alimentação, limpeza e gestão em geral dos custodiados”, explicou. O negociador da crise, Marcos Carvalho, confirmou que as negociações ocorreram de forma tranquila. Policiais civis e militares de várias unidades especializadas continuam de prontidão na parte externa e na entrada da unidade prisional.

Cerca de 100 famílias ocupam a fazenda Serra Grande, no município de Gravatá, estado de Pernambuco (região Nordeste). Segundo informações do site do MST, o proprietário da área, conhecido como Régis Arão, está no local com a presença do Grupo de Apoio Tático Itinerante da Polícia Militar de Pernambuco na tentativa de retirar as famílias à força. O MST promete realizar cerca de 20 ocupações de terra em todo o estado nos próximos dias. A atividade faz parte da Jornada de Lutas do MST. A jornada de lutas, denominada Abril Vermelho, é realizada em memória aos 21 sem-terra assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás, em uma operação da PM no dia 17 de abril de 1996, que se tornou oficialmente o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

Integrantes do MST ocupam o Palácio da Abolição, sede de governo do estado do Ceará (região Nordeste) e residência oficial do governador, com cerca de 1.500 trabalhadores. A ação faz parte da Jornada Nacional de Lutas e tem como objetivo denunciar os 16 anos de impunidade do Massacre de Eldorado dos Carajás, além de cobrar dos governos federal e estadual a pauta da reforma agrária e que sejam garantidos recursos para projetos de assistência técnica, educação e moradia. No Ceará, os trabalhadores reivindicam ações para amenizar os efeitos da seca que já atinge vários municípios.

Cerca de 2 mil trabalhadores do MST chegam a Curitiba, no Paraná (região Sul), para realizar a

Jornada de Lutas pela Reforma Agrária. Os sem-terra chegaram a praça 29 de Março pela manhã. Em seguida iniciaram uma marcha até a Superintendência Regional do INCRA para fazer a entrega da pauta de reivindicações. A mobilização tem por objetivo cobrar tanto do governo federal quanto do estadual a realização da reforma agrária, que se encontra paralisada no país. Durante a mobilização serão realizadas negociações com o INCRA e secretarias estaduais, para tratar de questões referente aos acampamentos e assentamentos no estado. Somente no estado do Paraná são cerca de 25 mil famílias, em aproximadamente 350 assentamentos e 70 acampamentos.

Cerca de 1,5 mil trabalhadores rurais ocupam o prédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), para denunciar a estagnação da reforma agrária e a diminuição de investimentos em desapropriações de terras no país por parte do governo federal. A ação integra a Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária que o MST promove todos os anos em abril, mês da Massacre de Eldorado dos Carajás. Entre as principais pautas de reivindicação dos trabalhadores, estão a elaboração de um plano emergencial para o assentamento das mais de 186 mil famílias acampadas e a criação de um programa de desenvolvimento dos assentamentos, com investimentos públicos em habitação rural, educação e saúde, além de crédito agrícola.

Cerca de 300 famílias sem-terra realizam duas ocupações no Rio Grande do Sul (região Sul). Uma na área do governo federal localizada no município de Sarandi. A outra ocupação é na fazenda Santa Verônica, em Santa Margarida do Sul. Essa fazenda tem extensão de 950 ha e está em processo de desapropriação há mais de três anos. Parte da área está arrendada para produtores de soja. Nenhuma família foi assentada na região. Ações desse tipo acontecem pelo Brasil inteiro no mês de abril, na chamada Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária, em memória aos 21 sem-terras assassinados no Massacre de Eldorado dos Carajás, numa operação da Polícia Militar em 1996, sem que nenhuma pessoa fosse presa.

Cerca de 200 trabalhadores do MST ocupam a sede da Receita Federal em Cuiabá – Mato Grosso (região Centro-oeste). Ainda no estado, mais 400 camponeses bloquearam um trecho da BR-163. O bloqueio acontece em um trecho distante nove quilômetros da cidade de Sorriso, a 420 km de Cuiabá. Em Cuiabá, os trabalhadores começaram a mobilização quando montaram acampamento na praça Ulisses Guimarães, localizada na avenida Rubens de Mendonça, em frente ao Centro Político e Administrativo.

Cerca de 400 trabalhadores rurais sem-terra ocupam a sede do INCRA, em Imperatriz, ao Sudeste do Maranhão (região Nordeste). O protesto cobra o assentamento das 3.500 famílias acampadas no Maranhão, em 19 acampamentos só do MST. Parte dessas famílias lutam há 14 anos pelo assentamento definitivo. Nenhuma área foi desapropriada no estado nos últimos quatro anos. Os trabalhadores tentam nova rodada de negociação com o órgão para cobrar agilidade na desapropriação das áreas ocupadas pelo movimento no estado. Os trabalhadores rurais pretendem fazer ainda uma audiência com representantes do Programa Terra Legal para debater a retomada das terras griladas na região.

Cerca de 110 famílias sem-terra ocupam a fazenda Garrote Bravo, no município de Ibimirim e em Ipubi, na região do sertão do Araripe em Pernambuco (região Nordeste). Ainda no estado, as famílias reocuparam a fazenda Cedro, de onde haviam sido despejadas no dia 10 de abril. As ações da jornada de lutas acontecem em todo o Brasil.

Cerca de 1.500 trabalhadores rurais de 20 estados ocupam o Ministério do Desenvolvimento

Agrário em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) e ficarão acampados no Distrito Federal por tempo indeterminado. A ação faz parte da Jornada de Lutas do Movimento.

Cerca de 500 famílias camponesas ocupam a sede do INCRA na Paraíba (região Nordeste). A ação objetivou pressionar o governo para melhorar a condição de vida dos camponeses na região. Para tanto, as famílias entregaram uma pauta de reivindicação ao superintendente do INCRA, Lenildo Dias de Moraes. Entre as reivindicações previstas no documento estão a desapropriação de áreas, garantia da infraestrutura para assentamentos e liberação de linhas de créditos para as famílias camponesas.

Cerca de 600 integrantes do MST ocupam a fazenda São Domingos, em Sandovalina, na região do Pontal do Paranapanema em São Paulo (região Sudeste). Segundo informações do movimento, a fazenda, que tem 1.500 ha de terras devolutas, é atualmente dominada pelo plantio da cana. A fazenda São Domingos é foco de disputa desde 1995. A região do Pontal do Paranapanema, tradicionalmente dominada pelo latifúndio de pecuária extensiva, transforma-se gradualmente numa região na qual predomina o plantio de cana-de-açúcar devido à existência de diversas usinas canavieiras na área.

Cerca de 500 agricultores do MST ocupam a superintendência do INCRA em Florianópolis – Santa Catarina (região Sul). A ação, que faz parte da jornada nacional de lutas, exige o assentamento das 500 famílias acampadas no estado e a efetivação de políticas para o desenvolvimento dos assentamentos, especialmente agroindústrias. Os sem-terra cobram do INCRA a criação de um assentamento em uma área de 15 mil ha de propriedade do Exército, que não tem utilização, no município de Papanduva, na região do planalto Norte. Os acampados reivindicam também a desapropriação de uma área da Monsanto, no município de Lageado Grande, na região ao Oeste do estado.

Cerca de 3 mil integrantes dos movimentos sociais do campo, como o MST, montam acampamento em frente da sede do INCRA, no Centro Administrativo da Bahia (CAB), em Salvador – Bahia (região Nordeste). Segundo informações do site do MST, o movimento já ocupou 24 fazendas na Bahia, desde o começo do mês de abril. Foram ocupações no Extremo Sul, o Sul, o Sudoeste, o Baixo Sul, a Chapada, o Recôncavo, o Norte e o Nordeste. Duas ocupações foram realizadas neste dia em Juazeiro e Queimada.

Cerca de 300 famílias ocupam a sede do INCRA em Aracaju, em Sergipe (região Nordeste), para pressionar o governo para realizar a reforma agrária e reforçar a jornada nacional de lutas do MST.

Cerca de 300 lavradores do MST ocuparam o prédio do INCRA em Campo Grande, no estado do Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). O movimento apresentou uma lista com 16 reivindicações, entre elas a derrubada de uma liminar que existe em Dourados e impede a compra ou desapropriação de terras. Os manifestantes também reclamam que não possuem dinheiro ou crédito para construir suas casas ou comprar sementes e insumos para as plantações. O INCRA já entrou com uma ação para que o prédio seja desapropriado.

Integrantes de comunidades quilombolas fazem uma manifestação em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Com bandeiras, cruzeiros de madeira e entoando cânticos, o grupo de quilombolas quer agilidade no processo de titulação de terras. “Essa demora tem ocasionado situações de violência como assassinatos, miséria, e estamos aqui para chamar

atenção para o problema”, disse Diogo Cabral, coordenador da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas, organização que agrega comunidades que vivem em quilombos. Os quilombolas que participam da manifestação dizem que esperavam ser recebidos pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho. Segundo eles, o assunto começou a ser tratado em conversas iniciadas após manifestação feita no Maranhão no início do mês, quando uma rodovia foi bloqueada. A assessoria da Secretaria-Geral informou que não havia encontro agendado com o grupo e que o ministro cumpre agenda no Rio de Janeiro. Dois assessores da pasta atenderam os quilombolas. O STF julga no dia 18 a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN 3239/2004) contra o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação das terras quilombolas. Proposta pelo Partido Democrático (DEM), a ação questiona a legalidade do Decreto 4887/2003, que regulamenta os processos administrativos para demarcação das áreas ocupadas pelas comunidades quilombolas no país.

Como parte da mobilização nacional chamada Abril Vermelho, integrantes do MST ocupam a sede do INCRA no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os manifestantes pedem mais agilidade ao processo de reforma agrária e a retomada da criação de assentamento para as famílias que vivem em acampamentos na beira das estradas brasileiras. De acordo com o coordenador do MST no estado, Marcelo Durão, os acordos assumidos pelo governo no ano passado não estão sendo cumpridos. “O ano passado foi o pior ano da reforma agrária desde o período democrático. Foi o período em que menos se assentou e menos se conquistou terras”, disse ele. Durão ressaltou que o movimento reivindica também a melhoria da qualidade de vida das famílias que moram nos assentamentos, com melhores condições de acesso à educação e saúde. “Mais de 20 mil escolas no campo foram fechadas nesse período. Isso é um absurdo. São famílias que poderiam estar se formando no campo, mas você potencializa a saída dessas pessoas do campo para as cidades”. De acordo com ele, só o estado do Rio de Janeiro concentra aproximadamente mil famílias de trabalhadores sem-terra ligados ao MST e a outros movimentos.

### **3ª feira 17**

No Dia Nacional da Luta pela Reforma Agrária, os trabalhadores rurais do MST realizaram uma série de mobilizações pelo país, com o trancamento de trechos de rodovias em 20 estados, pela punição dos responsáveis pelo Massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996, e pelo assentamento das 186 mil famílias acampadas. Foram realizados protestos em 20 estados. Houve 105 bloqueios de rodovias, estradas, avenidas e ferrovias. Já foram ocupados 45 latifúndios em nove estados, em abril. Além disso, 11 superintendências do INCRA estão ocupadas em Alagoas, Bahia, Paraíba, Sergipe, Maranhão (região Nordeste), Mato Grosso, Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), Minas Gerais, Rio de Janeiro (região Sudeste), Rondônia (região Norte) e Santa Catarina (região Sul).

Cerca de 600 pessoas ligadas ao MST e organizações como a Consulta Popular, a Conlutas, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Levante Popular da Juventude, o Sindicato dos Advogados de São Paulo, o Sindicato dos Químicos de Osasco e outros movimentos e organizações sociais paralisam a rodovia Anhanguera em São Paulo – SP (região Sudeste) em quatro diferentes trechos. Foram realizadas atividades de diálogo com os motoristas, trabalhadores e transeuntes e a distribuição de alimentos orgânicos produzidos pelos assentamentos e acampamentos da reforma agrária.

Integrantes do MST, organizações sociais e centrais sindicais promovem um ato em frente ao Tribunal de Justiça, no centro de São Paulo – SP (região Sudeste). Os organizadores estimaram a presença de 200 pessoas na manifestação. A PM estimou em 100 o número de participantes. O ato ocorre em homenagem aos 21 sem-terra assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás. No ato de hoje os manifestantes também protestaram contra a criminalização dos movimentos sociais. “A criminalização expressa essa política do governo de não-reconhecimento da legitimidade das nossas pautas e da ação política que construímos em torno dessas pautas. O governo se vale de mecanismos de criminalização, judiciais ou policiais, e de repressão à nossa luta por direitos”, disse Hugo Fanton, integrante da Assembleia Popular e que também atua no Movimento de Solidariedade ao Pinheirinho.

O MST realiza em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) um ato público no Plenário Dois da Câmara dos Deputados, em homenagem aos 21 sem-terra assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás. Além do ato na câmara, uma vigília também foi realizada em frente ao STF. As atividades denunciam a impunidade que marca a história de violência no campo brasileiro, cobra justiça e reafirma a necessidade da realização da reforma agrária para o combate à pobreza e o desenvolvimento do meio rural.

Integrantes do MST realizam uma caminhada pelas principais vias da região central da cidade do Rio de Janeiro (região Sudeste). Os sem-terra seguiram até a sede do Tribunal de Justiça do estado, onde fizeram um ato para lembrar os 16 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás. A polícia acompanhou a manifestação, que foi pacífica. Os trabalhadores continuam acampados em frente à sede do INCRA e a previsão do MST é que eles fiquem no local por pelo menos mais um dia. Para a coordenadora nacional do MST, Amanda Matheus, o processo de reforma agrária no estado ainda é muito lento. Segundo ela, existem diversas famílias aguardando há mais de dez anos pelo direito à terra. “Nós estamos exigindo do INCRA resposta concreta relacionada aos processos que estão parados aqui no estado. A gente quer sair das negociações com pelo menos algumas metas e alguns compromissos [definidos]”, disse. A Superintendência do INCRA no Rio de Janeiro confirmou para hoje a reunião com o MST, mas alertou que, se houver alguma tentativa de ocupação do prédio, as negociações estarão suspensas.

Cerca de 100 militantes do MST em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste) ocupam a sede do INCRA. Diversas ações ocorreram no estado de Minas Gerais como a ocupação do INCRA, o trancamento de rodovias e a liberação de pedágios. O movimento cobra o assentamento das 2.700 famílias acampadas no estado e reivindica políticas de melhorias para os assentamentos, como assistência técnica, políticas de educação e infraestrutura.

O MST bloqueia quatro rodovias no Paraná (região Sul). As rodovias foram trancadas por 21 minutos em homenagem aos mortos no Massacre de Eldorado dos Carajás. Na BR-116, em Curitiba, cerca de mil trabalhadores fecharam a rodovia. Foi trancada também a BR-277, no município de Cascavel, onde aproximadamente 300 integrantes do movimento levaram bandeiras e fizeram uma apresentação. Na BR-158, em Rio Bonito do Iguaçu, 60 pessoas bloquearam a rodovia. Também foi paralisada a rodovia PR-317 por 70 integrantes de 15 assentamentos do MST da região Norte e Noroeste do Paraná, junto com moradores da Escola “Milton Santos” de Agroecologia, na altura de Maringá.

O MST promove uma série de bloqueios em rodovias e ferrovias da Bahia (região Nordeste). A Polícia Rodoviária Federal confirmou pontos de protesto na BR-116, próximo à cidade de Feira de

Santana, e na BR-110, próximo a Paulo Afonso, no Norte do estado, além da BR-242, na região oeste. A ação é nacional e lembra os 16 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás.

Mais de 400 trabalhadores rurais que ocupam o INCRA em Florianópolis – Santa Catarina (região Sul) juntam-se à outras 10 mil pessoas na Terceira Marcha dos Catarinenses, organizada pela Central dos Movimentos Sociais (CMS), e saem pelas ruas da capital. A tradicional marcha do estado resolveu adiar sua mobilização para que ela fosse realizada no Dia Nacional da Luta pela Reforma Agrária.

Os prédios do INCRA e do Ministério de Desenvolvimento Agrário em Maceió – Alagoas (região Nordeste) são ocupados por integrantes do MST. Trabalhadores rurais de todo o estado denunciam a paralisação da reforma agrária que, com a diminuição das políticas de desapropriações de terras, alcançou os piores índices dos últimos 16 anos. Reunindo os movimentos sociais do campo do estado, cerca de 4 mil famílias estão participando das mobilizações que compõem a Jornada Nacional de Lutas. Segundo informações do movimento, no primeiro ano de governo de Dilma Rousseff, foram assentadas apenas 7 mil famílias do MST, números piores que os do período de Fernando Henrique na presidência. Ainda no estado, 16 rodovias foram interditadas. Os bloqueios ocorreram nos municípios de Maragogi, Flexeiras, Matriz do Camaragibe, Joaquim Gomes, União dos Palmares, Murici, Atalaia, Arapiraca, Piranhas, Porto Calvo, Junqueiro, Olho d'água das Flores e duas áreas em Delmiro Gouveia.

Integrantes do MST promovem bloqueios em 16 rodovias federais e estaduais simultaneamente em todo o Rio Grande do Sul (região Sul). Houve trancamentos nos municípios de São Luiz Gonzaga, Sarandi, Trindade do Sul, Eldorado do Sul, Piratini, Candiota e Hulha Negra. Em Livramento, foi realizada uma audiência pública com participação de governo, a prefeitura e o INCRA. Já em São Gabriel, um grupo permanece acampado na praça da cidade desde o dia 16 de abril.

Mais de 2.500 trabalhadores rurais sem-terra fecham 15 pontos das principais rodovias de acesso do estado em protesto contra a violência e a impunidade dos crimes cometidos pelos latifundiários. Foram trancadas 14 rodovias e vias de acesso ao estado, como a ponte que liga as cidades de Petrolina, em Pernambuco, e Juazeiro, na Bahia (região Nordeste). Foi bloqueada também a BR-104 nos trechos Norte e Sul, que liga o agreste à zona da mata do estado e vários trechos da BR-232, que corta o estado do litoral ao Sertão.

Trabalhadores rurais do MST bloqueiam 14 rodovias em todo o estado de Sergipe (região Nordeste). As estradas foram paradas por 21 minutos, em memória de cada um dos mortos no Massacre de Eldorado dos Carajás. Nos protestos, foram homenageados os mártires do massacre em falas, canções e faixas, exigindo punição para os responsáveis. No município de Santo Amaro, foi reocupada a fazenda Nossa Senhora das Graças. A fazenda Camaçari, no município de Itaporanga da D'Ajuda, foi ocupada com mais de 100 famílias. Ainda no estado, mais de 100 famílias reocupam a fazenda Fortuna, que fica nos municípios de Caria e Nossa Senhora da Glória.

Cerca de 200 pessoas do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de São Paulo ocupam o prédio da Caixa Econômica Federal em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os manifestantes reivindicam mais verbas para a construção de moradias no âmbito do projeto Minha Casa, Minha Vida, além da revisão do limite de renda para financiamento previsto no programa. Segundo o movimento, a regra é que pessoas que recebam até três salários-mínimos possam se inscrever, mas a Caixa não atualizou o limite de R\$ 1,6 mil para R\$ 1,8 mil depois do reajuste do valor do salário



mínimo. A assessoria de imprensa da Caixa informou que 16 manifestantes se reuniram com o vice-presidente da instituição, José Urbano Duarte, para negociar as reivindicações. O presidente da Caixa, Jorge Hereda, também participou das discussões por meio de videoconferência.

Cerca de 500 alunos da Universidade Federal de Alfenas (Unifal) paralisam as aulas no campus de Alfenas – Minas Gerais (região Sudeste) para reivindicar melhorias na instituição. Entre as exigências estão a implantação de ônibus intercâmpis, a contratação de mais professores e a aquisição de insumos e equipamentos. Os universitários fizeram uma carta ao reitor da Unifal com a pauta de reivindicação e caminharam pelo campus pedindo a paralisação de outros cursos que ainda não haviam aderido ao movimento. De acordo com os alunos, o reitor Paulo Márcio de Faria não estava presente e eles foram recebidos pelo vice-reitor, Edmir Silvestre Pereira Júnior, e pelo pró-reitor de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional, Tomás Dias Santana.

Trabalhadores da área da saúde da rede estadual de São Paulo (região Sudeste) fazem paralisação para reivindicar aumento real de 26% e regulamentação da jornada de 30 horas para funcionários do setor administrativo. Segundo o sindicato, 40 unidades aderiram à greve na capital, no Grande São Paulo e no interior. Desde o dia 23 de março a categoria tenta uma negociação com o governo de Geraldo Alckmin. A pasta informou que, em 2011, o governo do estado aprovou um plano de cargos e salários que teria resultado em aumentos de até 40% para a categoria, retroativos ao mês de julho daquele ano. Conforme o sindicato, a manifestação reivindica reajustes salariais referentes ao ano de 2012, que tem data-base em 1º de março. Um enfermeiro de 37 anos, que há 17 atua na rede, que não quis se identificar, disse ao *Vermelho* que os cerca de 70 mil trabalhadores tiveram somente dois reajustes desde que o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) assumiu o Palácio dos Bandeirantes. “Um deles foi em 2003, com a incorporação de gratificação de R\$ 60 ao salário, e o outro foi em 2007, quando ocorreu um esvaziamento de médicos e enfermeiros dos hospitais e unidades de saúde. Mas, da mesma maneira que em 2003, não foi um reajuste salarial, mas sim um aumento de uma gratificação chamada prêmio incentivo, que passou de R\$ 300 para R\$ 1 mil”, recorda o profissional, que observa também que boa parte das gratificações não são pagas em caso de afastamento por motivo de saúde, por exemplo, e não incluídas na conta da aposentadoria. O salário base de um médico do estado de São Paulo é de aproximadamente R\$ 600; com as gratificações sobe para cerca de R\$ 1.800.

#### **4ª feira 18**

O MST promove em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) um café da manhã para parlamentares e apoiadores do movimento, dentro do calendário de ações da Jornada Nacional por Reforma Agrária. A jornada já mobilizou mais de 20 estados pela punição dos responsáveis pelo Massacre de Eldorado dos Carajás e pelo assentamento das 186 mil famílias acampadas. Na atividade, que acontece no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, os trabalhadores rurais ofertam alimentos produzidos nos assentamentos de reforma agrária.

Raimundo Alves Borges, liderança camponesa e presidente do assentamento Terra Bela, em Buriticupu, Maranhão (região Nordeste) é executado a tiros por pistoleiros nas imediações de sua casa. Segundo informações do MST, sua morte tem relação direta com conflitos de terra no assentamento. Raimundo realizou várias denúncias contra criminosos que compravam e vendiam terras de assentamento da reforma agrária. Além disso, havia contra ele ações de reintegração de posse, movidas por grileiros de terra. Este é mais um fato que coloca o Maranhão como o estado

mais violento do país em questões agrárias. Raimundo é a 247ª vítima da violência no campo nos últimos 25 anos.

Cerca de 43 famílias do MST ocupam a fazenda Inhumas na cidade de Uberaba, em Minas Gerais (região Sudeste). No entanto, segundo informações do MST, a PM foi ao local para realizar o despejo mesmo sem terem nenhum mandato de reintegração de posse pela justiça. Dois integrantes do MST foram presos e as famílias estão sendo levadas escoltadas à delegacia. A propriedade de 890 ha, que pertence a Atílio Camargo Costa, já tinha sido desapropriada desde o dia 8 de outubro de 2009 devido a sua improdutividade, ou seja, o dinheiro do decreto para que a área seja destinada à reforma agrária já foi depositado na conta do dono da propriedade. Segundo informações do site do MST, desde 2009 nenhuma pessoa é assentada em Minas Gerais, mesmo tendo mais de 2.700 famílias acampadas em todo o estado. A ocupação faz parte da Jornada de Lutas pela Reforma Agrária.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) e o grupo Levante Popular da Juventude, que atua junto à Via Campesina e ao Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), prestam a sua homenagem em memória aos 21 trabalhadores rurais assassinados no Massacre de Eldorado dos Carajás. A UNE, que está em Belém do Pará (região Norte) com a sua Caravana Brasil+10, com objetivo de pensar o país para os próximos 10 anos sob a ótica da juventude, indigna-se mais uma vez com a impunidade que ainda perdura sobre este ocorrido e tantos outros que envolvem a luta pela terra e a busca de uma nação soberana com justiça social e ambiental.

Os sem-terra acampados em frente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) se deslocam em marcha rumo ao STF para cobrar a agilidade nos processos judiciais que tramitam naquela corte. O principal objetivo é denunciar os 16 anos de impunidade dos envolvidos no Massacre de Eldorado dos Carajás e mostrar que violações dos direitos humanos dos trabalhadores rurais, quilombolas e indígenas ainda são recorrentes em o país. O MST denuncia que a demora no julgamento dos processos alimenta, ainda mais, a injustiça e a impunidade. Nas grades que rodeiam o STF, os manifestantes deixaram cruzeiros e velas acesas representando os trabalhadores que foram assassinados no campo.

Cerca de 1.500 trabalhadores sem-terra ocupam o INCRA no estado do Ceará (região Nordeste). O superintendente do órgão convocou os trabalhadores para uma audiência com várias entidades da sociedade civil para discutir a reforma agrária no estado. Entre elas estão o MST, a Federação dos Trabalhadores do Estado do Ceará (FETRAECE) e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF).

Mais de mil famílias ligadas ao MST e ao MAB, ao lado de estudantes, professores e pastorais, trancam a rodovia TO-050, próximo a capital Palmas, capital do Tocantins (região Norte). Os manifestantes pedem justiça aos trabalhadores assassinados no massacre de Eldorado dos Carajás. O trancamento durou por volta de uma hora. Depois, os integrantes realizaram um ato político e fizeram uma vigília durante toda a noite, com diversas atividades de protestos e denúncias.

Trabalhadores rurais de todo o estado de Alagoas (região Nordeste) ocupam os prédios da Receita Federal, a Secretaria de Agricultura e o Instituto de Terras e Reforma Agrária. Somam-se a essas três as ocupações nos dois prédios do INCRA. Acampados em Maceió, na praça da Faculdade, centenas de trabalhadores seguiram em marcha para as três ocupações que marcam a Jornada Nacional de Lutas no estado. Na sede da Receita Federal, pautando o crédito fundiário, foi

questionada a burocracia que dificulta o acesso dos camponeses ao crédito.

Cerca de 500 trabalhadores rurais ocupam a prefeitura de Curionópolis, no Pará (região Norte), para cobrar a construção de novas escolas. A ocupação denuncia também o fechamento de outras. No Brasil, foram fechadas mais de 37 mil escolas nos últimos dez anos. Já em Mato Grosso, os trabalhadores rurais estão acampados em frente à Assembleia Legislativa.

Os acampados da fazenda Camaçari, localizada no município de Itaporanga D’Ajuda – Sergipe (região Nordeste) são surpreendidos por policiais civis que ameaçam suas famílias. Segundo informações do MST, no início da tarde outro carro com dois policiais apareceu. À tarde, mais um carro com policiais e outros carros com 13 pistoleiros foram juntos ao acampamento, acompanhados de um familiar da proprietária. A área possui laudo de vistoria com parecer de improdutividade e tramita no INCRA.

Moradores da comunidade do Rato Molhado ateam fogo num ônibus no túnel Noel Rosa, no sentido Jacaré, zona norte do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), em protesto contra uma operação da PM na comunidade. Durante a operação duas pessoas foram baleadas, entre elas uma menina de 10 anos e um rapaz de 18 anos, que levou um tiro no peito, na barriga e na perna. Após o incêndio, o Batalhão de Choque ocupou a comunidade que, segundo a polícia, é uma das mais violentas da cidade.

Representantes de comunidades e trabalhadores de vários estados brasileiros e do Canadá, que dizem ter seus direitos humanos e trabalhistas prejudicados pela mineradora Vale, promovem uma manifestação pacífica em frente à sede da companhia, no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os manifestantes reclamam de danos ambientais causados por diversos empreendimentos da Vale no Brasil e no exterior. De acordo com Ademir Jacinto da Silva, de 35 anos, integrante do movimento, o ato teve a finalidade de chamar a atenção dos acionistas sobre os problemas que ocorrem nas unidades da empresa. Segundo ele, a data da manifestação foi escolhida por haver uma reunião entre os sócios da empresa para apresentar o projeto para o ano de 2013. “Nós achamos fundamental fazer o protesto, porque eles [a Vale] passam aqui só o lado bom do que fazem, só os lucros. A parte onde os trabalhadores morrem, ficam doentes e a degradação do meio ambiente provocada pela empresa, isso a Vale não passa nada”. Ainda como parte do protesto, as entidades que compõem a Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale apresentam nesta tarde um relatório inédito de insustentabilidade da companhia, documento espelhado no relatório de responsabilidade da empresa. A assessoria da Vale informou, por telefone, que está apurando as denúncias.

Cerca de 100 remanescentes de quilombolas protestam em frente ao STF em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) contra a ADIN que contesta decreto de demarcação de terras ocupadas por remanescentes de comunidades quilombolas. O STF julga neste dia a ADIN 3239, apresentada pelo DEM, que contesta o Decreto 4.887/03, que regulamenta o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos quilombolas. Para o coordenador da manifestação e integrante da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas, Telmo Flores, se o decreto for revogado, os índios e quilombolas do país estarão seriamente ameaçados. Estiveram presentes na manifestação representantes de quilombos do Maranhão, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, da Bahia e do Rio Grande do Sul. Um pedido de vista feito pela ministra Rosa Weber adiou o julgamento do STF sobre a ADIN contra o Decreto 4.887/2003, que regulamenta a titulação dos territórios quilombolas. A ministra pediu mais um

tempo para decidir sobre a questão da inconstitucionalidade. O pedido de Rosa Weber foi feito logo após o voto do ministro Cezar Peluso, relator do processo e único ministro a votar na sessão de hoje. Peluso considerou procedente a ação movida pelo DEM, que contesta a regulamentação das terras quilombolas por meio de decreto presidencial. De acordo com o ministro, o decreto apresenta uma série de inconstitucionalidades. “A desapropriação referida no decreto é de interesse social. Essa desapropriação insere-se em um dos 16 casos de utilidade pública e não de interesse social”, disse o ministro, que mesmo declarado voto pela procedência da ação, manteve a validade dos títulos emitidos às comunidades quilombolas desde a entrada em vigor do decreto. A ADIN tramita na Corte há oito anos.

Os trabalhadores da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará (região Norte), decidem paralisar suas atividades a partir do dia 23, após cumprir prazo legal de 48 horas. A decisão, segundo o SINTRAPAV, foi tomada pela “quase totalidade dos trabalhadores”. De acordo com o SINTRAPAV, a greve só será suspensa caso o Consórcio Construtor Belo Monte apresente uma nova proposta, já que a proposta final foi rejeitada pelos trabalhadores. Ela previa, entre outras medidas, manter o período de intervalo das baixadas [período em que os trabalhadores podem visitar as famílias] em 180 dias, mas aumentando a duração de nove para 19 dias. “O problema é que esse período a mais, de dez dias, corresponderia à antecipação das férias. Os trabalhadores não concordaram com isso porque esse é um direito já assegurado por lei”, disse o procurador do Ministério Público do Trabalho Roberto Ruy Rutowicz Netto, que esteve presente nas reuniões de negociação. Ele acrescentou que, em relação ao vale-alimentação, a proposta da empresa foi aumentar o valor de R\$ 95 para R\$ 110. “A princípio isso também não trouxe muita satisfação para os trabalhadores”, acrescentou. A reivindicação do sindicato era que esse valor chegasse a R\$ 300 mensais. O consórcio informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que aguardará a oficialização da decisão dos trabalhadores para se pronunciar sobre o assunto.

### **5ª feira 19**

Os cerca de 1.500 sem-terra acampados em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) retomam os protestos durante todo o dia. Pela manhã, os trabalhadores marcharam até a Esplanada dos Ministérios e em seguida promoveram uma vigília no Ministério do Planejamento. À tarde, o MST se reuniu com o governo federal no Ministério do Desenvolvimento Agrário para a discussão da pauta de reivindicações apresentada no dia da ocupação.

Trabalhadores rurais do MST ocupam o prédio da superintendência do Banco do Norte, no Centro de Maceió (região Nordeste). Os sem-terra que estavam acampados na praça da Faculdade, no bairro do Prado, seguiram em marcha até o órgão. O MST também cobra uma audiência com o superintendente do INCRA, ocupado desde o dia 10. A ocupação faz parte da Jornada Nacional de Lutas.

Integrantes do MST fazem vigília em frente à superintendência estadual do INCRA, em Curitiba – Paraná (região Sul). O objetivo é pressionar ao governo federal para que se desenrole as questões referentes à Brasília, segundo a coordenação estadual do MST. A ação está sendo articulada nacionalmente e pretende dar respaldo à reunião da equipe de negociação nacional do MST junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Dentre outras pautas, encontra-se o encaminhamento para a efetivação de um Plano Nacional de Reforma Agrária, políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura camponesa familiar, com criação e fortalecimento das agroindústrias

nos assentamentos e a elaboração de políticas públicas para desenvolver a agroecologia enquanto alternativa de matriz tecnológica para produção de alimentos orgânicos em larga escala, frente à degradação ambiental e da saúde humana provocada pelos agrotóxicos –comumente utilizados em monocultivos latifundiários.

Os cerca de 400 militantes do MST, que se encontravam desde o dia 16 realizando diversos atos em Florianópolis – Santa Catarina (região Sul) como parte da Jornada de Lutas, fazem uma vigília em frente ao prédio do INCRA, no centro da capital. Ocorrem falas dos integrantes do movimento, gritos de ordem e uma seleção de músicas tocadas ao vivo pela equipe de animação da jornada.

Trabalhadores rurais fecham a BR-163, que liga Cuiabá a Santarém, em Mato Grosso (região Centro-oeste). Ao mesmo tempo, cerca de 300 pessoas ocuparam a sede do INCRA no estado. As ações foram mais uma retaliação à falta de comprometimento do governo com a reforma agrária no país. Em reunião com os camponeses, o superintendente do INCRA, Valdir Mendes Barranco, afirmou que o instituto não tem dinheiro para promover o progresso da reforma agrária. Ele ainda disse que 70% do orçamento do INCRA foi cortado pelo governo, portanto, não tem nem como estimular a agricultura camponesa.

Professores e pesquisadores da questão agrária e do campesinato de diferentes instituições do Brasil entregam, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), ao ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, o “Manifesto de Intelectuais em Apoio à Declaração das Organizações Sociais do Campo”. A entrega foi feita durante reunião com Carvalho na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). O documento com 2007 assinaturas apoia a decisão lançada em fevereiro por 12 organizações sociais que atuam no campo em defesa da luta unificada por reforma agrária, direitos territoriais e produção de alimentos saudáveis.

Agentes penitenciários do Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste) deflagram uma paralisação de 24 horas, ameaçando estender o movimento por tempo indeterminado. A paralisação ocorre no momento em que autoridades públicas observam de forma atenta o Complexo Penitenciário da Papuda, no qual desde o dia 18 está detido o empresário de jogos ilícitos Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, denunciado em um esquema de corrupção que envolve a políticos. A categoria reivindica melhores condições de trabalho, a realização de concursos públicos para contratação de mais servidores, a compra de viaturas, equipamentos de uso profissional e reajuste salarial.

Indígenas, quilombolas e camponeses fecham um trecho da rodovia Belém-Brasília, a BR-010, na região do Tocantins (região Norte). O grupo critica a proposta em tramitação no Congresso, que transfere para o Legislativo a demarcação de terras de povos tradicionais, e pede melhorias no atendimento à saúde desses grupos. A coordenadora do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Igreja Católica, Laudovina Pereira, disse que o protesto será mantido até que os manifestantes consigam marcar uma reunião com representantes do governo federal ou do Ministério Público. Eles aguardam manifestações da FUNAI e da Secretaria Especial da Saúde Indígena. Os manifestantes temem a aprovação da proposta que transfere do Executivo para o Legislativo a demarcação de terras indígenas, e a ação que regulamenta a titulação dos territórios quilombolas. O protesto ocorre no Dia do Índio e faz parte de uma série de atividades e mobilizações promovidas ao longo do mês. Eles agendaram para o próximo dia 3 uma reunião no Tocantins com representantes do Ministério Público Federal, o INCRA e a FUNAI, para discutir a demarcação de terras de povos tradicionais e melhorias no atendimento à saúde.

O presidente da FUNAI, Márcio Meira, aprova os estudos de identificação das terras indígenas Tenondé Porã, em São Paulo (região Sudeste), Menku, no Mato grosso (região Centro-oeste), e Taego Áwa, no Tocantins (região Norte). Os envolvidos no processo que quiserem contestar a demarcação poderão encaminhar documento à FUNAI. Passado esse processo, será publicada a portaria declaratória, dando o direito de posse definitiva aos índios. O despacho foi publicado neste dia 19. Os estudos de identificação e reconhecimento das terras foram executados por grupos de trabalho formados por técnicos, antropólogos e órgãos fundiários dos estados envolvidos. As terras de Tenondé Porã são tradicionalmente ocupadas por índios da etnia Guarani nos municípios de São Paulo, São Bernardo do Campo, São Vicente e Mongaguá, no estado de São Paulo. O xamanismo –conjunto de manifestações, ritos e práticas presentes em comunidades– é prática fundamental em todo o universo social e cultural dos Guarani de Tenondé Porã. De acordo com levantamento, foram identificados 149 ocupantes não indígenas no grupo. A Terra Indígena Taego Áwa é ocupada tradicionalmente pelos Avá-Canoeiro. Fica à margem direita do rio Javaés, importante afluente do Araguaia que forma a Ilha do Bananal. Os Avá-Canoeiro, que falam uma língua tupi-guarani e se autodenominam ãwa (gente, ser humano), moravam nas cabeceiras do rio Tocantins quando foram encontrados pelos primeiros colonizadores do Brasil central, na segunda metade do século 18. Ficaram conhecidos na literatura histórica e na memória oral dos antigos goianos como o povo que mais resistiu ao colonizador, recusando-se terminantemente a estabelecer contato pacífico. Mas a perseguição incessante e o extermínio levaram à dispersão e fragmentação do grupo, reduzido hoje a 25 pessoas, segundo a FUNAI. A Terra Indígena Menku fica no município de Brasnorte, no estado do Mato Grosso (região Centro-oeste). É habitada pelo povo Myky, composto de 104 pessoas, segundo dados de 2008 da FUNAI. O povo Myky (Mùnkù, Mùnkü, Menkü, Myky) fala uma língua classificada como isolada e apenas a geração nascida após o contato (1971) domina relativamente o português. Os myky são um povo amazônico de terra firme, que ocupa historicamente as cabeceiras dos rios Papagaio, Rico, Águas Claras, Tenente Noronha e Norato.

## **6ª feira 20**

Os 1,5 mil trabalhadores rurais sem-terra mobilizados em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) por reforma agrária realizam um ato em frente à embaixada da Argentina, para demonstrar apoio e solidariedade à iniciativa do governo daquele país, que promove iniciativas em defesa da soberania de seu povo. No início desta semana, a presidenta Cristina Kichner anunciou a expropriação de parte da petrolífera espanhola YPF.

Entidades e movimentos sociais realizam uma grande manifestação no município de Buriticupu, no Maranhão (região Nordeste), para denunciar a violência no campo e cobrar justiça e punição dos culpados pelo assassinato do militante camponês Raimundo Borges, morto no dia 14 de abril, no assentamento onde morava na cidade. A manifestação percorreu as principais ruas com paradas em frente aos órgãos públicos daquele município.

Em greve desde o dia 13 de abril, trabalhadores da saúde do estado de São Paulo (região Sudeste) fazem um ato na avenida Paulista, com concentração na sede do Museu de Arte de São Paulo. Por volta de meio-dia, os manifestantes seguiram em caminhada, ocupando duas faixas da avenida, para a sede da Secretaria de Gestão Pública do governo do estado. O objetivo era pressionar o órgão a abrir negociação com a categoria. A manifestação teve início após a reunião do Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde (SindSaúde) com a Coordenação de Recursos Humanos da Secretaria de Saúde do estado. De acordo com Benedito Oliveira, presidente do SindSaúde, os

representantes do governo apontaram a possibilidade de uma mesa de negociação com secretários estaduais para a próxima semana. “Mas nenhuma proposta foi apresentada ainda”, disse o presidente. Segundo Benedito Oliveira, as tentativas de diálogo com o governo estadual iniciaram ainda em 2011 e se intensificaram em março deste ano. A data-base dos trabalhadores é em 1º de março. Dentre outras reivindicações, os trabalhadores pedem um aumento real de 26%, reajuste do auxílio-alimentação e regulamentação da jornada de 30 horas para toda a categoria. A Secretaria de Saúde de São Paulo informou que mantém um diálogo com o SindSaúde-SP em relação à nova pauta de reivindicações e as conversas são mantidas em conjunto com a Secretaria de Gestão. Em nota, a secretaria informou que espera que os servidores não interrompam o atendimento, de modo a não prejudicar a população usuária do Sistema Único de Saúde no estado. A secretaria decidiu cortar o ponto dos servidores estaduais em greve que paralisarem ou tiverem paralisado suas atividades no horário do expediente. A secretaria considerou um absurdo que sindicalistas tentem impedir a entrada de pacientes nos serviços, prestando informações falsas à população na porta dos hospitais. A orientação é para que a população entre no hospital mesmo se for informada por sindicalistas de que há paralisação do atendimento

## **Sábado 21**

O movimento 31 de Julho faz manifestação na praia de Ipanema, zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), contra a corrupção no Brasil e em favor do STF. O objetivo é exigir do STF seriedade e compromisso com o julgamento da corrupção.

Com o tradicional brado “O povo unido jamais será vencido”, um grupo formado principalmente por jovens liderou a marcha contra a corrupção pela praia de Copacabana, na zona sul do Rio de Janeiro. Com apitos, nariz de palhaço, cartazes e faixas os manifestantes pediram a moralização da política e o fim dos desvios de dinheiro público. Um dos organizadores do movimento, Eric Chendo, disse que entre as principais reivindicações dos manifestantes estão o fim do voto secreto no Congresso Nacional e a tipificação da corrupção como crime hediondo. A passeata foi acompanhada pela polícia militar. Os policiais seguiram os manifestantes a pé e com o apoio de quadriciclos e carros de patrulha. A PM não divulgou estimativa do número de pessoas que participaram do protesto.

A manifestação contra a corrupção reúne, na avenida Paulista em São Paulo – SP (região Sudeste), cerca de 800 pessoas, de acordo com estimativa da assessoria de imprensa da PM. De acordo com os organizadores, o número foi bem maior, cerca de 3 mil. Com faixas, cartazes e bandeiras, os manifestantes seguiram a pauta do Movimento Brasil contra a Corrupção (MBCC) e pediram rapidez no julgamento do escândalo do mensalão, o fim do foro privilegiado para parlamentares e voto aberto em todas as votações do congresso. O evento, organizado pelas redes sociais da internet, contou com a participação, além do MBCC, de várias organizações não governamentais e grupos de protesto, como Revoltados On Line, o Dia do Basta, Quero o Fim da Corrupção, Nas ruas e Pátria Minha. “Queremos mecanismos que dificultem a prática da corrupção, do crime, e que permitam um maior controle sobre os políticos por parte do eleitorado e da sociedade como um todo”, destacou a advogada Lígia Fernandes, que faz parte do grupo Pátria Minha.

## **Domingo 22**

Um grupo de ambientalistas promove no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) um ato simbólico para marcar o Dia da Terra. Eles estenderam faixas e cartazes na areia da praia de Copacabana em protesto contra a proposta de alteração do Código Florestal Brasileiro e a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Organizada pelo Comitê Fluminense pelas Florestas, com apoio do Grupo de Trabalho do Rio de Janeiro de Mobilização para a Cúpula dos Povos e da organização não governamental Greenpeace, a manifestação seria uma passeata pela orla de Copacabana. Mas, por causa da chuva, o grupo decidiu transferir o protesto para a área em frente ao Hotel Copacabana Palace e marcar um novo dia para promover a Marcha pelo Meio Ambiente. Também foram programados protestos em outras cidades do país.

## **2ª feira 23**

Cerca de 800 pessoas do MST ocupam o Centro Administrativo da Paraíba, localizado em João Pessoa, na capital do estado da Paraíba (região Nordeste). A ação faz parte da Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária. Os sem-terra reivindicam uma audiência com o governo do estado para discutir a desapropriação de terras, crédito, educação e segurança. Após duas horas de ocupação, o chefe da Casa Civil, Lindolfo Pires, recebeu o MST e também os outros movimentos que apoiam as ações da Jornada de Abril, como o MAB e a Marcha Mundial de Mulheres (MMM). Os movimentos entregaram a pauta de reivindicação e marcaram a audiência com o governador do estado, Ricardo Coutinho, para o dia 2 de maio. Segundo informações do MST, até lá, as famílias continuam ocupando o INCRA.

Cerca de 7 mil trabalhadores entram em greve por tempo indeterminado na Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira, no Pará (região Norte). Os trabalhadores pedem aumento do valor da cesta básica, de R\$ 95 para R\$ 300, além de pedirem redução do período de folga para trabalhadores de outras cidades. Atualmente a folga fora da cidade é de seis em seis meses. Os trabalhadores pedem redução para três meses. A empresa responsável pela construção de Belo Monte disse que não aceita a redução do espaço entre as folgas e que estaria disposta a ceder 19 dias de seis em seis meses, ao invés dos atuais nove dias de folga. Quanto à cesta básica, a empresa diz que aumentará, no máximo, para R\$ 110.

## **3ª feira 24**

Integrantes do MST, da Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados e Acampados (CETA), do MTD e da Pastoral Rural de diversas regiões da Bahia (região Nordeste) realizam marcha na capital, Salvador, com objetivo de discutir novamente as reivindicações, que foram entregues ao governador Jaques Wagner, no ano passado, e que até o momento não foram atendidos. Em meio a gritos de ordem e organizados em filas, os trabalhadores rurais marcharam pelo Centro Administrativo do estado. Mesmo com a PM não permitindo a entrada do carro de som no pátio da governadoria, os trabalhadores rurais conseguiram realizar a mobilização.

Movimentos feministas, estudantes e professores da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) mobilizam pela internet a denúncia do caso de estupro numa das festas da universidade a uma jovem caloura do Instituto de Artes e Design. A mobilização foi feita pois os órgãos responsáveis



por apurar o caso, a Polícia Civil de Minas Gerais e a reitoria da UFJF, estariam sendo inoperantes, uma vez que a jovem, vinda do interior de São Paulo, já teria trancado a matrícula por se encontrar constrangida. A mobilização também discute o fato de que o estupro está sendo investigado a partir da possibilidade de não ter existido, uma vez que a jovem tinha bebido. Os professores, estudantes e feministas que fazem a denúncia pela internet alegam que este é um dos motivos para que os estupros em universidades sejam frequentes, pois as vítimas sempre são questionadas, de forma intransigente, pelo seu comportamento sexual e pelo seu estado de embriaguês durante o abuso.

Os trabalhadores da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira – Pará (região Norte) tem sua greve vetada pela Justiça do estado. O TRT do Pará decretou que a greve é ilegal e que os cerca de 7 mil trabalhadores em greve devem voltar ao trabalho e terão os dias de paralisação descontados.

Os professores do Distrito Federal, que já estão parados há 45 dias, decidem continuar a greve. No dia 20, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios considerou a greve abusiva e determinou que 80% dos professores voltassem a trabalhar. O Sindicato de Professores no Distrito Federal (SINPRO-DF) entrou com recurso para a revisão da decisão e questionou a aplicação da multa diária de R\$ 45 mil, caso o percentual de funcionários não fosse cumprido. O governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Administração Pública, informou que os salários de cerca de 3 mil professores grevistas terão cortes variáveis, de acordo com o número de faltas devido à greve. Para a diretora da Secretaria de Imprensa do SINPRO-DF, Rosilene Correia, a decisão do governo em cortar o salário dos professores é lamentável. Segundo ela, somente depois do fim da greve o sindicato e o governo deverão discutir o assunto. A Secretaria de Educação informou que irá fiscalizar o funcionamento das escolas, conforme a determinação judicial. Os professores em greve pedem o cumprimento de um acordo firmado em 2011 com o governador Agnelo Queiroz, no qual se exige a equiparação da média salarial à de outras carreiras de nível superior, a contratação de profissionais aprovados no último concurso da Secretaria de Educação e a implantação de plano de saúde. A última proposta apresentada pelo governo foi a incorporação de auxílio saúde de R\$ 110, recusada pela categoria.

Médicos de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) realizam mobilização acendendo 600 velas em frente ao congresso. Segundo os profissionais, é necessário que se faça uma reforma na gestão da saúde suplementar no país. O Conselho Federal de Medicina informou que, dentre as reclamações, existe um número significativo de planos que se recusam a negociar as reposições acumuladas dos honorários que são pagos aos médicos. De acordo com as lideranças do movimento, os pacientes não serão prejudicados com a mobilização.

#### **4ª feira 25**

Os médicos que atendem em planos de saúde interrompem consultas e outros procedimentos eletivos durante 24 horas em 12 estados da federação. O protesto está sendo realizado no Acre, Pará (região Norte), Espírito Santo, Minas Gerais (região Sudeste), Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Sergipe (região Nordeste) e Santa Catarina (região Sul). Em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) a mobilização começou no dia 24 quando os médicos acenderam 600 velas em frente ao congresso. A movimentação teve continuidade na manhã de hoje com a distribuição de panfletos explicativos na rodoviária do Plano Piloto. Segundo os profissionais, é necessário que se faça uma reforma na gestão da saúde suplementar no país. O vice-presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Aloísio Tibiriçá Miranda, disse que as

mobilizações da categoria buscam assegurar o cumprimento de suas reivindicações. “O reajuste salarial só ocorre quando há conflito e mobilização, como a que está acontecendo hoje. Não existe uma relação contratual que preveja isto de forma eficiente, por isso estamos reivindicando junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar uma contratualização entre médicos e operadoras”, disse. O CFM informou que, dentre as reclamações, existe um número significativo de planos que se recusam a negociar as reposições acumuladas dos honorários que são pagos aos médicos. De acordo com as lideranças do movimento, os pacientes não serão prejudicados com a mobilização.

Médicos credenciados aos planos de saúde realizam uma manifestação no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), reivindicando, entre outros itens, o reajuste nos valores repassados pelos planos de saúde à categoria. Os médicos também reivindicam a aprovação do projeto de lei que estabelece o reajuste anual dos contratos. O protesto foi realizado em frente à sede da Federação Nacional de Saúde Suplementar, na rua Senador Dantas. Em São Paulo – SP (região Sudeste), entidades médicas e odontológicas de São Paulo fizeram uma passeata na região da avenida Paulista. A manifestação ocupou duas faixas da avenida, deixando o trânsito lento.

### **5ª feira 26**

O SINTRAPAV decreta que os cerca de 7 mil trabalhadores da Usina Belo Monte, em Altamira – Pará (região Norte), permanecerão em greve até o dia 1 de maio, pois o sindicato não foi informado da decisão do TRT do Pará de que a greve é ilegal. A justificativa do tribunal é a de que os trabalhadores não cumpriram a data base, que é em novembro deste ano.

Cerca de 100 professores ocupam o sexto andar do anexo do Palácio do Buriti, onde fica a Secretaria de Administração do governo do Distrito Federal (região Centro-oeste). O objetivo é pressionar o governo a voltar a negociar com a categoria, em greve há mais de 45 dias. A Justiça determinou que 80% dos professores voltem a trabalhar. O SINPRO-DF entrou com recurso para a revisão da decisão e questionou a aplicação de multa diária de R\$ 45 mil, caso o percentual de funcionários não fosse cumprido. Sobre a ocupação do prédio do governo distrital, o diretor do SINPRO, Cássio de Oliveira Campos, disse que os manifestantes só pretendem sair do local quando o governo do Distrito Federal fizer uma proposta.

Trabalhadores da indústria de alimentação fazem um protesto na avenida Paulista da cidade de São Paulo (região Sudeste), em frente à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Os trabalhadores reivindicam medidas para diminuir a ocorrência de lesões por esforço repetitivo no setor. O ato reuniu trabalhadores de empresas avícolas e frigoríficos da Bahia (região Nordeste), Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais (região Sudeste), Mato Grosso (região Centro-oeste), Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná (região Sul). Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação, Agroindústrias, Cooperativas de Cereais e Assalariados Rurais (CONTAC), esse segmento é o que registra a maior incidência de doenças trabalhistas no Brasil. Os organizadores estimaram a participação de 200 pessoas na manifestação, que não foi acompanhada pela polícia militar. Conforme o presidente da CONTAC, Siderlei Oliveira, cerca de 25% dos trabalhadores do setor, que emprega um milhão de pessoas no país, estão afastados em razão de doenças trabalhistas. Por causa desse problema, uma comissão da confederação irá a Genebra, na Suíça, no dia 10 de maio, a protocolar uma denúncia na Organização Internacional do Trabalho. A CONTAC reivindica a aprovação de uma norma regulamentadora, atualmente em negociação com as empresas, e que ainda será discutida, posteriormente, no

Ministério do Trabalho. “A NR contém 16 itens, mas três, especialmente, são essenciais. O primeiro é a diminuição do tempo de exposição, reduzindo a carga horária para seis horas diárias. O segundo é o aumento do tempo de intervalo, que hoje é de três intervalos de oito minutos a cada 50 minutos trabalhados, para dez minutos. Por fim, queremos a participação dos trabalhadores na implantação e fiscalização da norma”, explicou o presidente.

Dois índios são expulsos do STF em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) por atrapalhar a sessão de julgamento da constitucionalidade do sistema de cotas raciais nas universidades públicas. Durante o voto do ministro Luiz Fux, os índios Araju Sepeti Guarani e Carlos Pankararu iniciaram uma manifestação no plenário e foram repreendidos mais de três vezes pelo presidente da Suprema Corte, Carlos Ayres Britto. Após alguns minutos, Britto suspendeu a sessão até que eles fossem retirados do local. Com pedidos de socorro e gritos ofensivos aos ministros, os dois índios foram imobilizados e retirados à força por um grupo de seguranças do tribunal. Os índios criticaram o fato de que só o sistema de cotas raciais esteja em julgamento. “Igualdade é negro, é cigano, é índio, são todos. Defendemos a cota para indígenas”, disse Carlos Pankakaru.

Os trabalhadores da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em greve desde o dia 23, vão poder manter a paralisação até o dia 1º sem pagar a multa diária de R\$ 200 mil determinada pelo TRT da oitava Região. A decisão foi tomada em reunião entre o Consórcio Construtor de Belo Monte e o SINTRAPAV, mediada pelo juiz Luiz Antônio Nobre Brito, da Vara do Trabalho de Altamira.

Cerca de dois mil trabalhadores ligados ao MST, ao MTD, à CETA e a Pastoral Rural desocupam o INCRA na Bahia (região Nordeste). A superintendência do INCRA na Bahia teve uma reunião com o presidente nacional do INCRA, Celso Lacerda.

## **6ª feira 27**

Os professores em greve, que ocupavam desde o dia 26 o sexto andar do anexo do Palácio do Buriti, deixam o local após a bancada de parlamentares do Distrito Federal (região Centro-oeste) no Congresso Nacional intermediar a reabertura das negociações que tinha suspenso as conversações por conta da ocupação. O SINPRO-DF e os representantes do governo se reúnem durante esta tarde para tentar mais um acordo e por fim à greve que já dura 47 dias.

A Coordenação Nacional da CPT, diante da aprovação pela Câmara dos Deputados do assim chamado Novo Código Florestal, manifesta através de uma carta entregue à presidenta Dilma Rousseff sua indignação diante da imposição da vontade da bancada ruralista sobre a nação brasileira, colocando em risco o futuro do país. A CPT pressiona, através da carta, a presidenta Dilma Rousseff a honrar a palavra dada ainda na campanha eleitoral de não aceitar retrocessos na lei florestal, comprometendo-se a vetar os pontos que representassem anistia para os desmatadores ilegais e a redução de áreas de reserva legal e preservação permanente.

Ativistas dos direitos humanos e ex-perseguidos políticos da ditadura militar fazem uma passeata na avenida Paulista, na região central da cidade de São Paulo (região Sudeste). Após a caminhada, eles entregaram uma carta no escritório da Presidência da República pedindo que a presidenta Dilma Rousseff nomeie rapidamente os sete membros que integrarão a Comissão da Verdade. A lei que cria a comissão foi sancionada em novembro. Falta agora a nomeação dos membros que serão responsáveis por investigar as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988. A

comissão terá dois anos para tomar depoimentos e requisitar e analisar documentos que ajudem a esclarecer os abusos. Amelinha Teles, que faz parte da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, disse que a principal preocupação é que não sejam indicados militares para fazer parte da Comissão da Verdade. “Infelizmente, a representação, tanto do Exército como das Forças Armadas, neste momento não tem idoneidade, por não terem esclarecido os fatos, e por isso, não podem participar”, declarou.

### **Domingo 29**

A Pastoral Carcerária denuncia policiais militares do Amazonas de torturarem as pessoas antes de as levarem às delegacias. No relatório da pastoral, ainda há denúncia de que policiais chegaram a obrigar os prisioneiros a assinarem exames de corpo e delito sem que os exames tenham sido realizados. As denúncias fazem parte do relatório da pesquisa que a Pastoral Carcerária realizou em 25 unidades prisionais de 13 municípios do estado do Amazonas.

### **2ª feira 30**

A Pastoral Carcerária denuncia crimes de tortura às internas do presídio feminino Maria Julia Maranhão, em João Pessoa – Paraíba (região Nordeste). Durante a visita da pastoral ao presídio, as detentas relataram que eram constantemente espancadas pelos agentes penitenciários, amarradas às grades e que tinham que ficar em selas lotadas. De acordo com a pastoral, o presídio tem capacidade para 98 mulheres, mas no dia da visita, mantinha 405 presas.

## **Glossário de siglas**

|          |  |
|----------|--|
| ADIN     | Ação Direta de Inconstitucionalidade   |
| BC       | Banco Central  |
| CDHU     | Companhia de Desenvolvimento Habitacional  |
| CETA     | Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados e Acampados   |
| Cimi     | Conselho Indigenista Missionário   |
| CMS      | Central dos Movimentos Sociais   |
| CNBB     | Confederação Nacional dos Bispos do Brasil   |
| CNJ      | Conselho Nacional de Justiça   |
| Comperj  | Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro  |
| Conlutas | Coordenação Nacional de Lutas  |
| CONTAC   | Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação, Agroindústrias, Cooperativas de Cereais e Assalariados Rurais |
| CPT      | Comissão Pastoral da Terra   |
| CUT      | Central Única dos Trabalhadores  |
| DEM      | Partido Democrático  |
| FETRAECE | Federação dos Trabalhadores do Estado do Ceará   |
| FETRAF   | Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar   |

|           |  |
|-----------|--|
| FIESP     | Federação das Indústrias do Estado de São Paulo  |
| FIFA      | Federação Internacional de Futebol Associado   |
| FLM       | Frente de Luta pela Moradia  |
| FUNAI     | Fundação Nacional do Índio   |
| IBAMA     | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis                                       |
| INCRA     | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  |
| Inea      | Instituto Estadual do Ambiente   |
| MAB       | Movimento dos Atingidos por Barragens  |
| MBCC      | Movimento Brasil contra a Corrupção  |
| MMM       | Marcha Mundial de Mulheres   |
| MP        | Ministério Público   |
| MPF       | Ministério Público Federal   |
| MST       | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra   |
| MSTI      | Movimento dos Sem Teto do Ipiranga   |
| MTD       | Movimento dos Trabalhadores Desempregados  |
| MTST      | Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto   |
| OSS       | Organizações Sociais da Saúde  |
| OSCIPS    | Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público   |
| PAC       | Programa de Aceleração do Crescimento  |
| PF        | Polícia Federal  |
| PM        | Polícia Militar  |
| PSDB      | Partido da Social Democracia Brasileira  |
| SEPE-RJ   | Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro   |
| SSP       | Secretaria de Segurança Pública  |
| STF       | Supremo Tribunal Federal   |
| Setrerj   | Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro                                  |
| SindSaúde | Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde  |
| SINPEEM   | Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal  |
| SINPRO-DF | Sindicato de Professores no Distrito Federal   |
| SINTICOM  | Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Montagem, Manutenção e Mobiliário de São Gonçalo, Itaboraí e Região |
| SINTRAPAV | Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada do Estado do Pará                              |
| SINTRONAC | Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviários de Passageiros de Niterói a Arraial do Cabo              |
| STICCERO  | Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Rondônia                                       |
| TRF       | Tribunal Regional Federal  |
| TRT       | Tribunal Regional do Trabalho  |
| UERJ      | Universidade Estadual do Rio de Janeiro  |
| UFJF      | Universidade Federal de Juiz de Fora   |
| UNE       | União Nacional dos Estudantes  |
| Unifal    | Universidade Federal de Alfenas  |

**Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise do Conflito Social e da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL-CLACSO).**

**Coordenação: prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ).**

**Pesquisadora Assistente: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ).**

**Assistentes de pesquisa: Peter Sana (LPP-UERJ) e Taisa Falcão (LPP-UERJ).**

**Fontes: Jornal O Globo, Agência Brasil, site do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA e O Vermelho.**

Consejo Latinoamericano  
de Ciencias Sociales



Conselho Latino-americano  
de Ciências Sociais



OSAL

Observatorio Social de América Latina  
Publicación electrónica

## Cronología del Conflicto Social

Brasil

Mayo de 2012

Editada en septiembre de 2012



Agencia Sueca  
de Desarrollo Internacional



Agencia Noruega para la  
Cooperación al Desarrollo



Govern  
de les Illes Balears

Conselleria d'Afers Socials,  
Promoció i Immigració  
Direcció General de Cooperació

El Observatorio Social de América Latina [OSAL] cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional [ASDI], la Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo [NORAD] y la Agencia de Cooperación Internacional de las Islas Baleares [ACIB].

# Documento de trabajo N° 1146

*Realizado por el Comité de Seguimiento y Análisis  
del Conflicto Social y la Coyuntura de  
Brasil*



|             |   |
|-------------|---|
| Integrantes | prof. Dr. Roberto Leher<br>Alice Coutinho da Trindade<br>Peter Sana<br>Taisa Falcão                                   |
| Fuentes     | Jornal O Globo, Agência Brasil, site do<br>MST, Centro de Mídia Independente (CMI),<br>Boletim DATALUTA e O Vermelho. |

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en el documento incumbe exclusivamente al autor o a los autores firmantes y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.



El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinada a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de los movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado es uno de los resultados de este trabajo de relevo y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un escrito en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social y las medidas políticas llevadas a cabo durante el mes indicado en el país referido.

La cronología presentada ha sido elaborada por uno de los **Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación del equipo de investigación mexicano, que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

#### Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana

| PAÍS                                      | INSTITUCIÓN                                 | COORDINACIÓN                                       |
|---|---|--|
| Argentina y Uruguay                       | PIMSA (Argentina)                           | María Celia Cotarelo                               |
| Bolivia                                   | CIDES – UMSA                                | Dunia Mokrani Chávez<br>Pilar Uriona Crespo        |
| Brasil                                    | LPP - UERJ                                  | Roberto Leher                                      |
| Chile                                     | DI - UARCIS                                 | Juan Carlos Gómez Leyton                           |
| Colombia                                  | Escuela Nacional Sindical                   | Guillermo Correa Montoya                           |
| Costa Rica                                | IIS - FCS - UCR                             | Sindy Mora Solano                                  |
| Ecuador                                   | Centro de Investigaciones CIUDAD            | Mario Unda   |
| Guatemala                                 | FLACSO Guatemala                            | Simona Yagenova                                    |
| México                                    | FCPS - UNAM                                 | Massimo Modonesi<br>Lucio Fernando Oliver Costilla |
| Panamá, El Salvador, Nicaragua y Honduras | CELA "Justo Arosemena" (Panamá)             | Marco A. Gandásegui (h)                            |
| Paraguay                                  | Centro de Documentación y Estudios          | Quintín Riquelme                                   |
| Perú                                      | Instituto de Estudios Peruanos              | Ramón Pajuelo Teves                                |
| República Dominicana y Puerto Rico        | CES "Padre Juan Montalvo" (Rep. Dominicana) | Octavio Figueroa                                   |
| Venezuela                                 | PROVEA                                      | Marco Antonio Ponce                                |

## **Brasil**

### **Cronologia do Conflito Social**

### **Maio de 2012**

#### **3ª feira 1**

Cerca de mil pessoas, organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), realizam a Jornada de Lutas por Terra, Trabalho, Moradia e Justiça no município de Bom Jesus das Selvas, no Maranhão (região Nordeste). Além de marcar o 1º de maio, a jornada também objetiva construir uma agenda conjunta entre organizações da sociedade civil na construção da luta pela terra, moradia, trabalho e justiça social, formulando assim um levantamento de demandas para a consolidação das reivindicações sociais na região. O município de Bom Jesus das Selvas vive ameaçado por grandes projetos econômicos. Entre eles estão as imensas plantações de eucaliptos para produção de carvão para as siderúrgicas e a duplicação da estrada de Ferro Carajás, que tem a mineradora Vale como administradora.

Aproximadamente 1.500 pessoas, incluindo membros de Pastorais Sociais da Arquidiocese de Londrina, realizam a Romaria do Trabalhador no Assentamento “Eli Vive”, localizado no Distrito de Lerroville, em Londrina, estado do Paraná (região Sul), para comemorar o Dia Internacional dos Trabalhadores. O assentamento foi escolhido por ser uma importante conquista popular da região, onde estão sendo assentadas 541 famílias vinculadas ao MST. O tema da Romaria deste ano foi “Trabalho com Saúde no Campo e na Cidade”, tendo como objetivo celebrar a importância do trabalhador rural para a vida nas cidades e a necessidade do cuidado com a terra e da produção de alimentos para garantir a soberania alimentar do povo.

A Coordenação Nacional das Lutas (Conlutas) reúne cerca de 4 mil pessoas em um ato na avenida Paulista, na capital do estado de São Paulo – SP (região Sudeste). A manifestação, feita em comemoração ao Dia Internacional dos Trabalhadores, teve início no Museu de Arte de São Paulo (Masp) e, em passeata, foi até a praça Roosevelt, no centro da cidade. O ato em defesa das lutas dos trabalhadores da cidade e do campo contou com a presença dos operários que estão fazendo greves nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O comitê convocante do evento informou que a manifestação foi realizada por sindicatos e demais entidades de classe, sem financiamento de empresas, governos ou organizações não governamentais. No ato estiveram presentes delegações internacionais de 20 países, entre elas a Federação de Sindicatos Independentes, do Egito; a Union Solidaires, da França; e a Central Geral de Trabajadores, da Costa Rica.

Trabalhadores protestam e vão políticos presentes no ato de 1º de maio organizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Vale do Anhangabaú, em São Paulo – SP (região Sudeste). Os ministros do Trabalho, Brizola Neto, e da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, tiveram que enfrentar as vaias dos trabalhadores durante seus discursos. A vaia aos políticos era seguida por “Belo, Belo, Belo!!!”, um apelo pela apresentação do cantor de pagode, que se apresentaria no ato.

#### 4ª feira 2

Trabalhadores da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira – Pará (região Norte), mantém greve mesmo depois desta ter sido considerada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT). A construção de Belo Monte está interrompida há dez dias e os trabalhadores afirmam que só retornarão ao trabalho quando suas reivindicações forem atendidas pelo consórcio construtor da usina. Os trabalhadores exigem aumento no pagamento da cesta básica e intervalos menores entre as folgas para visitas em outras cidades ou estados.

Os indígenas da região Sul da Bahia (região Nordeste), área de constantes conflitos entre os povos originários e os grileiros, recebem do Supremo Tribunal Federal (STF) o direito de propriedade destas terras. A reserva indígena Caramuru-Catarina Paraguassu possui 54 mil ha. O processo de posse da reserva estava em vigor desde 2008 e o local já foi palco de violentas disputas entre os fazendeiros e os indígenas, que sempre relutaram em sair da reserva, bem como faziam ocupações frequentes nas fazendas a fim de pressionar o andamento do processo.

#### 5ª feira 3

Dezenas de pessoas fazem um “Ato pela Memória, Verdade e Justiça” em frente ao antigo Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), em São Paulo – SP (região Sudeste). Os manifestantes reivindicam justiça pelos crimes cometidos por militares no período da ditadura militar no Brasil. Os manifestantes carregavam cartazes com fotos de presos e desaparecidos políticos e faixas com os dizeres “Brasil, mostra a sua cara”. Os participantes pediram o início da Comissão da Verdade e manifestaram suas indignações com as declarações feitas pelo ex-delegado Claudio Guerra, em seu livro *Memórias de uma Guerra Suja*, em que o autor assume ter incinerado 10 corpos de militantes durante o período em que foi delegado.

Um grupo de catadores de lixo faz protesto fechando o acesso ao lixão de Gramacho, na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O grupo alega não ter entrado na lista dos catadores beneficiados com a indenização paga pelo governo em função do fechamento do lixão. Segundo a Associação de Catadores de Jardim Gramacho, os manifestantes não eram catadores, mas sim “atravessadores”, pessoas que catam em todos os lugares, não se fixando em um lixão específico.

Os professores da rede estadual de ensino da Bahia (região Nordeste) se mobilizam na praça da Piedade, em Salvador. A Feira da Sobrevivência, como a ação foi batizada pelos professores, reuniu mais de mil pessoas, segundo informações de Rui Oliveira, coordenador do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB). Quinze barracas foram montadas para a comercialização de frutas, legumes e verduras, doados por feirantes de São Joaquim. Em assembleia realizada no dia 2, os professores decidiram manter o movimento grevista que já dura cerca de 20 dias. Os professores reivindicam reajuste de 22,22% no piso nacional. Eles alegam que o governo fez acordo com a categoria que garantia os valores do piso nacional, ocorrido em novembro do ano passado, e depois ignorou, mandando para a assembleia legislativa um projeto de lei com valores menores. No dia 25 de abril, os deputados aprovaram o projeto enviado pelo executivo que garante o piso nacional a mais de cinco mil professores de nível médio. A greve já foi considerada ilegal pela Justiça e o governo já disse que vai cortar o ponto dos grevistas, caso eles não voltem ao serviço. O departamento jurídico do APLB deu entrada em uma ação com pedido de liminar à

Justiça na tentativa de derrubar a ordem que impõe multa diária de R\$ 50 mil até encerramento da greve. Segundo o presidente do sindicato da categoria, Rui Oliveira, se houver corte dos salários os professores não vão repor as aulas perdidas durante a paralisação. O Ministério Público fez uma reunião no dia 24 de abril e se colocou à disposição para mediar o impasse entre a categoria e o governo. Para o presidente da assembleia legislativa, Marcelo Nilo, o orçamento do estado não permite que seja cumprido o aumento exigido. “O estado não suporta no orçamento reajuste de 22,22%. O orçamento do estado também é para fazer escolas, fazer postos de saúde, poços artesianos, recuperar estradas. Não pode ser apenas para os servidores”, afirma. Já o deputado Paulo Azi, do partido Democratas (DEM-BA), avalia que a postura de negar o reajuste pode ocasionar a radicalização do movimento.

#### **6ª feira 4**

Fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) flagram 90 trabalhadores em situação similar a de escravos em uma obra do Programa Minha Casa, Minha Vida, no município de Fernandópolis, em São Paulo (região Sudeste). A empresa Geccom, responsável pelo empreendimento, foi autuada por diversas irregularidades, como jornada de trabalho até 15 horas, emprego de trabalhadores sem registro em carteira, alojamentos em situação precária e falta de equipamentos de segurança. Dos 90 trabalhadores encontrados em situação análoga a de escravo, 66 não eram registrados. De acordo com o MTE, a empresa já fez rescisão de contrato dos empregados, pagou as verbas indenizatórias e salários devidos. As providências judiciais estão sendo tomadas pelo Ministério Público do Trabalho de Campinas. O advogado da Geccom, Shindy Teraoka, disse que a empresa irá comprovar ao ministério que os trabalhadores não estavam em condições análogas a de escravos, e que já acertou todos os débitos com os empregados. A Caixa Econômica Federal, que financia obras do Programa Minha Casa, Minha Vida, informou, por meio de nota, que estabelece em sua política de crédito que não serão concedidos empréstimos a empresas que constem do cadastro do Ministério do Trabalho como envolvida em trabalho escravo. “A Caixa informa que até o momento não foi notificada pelo Ministério do Trabalho de que a Construtora Geccom esteja submetendo seus trabalhadores a condições precárias de trabalho”.

#### **Sábado 5**

Um grupo de professores do Colégio Estadual “Julia Kubitschek” faz abaixo-assinado contra o Programa Estadual de Integração da Segurança, que prevê a utilização de 473 policiais militares em seus dias de folga, fazendo a segurança de 90 escolas do Rio de Janeiro (região Sudeste). O abaixo-assinado exige a retirada imediata dos policiais do espaço da escola por acharem um atentado contra o ambiente de liberdade e confiança entre os alunos e a instituição de ensino. Em nota, a Secretaria de Educação anunciou que vai manter os policiais dentro do Julia Kubitschek.

A Marcha da Maconha termina em conflito com a polícia na altura do Posto 9, em Ipanema, Zona Sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A passeata começou no Arpoador e foi em direção à Ipanema, onde aconteceria um *show*. Quando os manifestantes estavam chegando no Posto 9, carros do Batalhão de Choque cercaram a marcha, a impedindo de continuar. Houve conflitos entre os participantes e a polícia, que atirou com balas de borracha e jogou gás lacrimogêneo para dispersar o ato.

Médicos e funcionários do Hospital de Ipanema, localizado na zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) aproveitam a visita á cidade do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, para protestar contra o possível fechamento da unidade, que é federal, para a construção de um centro de transplantes no local. Padilha participou, de manhã, do lançamento da Campanha Nacional de Vacinação contra a Gripe em uma Clínica da Família, na zona Oeste, e negou que o fechamento do hospital já esteja decidido. Segundo ele, um estudo está analisando o perfil dos seis hospitais federais do Rio. Mais de mil profissionais de saúde trabalham no Hospital de Ipanema. Além de cirurgias, o atendimento ambulatorial abrange clínica médica, otorrinolaringologia, ortopedia, oftalmologia, ginecologia, neurologia, proctologia e urologia, entre outras especialidades. De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Públicos Federais em Saúde e Previdência Social no Estado do Rio de Janeiro (SINDSPREV/RJ), no dia 4, o diretor de Recursos Humanos do Ministério da Saúde, João Marcelo Ramalho Alves, confirmou que o secretário estadual de Saúde, Sergio Côrtes, e o governador Sergio Cabral, já solicitaram a cessão do Hospital de Ipanema para transformá-lo em unidade destinada exclusivamente a transplantes. Ainda segundo o sindicato, Alves confirmou que o governo estadual pretende passar a gestão do hospital a uma organização social ligada ao Hospital Sírio-Libanês. O governo do estado, entretanto, não confirmou o pedido de estadualização do hospital.

## **2ª feira 7**

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) lança sua publicação anual, *Conflitos no Campo Brasil 2011*. Esta é a vigésima sétima edição do relatório que concentra dados sobre os conflitos e violências sofridas pelos trabalhadores rurais e suas comunidades, e pelos povos tradicionais, em todo o país. O relatório elenca também algumas ações dos homens e mulheres do campo na busca e defesa de seus direitos. O relatório registrou 29 trabalhadores rurais assassinados em conflitos no campo no ano de 2011. Um número menor que no ano anterior, quando foram assassinados 34 trabalhadores. Entretanto, houve um grande aumento no número de trabalhadores ameaçados de morte, de 177,6%. Além disso, os conflitos no campo, em especial os conflitos por terra, tiveram acentuado crescimento. Os conflitos no campo passaram de 1.186 para 1.363, registrando um aumento de 15% no total em comparação a 2010. As pessoas envolvidas passaram de 559.400, em 2010, para 600.925, em 2011. Em 2011, os conflitos no campo motivados pela disputa por terra, água e razões trabalhistas cresceram 15% em comparação ao total de ocorrências registradas em 2010. O crescimento de confrontos mais expressivo diz respeito à luta pelo direito à terra, que compreende as ações ou ameaças de despejos e expulsões, a destruição de bens materiais e outras formas de coação contra pequenos proprietários ou famílias que vivem em ocupações, assentamentos ou territórios tradicionais, a pistolagem e outros casos. Para a CPT, o crescimento do número de conflitos prova a necessidade de uma reforma agrária que democratize o acesso às terras produtivas. Para a entidade, o primeiro ano do governo da presidenta Dilma Rousseff foi decepcionante. Segundo a comissão, o número de assentados é o menor desde 1995. Para o coordenador da CPT, Edmundo Rodrigues Costa, os dados também apontam para a omissão dos governos federal e estaduais. “O governo chega a ser incentivador e financiador desse sistema de violência. Principalmente o governo federal, que se omite em não demarcar ou regularizar os territórios quilombolas e indígenas, sobretudo da Amazônia Legal. Essa omissão gera violência, pois [sem segurança jurídica] as pessoas que ocupam legalmente e há tempos as terras passam a ser ameaçadas e expulsas”, comentou Costa.

O Tribunal de Justiça do Pará expede mandados de prisão contra o coronel Mario Colares Pantoja e o major José Maria Pereira de Oliveira. Os dois foram responsabilizados na Justiça por comandarem a ação da Polícia Militar que causou a morte de 21 integrantes do MST, no episódio conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996. Dezenove sem-terra morreram no local, e dois a caminho do hospital. As mortes ocorreram durante o confronto com a polícia no km 96 da rodovia PA-150, na chamada Curva do S. A ação contou com a participação de mais de 150 policiais militares. Desde o massacre, o coronel e o major respondiam pelo processo em liberdade devido aos vários recursos apresentados por seus advogados contestando a sentença que os condenou. Na decisão, Pantoja foi condenado a 228 anos de prisão e o major Oliveira a 158 anos e quatro meses em regime fechado. O massacre motivou a criação da Jornada Nacional da Luta por Reforma Agrária, uma mobilização que ocorre todos os anos no mês de abril, também conhecida como Abril Vermelho.

Cerca de 150 médicos e funcionários do Hospital Federal de Ipanema, Zona Sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) fazem manifestação pelas ruas do bairro contra o fechamento do hospital, que se transformaria num centro estadual de transplantes. Segundo a acessória de imprensa do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (CREMERJ), há 99 médicos residentes no hospital que não terão para onde ir depois do fechamento.

### **3ª feira 8**

Artistas, ativistas de direitos humanos e representantes de outros setores da sociedade civil fazem ato e entregam um abaixo-assinado em Brasília – Distrito Federal (região centro-oeste) apoiando a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438. A PEC 438 foi encaminhada pelo deputado federal Domingos Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da câmara. A PEC 438 prevê a expropriação ou encaminhamento para a reforma agrária das fazendas onde forem encontrados casos de trabalho escravo. O abaixo-assinado com quase 60 mil assinaturas foi entregue por artistas como Letícia Sabatella e Osmar Prado.

O movimento “Veta tudo, Dilma”, contra o Código Florestal, imprime sua mensagem em letras garrafais em uma projeção a laser em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). As frases “Veta tudo, Dilma”, além de “Desmatamento zero já”, pintaram os prédios gêmeos da Câmara dos Deputados e do Senado. A atividade faz parte de uma mobilização popular para que a presidente recuse o ataque ruralista às florestas. O Planalto recebeu o projeto de lei de alteração do código, e a presidente tem até o dia 25 para decidir o que fazer.

Um dia após a prisão do coronel Marcos Colares Pantoja, acusado de comandar a operação que levou ao assassinato de 19 sem-terra no Pará em 1996, o major José Maria Pereira de Oliveira, considerado coautor do crime, também se entregou à polícia. Segundo a assessoria da Secretaria de Segurança Pública do Pará, o major se apresentou no Presídio “Anastácio das Neves”, do Complexo Penitenciário de Americano, neste dia 8. Ele estava acompanhado de seu advogado e não deu declarações à imprensa. A secretaria também informa que o presídio recebe servidores públicos e ex-servidores que cometem delitos. Os policiais se entregaram à polícia depois que a Justiça do Pará expediu no dia 7 ordem de prisão contra ambos, já que todos os recursos possíveis nas instâncias superiores se esgotaram. Em 2002, Pantoja foi condenado a 228 anos de prisão e o major Oliveira a 158 anos e quatro meses. Eles chegaram a ser presos dois anos depois, mas obtiveram decisão

judicial para responder ao processo em liberdade. Dos cerca de 150 policiais militares que participaram do episódio conhecido como Massacre de Eldorado de Carajás, o coronel Pantoja e o major Oliveira foram os únicos condenados. As defesas alegavam que eles estavam cumprindo ordens superiores, que não ordenaram a chacina, e que as mortes ocorreram porque a operação saiu do controle.

#### **4ª feira 9**

Um ato público em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) pede urgência na aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), que tramita em comissão especial no congresso. Trata-se da campanha “PNE Já! – 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em Educação e 50% dos Royalties e do Fundo Social do Pré-Sal para Educação, Ciência e Tecnologia”. O ato foi organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) com o apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, da Academia Brasileira de Ciências e da Sociedade Brasileira de Física, entre outras entidades. O objetivo do movimento é sensibilizar os parlamentares para a necessidade de aprovação do PNE. O PNE estabelece 20 metas educacionais que o país deverá alcançar no prazo de dez anos, entre elas o aumento do atendimento em creche, a melhoria da qualidade da educação e o crescimento do percentual da população com ensino superior. O ponto mais polêmico continua sendo a meta de investimento na área. O relator da última versão do substitutivo, deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), propõe que o país amplie o gasto público em educação dos atuais 5% do PIB para 7,5%.

A União Geral dos Trabalhadores (UGT) realiza uma manifestação na avenida Faria Lima, zona oeste de São Paulo – SP (região Sudeste), em frente à sede de uma operadora de crédito internacional, para protestar contra a cobrança de juros dos cartões de crédito. De acordo com o sindicato, há casos em que os juros chegam a comprometer 50% do orçamento familiar. O ato reuniu cerca de 300 trabalhadores, conforme estimativa da Polícia Militar (PM). Pelos cálculos dos organizadores, 500 pessoas participaram do protesto. “A UGT definiu este ano que o inimigo número um dos trabalhadores é o cartão de crédito, com juros abusivos de até 600% ao ano. Esse problema está chegando aos departamentos jurídicos dos sindicatos, porque os trabalhadores não sabem mais como lidar com isso”, disse o presidente do sindicato, Ricardo Patah. De acordo com Patah, a manifestação tem como objetivo pressionar as operadoras de crédito a baixarem seus juros. “Protestamos para que elas tenham mais consciência e não sejam agiotas extremados”. O presidente disse, ainda, que a UGT irá distribuir um milhão de cadernetas para que os trabalhadores planejem melhor seus gastos. Na avaliação da UGT, juros de 50% ao ano seriam uma cobrança razoável.

#### **5ª feira 10**

O Sindicato dos Ferroviários entra na justiça contra a acusação feita pelo Ministério Público (MP) a cinco funcionários da empresa dos bondes Central, responsáveis pela manutenção e organização dos bondes no dia do acidente em Santa Teresa, zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O acidente, que ocorreu em agosto de 2011, resultou na morte de seis pessoas e deixou 48 feridas. A decisão do MP isentou de culpa o presidente e um diretor da companhia.

### **6ª feira 11**

Reclamação de moradores contra a precária infraestrutura de conjunto habitacional no Complexo do Alemão, zona norte da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), marca a inauguração da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Morro do Adeus. Proprietários das casas, construídas por intermédio do PAC, também denunciaram cobrança abusiva de luz e água. Obras do PAC na área habitacional têm sido criticadas pela qualidade do acabamento e por problemas de infraestrutura em outros bairros do Rio de Janeiro. No caso do conjunto no Complexo do Alemão, assim que terminou a inauguração da Vigésima Segunda UPP do Rio, depois que o governador Sérgio Cabral deixou o local sem dar entrevistas, os moradores do Condomínio Jardim Itaoca abordaram os jornalistas. Entre as denúncias apresentadas à imprensa sobre a situação dos prédios, inaugurados a partir de 2010, estão a existência de rachaduras, vazamento e entupimento da rede de esgoto. Os moradores também mostraram contas de água que chegam a R\$ 26.400. A empresa estadual disse que mandará um engenheiro para checar se há algum tipo de vazamento no local.

### **Sábado 12**

Cerca de três mil pessoas fazem uma manifestação na praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O ato tinha como objetivo criticar as obras do metrô no local, que retirarão 113 árvores centenárias para a construção de uma estação. Além da manifestação, os moradores apresentaram um abaixo-assinado com cerca de 12 mil assinaturas contra as obras.

### **Domingo 13**

Dezenas de mães e manifestantes do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT) fazem uma caminhada pela rua Augusta, no centro de São Paulo – SP (região Sudeste) para celebrar o Dia das Mães e antecipando o Dia Internacional da Luta contra a Homofobia, que será comemorado no 17 de maio. A caminhada, segundo os manifestantes, pede a criminalização da homofobia e homenageia vítimas da discriminação. A rua Augusta foi escolhida pela região paulistana ser muito frequentada pela população LGBT e por ter sido palco de vários atos de violência contra homossexuais. Um trabalho feito pela prefeitura de São Paulo, denominado *Mapa da Homofobia*, registrou que mais de 200 casos de violência contra a população LGBT foram denunciados ao órgão só em janeiro deste ano, número bem superior a janeiro do ano passado, quando foram registradas 50 denúncias de violência, sejam elas xingamento ou violência física. Para Heloisa Gama Alves, coordenadora de Políticas para a Diversidade Sexual da Secretaria Estadual da Justiça e da Defesa da Cidadania, o grande número de casos de mortes e de ataques à população de LGBT só poderá ser combatido com políticas públicas, educação e sensibilização da sociedade. “Está na hora de enfrentarmos essa questão no sistema educacional de maneira mais clara e contundente”, disse. Heloisa Gama também defendeu a aprovação da lei que criminaliza a homofobia, atualmente em tramitação no congresso nacional, como fundamental para diminuir a violência. “É uma pena que o Congresso feche os olhos para essas mortes. A criminalização não vai acabar com a homofobia, mas é uma forma dessas pessoas que matam e agridem serem punidas de forma eficaz”, defendeu. Segundo a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, várias cidades do interior de São Paulo também organizaram atividades e caminhadas para comemorar a data, entre elas, Araraquara, Bauru, Botucatu, Piracicaba e Santos.



Índigenas assam um peixe em uma aldeia no meio da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) na área do antigo Museu do Índio. Localizado ao lado do Estádio do Maracanã, palavra que significa arara na língua tupi-guarani, a área pode ser desocupada para obras da Copa do Mundo de 2014. A intenção dos índios é levar o tema para discussões paralelas com a sociedade na Rio+20. De acordo com as lideranças no local, há informações controversas sobre o destino do antigo museu. Em avançado estágio de degradação, o imóvel centenário é simbólico. Foi sede do Serviço de Proteção ao Índio, do marechal Rondon, e abrigou o primeiro Museu do Índio, criado por Darcy Ribeiro, posteriormente transferido para o bairro de Botafogo, na zona sul, onde funciona atualmente. Como não foi tombado por nenhum órgão, o prédio, de dois andares, está em ruínas. O local foi ocupado pelos índios em 2006. Desde então, os cerca de 20 moradores, das etnias Guajajara, Apurinã, Fulni-ô, Kaingang e Guarani se revezam entre suas aldeias natais e a Maracanã. Reivindicam a criação de um polo de cultura no local para exibir tradições, comercializar artesanato e hospedagem, de acordo com o índio Garapirá Pataxó. Responsável pelas intervenções urbanísticas entorno do estádio, a Secretaria Municipal de Obras disse que a demolição do casarão e a desocupação não estão entre as reformas previstas para a copa do mundo. Porém, o governo do estado admite que está comprando área, que pertence ao governo federal. A Casa Civil estadual, não confirma, no entanto, o destino do terreno. Sobrevivendo da venda de artesanato em feiras e doações, sem apoio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ou da prefeitura, os índios construíram no terreno, ao redor do prédio, dez casas com paredes de barro, já que o casarão ameaça desabar, além de uma cozinha comunitária. Há também uma oca central, onde contam histórias para crianças e expõem seus produtos em uma feira mensal. Procuradas para comentar a ocupação, as secretarias municipais de Assistência Social e de Cultura, assim como a Defensoria Pública, informaram que não desenvolvem nenhuma ação no local.

## **2ª feira 14**

Cerca de mil trabalhadores sem-terra organizados pelo MST, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) ocupam a agência do Banco do Nordeste no município de Quixeramobim, no sertão central do Ceará (região Nordeste). A principal reivindicação é a liberação e desburocratização do custeio de R\$12.000 assegurado pelo governo federal para as famílias atingidas pela seca. Os manifestantes fizeram uma audiência com o secretário de Desenvolvimento Agrário, Nelson Martins. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a Prefeitura Municipal, a Defesa Civil e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce) também foram convocados. Dentre outros pontos estão as renegociações das dívidas, abastecimento de água para as comunidades atingidas e liberação imediata do seguro safra. Barracos estão sendo montados para que os agricultores permaneçam o tempo necessário.

O Levante Popular da Juventude promove mais uma série de “esculachos” contra torturadores e agentes da repressão da ditadura militar por diversos estados do Brasil. Foram realizadas 12 mobilizações organizadas nacionalmente em 11 estados: Pernambuco, Bahia, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe (região Nordeste), Pará (região Norte), São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais (região Sudeste) e Rio Grande do Sul (região Sul). Os atos se basearam na denuncia de ex-agentes que participaram direta ou indiretamente de ações de tortura na época e em frente a prédios que serviam para tais fins, como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o Destacamento de Operações de Informações (DOI) do CODI. Oito agentes foram denunciados

publicamente por meio dos esculachos, ao apontarem suas participações nos processos de tortura durante a ditadura.

Os índios da etnia Kadiwéu já ocuparam ao menos 12 fazendas na região de Corumbá, município que fica a 430 km da capital do estado do Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), Campo Grande, desde o último dia 27. Segundo a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL), o total de áreas ocupadas em todo o estado por índios de diversas etnias já chega a 60, aumentando o clima de tensão e de insegurança jurídica em torno da questão. O conflito no estado só começará a ser resolvido com o julgamento, pelo STF, da Ação Cível Ordinária 368-7, ajuizada em 1987 por pecuaristas que disputam com os Kadiwéu a propriedade dos 155 mil ha onde ficam as 12 fazendas ocupadas. Para os procuradores da República Emerson Kalif Siqueira e Wilson Rocha Assis, que visitaram algumas das propriedades no dia 10, as fazendas estão dentro dos limites da Terra Indígena Kadiwéu, demarcada no início do século passado, e dos limites territoriais do município de Porto Murtinho. O advogado de seis dos produtores atingidos pela ocupação, Carlos Fernando de Souza, garante ter documentos que demonstram que as fazendas ficam no município de Corumbá e não na cidade vizinha, Porto Murtinho, onde, alega o advogado, fica toda a área destinada pela União ao usufruto dos índios. As primeiras audiências de julgamento dos pedidos estão agendadas para o dia 17. De acordo com Souza, os 155 mil hectares disputados na Justiça fazem parte de uma área de 726 mil hectares que, em 1921, o então estado de Mato Grosso vendeu à empresa argentina Fomento Sudamericano. Posteriormente, a empresa revendeu uma parcela da propriedade a vários pecuaristas. O coordenador regional do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Flávio Vicente Machado, refuta os argumentos do advogado dos fazendeiros. “É uma falácia. Há uma farta documentação comprovando que o território sempre teve 538 mil hectares. Embora, na época, não houvesse como medir uma distância tão grande com tal precisão, há as referências geográficas. O que houve foi que o governo do estado aproveitou a demora para, entre o processo, conceder títulos aos fazendeiros”, disse.

Metroviários e ferroviários de vários estados do país deflagram greve para reivindicar reajuste salarial. Em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste) os trabalhadores deflagraram greve. Neste mesmo dia, o TRT determinou que os metroviários devem respeitar uma escala mínima de trabalho. Pelo tempo que a greve durar, trens e estações deverão operar integralmente durante os horários de pico. A categoria reivindica reajuste salarial de 5,74%, participação nos lucros e resultados, adicional noturno de 50% e plano de saúde integral. Metroviários de João Pessoa – Paraíba (região Nordeste) também deflagraram greve à meia-noite. Na Paraíba, apenas 30% da frota está funcionando normalmente. Em Natal – Rio Grande do Norte (região Nordeste), motoristas e cobradores de ônibus estão em greve desde o início do dia. Assim como em João Pessoa, a passagem de trens na capital também custa R\$ 0,50, enquanto a passagem de ônibus mais barata é R\$ 2,20. Em Recife, o Sindicato dos Metroviários de Pernambuco (região Nordeste) deflagrou greve por tempo indeterminado. No mesmo dia, o TRT do estado determinou que ao menos 50% dos serviços devem ser mantidos. Motoristas e cobradores de ônibus também decretaram greve em São Luís – Maranhão (região Nordeste), reduzindo a frota em circulação, o que gerou tumultos, com o registro de ônibus depredados por pessoas insatisfeitas. O TRT do estado determinou que ao menos 50% da frota devem rodar normalmente durante a paralisação. Os trabalhadores reivindicam reajuste salarial de 16%, aumento do valor do tíquete-alimentação, revisão no plano de saúde e cumprimento da jornada de trabalho de sete horas.

### 3ª feira 15

O secretário estadual do Ambiente do Rio de Janeiro, Carlos Minc, afirma que o equipamento instalado pela Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) para evitar as emissões de fuligem do poço de emergência, que foi objeto de embargo duas vezes, está funcionando “satisfatoriamente”. Minc participou hoje de vistoria técnica nas instalações da CSA, em Santa Cruz, na zona oeste do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), junto com a presidenta do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), Marilene Ramos, químicos e engenheiros do órgão. Segundo o secretário, a estrutura é a principal exigência do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com a siderúrgica há um mês. O documento tem pouco mais de 100 pontos que precisam ser cumpridos em um prazo máximo de um ano após a assinatura, para que seja emitida a licença definitiva à empresa. Minc lembrou que a medida foi tomada após uma “queda de braço com a empresa”, que chegou a ser multada por dois episódios de emissão irregular de fuligem prata, no segundo semestre de 2010, em função de um problema no processo de despejo de ferro-gusa nos poços de emergência. Nas duas vezes, a poeira metálica atingiu casas próximas ao local onde está instalada a siderúrgica. O secretário destacou que o equipamento, que custou R\$ 33 milhões e tem capacidade de reduzir até 95% de todas as emissões possíveis, é inédito na siderurgia mundial. A exigência foi definida após uma auditoria independente de padrão internacional, que durou oito meses e foi determinada pela secretaria. Minc ressaltou que, durante a vistoria de hoje, também foi verificado outro ponto que consta do TAC: o fechamento do corredor do alto-forno de onde sai o ferro-gusa, por onde pode haver emissão de vapor com partículas. Ele disse que a obra para o fechamento do corredor está em andamento, com previsão de conclusão em setembro. “Só sai a licença [definitiva] com todos os pontos cumpridos. Temos que manter o ambiente preservado, o emprego [das pessoas] seguro e os pulmões sem agressão”. A CSA informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que a empresa está trabalhando para cumprir todos as exigências o mais rápido possível e lembrou que, desde 2010, não há registro de novos episódios de emissão de fuligem pela siderúrgica. O equipamento vistoriado hoje ficará em teste até o fim de junho, quando entrará em pleno funcionamento.

Na abertura da Décima Quinta Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, restos a pagar, excesso de pisos salariais e renúncias fiscais do governo federal que afetam as finanças municipais foram as principais dificuldades de gestão apresentadas pelos prefeitos. “Estamos estrangulados por causa dos restos a pagar”, disse o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, dirigindo-se à presidenta Dilma Rousseff, que participou do evento. Ele citou como uma das fontes de problemas a centralização financeira no governo federal. “Todos sabem que 60% de toda a arrecadação vão para o governo federal. Essa centralização financeira é ruim e o governo tem de devolver [esses valores] para as prefeituras”, argumentou Ziulkoski. “Sei dos esforços do governo mas, na prática, são R\$ 24,6 bilhões em restos a pagar. Destes, R\$16,8 bilhões são restos a pagar processados que ainda não foram pagos”, completou. Segundo Ziulkoski, há muitos prefeitos que, apesar de já terem contratado obras, ainda aguardam o processamento para liberação dos recursos, que é feito pela Caixa Econômica Federal. “Depois, o Judiciário acaba responsabilizando o gestor por esses restos a pagar”. Outro ponto criticado foi o que os prefeitos chamaram de “proliferação” de pisos salariais. “Nós somos a favor dos pisos, desde que eles possam ser cumpridos. Infelizmente não há, no Brasil, nenhum prefeito ou governador cumprindo a lei do piso. Só na área médica são R\$ 54 bilhões em pisos [caso as propostas em tramitação sejam aprovadas pelo Congresso Nacional]”, informou o representante dos prefeitos, dirigindo-se ao presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia. Ziulkoski criticou também o fato de que, em meio a tanta adversidade, os municípios ainda tenham de abrir mão de mais receitas, devido a renúncias fiscais do governo federal em impostos que são partilhados pelos municípios. “Dos R\$52 bilhões renunciados, R\$25

bilhões são nossos. Sei da dificuldade em se fazer a reforma tributária, mas essa deve estar entre as prioridades do país”.

Ferrovários da Maceió, capital de Alagoas (região Nordeste), cruzam os braços por tempo indeterminado. Com a paralisação, a quantidade diária de viagens caiu de 22 para oito, obrigando os usuários do sistema ferroviário a pagar R\$ 2,30 pela passagem de ônibus. De trem, a viagem custa R\$ 0,50. Diariamente, os trens alagoanos transportam cerca de 6 mil pessoas de três municípios da região metropolitana. Os trabalhadores reivindicam reajuste salarial.

#### **4ª feira 16**

Cerca de 500 pessoas, segundo cálculo da Polícia Civil do Distrito Federal (DF), se reúnem na praça dos Três Poderes em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para a Terceira Marcha Nacional contra a Homofobia. Participaram do ato representantes de partidos políticos, organizações não governamentais e entidades de classe. Uma bandeira com as cores do arco-íris, símbolo do movimento, foi estendida em frente ao Palácio do Planalto. Da praça, os manifestantes seguiram em uma breve caminhada até a frente do Congresso Nacional. No dia 17, comemora-se o Dia Internacional da Luta contra a Homofobia. O objetivo da marcha, segundo o presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT), Toni Reis, é fazer avançar as discussões sobre o combate à homofobia. O grupo pede que o governo federal defina um orçamento para financiar o Plano de Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania LGBT, para a elaboração e a aplicação de políticas públicas voltadas a gays, lésbicas, travestis e transexuais. Ele destaca o que chama de “tripé” do combate à discriminação: educação, criminalização e laicização (para impedir que posições religiosas se sobreponham aos assuntos de Estado). De acordo com Reis, o Planalto sinalizou que a previsão orçamentária para o plano poderá ser anunciada em três meses. A Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil também prestou apoio ao movimento. O coordenador do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids, Pedro Chequer, disse que a posição da ONU “está na vertente dos direitos humanos”. Os manifestantes também defenderam a aprovação do Projeto de Lei 122, que criminaliza a homofobia, de 2006. Se aprovada, a norma deverá ser conhecida como Lei Alexandre Ivo, em homenagem ao adolescente de 14 anos assassinado em 2010, em São Gonçalo (região metropolitana do Rio de Janeiro), vítima de homofobia. A lei, já aprovada na câmara, tramita na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. Falta ainda passar pela Comissão de Constituição e Justiça para que vá a votação no plenário da Casa.

#### **5ª feira 17**

Os professores das instituições federais de ensino superior (IFES) deflagram greve por tempo indeterminado, segundo anúncio do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN). A decisão foi tomada no dia 12 e a greve foi aprovada sem voto contrário. A reunião contou com a presença de 60 representantes de 43 IFES. No momento da votação, estavam presentes docentes de 36 instituições. Os docentes reivindicam a reestruturação da carreira –prevista em acordo firmado em 2011 descumprido pelo governo federal. A categoria pede carreira única com incorporação das gratificações em 13 níveis remuneratórios, variação de 5% entre níveis a partir do piso para regime de 20 horas correspondente ao salário mínimo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), atualmente calculado em R\$

2.329,35, e percentuais de acréscimo relativos à titulação e ao regime de trabalho, bem como melhores condições de trabalho, em virtude da degradação das condições de trabalho advinda da expansão das matrículas acordada pelas instituições com o ministério da educação.

Aposentados, auditores da Receita Federal e sindicalistas defendem em audiência pública na Câmara em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), o fim da contribuição previdenciária de servidores públicos aposentados e a aprovação da PEC 555/2006, que determina o fim desse pagamento pelos inativos. De acordo com eles, não se buscará retroatividade em relação ao que já foi pago. Atualmente, esses servidores obedecem à determinação da Emenda Constitucional 41 (EC 41), de 2003, que instituiu o pagamento –de valor igual ao da contribuição quando estavam na ativa. Segundo os defensores da aprovação da PEC, o fim da contribuição de inativos depende de decisão política, não econômica ou fiscal. O secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social, Leonardo José Rolim, explicou que a contribuição previdenciária do aposentado não foi instituída apenas por uma questão fiscal, mas histórica. “Até início da década de 1990, grande parte dos servidores ou não contribuiu ou contribuiu com alíquota simbólica. Além disso, até a EC 41, tínhamos a integralidade. Você se aposentava com seu salário final independentemente do que se contribuiu durante a vida”, disse. Rolim informou que o ministério reconhece a necessidade de se discutir o tema. Caso a proposta vá ao plenário da Casa, a votação será nominal –isto é, identificada em painel.

Servidores ocupam os prédios dos ministérios da Saúde e do Trabalho em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) por cerca de duas horas. Os servidores reivindicam melhorias salariais, a reestruturação dos planos de carreira e o reajuste do vale-alimentação. O movimento foi organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho e Assistência Social no Distrito Federal (SINDPREV-DF) e o Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal (SINDSEP-DF). Depois de cerca de duas horas de ocupação dos prédios, os servidores fizeram uma passeata na Esplanada dos Ministérios e fixaram-se em frente ao Ministério do Planejamento –responsável pelas negociações entre o governo federal e o funcionalismo. Os sindicalistas disseram que pretendem permanecer no local até que um emissário da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, se manifeste. O diretor jurídico do SINDPREV-DF, João Torquato, disse que se não for apresentada uma solução até o dia 31, uma greve pode ser decretada em junho. “Queremos a reestruturação do plano de carreira, melhorias salariais e o reajuste do vale-alimentação”, disse Torquato, que coordena o movimento na Esplanada dos Ministérios. Segundo ele, os servidores são, em sua maioria, dos ministérios da Saúde, do Trabalho, da Previdência Social e da Fundação Nacional de Saúde.

Manifestantes dos movimentos sem-teto e de luta por moradia fazem um protesto em frente ao Fórum João Mendes, no centro da capital São Paulo – SP (região Sudeste). Os manifestantes, moradores de quatro ocupações no centro de São Paulo, reclamam que podem ser despejados a qualquer momento pela polícia, já que há mandados de reintegração de posse desses prédios expedidos pela justiça. Os organizadores estimaram a presença de 800 pessoas. A Polícia Militar disse que 200 pessoas estiveram no ato. Segundo a Frente de Luta por Moradia, 560 famílias podem ser despejadas caso sejam cumpridas as ordens de reintegração de posse nas ocupações existentes na rua Mauá, 340; avenida São João, 588; avenida Rio Branco, 47 e 53; e avenida Ipiranga, 908, todas na região central de São Paulo. “O ato é por conta das quatro ocupações que estão com liminar de reintegração de posse. Aproximadamente 2,2 mil pessoas estão ameaçadas, entre jovens, crianças e adultos”, disse Osmar Silva Borges, coordenador da Frente de Luta por Moradia. Dois desses imóveis, segundo os manifestantes, pertencem à prefeitura paulista: os que estão localizados

na avenida Rio Branco e na avenida São João. Os outros dois são particulares. Segundo Carmen da Silva Ferreira, uma das coordenadoras do Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC), os lugares não foram invadidos pelos moradores, mas ocupados. “A diferença é que quando se invade, invade-se um local que tem utilidade e uma função. Mas todos os prédios que ocupamos não têm a função social da propriedade: estavam todos abandonados, servindo de covil de rato, proliferando dengue e trazendo danos para a sociedade”, explicou. “Não queremos nada de graça. Queremos que o governo construa moradias para financiar para o cidadão. Queremos comprar uma casa. Não queremos mais viver de aluguel”. Os moradores da rua Mauá já vivem no local há cinco anos. “Pela lei, eles já teriam até direito a uso capião do imóvel, mas o proprietário, uma semana antes de completar os cinco anos, entrou com mandado de reintegração de posse. Na São João, a ocupação tem um ano e sete meses e, nas ocupações da Ipiranga e da Rio Branco, sete meses”, explicou Borges. A ocupação da rua Mauá existe desde março de 2007. Cerca de 237 famílias moram no local, que é de propriedade particular. O pedido de reintegração de posse do prédio foi concedido em março deste ano. A advogada Rosângela Maria Rivelli Cardoso apresentou um mandado de segurança para tentar suspender a reintegração de posse, mas o pedido foi negado pela justiça. Os moradores então estabeleceram um acordo com a polícia para que a desocupação não ocorra em prazo inferior a dois meses. “As famílias têm direito a uso capião desse imóvel. Portanto, elas têm direito à propriedade desse imóvel. Elas querem ser mantidas lá. Esse imóvel foi abandonado e eles (moradores atuais) o reformaram e deram à ele a função social exigida pela nossa Constituição”, disse a advogada da ocupação. As famílias que vivem na Ocupação Mauá reclamam que ocuparam um prédio que estava abandonado.

### **6ª feira 18**

O Andes-SN informa que o número de universidades que aderiram à greve chega a 37. No dia 17, quando foi deflagrada a paralisação, 33 instituições de ensino superior haviam decidido pelo movimento. Os docentes pedem a reestruturação do plano de carreira e melhoria das condições de trabalho nos novos *campi* que foram criados nos últimos anos por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O comando de greve da Andes-SN informou que o atual plano de carreira não permite crescimento satisfatório do professor ao longo da carreira. O sindicato informou ainda que foram feitas mais de dez reuniões com o Ministério do Planejamento para revisão do documento, mas não houve avanço na negociação. O Ministério da Educação disse em nota que tem confiança no diálogo e no zelo pelo regime de normalidade das atividades dos campi universitários federais. O governo ressalta que o aumento de 4% negociado em 2011 está garantido por medida provisória assinada no dia 11 de maio. O aumento será retroativo a março, conforme previsto no acordo firmado com os sindicatos.

### **Sábado 19**

Manifestantes realizam a Marcha da Maconha na avenida Paulista, região central da capital de São Paulo (região Sudeste), para pedir a legalização da droga. A passeata, segundo a PM, reuniu 1,7 mil pessoas que finalizaram a manifestação na Praça da República, no centro da cidade. A marcha do ano passado, promovida em março, no mesmo local, foi dispersada pela PM com gás lacrimogêneo e *spray* de pimenta quando uma decisão judicial proibia a manifestação. Depois, o STF decidiu, em nome da garantia de liberdade de expressão, que as passeatas pela legalização das drogas não fossem mais reprimidas. O lema da marcha foi “Basta de guerra: por outra política de drogas”.

## **Domingo 20**

A organização não governamental Instituto Doméstica Legal reivindica melhorias no emprego doméstico no país em uma caminhada na Praia de Copacabana, na zona Sul do Rio de Janeiro (região Sudeste). Na concentração, em uma tenda montada na altura do Posto 6, os participantes conscientizam sobre a necessidade do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do seguro-desemprego para esses trabalhadores, além de defender a redução da alíquota do Instituto Nacional do Seguro Social paga pelo empregador, entre outros pontos. De acordo com o diretor da organização, Mario Avelino, o objetivo é tirar trabalhadores da informalidade, cuja taxa está perto dos 70%, e criar condições para que os empregados domésticos permaneçam na profissão, em vez de migrar para outras funções.

Um grupo de manifestantes reunidos por organizações ambientalistas, usando camisas verdes, pede que a presidenta Dilma Rousseff vete o texto do novo Código Florestal. O grupo reuniu-se em frente ao Parque Ibirapuera, na capital São Paulo – SP (região Sudeste), e seguiu em passeata por dentro do parque. O texto que altera a legislação ambiental foi aprovado pela Câmara dos Deputados no mês passado e a presidenta Dilma Rousseff tem até o próximo dia 25 para se manifestar pela sanção ou veto do projeto. O texto traz pontos criticados pelos ambientalistas, como a redução dos parâmetros de proteção de áreas de preservação permanente e a possibilidade de anistia para quem desmatou ilegalmente. Para a coordenadora da Rede das Águas da organização não governamental SOS Mata Atlântica, Malu Ribeiro, o texto “desrespeita a característica da função social da terra, como se, por um interesse econômico, fosse possível anistiar pessoas que desmataram e degradaram”. Ela acredita que a nova legislação pode prejudicar a imagem do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que ocorre no mês que vem. Para o secretário municipal do Verde e Meio Ambiente de São Paulo, Eduardo Jorge, o novo código poderá prejudicar projeto em andamento, da prefeitura, de criação de 20 parques lineares para proteger margens de rios. A intenção é retirar famílias de áreas de risco e evitar enchentes. “Essa fórmula nova, aprovada pelo Congresso, além de prejudicar a área rural, o Pantanal, o Cerrado e a Amazônia, ignora completamente a questão urbana. Esse respaldo, que nós temos do código antigo para criar os parques lineares, nós vamos perder”, ressaltou. O deputado federal Ivan Valente, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL-SP), disse que há no congresso uma movimentação de deputados preocupados com a questão ambiental para criar uma proposta de Código Florestal mais ligada a estudos e pesquisas científicas.

Rodoviários do Maranhão (região Nordeste) deflagram greve. Cobradores e motoristas exigem 16% de reajuste nos salários e não aceitaram a proposta de 7% determinada pelo TRT. Cerca de 650 mil pessoas estão sendo prejudicadas com a suspensão dos serviços de transporte público na capital, São Luís.

## **2ª feira 21**

Professores de 38 das 59 instituições federais de ensino aderem à greve iniciada no dia 17, segundo balanço do Andes-SN. De acordo com o responsável pelo Comando Nacional de Greve do Andes-SN, Aluísio Finazzi, o atual plano de carreira não possibilita um crescimento satisfatório do professor. Na Universidade de Brasília (UnB), os professores começaram a paralisar as atividades neste dia 21. O presidente da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB), Ebnezer Nogueira, disse que a principal reivindicação é a reestruturação da carreira docente.

Segundo ele, a categoria luta por essa melhoria desde 1987. Ainda de acordo com Nogueira, em agosto do ano passado foi firmado um acordo com o Ministério da Educação; porém, nada foi concretizado. Em nota, o Ministério da Educação informou que o plano de carreira de professores e funcionários deve ser aplicado somente em 2013. Segundo o MEC, as negociações salariais com a categoria começaram em agosto do ano passado, quando se acertou um reajuste de 4% –já garantido por medida provisória assinada no dia 11 de maio. O aumento será retroativo a março.

Trabalhadores rurais do MST realizam uma atividade de apoio aos trabalhadores do INCRA, em Florianópolis – Santa Catarina (região Sul). Os trabalhadores do INCRA se encontram em mobilização nacional por causa do sucateamento que o órgão federal vem sofrendo nos últimos anos. Foram realizadas distribuições de alimentos dos assentamentos, vindos de diversas cooperativas do estado. Os servidores do INCRA e do Ministério do Desenvolvimento Agrário voltaram a exigir do governo o atendimento de suas reivindicações –entre as quais a recomposição do quadro de pessoal, com a realização de concurso público, e melhoria dos padrões remunerativos dos profissionais dos órgãos.

Cerca de 200 trabalhadores do MST ocupam o prédio da prefeitura de Parauapebas – Pará (região Norte). As famílias cobram investimentos nos assentamentos Palmares I e II. Para a coordenação estadual do MST, a ocupação denuncia a falta de escolas, hospitais e estradas. Os assentados apresentaram uma pauta de reivindicação em reunião com o prefeito Darci Lermen (PT), secretários municipais de Obras, Educação, Habitação e Saúde e vereadores. Darci Lermens fez compromissos em atender as reivindicações dos trabalhadores. Para ele, o encontro foi satisfatório para ambas partes. O prefeito deverá assinar nesta semana um termo de acordo firmado entre prefeitura e comunidade com os pontos aprovados na reunião. Um calendário de reuniões também será firmada com o secretariado municipal, assim como serão realizadas visitas nas comunidades.

### **3ª feira 22**

Médicos de hospitais federais do Rio de Janeiro fazem um protesto em frente ao Teatro Municipal, na Cinelândia, região central da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), contra alegado congelamento salarial devido a mecanismos criados pela Medida Provisória 568, editada no início deste mês, que ajusta o salário dos servidores ativos e inativos, além de pensionistas. Antes, o grupo de cerca de 500 profissionais, conforme estimativa da assessoria de imprensa do CREMERJ, reuniu-se em frente ao Palácio Gustavo Capanema, também no centro, onde funciona a representação do Ministério da Educação. A Medida Provisória 568 institui partir do dia 1º de julho diversas mudanças na remuneração dos médicos, entre elas a criação da Vantagem Pessoal Nominal Identificada (VPNI), item apontado pelos servidores como o mais prejudicial à classe. A VPNI é uma compensação salarial que reúne benefícios como insalubridade, periculosidade, gratificações, entre outros, antes vinculados ao salário dos médicos federais. De acordo com a presidente do CREMERJ, Márcia Rosa, com essa desvinculação dos benefícios a cada percentual de reajuste salarial será descontado o mesmo índice na VPNI, causando em longo prazo uma equiparação entre os salários. A presidente explicou que esse mecanismo vai causar o congelamento do salário da categoria.

Professores da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) decidem aderir a greve nacional da categoria. Os professores da UNIFESP paralisam as atividades a partir do dia 23. A instituição tem seis campi e apenas os docentes de Guarulhos ainda não aprovaram a paralisação. Uma nova



assembleia geral está prevista para o dia 29. Os professores reivindicam melhorias no atual plano de carreira. “Nós aguardamos agora a proposta que o governo deve apresentar na próxima segunda-feira”, disse a presidenta da Associação dos Docentes da UNIFESP, Virgínia Junqueira. Procurada, a reitoria da UNIFESP disse, via assessoria de imprensa, que não irá se pronunciar sobre a paralisação. A UNIFESP tem 1.213 docentes em seu quadro. No vestibular 2012, a instituição ofereceu 2.869 vagas. Atualmente, a instituição conta com 9.430 alunos matriculados nos cursos de graduação e 3.144 nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (doutorado, mestrado e mestrado profissionalizante) e 5.847 na pós-graduação *lato sensu* (especialização e aperfeiçoamento).

É aprovada a PEC referente a Trabalho Escravo em segundo turno. A aprovação repercutiu bem entre a maioria dos deputados, dos trabalhadores rurais e dos defensores dos direitos humanos. Para o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Marco Maia (PT), a aprovação da PEC é uma demonstração de que o Parlamento não concorda com o trabalho escravo. “O importante é a demonstração que o Parlamento passou ao Brasil que não é mais possível que convivamos com situação análoga ao trabalho escravo. Foram nove anos entre a votação do primeiro e do segundo turno da PEC”, disse Marco Maia. Ele informou que irá trabalhar para que a comissão formada por cinco deputados e cinco senadores, depois de acordo entre as duas Casas, produzam um texto a ser votado pelo Senado “diferenciando aquilo que é trabalho escravo e aquilo que é desrespeito à legislação trabalhista”. Segundo ele, a intenção do acordo firmado com o Senado “é fazer um texto estabelecendo a diferença entre trabalho escravo e desrespeito à legislação trabalhista”. Mas a avaliação positiva da PEC não foi unânime. Para o vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Luiz Carlos Heinze, do Partido Progressista (PP), o que foi aprovado hoje “é o arbítrio dos fiscais”. Ele disse que os agricultores não concordam com o trabalho escravo, mas que votou contra a PEC porque não foram corrigidas as distorções nela existentes. “Tentamos, exaustivamente, um acordo até a hora da votação para uma proposta que alterasse o Código Penal, uma vez que essas questões constantes da PEC são trabalhistas e não de trabalho escravo. O assunto é puramente trabalhista. Esperamos que o Senado faça as correções que não conseguimos fazer aqui”. A votação da PEC foi acompanhada por dezenas de representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e de outras entidades de trabalhadores favoráveis à aprovação da proposta. “É uma vitória histórica para os trabalhadores do campo”, disse a diretora da CONTAG, Alessandra Lunas. O texto da PEC que será enviado ao Senado estabelece que as propriedades rurais e urbanas onde forem encontradas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei. A PEC também estabelece que todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica.

Estudantes fazem uma passeata na Esplanada dos Ministérios, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para pedir a presidenta Dilma Rousseff que vete o texto do novo Código Florestal. Os manifestantes, que não têm ligação com instituições ou organizações não governamentais, chamaram ao protesto pelas redes sociais e enfatizaram que o movimento é uma representação da sociedade civil. A presidenta Dilma Rousseff tem até dia 25 para decidir pela sanção ou veto do projeto. O grupo permaneceu por pouco mais de trinta minutos em frente ao Palácio do Planalto e, com gritos e apitos, pediam: “Veta tudo”. Os manifestantes saíram do Museu da República com destino à praça do Três Poderes. A primeira parada foi no Ministério do Meio Ambiente (MMA), onde pediram apoio à manifestação. Das janelas, os funcionários do MMA acenavam em resposta e aplaudiam o grupo. Do ministério, os estudantes seguiram para o Congresso Nacional, onde eram

esperados por nove viaturas policiais, que seguiram fazendo a escolta do grupo no sentido contrário ao trânsito para chegar ao Palácio do Planalto. Na praça em frente ao palácio, os manifestantes anunciaram que, no próximo dia 24, farão uma vigília para sensibilizar a presidenta. De lá, o grupo seguiu em marcha pela esplanada até o Museu da República.

Professores da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) decidem aderir à greve nacional convocada pelo Andes-SN. Com a decisão, as duas instituições se juntam à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que estão com seus cursos parados desde o dia 17. No Rio de Janeiro, as quatro universidades federais da capital fluminense estão com as aulas paralisadas. Com a adesão da UFF e da UFRJ, em todo o país 43 universidades federais estão em greve. Para a vice-presidente do Andes-SN no Rio de Janeiro, Sônia Lúcia Rodrigues, a greve é em defesa dos alunos e um direito de todos para reivindicar melhores condições de trabalho. “A nossa greve é em defesa dos alunos. Estamos há um ano e meio tentando negociar com o governo, mas ele não responde às nossas reivindicações”, disse. Segundo Sônia, mais de 900 alunos da UFF participaram da assembleia e, em apoio aos professores, também resolveram aderir à paralisação por melhorias na infraestrutura de alguns campi da instituição. Entre os benefícios reivindicados pela categoria está a incorporação das gratificações em 13 níveis remuneratórios, variação de 5% entre níveis a partir do piso para regime de 20 horas correspondente ao salário mínimo do DIEESE, que no momento está calculado em R\$ 2.329,35, além de percentuais de acréscimo relativos à titulação e ao regime de trabalho. Atualmente, o piso salarial é de R\$ 557,51. Os profissionais também reivindicam melhores condições de trabalho e reestruturação do plano de carreira nos novos campi criados por meio do REUNI, que aumenta a oferta de vagas em instituições federais de todo o país.

Cerca de 200 sem-terra do acampamento Derli Casali, do MST, situado no Antigo Patrimônio Osvaldo Cruz (Bagre), município de Ecoporanga – Espírito Santo (região Sudeste) partem em marcha do portal da cidade até a sede da Câmara Municipal. Os acampados foram solicitar ao Poder Legislativo que exija do Executivo a retomada do antigo patrimônio onde os sem-terra estão acampados e de outras áreas que atualmente estão nas mãos de fazendeiros, pois todo o território pertence à sociedade de Ecoporanga. As famílias acampadas receberam liminar de reintegração de posse marcada para o dia 31 de maio. Os trabalhadores rurais esperam do INCRA alguma área para assentar as famílias que estão acampadas e que assim possam produzir alimentos para a sociedade.

#### **4ª feira 23**

Trabalhadores rurais ocupam o prédio do Ministério da fazenda, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Ligados a Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), os trabalhadores rurais organizaram o protesto para pedir a destinação de mais recursos públicos à reforma agrária e uma reunião com o ministro da fazenda, Guido Mantega. Em entrevista, a coordenadora-geral da FETRAF, Elisângela Araújo, disse que o governo não deve olhar só para indústria, ao comentar os incentivos para os setores automotivos e de bens de capital anunciados esta semana. “Nosso setor também é importante para a economia brasileira, porque nós produzimos alimentos e também podemos acabar com a miséria no país”. De acordo com ela, os agricultores que estão no prédio são de assentamentos do Entorno do Distrito Federal. A mobilização ocorre simultaneamente em vários estados, segundo a coordenadora-geral, com o objetivo de “destravar a pauta de reivindicações”, encaminhada ao governo federal em abril. Os

trabalhadores rurais também pedem recursos para assistência técnica e projetos para ampliar o acesso a recursos hídricos, entre outras reivindicações. No final do dia, os cerca de 300 trabalhadores deixaram o prédio. Eles decidiram desocupar o local depois que representantes da pasta aceitaram receber líderes da FETRAF, para discutir as reivindicações do movimento. Participam do encontro o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, técnicos da pasta e a coordenadora-geral da FETRAF, Elisângela Araújo.

Os rodoviários da capital Salvador – Bahia (região Nordeste) iniciam greve por tempo indeterminado. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado da Bahia, Cleber Raimundo dos Santos Maia, a paralisação é de 100%. Segundo reportagem do jornal *A Tarde*, não há veículos do transporte coletivo urbano trafegando entre os bairros de Pernambués, Costa Azul, Sussuarana, Brotas, além da avenida Tancredo Neves, Paralela, Bonocô, ACM, BR-324 nas imediações da Brasilgás, o Centro Administrativo da Bahia e a Estação Pirajá. Os rodoviários querem a volta do pagamento do quinquênio e reajuste salarial calculado com base no índice de inflação medido pelo DIEESE mais 3% de ganho real. De acordo com o Ministério Público do Trabalho (MPT), que intermedeia a negociação, o patronato não ofereceu contraproposta.

Os metroviários de São Paulo decidem encerrar a greve iniciada à 0h deste dia 23. Em assembleia depois de audiência de conciliação no TRT, os metroviários aceitaram a proposta do Metrô e devem voltar a trabalhar imediatamente. O Metrô concordou em aumentar o vale-refeição de R\$ 19 para R\$ 23 por dia, o valor mensal do vale-alimentação de R\$ 150 para R\$ 218 e o adicional de periculosidade de 10% para 15%, e em dar reajuste salarial de 6,17% –o percentual de aumento engloba reposição da inflação de 4,15% e aumento real de 1,94%. A recomendação para melhorar as propostas feitas aos metroviários foi feita pelo TRT. A companhia só não aceitou o percentual de reajuste apontado pelo TRT, que era de 6,45%. Originalmente, o Metrô propunha 4,65% de aumento salarial, sendo 4,15% de reposição da inflação e 0,5% de aumento real. O vale-refeição, o vale-alimentação e o auxílio-creche também seriam reajustados pelo mesmo índice. No caso do vale-refeição, o valor unitário seria R\$ 20,70. Já o vale-alimentação passaria a R\$ 156,22. O sindicato pedia 5,13% de reajuste salarial, 14,99% de aumento real, vale-alimentação de R\$ 280,45, vale-refeição diário de R\$ 25 e adicional de periculosidade de 30%.

Protestos de servidores da Receita Federal, policiais federais e policiais rodoviários federais marcam o Dia Nacional de Mobilização em Defesa das Fronteiras do Brasil, convocado para denunciar as precárias condições de trabalho nessas regiões do país. Os protestos previam a realização de operação-padrão em 11 estados da Federação. A maior operação-padrão iniciou-se às 10h na Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu, articulada por representantes do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (SINDIRECEITA), da Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPEF) e da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FENAPRF). Os trabalhadores também reivindicam a implementação da gratificação de fronteira para os que atuam nessas localidades. O diretor de Assuntos Aduaneiros do SINDIRECEITA, Moisés Hoyos, falou sobre os motivos dos protestos nas fronteiras do país. “A fronteira é a entrada para todo tipo de produto que prejudica a nossa sociedade, então a nossa operação é para justamente chamar a atenção [da sociedade], porque às vezes as nossas fronteiras são esquecidas, até com relação à estrutura e a quantidade de servidores que atuam nela”, disse o diretor. Ainda de acordo com o diretor Moisés Hoyos, a operação contará com “100% de verificação física” dos veículos que transitam pela ponte. Um material informativo com explicações sobre o movimento foi impresso para ser distribuído durante as abordagens. “Nós precisaríamos do dobro de servidores do que temos aqui para ter uma fiscalização normal. A mesma coisa acontece com os agentes da Polícia

Federal e da Polícia Rodoviária Federal. Quanto mais ao Norte, menos gente e menos estrutura”, ressaltou o diretor.

#### 5º feira 24

Manifestantes fazem um protesto em frente à loja Gregory, localizada na avenida Henrique Schaumann, em Pinheiros, zona oeste da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). Recentemente, foi divulgado que a grife de roupas femininas está sendo investigada pelo MPT por ter contratado oficinas de confecção que utilizam trabalho escravo. Durante a manifestação, a loja fechou suas portas. Durante *blitz* em quatro oficinas, fiscais da Superintendência Regional de Trabalho e Emprego de São Paulo flagraram um grupo de 23 trabalhadores, a maioria bolivianos, que estariam trabalhando em situação análoga à escravidão. A manifestação pretende também tentar conscientizar o consumidor sobre seu papel no enfrentamento desse problema. Por meio de nota, a diretora de Marketing da Gregory, Andrea Duca, nega a acusação e diz que a empresa jamais empregou mão de obra de forma irregular. Segundo Andrea, o problema está nos fornecedores. “A empresa jamais empregou mão de obra em situação irregular e, inclusive, colaborou com a fiscalização, para que as irregularidades fossem resolvidas imediatamente, pelos próprios fornecedores envolvidos. Este fato, infelizmente, foi omitido pelo Ministério do Trabalho, mas está devidamente comprovado por documentos”, diz a empresa. A Gregory também informou que está aprimorando seus critérios de seleção de fornecedores para evitar que esses fatos se repitam. Para Andrade, por ser parte da cadeia de produção e venda das roupas, a Gregory também tem grande responsabilidade sobre esse problema. “Eles são responsáveis sim. É muito fácil a empresa contratar um fornecedor e não ir lá vistoriar para ver se ele está cumprindo o que acordou no contrato. As empresas podem criar mecanismos administrativos para monitorar isso”, disse ele.

Famílias sem-terra do acampamento Elisabeth Teixeira participam de uma audiência pública na câmara municipal de Limeira, no estado de São Paulo (Região Sudeste), junto com o superintendente do INCRA de São Paulo e o secretário do Meio Ambiente de Limeira, Domingos Furgioni Filho. As famílias exigem que a prefeitura de Limeira retire o processo que está tramitando na justiça contra a criação do assentamento no município. A área é da União e deve ser destinada à criação do assentamento. No término da audiência pública, as famílias fizeram uma distribuição de alimentos do próprio acampamento, em frente à Câmara Municipal de Limeira.

Os motoristas da Viação Osasco, empresa responsável por linhas de ônibus que ligam a cidade de Osasco à capital São Paulo – SP (região Sudeste) entram em greve. Cerca de 250 mil moradores de Osasco ficaram sem transporte. Aproximadamente 10% dos funcionários da empresa Urubupungá, que também atende à região, chegaram a aderir a greve, no final da madrugada, mas em uma assembleia realizada por volta das 8h, no Sindicato dos Condutores de Osasco e Região, decidiram retornar às atividades. Neste momento, já trabalham normalmente. Funcionários de outras empresas responsáveis por linhas que atendem à região de Osasco também participaram da assembleia e optaram por não aderir à greve. Segundo o presidente do sindicato, Antônio Alves, o TRT havia determinado que não ocorresse a paralisação total e que fossem mantidos 100% do efetivo operando nos horários de pico, além de 80% no restante do dia. O TRT determinou multa de R\$ 80 mil por dia em caso de descumprimento da decisão. Uma audiência de conciliação está marcada para às 14h no tribunal. Os trabalhadores reivindicam um aumento de 15%, vale-refeição de R\$ 18 e Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de R\$ 1,2 mil. “A empresa ofereceu apenas 7% de aumento, uma PLR de R\$ 550 e um aumento no vale-refeição de R\$ 1”, informou Alves.

Professores e estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) participam de um ato no campus da faculdade, no Largo São Francisco, centro de São Paulo (região Sudeste), para coletar assinaturas para a criação de uma comissão da verdade dentro da instituição. O objetivo da comissão é investigar violações de direitos humanos cometidas na universidade entre 1964 e 1985. A ideia de formar a comissão foi lançada no mês passado pelo Fórum Aberto pela Democratização da USP, que reúne a Associação dos Docentes da USP (Adusp), o Sindicato dos Trabalhadores da USP (SINTUSP) e o Diretório Central dos Estudantes da USP. De acordo com o representante do Fórum Aberto pela Democratização da USP, Renan Quinalha, a criação da comissão é importante porque na USP houve muita repressão e resistência durante o período da ditadura militar, e esse momento precisa ser esclarecido pela própria universidade. “A USP é farta de histórias de professores, estudantes, funcionários que foram perseguidos e chegaram a ser cassados e eliminados do quadro da universidade, e essas histórias precisam vir à tona”, disse. Quinalha explicou que, para formar a comissão, o grupo pretende distribuir um abaixo-assinado em todos os campi da USP para reunir 10 mil assinaturas e formalizar uma reivindicação ao Conselho Universitário, único que pode criar essa comissão. “Queremos que seja feita [a criação da comissão] de maneira autônoma e independente, não atrelada à estrutura administrativa da universidade, para que o trabalho possa ser feito contrariando inclusive interesses da própria reitoria”, agregou. O diretor do SINTUSP, Alexandre Pariol, disse que os arquivos da USP devem ser abertos de forma ampla e irrestrita e todas as pessoas que cometeram crimes na ditadura militar devem ser julgadas: “Aqui na nossa universidade achamos importante uma comissão específica, porque a USP, junto com a UnB, foi a que mais sofreu com a ditadura militar. Os estudantes, funcionários e professores que perderam a vida merecem ter a sua memória”. O jurista e professor da USP, Fábio Konder Comparato, disse que a criação de uma comissão da verdade paralela à criada pelo governo é necessária porque as atribuições da comissão elaborada pelo governo é muito amplo e só funcionará bem se contar com o apoio de outras, em esfera estadual e municipal, “ou então setorial, como é o caso da Comissão da Verdade da USP que se propõe agora. A comissão deverá trabalhar com total independência. Os professores, estudantes e funcionários da USP devem abrir o passado e verificar tudo aquilo que ocorreu durante o regime militar”.

Representantes do Movimento dos Agricultores Endividados do Nordeste fazem ato no Ministério da Fazenda em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para pedir ao governo perdão da dívida rural de pequenos e médios agricultores e pecuaristas da região, independentemente da linha de crédito e de empréstimos já renegociados com os bancos. Eles foram recebidos pelo secretário adjunto de Política Econômica do ministério, João Rabelo. Além do perdão da dívida, a lista de reivindicações do movimento inclui o pedido de extinção de processos, seja na esfera estadual ou federal, contra os produtores rurais do Nordeste. Outra reivindicação é a prestação de assistência técnica, organizacional e gerencial por parte dos agentes financeiros aos produtores da região que receberam o crédito rural. Eles querem ainda a criação de um fundo para cobrir eventuais perdas devido aos problemas climáticos do Nordeste, principalmente a seca, e crédito de até R\$ 100 mil, com desconto de até 50% na liquidação para a compra de água para os animais e os diversos usos nas propriedades rurais. Segundo Francisco de Souza Irmão, presidente da Cooperativa Agropecuária e Industrial de Arapiraca (Capial), as mesmas condições de financiamento são usadas nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste, provocando uma distorção que prejudica o agricultor nordestino, já que ele enfrenta situações mais adversas para produzir. De acordo com ele, os problemas têm levado a população rural a mudar para as cidades. Segundo Souza Irmão, há 20 anos algumas localidades tinham 83% da população na zona rural e o restante na cidade, mas o processo se inverteu: a maioria foi para as cidades e apenas 17% ficaram no campo. Para ele, é preciso evitar também que os grandes proprietários rurais e os bancos acabem comprando pequenas propriedades

dos agricultores em dificuldade. O movimento considera pequena propriedade 70 ha na região do Semiárido nordestino. Onde a terra é considerada de melhor qualidade são considerados 15 ha. “Quem está crescendo é o grande produtor rural. Temos projetos de irrigação que eram de pequenos produtores e, agora, estão ocupados por usineiros para a cana irrigada”, disse. Pelos cálculos do movimento, existem atualmente 1,5 milhão de agricultores com dívidas nos bancos estatais federais. O Ministério da Fazenda informou que a reunião não foi conclusiva e que novo encontro deve ocorrer no dia 30 de maio.

## 6ª feira 25

A presidenta Dilma Rousseff decide vetar 12 itens do Código Florestal e fazer 32 modificações no texto aprovado pela Câmara dos Deputados no fim de abril. O governo vai editar uma Medida Provisória (MP) para regulamentar os pontos que sofreram intervenção da presidenta. Os vetos e a MP serão publicados no dia 28, no *Diário Oficial da União*. “Foram 12 vetos e 32 modificações, das quais 14 recuperam o texto do Senado, cinco correspondem a dispositivos novos e 13 são ajustes ou adequações de conteúdo”, resumiu o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, ao anunciar as decisões. Entre os pontos vetados está o artigo que trata da consolidação de atividades rurais e da recuperação de áreas de preservação permanente (APPs). O texto aprovado pelos deputados só exigia a recuperação da vegetação das APPs nas margens de rios de até 10 metros de largura e não previa nenhuma obrigatoriedade de recuperação dessas APPs nas margens de rios mais largos. Os vetos estão sendo apresentados pelos ministros do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, da Agricultura, Mendes Ribeiro e do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, e pelo advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, no Palácio do Planalto. O texto, aprovado pela câmara no fim de abril, deixou de fora pontos que haviam sido negociados pelo governo durante a tramitação no Senado. Os vetos presidenciais podem ser derrubados pelo Congresso Nacional, desde que tenham o apoio da maioria absoluta das duas Casas –Senado e Câmara– em votação secreta.

A greve dos rodoviários no Maranhão completa cinco dias. A Justiça, que considerou a greve ilegal, determinou que os empregados voltem a trabalhar imediatamente, mas a ordem não foi cumprida. A paralisação segue sem previsão de novas negociações. Devido ao não cumprimento das medidas judiciais foram estabelecidas multas diárias de R\$ 40 mil ao Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Maranhão (STTREMA) e de R\$ 80 mil para os empresários pela presidenta do TRT do Maranhão, desembargadora Ilka Esdra Silva de Araújo. A intenção é inibir atitudes que adiem o cumprimento das ordens. Em reunião realizada no dia 24 na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no estado, nenhum representante da prefeitura apareceu para discutir o fim do movimento grevista. Cobradores e motoristas exigem 16% de reajuste nos salários e não aceitaram a proposta de 7% determinada pelo TRT. Em nota pública, a OAB do estado, mediadora dos conflitos entre empresários e trabalhadores, concluiu que o avanço das negociações depende da participação da prefeitura de São Luís. A reunião foi suspensa e novos acordos só serão feitos com a presença do Poder Executivo Municipal. Cerca de 650 mil pessoas estão sendo prejudicadas com a suspensão dos serviços de transporte público em São Luís.

## Sábado 26

O terceiro Encontro Nacional de Blogueiros começa em Salvador – Bahia (região Nordeste) com um grande ato político em defesa da blogosfera e da liberdade de expressão. Diversos parlamentares, jornalistas, blogueiros e representantes de movimentos sociais falaram para mais de 200 pessoas no ato inaugural do evento. Para o presidente do Barão de Itararé –uma das entidades que organizam o evento–, a blogosfera é um movimento amplo e plural, “que constrói a unidade na diversidade”. Ele justificou a escolha do tema do 3o BlogProg: “O mote do segundo Encontro foi a necessidade de democratizarmos a comunicação. Dessa vez, além de manter a luta pelo marco regulatório e pela liberdade de expressão, temos uma nova motivação. A blogosfera passou a incomodar”. Segundo Borges, a grande mídia tem atacado diariamente a blogosfera, numa tentativa de estigmatizar e marginalizar a chamada mídia alternativa. “Além disso, há um crescente processo de judicialização da censura. Vários blogueiros são processados, numa tentativa de asfixiar a blogosfera”. Como exemplo, ele cita os casos mais emblemáticos, como os dos blogueiros Paulo Henrique Amorim e Luis Nassif. “Também estão ocorrendo ameaças e atos de violência, como o recente assassinato de um blogueiro no Maranhão”, diz.

Mulheres realizam a Marcha das Vadias nas ruas de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Elas reivindicam o fim da violência contra as mulheres e chamam a atenção das pessoas contra o preconceito. A organização do movimento Marcha das Vadias, que teve início no Brasil em 2011, conta com 140 mulheres em Brasília. A manifestação também ocorreu simultaneamente em todo o Brasil. No ano passado, a marcha reuniu mais de mil pessoas em Brasília, com o foco na legalização do aborto. Neste ano, o foco é a violência doméstica. A Polícia Militar e o Batalhão de Trânsito da PM acompanharam a marcha, com 50 policiais e 6 viaturas. Eles acompanharam todo o evento para garantir a segurança e a integridade física de todos os participantes e também para evitar que haja algum tipo de depredação no patrimônio público. Com cartazes que pedem o fim do preconceito, do racismo e do machismo, as “vadias” marcharam por toda a Esplanada dos Ministérios, área central de Brasília.

Pelo menos 700 pessoas, de acordo com a PM, participam da segunda edição da Marcha das Vadias, que percorreu a na região central da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). O objetivo da manifestação é denunciar os diversos tipos de violência sofridos pelas mulheres. A marcha luta também contra a culpabilização das vítimas pela violência sofrida. A organização já esperava que mais de 400 pessoas comparecessem, já que no ano passado esse foi o número estimado de participantes. A concentração aconteceu na praça do Ciclista, no canteiro central da avenida Paulista, próximo à rua da Consolação. A manifestação percorreu toda a rua Augusta, até a praça da República. A passeata foi marcada pela irreverência de grande parte das participantes, que desfilaram usando roupas íntimas e até mesmo nuas da cintura para cima, com o corpo coberto por pinturas e palavras de ordem. Outras usavam roupas decotadas e curtas. A manifestação foi pacífica. Além de São Paulo, a marcha aconteceu simultaneamente em outras 19 cidades do Brasil e do mundo, incluindo Toronto, no Canadá, onde o movimento começou. Entre as cidades brasileiras que participaram do protesto estão Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), Rio de Janeiro – RJ, Belo Horizonte – Minas Gerais, Vitória – Espírito Santo, e São Paulo, São Carlos e Sorocaba – SP (região Sudeste). O movimento começou no ano passado em Toronto, depois de um policial declarar em uma palestra, em janeiro de 2011, na Escola de Direito Osgode Hall, sobre segurança para os estudantes, que as mulheres não deveriam se vestir “como vadias”, para evitar o estupro. A partir disso, as estudantes da universidade foram às ruas para protestar contra a opinião do policial e

conscientizar a sociedade de que a culpa pelo estupro não deve ser da vítima e nem estar associada ao modo como se veste ou se comporta.

Cerca de mil manifestantes pregam o combate à violência contra a mulher durante a Marcha das Vadias, realizada na Praia de Copacabana, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Mulheres e homens se concentraram no Posto 4 da orla a partir das 13 horas e rumaram às 15h30 até a praça do Lido, no Posto 2. O movimento, iniciado no 2011, em Toronto, no Canadá, ganhou este ano caráter nacional no Brasil, ocorrendo simultaneamente em mais de 20 cidades brasileiras e, também, no exterior. Uma das organizadoras da marcha, Jandira Queiroz, disse que o objetivo dos protestos é chamar a atenção nacional para “um fenômeno muito negativo na nossa sociedade, que é o tamanho da violência sexual no país”. Declarou que todos gostam de ver as pernas de fora e um decote profundo das mulheres, mas também punem com violência se elas usam isso. Segundo Jandira, “já é tempo de a sociedade entender que, se o homem pode andar sem camisa, por que as mulheres são chamadas de vadias e menosprezadas ou diminuídas no seu valor porque estão usando uma roupa mais fresca, em um país como o Brasil?”. De acordo com relatório do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, pelo menos 15 mulheres foram estupradas por dia, no ano passado, em todo o estado. Jandira lembrou que esse é um número subnotificado, porque muitas mulheres sofrem violência sexual na própria casa e têm medo ou vergonha de relatar o fato. “As que chegam nas delegacias são, na maioria das vezes, culpadas pela própria violência sofrida”, denunciou. O movimento já é realizado em vários países, mas em datas diferentes. A meta é que haja uma data comum para a realização em todo o mundo. Na avaliação do poeta e compositor Tony Melo, a liberdade de expressão deve ser apoiada sempre, por todos, do mesmo modo que o combate à violência contra a mulher. “Tudo que for livre, tudo que for saudável, tudo que for pela quebra de tabus, estou apoiando. Liberdade acima de qualquer coisa”, disse.

## **Domingo 27**

Médicos e dentistas das redes de saúde federal, estadual e municipal do Rio de Janeiro se reúnem na praia de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), para denunciar a situação da saúde no país e o modelo de privatização aplicado atualmente ao setor. Segundo eles, o modelo de gestão hospitalar privatizado é prejudicial à qualidade da assistência à população. Ao mesmo tempo, os profissionais repudiaram a Medida Provisória (MP) 568, assinada pela presidenta Dilma Rousseff este mês, que ajusta o salário dos servidores ativos e inativos, além de pensionistas. Os manifestantes alegam que a legislação reduz os salários dos médicos civis do serviço público federal em 50% e dobra a carga horária de 20 horas semanais. A MP institui a partir do dia 1º de julho diversas mudanças na remuneração dos médicos, entre elas a criação da VPNI, item apontado pelos servidores como o mais prejudicial à classe. A manifestação contou ainda com a apresentação de um grupo de teatro que expôs à população, em pequenos esquetes, as diversas faces da crise da saúde pública e suas mazelas. O movimento A Saúde Vai à Praia Domingo foi organizado pelos sindicatos dos médicos e dos cirurgiões-dentista da cidade, e pelo Conselho Regional de Odontologia, entre outras entidades. Os profissionais da área da saúde recolheram assinaturas da população para o abaixo-assinado que será entregue na manhã do dia 29 no Colégio Brasileiro de Cirurgiões ao presidente da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, que vai discutir a MP 568, deputado federal Carlos Puty (PT-PA). O documento será encaminhado também aos presidentes da Câmara e do Senado. Outro abaixo-assinado será levado ao prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, e ao governador Sergio Cabral, pedindo o retorno da gestão pública ao setor de saúde, com a realização de concurso público e plano de cargos e salários, “como manda a



Constituição Federal”. A população manifestou apoio ao movimento. “Eu estou apoiando a reivindicação dos médicos”, assegurou o analista de sistemas José Eduardo Pinheiro da Costa. “Acho um absurdo o que a Dilma está tentando fazer, que é tirar todos os direitos que eles vêm conquistando ao longo dos anos, principalmente os médicos do serviço público. E agora, de repente, com uma canetada, estão tirando isso”, agregou. O militar Luis Armando Ferreira e Silva também aderiu à causa dos profissionais da área da saúde e pôs o nome no abaixo-assinado. “Acho que a saúde pública no Brasil está um caos e precisa ser tomada uma providência”, disse. De acordo com ele, a “a presidenta [Dilma Rousseff] tem feito boas coisas, mas tem que tomar uma medida para melhorar a saúde pública, que é muito deficiente”.

Um grande abraço coletivo marca o início de uma mobilização na cidade de São Paulo – SP (região Sudeste) para conscientizar a população sobre o descarte de resíduos sólidos. Cerca de 100 voluntários de mãos dadas abraçaram a Represa de Guarapiranga antes de partirem para a coleta do lixo na área. Com o uso de caiaques e auxiliados por profissionais da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, parte dos voluntários percorreu as margens da represa para coletar o material, e outros andaram nas imediações. O projeto, chamado no país de “Limpa Brasil. Let’s Do It”, nasceu na Estônia e já se espalhou por 140 países. Foi trazido ao país pela empresa Atitude Brasil, com a colaboração da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e já passou pelo Rio de Janeiro, por Brasília, Goiânia, Campinas, Mauá, Santo André, Diadema e São Bernardo do Campo. No total, foram recolhidas 704 toneladas de material reciclável. Em São Paulo, o movimento escolheu 97 ecopontos, postos destinados a receber todo o material reciclável coletado pelos voluntários. Entre eles estão a Represa de Guarapiranga e a comunidade de Paraisópolis. De acordo com a coordenadora do programa, Marta Rocha, o Limpa Brasil. Let’s do it!, é uma ação mundial de cidadania que, no Brasil, quer chamar a atenção para a necessidade de descartar o lixo em locais adequados.

## **2ª feira 28**

Os professores da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), no Paraná (região Sul), aderem à greve da categoria, acompanhando o movimento nacional organizado pelo Andes-SN. Agora, são 44 universidades federais paralisadas por tempo indeterminado, além de três institutos federais. A UNE apoia a greve e deverá se manifestar oficialmente nos próximos dias sobre a questão. Os professores reivindicam a reestruturação da carreira e melhores condições de trabalho. Para o presidente da UNE, Daniel Iliescu, presente nas primeiras reuniões juntamente com outros 500 estudantes da UnB, que declararam greve em solidariedade à paralisação dos professores, é fundamental agregar ao debate do movimento grevista o projeto da universidade brasileira que se quer construir. Entre as reivindicações estudantis estão a necessidade da ampliação da assistência estudantil, o término das obras iniciadas pelo processo de expansão da universidade e o investimento de 10% do PIB e do 50% do fundo social do pré-sal para a educação, a fim de resolver o problema do financiamento das universidades. A diretora de Universidades Públicas da UNE, Carina Vitral, reforça a posição das entidades estaduais. Para ela, o movimento dos professores merece todo apoio da entidade. “Essa greve surge num período em que as universidades federais passam por vários problemas de estrutura devido às diversas ampliações realizadas, portanto é importante pressionar o governo por mais investimentos na educação”, disse.

Os vetos de 12 artigos do texto do novo Código Florestal, pela presidenta Dilma Rousseff, resgataram o teor do acordo firmado entre os líderes partidários e o governo durante a tramitação da

proposta. A finalidade do governo foi a de não permitir anistia a quem desmatou e a de proibir a produção agropecuária em áreas de proteção permanente, as APPs. O Artigo 1º, que foi modificado pelos deputados após aprovação da proposta no Senado, foi vetado. Na Medida Provisória (MP) publicada neste dia 28, o Palácio do Planalto devolve ao texto do Código Florestal os princípios que haviam sido incorporados no Senado e suprimidos, posteriormente, na segunda votação na Câmara. A MP foi o instrumento usado pelo governo para evitar lacunas no texto final. Também foi vetado o Inciso 11 do Artigo 3º da lei, que trata das atividades eventuais ou de baixo impacto. O veto retirou do texto o chamado pousio: prática de interrupção temporária de atividade agrícolas, pecuárias ou silviculturais, para permitir a recuperação do solo. Recebeu veto ainda o Parágrafo 3º do Artigo 4º, que não considerava APP a várzea (terreno às margens de rios, inundadas em época de cheia) fora dos limites estabelecidos, exceto quanto houvesse ato do Poder Público. O dispositivo vetado ainda estendia essa regra aos salgados e apicuns –áreas destinadas à criação de mariscos e camarões. Foram vetados também os parágrafos 7º e 8º. O primeiro estabelecia que, nas áreas urbanas, as faixas marginais de qualquer curso de água natural que delimitem as áreas das faixas de passagem de inundação (áreas que alagam na época de cheia) teriam sua largura determinada pelos respectivos planos diretores e pela Lei de Uso do Solo, ouvidos os conselhos estaduais e municipais do meio ambiente. Já o Parágrafo 8º previa que, no caso de áreas urbanas e regiões metropolitanas, seria observado o dispositivo nos respectivos planos diretores e leis municipais de uso do solo. O Parágrafo 3º do Artigo 5º também foi vetado. O dispositivo previa que o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial poderia indicar áreas para implantação de parques aquícolas e polos turísticos e de lazer em torno do reservatório, de acordo com o que fosse definido nos termos do licenciamento ambiental, respeitadas as exigências previstas na lei. Já no Artigo 26, que trata da supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo tanto de domínio público quanto privado, foram vetados o 1º e 2º parágrafos. Os dispositivos detalhavam os órgãos competentes para autorizar a supressão e incluía, entre eles, os municipais do meio ambiente. A presidenta Dilma Rousseff também vetou integralmente o Artigo 43. Pelo dispositivo, as empresas concessionárias de serviços de abastecimento de água e geração de energia elétrica, públicas ou privadas, deveriam investir na recuperação e na manutenção de vegetação nativa em áreas de proteção permanente existente na bacia hidrográfica em que ocorrer a exploração. Um dos pontos que mais provocaram polêmica durante a tramitação do código no congresso, o Artigo 61, foi vetado. O trecho autorizava, exclusivamente, a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008. Também foram vetados integralmente os artigos 76 e 77. O primeiro estabelecia prazo de três anos para que o Poder Executivo enviasse ao congresso projeto de lei com a finalidade de estabelecer as especificidades da conservação, da proteção, da regeneração e da utilização dos biomas da Amazônia, do Cerrado, da Caatinga, do Pantanal e do Pampa. Já o Artigo 77 previa que na instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente seria exigida do empreendedor, público ou privado, a proposta de diretrizes de ocupação do imóvel.

Redes e organizações da sociedade civil de diferentes estados brasileiros realizam a Mobilização pela Promoção dos Direitos das Mulheres e Redução da Morte Materna. No Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), integrantes da Rede Estadual de Jovens Vivendo e Convivendo com HIV/Aids usaram a internet para divulgar a campanha nacional sobre o tema. Para a facilitadora da Rede, Damiana Cristina Adão, apesar dos avanços nas políticas públicas e na redução de mortes de gestantes cerca de 90% das mortes de mulheres grávidas são evitáveis, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). “Hoje, de 92 mulheres que engravidam, uma morre durante o parto, segundo o Ministério da Saúde, e a maioria é jovem. Por isso, queremos dar um grito para que a atenção à saúde da mulher seja humanizada e não discriminatória, pois muitas mulheres não

têm condições financeiras nem de se deslocar para um hospital”, ressaltou. Ainda no Rio de Janeiro, estudantes da Rede Lai Lai Apejo e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Centro Federal de Educação Tecnológica “Celso Suckow da Fonseca” distribuíram materiais da campanha pela redução da mortalidade materna na Estação de Metrô de São Cristóvão e realizaram uma roda de conversas sobre mortalidade materna. As atividades da mobilização, que celebra hoje (28) a Luta Pela Saúde da Mulher e a Redução da Mortalidade Materna, estão agendadas para serem realizadas em todo o país. Idealizada em 2009 pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e pela Prefeitura do Município de Salvador, com apoio do Ministério da Saúde, a mobilização vem ganhando adesões desde então. Dados do relatório “Tendências Sobre a Mortalidade Materna: 1990 a 2010”, elaborado pela Organização Mundial de Saúde, apontam que o país registrou uma redução de 51% nas mortes maternas, superior à média mundial (47%) e latino-americana (41%) para o período, mas ainda insuficiente para alcançar a meta do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, que estabelece uma redução de 75% em relação aos dados de 1990. Ainda segundo o relatório, a cada dois minutos uma mulher morre por complicações na gravidez. As quatro causas mais comuns de morte são hemorragias graves após o parto, infecções, hipertensão durante a gravidez e abortos inseguros, realizados em más condições. Noventa e nove por cento das mortes maternas ocorrem nos países em desenvolvimento.

Professores da UNIFESP em greve promovem uma manifestação na avenida Paulista, uma das principais vias da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). A categoria reivindica a reestruturação do plano de carreira. Os organizadores disseram que cerca de 600 pessoas participaram da passeata, mas a PM estimou a presença de apenas 100. Segundo Virginia Junqueira, presidenta da Associação dos Docentes da UNIFESP, todos os seis campi da universidade no estado estão paralisados, inclusive o de Guarulhos, cujos professores aderiram à greve nesta segunda-feira. “Das 59 [instituições de ensino superior] federais, 49 já estão em greve no Brasil. Estávamos negociando com o governo a proposta de carreira decente. Tínhamos o prazo [para negociar] com o governo até 30 de março. O governo pediu mais dois meses, ou seja, até 31 de maio. Mas, no dia 15 de maio, nos apresentou uma proposta absolutamente inaceitável”, disse Virginia Junqueira. A presidenta da associação disse que a greve afeta somente as aulas. “Não cogitamos parar o hospital [São Paulo], o ambulatório e o pronto-socorro neste momento. O hospital continua funcionando”, disse ela. Durante o ato, os professores também reclamaram do adiamento da reunião com representantes do Ministério do Planejamento, marcada originalmente para a manhã de hoje. A assessoria do ministério informou que a reunião foi adiada para que os procedimentos da negociação sejam reavaliados pelo governo e que ainda não há nova data marcada. Por meio de nota, o Ministério da Educação disse que a greve dos docentes da UNIFESP foi precipitada e informou que as negociações em torno do plano de carreira da categoria estão sendo discutidas com o Ministério do Planejamento.

Profissionais de imprensa pedem que o Congresso Nacional aprove rapidamente a criação de lei que transfere à esfera federal a responsabilidade de apurar os crimes cometidos contra jornalista no exercício da atividade. Atualmente, o chamado deslocamento de competência já ocorre para crimes contra os direitos humanos, instituído pela Emenda Constitucional 45/2004. Além de pressa na votação do projeto de lei tratando da apuração federal para crimes contra os jornalistas, que tramita atualmente na Câmara dos Deputados, representantes da categoria cobram também a reativação do Conselho Nacional de Comunicação Social. Para os representantes dos trabalhadores da área, os assassinatos e atentados contra jornalistas, principalmente quando motivados por razões políticas, ferem o direito à informação e a liberdade de imprensa. De autoria do deputado federal Protógenes Queiroz, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB-SP), o projeto de lei confere à Polícia Federal a

responsabilidade por investigar os crimes contra jornalistas que as autoridades estaduais não conseguem esclarecer em 90 dias, transferindo também o julgamento para a Justiça Federal. Por outro lado, o Conselho de Comunicação Social, embora instituído pela Constituição Federal e também previsto na Lei 8.389/1991, está atualmente desativado por falta de nomeação dos integrantes. O colegiado é o órgão auxiliar do Congresso Nacional para assuntos da área. Em audiência pública realizada neste dia 26, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), Celso Schröder, destacou que a maior parte dos crimes contra profissionais da área tem motivações políticas. De acordo com dados da FENAJ, de cada dez casos de violência contra jornalistas, seis ocorrem contra os profissionais que cobrem a área política. Somente nos últimos 12 meses, seis foram assassinados, o que coloca o Brasil na incômoda 11ª posição do ranking dos países mais inseguros para a prática da profissão, logo atrás do Paquistão. O caso mais recente ocorreu em abril, no Maranhão, onde o jornalista Décio Sá foi assassinado com seis tiros. Além de trabalhar na editoria de Política do jornal *O Estado do Maranhão*, Sá mantinha um blog no qual criticava e denunciava políticos e autoridades maranhenses. Pouco antes, em fevereiro, em Mato Grosso do Sul, pistoleiros mataram o jornalista Paulo Rocaro. Fundador do site *Mercosulnews* e editor-chefe do *Jornal da praça*, no qual trabalhava há quase 30 anos. Rocaro publicou três livros, entre eles um com denúncias sobre a atuação de grupos de extermínio na fronteira Brasil-Paraguai.

Dois fazendeiros do Pará (Região Norte) flagrados em fiscalizações do Ministério do Trabalho são condenados por crime de trabalho escravo. João Caldas de Oliveira, de Goianésia do Pará, recebeu pena de quatro anos e oito meses de prisão e pagamento de multa. Em outubro de 2008, foram encontrados dez trabalhadores, entre eles um adolescente, em condições análogas à escravidão na fazenda União, de sua propriedade. A fazenda União era usada para criação de gado, mas foi constatado desmatamento ilegal para produção de carvão. Era justamente nesta atividade irregular que os trabalhadores atuavam. Além de tomarem água barrenta, sem qualquer processo de purificação, os empregados tinham de pagar pela comida, basicamente arroz, feijão e farinha. Na época, Oliveira disse que não sabia da situação. O outro fazendeiro condenado é Válber Falchetto, dono da fazenda Tucandeira, de Medicilândia. A pena, neste caso, foi pagamento de dois salários mínimos por mês para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Altamira e prestação de serviços comunitários à Secretaria de Educação do município de Uruará durante dois anos.

Cerca de 10 mil camponeses de 17 estados do país, organizados pelo MPA, iniciam a Jornada Nacional de Luta Camponesa. Os camponeses vão às ruas para reafirmar o compromisso de luta com o campo e a cidade, e para cobrar ações do estado brasileiro que garantam e fortaleçam a produção de alimentos saudáveis no campo para a geração de renda das famílias camponesas e o abastecimento das famílias da cidade.

O movimento reivindica políticas públicas voltadas para melhoria da qualidade de vida no campo, que incluam o acesso à terra, investimento na produção, beneficiamento e comercialização de alimentos, moradia e educação camponesa, incentivos para que os camponeses continuem preservando o meio ambiente e mudança do modelo agrícola brasileiro, com o fortalecimento da agricultura camponesa e da produção agroecológica. Além disso, o MPA reivindica solução definitiva para o problema das dívidas dos pequenos agricultores. O MPA ainda questiona e denuncia as mudanças do novo Código Florestal, que beneficia diretamente os latifundiários do agronegócio, legitima o desmatamento já realizado e abre fronteiras agrícolas sobre as nossas florestas e áreas de preservação. No primeiro dia de mobilização, um atos já ocorre em Pernambuco

(região Nordeste). Sem-terra ocuparam a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF). Também estão planejadas ações em Sergipe e Bahia (região Nordeste). Segundo a coordenação do MST em Pernambuco, a ideia é que outros movimentos, como a Via Campesina, a CONTAG e as comunidades nos municípios se unam à jornada, para criar uma frente ampla de lutas. Os impactos da seca, que ainda está no começo, são muito fortes: rios e açudes estão secos, a população não tem água nem comida, as safras deste ano se perderam e muitos produtores de gado estão vendendo seus rebanhos e migrando para as cidades.

Cerca de 500 trabalhadores sem-terra que ocupavam a prefeitura de Senador Pompeu – Ceará (Região Nordeste) deixam o local. A manifestação cobrava dos governos municipal e estadual uma solução para a situação de seca que vivem os agricultores da região. Entre os pontos de pauta estava a liberação imediata do seguro safra, abastecimento de água para mais de 30 comunidades, incluindo os assentamentos; trabalho e renda no campo. A manifestação estava pacífica até a chegada da PM, que entrou na prefeitura atirando em vários manifestantes. Não só os trabalhadores rurais ficaram indignados com a ação da polícia: a população do município veio prestar solidariedade aos sem-terra. Uma equipe foi à delegacia da Polícia Civil registrar o boletim de ocorrência e ao fórum da cidade. Os movimentos sociais esperam que o poder público apure os fatos e que os policiais que participaram da ação sejam punidos.

No momento em que os fatos estavam ocorrendo, o Prefeito Ibervam Ramo, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), estava em reunião com o governador do estado, Cid Gomes, do Partido Socialista Brasileiro (PSB). No entanto, não houve pronunciamento do prefeito sobre o caso nem qualquer articulação para evitar um confronto maior. Ao dar continuidade à manifestação à tarde, os agricultores cobravam do MP uma ação imediata de apuração e condenação dos envolvidos.

### **3ª feira 29**

Índios das etnias Kaingang, Guarani e Charrua, do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (região Sul) ocupam escritórios da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) em três cidades – Curitiba e Guarapuava, no Paraná, e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Em Brasília, desde as 7h da manhã indígenas ocupam parte do prédio do Ministério da Saúde. Segundo a Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul, responsável por organizar as manifestações nos estados, o grupo, que cobra maior atenção do governo federal à saúde indígena, também já bloqueou o tráfego de veículos em cinco rodovias, sendo duas delas federais. Trecho da BR-386 foi ocupado entre as cidades de Iraí, no Rio Grande do Sul, e Chapecó, em Santa Catarina. Já na BR-285, o tráfego está interrompido na região de Mato Castelhano, no Rio Grande do Sul, município gaúcho que fica próximo a Passo Fundo, também no estado. Manifestantes também se concentram em trechos das estradas RS-324, RS-480 e RS-343. Os indígenas divulgaram documento no qual denunciam “o abandono da saúde indígena por parte do governo federal” e cobram do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, “a imediata solução dos problemas”. Entre as reivindicações estão a melhoria do salário do profissional de saúde que atua com povos indígenas, a construção, reforma e ampliação de unidades de saúde, a aquisição de leite em pó e leites especiais, a aquisição de órtese, próteses dentárias, cadeiras de rodas e óculos, entre outros pedidos. Depois de uma reunião com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e obterem dele o compromisso de que voltará a se reunir com os líderes do movimento no dia 31, os índios deixaram o prédio do ministério. Durante a audiência de quase duas horas, Padilha determinou a criação imediata de um grupo de trabalho formado por

representantes de seu gabinete, das secretarias Executiva e Especial de Saúde Indígena do ministério, além da Secretaria de Atenção à Saúde, do Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI), dos índios e do Ministério Público Federal (MPF). Segundo Augusto da Silva, líder kaingang do Rio Grande do Sul, o ministro prometeu que até quinta-feira técnicos da SESAI vão analisar as 19 reivindicações para saber a viabilidade de atendê-las. Em nota, o ministério informou que entre as exigências dos índios, algumas que já foram atendidas, como a da aquisição de passagens para pacientes que necessitam de atendimento médico em outras localidades. Para Augusto da Silva, na próxima reunião os líderes vão cobrar do ministério rapidez no atendimento das reivindicações que consideram prioritárias, como a distribuição de remédios e alimentos às aldeias do Sul do país. Já nos itens mais complexos, como a criação do Distrito Sanitário Indígena do Rio Grande do Sul, o prazo poderá ser maior. Com a promessa de Padilha, os representantes das etnias Kaingang, Guarani e Charrua da Região Sul do país se comprometeram, além de desocupar imediatamente o prédio do ministério, a desbloquear as rodovias que ainda estejam parcialmente interditadas. Os índios também vão desocupar nas próximas horas os escritórios da SESAI, em Curitiba e Guarapuava, no Paraná, e em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Do ministério, os índios foram para a sede da FUNAI, onde solicitarão o agendamento de uma audiência com a presidenta do órgão, Marta Azevedo.

Cerca de 7 mil trabalhadores avulsos do Porto de Santos iniciam greve. As atividades em 20 dos 29 navios atracados foram suspensas, segundo informou a Companhia Docas do Estado de São Paulo. Os trabalhadores protestam contra a decisão do MPT que obriga os portuários a cumprir 11 horas de descanso. O TAC do MPT, que determinava o fim da jornada dobrada, está sendo aplicado pelo Órgão Gestor de Mão de Obra, responsável por controlar a escala de trabalho no porto. O TAC foi assinado em 2006 pelo ministério e pelo órgão, mas medidas judiciais, requeridas pelos trabalhadores, impediam a aplicação do termo, de acordo com o sindicato dos trabalhadores. “Nós trabalhamos de forma avulsa e, quando não tem navio, ficamos até cinco dias sem trabalho”, explicou Robson Gama, diretor jurídico do Sindicato dos Operários e dos Trabalhadores Portuários em Santos (Sintraport). O diretor disse que, quando há demanda, os trabalhadores chegam a cumprir 12 horas de trabalho seguidas, com intervalo para as refeições. “Questionamos também o fato do TAC não tratar de outras questões que afetam nossa saúde, como vestiários de qualidade e bons refeitórios”, declarou. Segundo Gama, a convenção coletiva permitirá, em caráter excepcional, que as 11 horas de descanso não sejam cumpridas. “Assim, voltaremos a funcionar como antes, fazendo jornadas dobradas, se houver demanda, porque isso interessa aos trabalhadores”, explicou o sindicalista. Segundo o MPT, o TAC cumpre determinação da Constituição, que exige um mínimo de 11 horas de descanso entre os turnos para evitar riscos à saúde e à segurança do trabalhador. Na tarde de hoje, o MPT entrou com pedido de dissídio coletivo para que os trabalhadores avulsos voltem às atividades no porto.

O Tribunal de Justiça da Bahia concede liminar aos professores da Rede Estadual de Ensino e ordena que o governo do estado da Bahia (região Nordeste) devolva aos trabalhadores grevistas os salários que não foram pagos devido ao corte de ponto promovido pela Secretaria de Educação. A ordem foi expedida pela desembargadora Lícia de Castro Carvalho nesta segunda-feira e já foi publicada no *Diário Oficial da Justiça*. O movimento grevista completa 49 dias ininterruptos, em que mais de um milhão de alunos são prejudicados pela falta de aulas. A greve começou no último dia 11 de abril e desde o dia 13 os docentes ocupam a Assembleia Legislativa, que virou o local de concentração oficial da greve. Os professores querem 22,22% de aumento para todas as categorias do ensino estadual. O governo alega que não há verba para tal. A desembargadora julgou um pedido enviado pelo sindicato e deu razão aos argumentos dos trabalhadores. Na liminar, consta que o fato

do governo cortar salários é “violador de direito líquido e certo”, além de “ilegal, ilegítimo e injusto”. O salário dos professores, de acordo com o abalçamento da magistrada, é de natureza familiar e a realização de uma greve não é motivo razoável para impedir seu pagamento. Além disto, foi também ordenado que os servidores da educação voltassem a ter acesso ao Planserv - Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais e também aos créditos consignados aos quais têm direito devido à segurança financeira e de saúde. O sindicato adicionou que não existe nenhuma lei de greve específica que regule a forma como deverão ser repostos os dias parados na paralisação e que greve e falta ao trabalho são dois conceitos diferentes, errando o governo em promover o corte de ponto por uma reivindicação que é um direito trabalhista. Segundo a desembargadora, a ordem deve ser cumprida imediatamente e a liminar foi endereçada ao estado em nome do procurador-geral do estado, Rui Moraes Cruz, que deve informar o governo do desejo da Justiça. Não há, porém, nenhuma multa prevista em caso de descumprimento da medida. O governo ainda não divulgou posicionamento quanto à liminar. O presidente do sindicato, Rui Oliveira, disse estar feliz com o posicionamento da Justiça, pelo qual se espera há muito tempo, desde que a advogada Rita de Cássia Souza entrou com o pedido de liminar após o anúncio do corte de ponto. “Justiça tarda, mas não falha”, declarou. Milhares de professores tiveram o salário zerado e, com isto, não conseguem pagar contas ou mesmo fazer supermercado desde o início deste mês. Os sindicalistas sustentam que há, sim, dinheiro para que o governo cumpra o acordo que teria assumido com a categoria no ano passado e aumente todos os salários em 22,22%. O argumento é de que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) teria 30% de recursos exclusivos para pagamento com pessoal. A reivindicação é que o governo sente com a categoria e explique como a verba do Fundeb é usada e, assim, estabeleça o aumento em projeto de lei.

#### **4ª feira 30**

Manifestantes reunidos pela CONTAG estão acampados na Esplanada dos Ministérios em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), onde permanecem durante todo o dia aguardando resposta do governo às suas reivindicações encaminhadas na abertura do Décimo Oitavo Grito da Terra, ocorrido no dia 27 de abril. Eles percorreram toda a Esplanada dos Ministérios, agitando bandeiras e ecoando os gritos de ordem dos dirigentes sindicais que puxavam a marcha do alto do carro de som. Em frente ao Congresso Nacional, fizeram uma manifestação contra a violência no campo, citando todas as lideranças do campo e da floresta que foram assassinadas na luta pela terra e por melhores condições de vida e trabalho para a população rural. Foram expostas cruces brancas no gramado do Congresso Nacional para representar todas as vítimas e denunciar que muitos desses crimes ainda continuam impunes. Na manifestação, eles também fizeram discursos cobrando dos parlamentares a aprovação do novo Código Florestal com os vetos e alterações da presidente Dilma Rousseff, a PEC do Trabalho Escravo, aprovada semana passada na Câmara e enviada para o Senado, e outros projetos de lei que estão aguardando votação na Câmara e no Senado.

Trabalhadores da Saúde fazem um protesto contra o projeto de lei que ficou conhecido como Ato Médico. A manifestação ocorre em frente ao Congresso Nacional, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), para pedir a rejeição do PL 268/2002. Não é a primeira vez que os manifestantes se reúnem por esse motivo. Em 2004, diversas categorias da área entregaram mais de um milhão de assinaturas ao presidente do Congresso e organizaram diversos protestos, reunindo mais de 50 mil pessoas em diversas cidades e capitais brasileiras. Naquele período, trabalhadores e estudantes de 13 categorias do setor sensibilizaram a população em torno do tema. O texto foi

aprovado pela Câmara dos Deputados em 21 de outubro de 2009, e agora volta ao Senado Federal, mantendo as mesmas indicações de alterações das profissões da saúde. Segundo a campanha “Não ao Ato Médico”, a aprovação do ato “condiciona à autorização do médico o acesso aos serviços de saúde e estabelece uma hierarquia entre a medicina e as demais profissões da área”. A aprovação do texto retiraria o mérito dos demais profissionais da saúde que não se graduaram especificamente em medicina. Os manifestantes defendem a regulamentação da profissão dos médicos sem que haja prejuízo dos profissionais de outras áreas da saúde.

Cerca de 350 famílias de agricultores organizadas no MST realizam uma manifestação que percorreu a cidade de Delmiro Gouveia – Alagoas (Região Nordeste). Com paradas na Prefeitura Municipal, na Companhia de Abastecimento e Saneamento de Alagoas e na Eletrobrás Distribuição Alagoas, os trabalhadores cobraram políticas de enfrentamento às consequências da estiagem que assola a região. Em frente à Prefeitura, os manifestantes denunciaram irregularidades em obras do Departamento Nacional de Obras contra a Seca, em projetos operacionalizados pela CODEVASF e no abastecimento de água da cidade, que deixa de contemplar bairros inteiros.

Servidores do Judiciário Federal no estado de São Paulo (região Sudeste) fazem um protesto em frente ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) da capital paulista. Durante a manifestação por reajuste de salarial a rua Francisca Miquelina ficou interditada. Segundo Adilson Rodrigues, diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo (SINTRAJUD), os salários dos servidores não são reajustados desde 2006. Ele ressaltou que os serviços hoje não foram totalmente paralisados, pois foi mantido um contingente mínimo de trabalhadores. “É uma paralisação de advertência”, declarou. Após o ato no TRE, a categoria decidiu, em assembleia, fazer um novo protesto, no dia 5 de junho, em Brasília, com os sindicatos dos demais estados brasileiros.

## **5ª feira 31**

Cerca de 80 lideranças das etnias Kaingang, Guarani e Charrua manifestam contrariedade a participação do Ministério de Minas e Energia nos processos de demarcação de terras indígenas. Caso não tenham suas reivindicações atendidas, prometem retornar em grande número a Brasília para ocupar prédios públicos, a exemplo do que fizeram no último dia 29 no Ministério da Saúde. Em abril, a presidenta Dilma Rousseff instruiu o Ministério da Justiça a consultar previamente o Ministério de Minas e Energia antes de homologar qualquer demarcação de terra indígena. Essa medida desagradou lideranças indígenas. Em Brasília, desde o dia 28, os índios consideram que essa medida “nada mais é do que criar mais burocracia para algo que há tempos não sai do lugar”. Segundo Kretan Kaingang, os povos indígenas têm sido vítimas de uma “ditadura que está sendo implantada por um governo que se disfarça de democrata”. O Ministério da Justiça disse que há disposição do ministro, José Eduardo Cardozo, em receber as lideranças para discutir a questão, e que, inclusive, já está agendada uma reunião entre as partes na Comissão Nacional de Política Indigenista. A reunião está prevista para a próxima semana, em Brasília.

Representantes das centrais sindicais não aceitam a proposta apresentada pelo governo para isentar de Imposto de Renda a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) recebida pelos trabalhadores. Entre os pontos em desacordo estão a faixa salarial de isenção total e o início de vigência da medida. A proposta apresentada pelo governo foi de isenção total de imposto de renda para quem recebe até R\$ 5 mil de PLR, de acordo com o presidente em exercício da Força Sindical, Miguel Torres. Os sindicalistas consideraram o valor um retrocesso e entregaram uma contraproposta de



isenção total do imposto para quem recebe até R\$ 10 mil de PLR. A partir desse valor, a isenção seria escalonada. Outro ponto que não agradou aos representantes das centrais é a proposta de que a isenção passe a valer apenas a partir do próximo ano. Uma nova reunião deve ocorrer no próximo dia 11, de acordo com relato dos sindicalistas. Para o tesoureiro da CUT, Vagner Freitas, a proposta do governo foi um retrocesso. “O governo não pode voltar atrás, tinha falado em isenção até R\$ 6 mil e em nenhum momento tinha sido colocado que não passaria a valer esse ano”, disse. Os sindicalistas relataram que o governo calculou em R\$ 1,4 bilhão a renúncia fiscal com a isenção do imposto de renda a partir até R\$ 5 mil de PLR. Na avaliação de Vagner Freitas, uma isenção mais abrangente traria benefícios para a economia. “Se o governo quer ser sério com a política de aquecer o mercado e combater a crise, a isenção maior colocaria no mercado interno um valor muito maior de recursos”. Os integrantes das centrais ainda reclamaram dos constantes adiamentos da reunião para discutir o assunto e da ausência dos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Trabalho, Brizola Neto, na reunião de hoje. A reunião foi coordenada pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, e pelo secretário-executivo da Fazenda, Nelson Barbosa.

Os trabalhadores dos Correios das unidades do Distrito Federal e Entorno (região Centro-oeste) paralisam as atividades e fazem uma manifestação em frente ao Ministério das Comunicações, para reivindicar a contratação de novos servidores. Segundo a categoria, no concurso feito no ano passado foram admitidos apenas 23 carteiros para a região, quando o ideal seriam 200. A sobrecarga de trabalho agravou-se na semana passada, quando uma empresa que prestava serviços terceirizados aos correios dispensou 123 trabalhadores. De acordo com os sindicalistas, a demissão irá prejudicar o trabalho de entrega nos próximos dias. O presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos e Similares (FENTECT), José Rivaldo da Silva, diz que é contrário à contratação de mão de obra temporária. Para ele, esses trabalhadores “não têm o mesmo compromisso que o funcionário de carreira”. Ele defende que a empresa chame os classificados no último concurso. Ele critica ainda o uso de ferramentas tecnológicas, como o GPS, para “controlar e marcar o tempo de intervalo dos carteiros”. “Quem anda na rua exposto ao tempo precisa descansar para, pelo menos, tomar água”, afirma. Ele reclama também da falta de previsão, no Plano de Cargos e Salários, de ascensão funcional. Para a presidenta do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafo no Distrito Federal e Região do Entorno (SINTECT-DF), Amanda Corcino, o número de trabalhadores da região (2,8 mil trabalhadores) é insuficiente para atender às demandas. Segundo cálculos da entidade, seriam necessários 3,2 mil funcionários. Na cidade de Samambaia, por exemplo, trabalham 20 carteiros, mas seriam necessários 43 para a prestação de um bom serviço. A diretoria regional dos Correios de Brasília informou que os grevistas terão os dias descontados. Segundo a empresa, a ausência não se justifica porque medidas para a melhoria das condições de trabalho já vêm sendo adotadas, como o início da contratação imediata de 28 carteiros efetivos, a realocação de dez empregados de outras áreas para a atividade de distribuição de correspondência e a contratação temporária de mais 183 trabalhadores, sendo 132 carteiros. Ainda de acordo com os Correios, 94,8% dos funcionários de Brasília estão trabalhando normalmente e empregados de outras áreas foram remanejados para substituir os ausentes e evitar atrasos na entrega de correspondência à população.

Cerca de mil integrantes do movimento de moradia realizam uma manifestação em defesa de políticas públicas com participação popular, nas ruas do centro de São Paulo – SP (região Sudeste). O protesto acontece há oito anos, em diversas capitais do país e tem o objetivo de chamar a atenção da população para as principais bandeiras dos movimentos sociais, além da moradia, como saúde, infância e juventude, discriminação racial e direitos da mulher, entre outras. O coordenador estadual da Central de Movimentos Populares, Raimundo Bonfim, reforçou que é importante estar nas ruas

para levar a lutas do movimento de moradia ao conhecimento de todos. “Além de trazer as bandeiras pela moradia, saúde e de mulheres, por exemplo, hoje viemos para falar das lutas de todos contra a política de higienização dos governos de São Paulo, estadual e municipal, que acaba beneficiando a especulação imobiliária em detrimento dos mais frágeis, como a população de rua”, explicou Raimundo Bonfim. Os manifestantes se concentraram na praça Ramos de Azevedo, em frente ao Teatro Municipal, e seguiram em caminhada até a praça da Sé. Entre os presentes, estão moradores do Edifício Mauá, na região central da cidade de São Paulo. Recentemente, o proprietário do imóvel, apesar de dever quase R\$ 2 milhões em imposto territorial, teve um pedido de reintegração de posse deferido, baseando-se em uma primeira ação que entrou em 2003, quando aconteceu a primeira ocupação. Naquele ano, os moradores acabaram deixando o prédio. O processo foi encerrado em 2005 e o local voltou a ficar abandonado. Em 2007, o movimento de moradia articulou uma nova ocupação. Desde então, cerca de 240 famílias habitam o local. Na véspera de a ocupação completar cinco anos, o que permitiria aos moradores entrar com pedido de usucapião, o juiz da Vigésima Sexta Vara Cível do Foro Central, Carlos Eduardo Borges Fantacine, concedeu uma liminar de reintegração de posse em favor do proprietário do imóvel, abandonado há mais de 20 anos.

Estudantes da rede estadual da Bahia, sem aulas há 51 dias devido à greve dos professores, realizam protesto em Salvador – Bahia (região Nordeste). Mobilizados através de redes sociais, os jovens pedem fim do impasse entre os profissionais grevistas e o governo estadual para retorno urgente das aulas. O grupo de cerca de 50 alunos iniciou protesto na avenida Paralela e, no fim da manhã, se dirigiram à região do Centro Administrativo da Bahia, onde fica o prédio da Governadoria. Os professores querem reajuste de 22,22%. Eles alegam que o governo fez acordo com a categoria, em novembro de 2011, que garantia os valores do piso nacional, e depois ignorou o acordo mandando para a Assembleia um projeto de lei com valores menores. No dia 25 de abril, os deputados aprovaram o projeto enviado pelo executivo que garante o piso nacional a mais de cinco mil professores de nível médio. No dia 29, os professores conseguiram uma liminar da Justiça que determinava o pagamento dos salários do mês de abril e maio, que estavam suspensos. O governo da Bahia informou que irá recorrer da decisão.

## Glossário de siglas

|          |   |
|----------|---|
| ABGLT    | Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais      |
| ADUnB    | Associação dos Docentes da Universidade de Brasília                   |
| Adusp    | Associação dos Docentes da USP  |
| Andes-SN | Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior   |
| APAE     | Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais                          |
| APLB     | Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia            |
| Capial   | Cooperativa Agropecuária e Industrial de Arapiraca                    |
| Cimi     | Conselho Indigenista Missionário                                      |
| CODEVASF | Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba |
| CODI     | Centro de Operações de Defesa Interna                                 |
| Conab    | Companhia Nacional de Abastecimento                                   |
| CONDISI  | Conselho Distrital de Saúde Indígena                                  |
| Conlutas | Coordenação Nacional das Lutas  |

|              |  |
|--------------|--|
| CONTAG       | Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura   |
| CPT          | Comissão Pastoral da Terra   |
| CREMERJ      | Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro  |
| CSA          | Companhia Siderúrgica do Atlântico   |
| CUT          | Central Única dos Trabalhadores  |
| DIEESE       | Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos                              |
| DOI          | Destacamento de Operações de Informações   |
| DOPS         | Departamento de Ordem Política e Social  |
| Ematerce     | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará   |
| FAMASUL      | Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul  |
| FENAJ        | Federação Nacional dos Jornalistas   |
| FENAPEF      | Federação Nacional dos Policiais Federais  |
| FENAPRF      | Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais  |
| FENTECT      | Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos e Similares                       |
| FETRAF       | Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar                                     |
| FUNAI        | Fundação Nacional do Índio   |
| IFES         | Instituições Federais de Ensino Superior   |
| INCRA        | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  |
| Inea         | Instituto Estadual do Ambiente   |
| LGBT         | Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros                                |
| MMA          | Ministério do Meio Ambiente  |
| MP           | Ministério Público   |
| MPA          | Movimento dos Pequenos Agricultores  |
| MPF          | Ministério Público Federal   |
| MPT          | Ministério Público do Trabalho   |
| MST          | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra   |
| MSTC         | Movimento dos Sem-Teto do Centro   |
| MTE          | Ministério do Trabalho e Emprego   |
| OAB          | Ordem dos Advogados do Brasil  |
| PAC          | Programa de Aceleração do Crescimento  |
| PCdoB        | Partido Comunista do Brasil  |
| PEC          | Proposta de Emenda à Constituição  |
| PLR          | Participação nos Lucros e Resultados   |
| PM           | Polícia Militar  |
| PNE          | Plano Nacional de Educação   |
| PP           | Partido Progressista   |
| PSB          | Partido Socialista Brasileiro  |
| PSDB         | Partido da Social Democracia Brasileira  |
| PSOL         | Partido Socialismo e Liberdade   |
| PT           | Partido dos Trabalhadores  |
| REUNI        | Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais               |
| SESAI        | Secretaria Especial de Saúde Indígena  |
| SINDIRECEITA | Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil                        |
| SINDPREV-DF  | Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho e Assistência Social no Distrito Federal |
| SINDSEP-DF   | Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal                                   |

|              |   |
|--------------|---|
| SINDSPREV/RJ | Sindicato dos Trabalhadores Públicos Federais em Saúde e Previdência Social do Rio de Janeiro |
| SINTECT-DF   | Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafo no Distrito Federal e Região do Entorno  |
| SINTRAJUD    | Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo                      |
| Sintraport   | Sindicato dos Operários e dos Trabalhadores Portuários em Santos                              |
| SINTUSP      | Sindicato dos Trabalhadores da USP  |
| STF          | Supremo Tribunal Federal  |
| STTR         | Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais  |
| Sttrema      | Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Maranhão                  |
| TAC          | Termo de Ajustamento de Conduta   |
| TRT          | Tribunal Regional do Trabalho   |
| UFF          | Universidade Federal Fluminense   |
| UFRJ         | Universidade Federal do Rio de Janeiro  |
| UFRRJ        | Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  |
| UGT          | União Geral dos Trabalhadores   |
| UnB          | Universidade de Brasília  |
| UNE          | União Nacional dos Estudantes   |
| UNFPA        | Fundo de População das Nações Unidas  |
| UNIFESP      | Universidade Federal de São Paulo   |
| UNIRIO       | Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  |
| UPP          | Unidade de Polícia Pacificadora   |
| USP          | Universidade de São Paulo   |
| VPNI         | Vantagem Pessoal Nominal Identificada   |

**Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise do Conflito Social e da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL-CLACSO).**

**Coordenação: prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ).**

**Pesquisadora assistente: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ).**

**Assistentes de pesquisa: Peter Sana (LPP/UERJ) e Taisa Falcão (LPP/UERJ).**

**Fontes: Jornal O Globo, Agência Brasil, site do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA e O Vermelho.**

Consejo Latinoamericano  
de Ciencias Sociales



Conselho Latino-americano  
de Ciências Sociais



OSAL

Observatorio Social de América Latina  
Publicación electrónica

## Cronología del Conflicto Social

Brasil

Junio de 2012

Editada en septiembre de 2012



Agencia Sueca  
de Desarrollo Internacional



Agencia Noruega para la  
Cooperación al Desarrollo



Govern  
de les Illes Balears

Conselleria d'Afers Socials,  
Promoció i Immigració  
Direcció General de Cooperació

El Observatorio Social de América Latina [OSAL] cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional [ASDI], la Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo [NORAD] y la Agencia de Cooperación Internacional de las Islas Baleares [ACIB].

# Documento de trabajo N° 1162

**Realizado por el Comité de Seguimiento y Análisis  
del Conflicto Social y la Coyuntura de  
Brasil**



|             |   |
|-------------|---|
| Integrantes | prof. Dr. Roberto Leher<br>Alice Coutinho da Trindade<br>Peter Sana<br>Taisa Falcão                                   |
| Fuentes     | Jornal O Globo, Agência Brasil, site do<br>MST, Centro de Mídia Independente (CMI),<br>Boletim DATALUTA e O Vermelho. |

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en el documento incumbe exclusivamente al autor o a los autores firmantes y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinada a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de los movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado es uno de los resultados de este trabajo de relevo y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un escrito en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social y las medidas políticas llevadas a cabo durante el mes indicado en el país referido.

La cronología presentada ha sido elaborada por uno de los **Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación del equipo de investigación mexicano, que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

#### Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana

| PAÍS                                      | INSTITUCIÓN                                 | COORDINACIÓN                                       |
|---|---|--|
| Argentina y Uruguay                       | PIMSA (Argentina)                           | María Celia Cotarelo                               |
| Bolivia                                   | CIDES – UMSA                                | Dunia Mokrani Chávez<br>Pilar Uriona Crespo        |
| Brasil                                    | LPP - UERJ                                  | Roberto Leher                                      |
| Chile                                     | DI - UARCIS                                 | Juan Carlos Gómez Leyton                           |
| Colombia                                  | Escuela Nacional Sindical                   | Guillermo Correa Montoya                           |
| Costa Rica                                | IIS - FCS - UCR                             | Sindy Mora Solano                                  |
| Ecuador                                   | Centro de Investigaciones CIUDAD            | Mario Unda   |
| Guatemala                                 | FLACSO Guatemala                            | Simona Yagenova                                    |
| México                                    | FCPS - UNAM                                 | Massimo Modonesi<br>Lucio Fernando Oliver Costilla |
| Panamá, El Salvador, Nicaragua y Honduras | CELA "Justo Arosemena" (Panamá)             | Marco A. Gandásegui (h)                            |
| Paraguay                                  | Centro de Documentación y Estudios          | Quintín Riquelme                                   |
| Perú                                      | Instituto de Estudios Peruanos              | Ramón Pajuelo Teves                                |
| República Dominicana y Puerto Rico        | CES "Padre Juan Montalvo" (Rep. Dominicana) | Octavio Figueroa                                   |
| Venezuela                                 | PROVEA                                      | Marco Antonio Ponce                                |

## **Brasil**

### **Cronologia do conflito social**

#### **Junho de 2012**

#### **Domingo 3**

A greve das instituições federais de ensino já atinge 46 universidades federais e mais dois institutos de ensino tecnológico, segundo levantamento do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN). A principal reivindicação dos docentes é a revisão do plano de carreiras. O sindicato defende que o atual modelo não permite uma evolução satisfatória do professor ao longo da profissão. A greve já dura mais de 15 dias. No ano passado, o governo fechou um acordo com a categoria. Ele previa a revisão do plano de carreiras para 2013, além de um aumento de 4%, a partir de março, e a incorporação de gratificações. Os dois últimos pontos já foram concedidos, mas o novo plano continua pendente. Na última semana, o comando de greve tinha uma reunião de negociação marcada no Ministério do Planejamento, mas o encontro foi adiado pelo próprio governo. O sindicato diz que não recebeu nenhuma justificativa para o cancelamento da reunião. O ministério informou, por meio da assessoria de imprensa, que o encontro foi apenas adiado por razões de “agenda” e será remarcado. O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, fez um apelo para que os professores retomem suas atividades e justificou o atraso nas negociações por causa da morte, em janeiro, do secretário executivo do Ministério do Planejamento, Duvanier Costa, que era responsável pela negociação salarial de todo o serviço público federal.

#### **2ª feira 4**

Organizações que integram a Cúpula dos Povos fazem intervenções na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A primeira foi em frente à sede do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), na avenida Venezuela 110. Depois, outra manifestação foi realizada em frente à sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na avenida Marechal Câmara 210, no Centro. Na Cinelândia, também ocorreram intervenções. As atividades tem por objetivo comemorar o Dia do Meio Ambiente e realizar diversas discussões sobre direito e religião, além do lançamento do livro *O Senhor de Nupê*, de Marcos Penna, que fala sobre Omolu, orixá que representa a Terra.

Cerca de oito mil trabalhadores da construção civil entram em greve na região metropolitana de Fortaleza – Ceará (região Nordeste). Segundo o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagem em Geral do Estado de Ceará (SINTEPAV-CE), todos os anos a categoria tem dificuldade em negociar a data-base e a paralisação é o recurso utilizado para pressionar. Os trabalhadores exigem reajuste salarial, plano de saúde e Participação nos Lucros e Resultados (PLR), entre outros pontos. Segundo o fiscal do SINTEPAV-CE, Arquimedes Fortes, os peões também esperam a incorporação de uma cesta básica no valor de R\$ 300 e a manutenção do pagamento da PLR. Outro ponto importante é que esses milhares de funcionários que arriscam suas vidas nas obras atuam sem plano de saúde.



Agricultores familiares que integram o Movimento Camponês Popular (MCP) montam acampamento na Esplanada dos Ministérios, em frente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O protesto faz parte da Jornada de Lutas em Defesa da Agricultura Camponesa e do Meio Ambiente e segue até pelo menos dia 6. A pauta de reivindicações a ser apresentada ao governo contém 16 itens. De acordo com o coordenador do MCP, Altacir Bunde, a ocupação é um protesto diante da falta de resposta do governo às reivindicações dos trabalhadores do campo. “As famílias do campo vivem uma situação crítica. Além da seca que agrava os problemas de plantio, cerca de 800 mil famílias camponesas não conseguem pagar suas dívidas do Pronaf [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar]. As grandes empresas nunca pagaram tão pouco pelos produtos produzidos pelos camponeses como atualmente, o que intensifica o processo de exploração e aumenta os lucros das multinacionais”, disse Bunde.

A caravana Nordeste contra o Trabalho Infantil termina em Salvador – Bahia (região Nordeste). O governador da Bahia, Jaques Wagner, não comparece à audiência pública de encerramento e foi representado pelo secretário de Trabalho, Emprego e Renda do estado, Milton Vasconcelos, que se comprometeu a encaminhar as demandas ao dirigente estadual. Wagner era esperado para receber de crianças, jovens e representantes de órgãos da rede de proteção infanto-juvenil uma carta com demandas e propostas para combater esse tipo de exploração, entre essas, a ampliação de creches do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e do Programa Mais Educação. A assessoria do governador informou que será marcado encontro com o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), principal articulador da iniciativa, de acordo com a agenda do político. A caravana, que teve início em abril deste ano, já passou por vários municípios do Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Alagoas e Pernambuco (região Nordeste). A Caravana Nordeste contra o Trabalho Infantil mobilizou desde abril deste ano governos estaduais, sociedade civil, órgãos públicos de proteção e crianças para fazer debates sobre o tema. Em vários municípios nordestinos foram realizados encontros públicos para que os governadores de cada estado recebessem reclamações e denúncias feitas pela população e se comprometessem a atendê-las. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o trabalho infantil é proibido no Brasil. Dos 14 aos 15 anos, permite-se que o jovem trabalhe como aprendiz. A partir dos 16 anos, é possível trabalhar, desde que não se exerça atividade insalubre, perigosa, penosa ou em horário noturno (a partir das 22h).

### **3ª feira 5**

Estudantes fazem ato em frente ao Ministério da Educação, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), em apoio à greve dos professores das universidades federais do Brasil. A manifestação terminou em confronto com a polícia. O ministro da Educação, Aloísio Mercadante, disse que considera a greve precipitada, pois a negociação em torno de um plano de carreira –principal motivo da paralisação– estava prevista para acontecer em agosto. O ministro se encontrou com os representantes dos professores e disse que as negociações sobre o plano de carreira não serão suspensas.

A Marcha Unificada dos Servidores Públicos Federais reúne cerca de quinze mil pessoas em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Muitos estudantes se juntaram ao ato, que também reúne professores das universidades federais, em greve desde o dia 17 de maio. A paralisação já

atinge 50 unidades de ensino superior. A categoria defende reajuste salarial para a categoria, plano de carreira e melhorias na infraestrutura. A principal reivindicação dos docentes é a revisão do plano de carreira. Segundo os manifestantes, um acordo firmado em 2011, com o governo, estabeleceu um reajuste de 4%, a incorporação de parte das gratificações e a revisão do plano para 2013. Segundo o Andes-SN, existem atualmente quatro níveis de cargos –auxiliar, assistente, adjunto e associado. A proposta é para divisão dos professores em 13 níveis remuneratórios com variação de 5% entre eles a partir do piso de 20 horas correspondentes ao salário-mínimo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), que é de R\$ 2.329,35. Um grupo de cerca de mil estudantes do ensino superior se concentrou na porta do Ministério da Educação (MEC) em apoio à greve dos docentes.

Cerca de 300 professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no campus do Maracanã, zona norte do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), aprovam a greve docente na universidade. A direção da Associação de Docentes da UERJ (Asduerj) já vinha pensando a possibilidade de paralisação para o próximo semestre, mas decidiram adiantar a greve em função do governo do estado ter entrado com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) contestando o pagamento de triênios aos servidores estaduais. Os docentes afirmam que estão há 11 anos sem reposição da inflação e que as perdas salariais chegam a 60%. Eles pedem reajuste imediato de 22% e um plano de recomposição dos salários. Outra reivindicação diz respeito à implantação do sistema de dedicação exclusiva na carreira de professor da UERJ, única universidade do país que não possui dedicação exclusiva para seu quadro docente. Com a paralisação da UERJ, o Rio de Janeiro tem suas cinco principais universidades em greve, pois as universidades federais já haviam paralisado suas atividades.

Manifestantes ligados ao MCP ocupam toda a área em frente ao Ministério da Agricultura reivindicando ser atendidos pelo ministro Mendes Ribeiro. A diretora do MCP, Sandra Alves, lamentou a não disposição do ministro em receber os representantes do movimento. O MCP quer que Mendes Ribeiro se manifeste sobre os 13 itens apresentados ao governo, com reivindicações de políticas públicas para o pequeno camponês. Entre as reivindicações do movimento está a renegociação de dívidas e o adiamento da entrada em vigor da Normativa 51, que impõe aos produtores de leite infraestrutura mínima e mecanização da produção. Por causa da manifestação foi suspensa a entrevista do diretor de Política Agrícola e Informações da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Silvio Porto, para explicar o Plano Safra 2011/2012, marcada para a tarde no ministério.

#### **4ª feira 6**

Cerca de 3.500 camponeses de seis estados brasileiros participam da Jornada de Lutas em Defesa da Agricultura Camponesa e Meio Ambiente, organizada entre os dias 4 e 6 de junho, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A mobilização cobrou o cumprimento da pauta do MCP. A jornada teve início com um acampamento na entrada do MDA, que ficou montado até o último dia. Foi a primeira vez que um movimento social do campo montou barracas e estrutura no local, bem como a primeira mobilização realizada pelo MCP a nível nacional. O MCP não aceita o quadro de descaso com as famílias camponesas e elaborou uma pauta de reivindicações e propostas, consideradas centrais, para a construção de outro modelo de desenvolvimento para o campo: renegociação e solução definitiva das dívidas, seguro de renda, preços dos produtos e garantias de

comercialização, crédito de reestruturação, programa de agroindústria cooperativada, programa de mecanização da agricultura camponesa, assistência técnica, capacitação e pesquisa, política leiteira, Programa de Aquisição de Alimentos, fim dos impostos sobre a produção camponesa, educação no campo, moradia, água e cisternas, previdência social, políticas para as mulheres camponesas e energia, entre outros. A jornada expressou a necessidade de um projeto popular de agricultura camponesa, com soberania alimentar, produção de comida limpa, diversificada e capaz de preservar a biodiversidade e identidade dos povos, valores presentes na agricultura camponesa e combatidos pelo agronegócio.

Diversas entidades do sul e sudoeste da Bahia (região Nordeste) lançam uma carta de repúdio à licença ambiental concedida pelo governo do estado da Bahia para expansão das plantações de eucalipto da Veracel Celulose. Na carta, as entidades que integram as agremiações Fórum Socioambiental do Sul, Extremo Sul e Sudoeste da Bahia, Fórum de Luta por Terra Trabalho e Cidadania do Sul da Microrregião Sul e o Vicariato Sul da Diocese de Itabuna exigem do estado a anulação da licença prévia do projeto de expansão da Veracel Celulose. No documento ainda há as seguintes reivindicações: a revisão do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) pelo conselho de procuradores do Ministério Público Estadual, a suspensão imediata do plantio de espécies exóticas no estado da Bahia, o redirecionamento dos investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e demais bancos nacionais para a agricultura familiar e a demarcação e titulação das terras das comunidades tradicionais.

Estudantes são expulsos por policiais militares de um prédio administrativo da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), em Guarulhos – São Paulo (região Sudeste). O local estava ocupado desde o final de maio. Segundo o centro de operações da polícia, 41 alunos foram presos e levados para a sede da Polícia Federal no bairro da Lapa. Os policiais cumpriram decisão da Primeira Vara da Justiça Federal em Guarulhos que determinou que oficiais de Justiça, acompanhados de policiais militares e federais, fizessem a reintegração de posse. Os alunos da unidade estão em greve desde o final do mês de março. “A reintegração de posse foi determinada após o recebimento, pela Primeira Vara, de informações enviadas pela UNIFESP sobre providências que foram adotadas desde 2010, ano em que havia ocorrido outra greve, para sanar as falhas que existiam na universidade apontadas pelos alunos”, disse, em nota, a Justiça Federal. De acordo com a Justiça, a UNIFESP apresentou documentos que demonstram que parte das reivindicações do movimento estudantil está sendo atendida, como a construção do prédio central e de moradia para estudantes, garantia de diversidade, alimentação e transporte de qualidade. Em nota, a reitoria da UNIFESP reclamou da postura dos estudantes. “A invasão do campus, com a depredação das instalações, não é forma legítima de manifestação ou reivindicação. Trata-se de conduta absolutamente contrária ao sistema constitucional e ao Estado Democrático de Direito. Ao contrário de resolver o problema, a ocupação do prédio só agravou a rotina acadêmica e administrativa da UNIFESP”.

## **5ª feira 7**

Cerca de 45 famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupam a fazenda Caçador Grande, de 200 ha, localizada a 4 km da sede do município de Timbó Grande, em Santa Catarina (região Sul). O município de Timbó Grande registra um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano do país. Segundo informações do MST, há muito tempo a fazenda já se

encontrava em estado de abandono. As famílias, que já organizaram o acampamento e armaram suas barracas de lona preta, ainda esperam a chegada de mais famílias no local para engrossar o acampamento.

### **Sábado 9**

Um grupo de mulheres, que defende o direito da escolha de se relacionar com pessoas do mesmo sexo, promove a Décima Caminhada de Lésbicas e Mulheres Bissexuais do Brasil em São Paulo – SP (região Sudeste). A manifestação ocorreu na praça Oswaldo Cruz, no bairro do Paraíso, de onde o grupo seguiu em passeata pela avenida Paulista, ocupando uma das pistas de rolamento. Durante a manifestação, a pesquisadora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) Regina Faccini informou que em levantamentos que fez nas edições da Parada Gay nos anos de 2005, 2006 e 2009 identificou que entre 15% e 18% dos entrevistados já tinham sofrido algum tipo de violência por serem gays.

### **Domingo 10**

Cerca de 14 trios elétricos fecham a avenida Paulista, na região central de São Paulo – SP (região Sudeste) para pedir o fim do preconceito e a criminalização da homofobia. Participam da festa jovens, velhos, crianças, famílias e *drag queens*, fantasiados ou não, apoiando a causa da diversidade. A décima sexta edição da Parada do Orgulho LGBT vem com o lema “Homofobia tem cura: educação e criminalização!”. A citação faz alusão ao Projeto de Lei 122, de 2006, que tipifica a homofobia como crime. O manifesto da parada lembra ainda o caso do Projeto Escola sem Homofobia, do governo federal, que foi duramente criticado por alguns setores da sociedade e acabou suspenso. “O ambiente escolar deve ser um espaço inclusivo, de vanguarda, que quebre paradigmas e seja ponto de reflexão sobre novas concepções morais”, ressalta o manifesto.

### **2ª feira 11**

Cerca de 300 alunos, professores e profissionais da educação participam de um abraço simbólico às universidades brasileiras em greve, no campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) da Praia Vermelha, zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A greve nacional começou no dia 17 de maio e já conta com a adesão de 53 instituições federais.

Cerca de 200 trabalhadores organizados pelo MST ocupam a sede da prefeitura municipal de Chorozinho, no Ceará (região Nordeste). A manifestação é para cobrar dos governos municipal e estadual uma solução para a situação da seca pela qual passam os agricultores da região, tais como a reivindicação do abastecimento de água para as comunidades atingidas pela seca, a liberação imediata do programa garantia safra e as renegociações das dívidas. Os movimentos sociais consideram que as ações anunciadas pelo governador são insuficientes para resolver os problemas estruturais causados pela seca. O MST entregou ao governador do estado várias medidas que possibilitam a permanência dos agricultores no campo, que vão desde a construção de barragens subterrâneas, poços artesianos, açudes, cisternas de placa e materiais para possibilitar pequenas irrigações para o processo produtivo.

### 3ª feira 12

Entidades civis da área de história, arquitetura, urbanismo e patrimônio dão um abraço simbólico no Quartel General da Polícia Militar do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), para protestar contra a venda do prédio. A construção data de 1740 e, segundo os organizadores do ato, a intenção é mobilizar a população para o fato de que o prédio não deve ser vendido, mas sim tombado. Se for comprado pela Petrobrás, o prédio centenário será demolido.

Médicos servidores federais em todo o país paralisam as atividades em protesto contra a Medida Provisória (MP) Nº 568, de 2012, que trata da remuneração e da jornada de trabalho dos profissionais de saúde. O texto prevê que os médicos que atualmente mantêm jornada de 20 horas semanais no serviço público, ao ingressar na carreira, tenham que cumprir 40 horas semanais e receber o mesmo valor. A categoria alega que a MP representa uma redução de 50% na remuneração. Para a Federação Nacional dos Médicos (FENAM), a medida provisória interfere na remuneração e desfigura a jornada de trabalho dos profissionais de saúde. A estimativa da entidade é que, em todo o país, 42 mil médicos ativos e inativos do Ministério da Saúde sejam atingidos pelas novas regras, além de 7 mil do MEC. Também hoje, uma comissão mista do Congresso Nacional deve votar a admissibilidade da MP 568. O objetivo da categoria é, por meio da paralisação, pressionar o Parlamento e abrir caminho para a primeira greve geral de médicos servidores federais no país. Os protestos, de acordo com a FENAM, serão organizados pelos sindicatos de cada região. Haverá ainda uma assembleia que pode deflagrar greve geral por tempo indeterminado dos médicos do serviço público federal do estado.

Com cartazes e adesivos, cerca de 200 médicos da rede pública federal do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) protestam em frente ao Hospital Federal de Bonsucesso contra a Medida Provisória (MP) 568, que reduz em 50% o salário da categoria e aumenta a carga horária de 20 para 40 horas semanais. Segundo eles, a MP afeta também aposentados e pensionistas. Manifestações semelhantes foram realizadas em vários estados e no Distrito Federal. No início da tarde, porém, o governo admitiu que havia um erro na MP e que seria corrigido o problema na estrutura de remuneração dos profissionais de saúde. Constitucionalmente, não se pode baixar o salário do trabalhador, explicou o diretor do Departamento Jurídico do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro (SinMed), Júlio Noronha, durante a manifestação. Segundo ele, a remuneração fica mantida em função da chamada Vantagem Nominal Pessoal Identificada (VNPI), que abate o salário para completar as 40 horas semanais. “O impressionante é que médicos calmos, antigos, que nunca falaram em greve, queriam greve geral, porque ficaram muito revoltados com a medida provisória”. De acordo com Noronha, a MP prejudicaria o salário para “além-túmulo”, pois iria baixando o salário a cada aumento que viesse. Todos os médicos federais seriam atingidos, 70% deles no Rio de Janeiro. A presidenta do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro (CREMERJ), Márcia Rosa de Araújo, disse que não foi descartada a possibilidade de greve, embora o diálogo com os patrões já esteja em andamento. “Estamos buscando o diálogo. Podemos colher frutos, sem precisar usar esse mecanismo”, destacou. Apesar da manifestação, na cidade, não houve paralisação dos profissionais da saúde. No entanto, o trânsito ficou complicado na avenida Londres, onde está localizado o hospital.

A Coordenação Estadual da União de Luta por Moradia faz um protesto em frente a sede da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), no centro de São Paulo – SP (região Sudeste), para reivindicar a liberação de verbas do governo estadual para projetos

habitacionais da entidade. A manifestação teve início com uma concentração da praça da Sé (centro), de onde seguiu para a sede do órgão. De acordo com a organização, cerca de 300 pessoas participaram do ato. O movimento reúne 48 entidades que defendem a luta por moradia. Uma comissão de sete pessoas foi recebida por assessores do órgão, de acordo com a assessoria de imprensa da CDHU. Segundo Mariza Dutra, da coordenação estadual do movimento dos sem-teto, as famílias pedem mais R\$ 20 mil do governo estadual para complementar a verba de R\$ 65 mil já liberada pelo governo federal, por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida. A coordenadora explicou que os projetos a serem desenvolvidos pelas entidades irão contemplar cerca de 15 mil famílias. “São projetos em todas as regiões da cidade. Na zona leste, temos os projetos José Maria Amaral e Florestan Fernandes, que vão atender a 396 famílias”, exemplificou. “Como nós conseguimos mais R\$ 5 mil com a prefeitura, soubemos, em reunião na Caixa Econômica Federal, que o governo não iria mais fazer esse aporte. Se não tivermos esse dinheiro, os projetos não se viabilizam”, explicou ela. As casas, de acordo com a ativista, são construídas em regime de mutirão, com gerência das próprias entidades. “Isso diminui o valor da obra, mas, ainda assim, o custo da construção em São Paulo é alto. Precisamos da complementação do valor”, justificou Mariza Dutra. A assessoria de imprensa da CDHU informou que aguarda o fim da reunião para se pronunciar sobre a questão.

Professores, alunos e servidores das universidades federais do estado de São Paulo fazem um protesto em frente à Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), no centro da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). A manifestação, que começou por volta das 11h da manhã e durou cerca de uma hora e meia, faz parte de uma série de ações programadas pela categoria para reforçar o movimento pela reestruturação do plano de carreira dos professores das universidades federais do país. Segundo a Polícia Militar, 250 pessoas participaram do protesto, enquanto as lideranças do protesto estimaram a presença em cerca de 500 pessoas. A categoria está em greve desde 27 de maio, para forçar o governo a adotar regras mais objetivas de promoção na carreira. Atualmente, 51 universidades suspenderam as aulas por causa da greve. No estado de São Paulo, aderiram as universidades federais de São Paulo (a UNIFESP), de São Carlos (a UFSCar) e do ABC (a UFABC). Segundo a presidenta da Associação dos Docentes da UNIFESP (Adunifesp), Virginia Junqueira, a decisão de fazer o protesto em frente à Bovespa é simbólica. “Escolhemos a Bolsa de Valores em alusão à valorização da carreira de docente”.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) é favorável ao governo da Bahia no pedido para suspender a liminar que determinou o pagamento de salários aos professores da rede estadual, em greve há cerca de 63 dias. A decisão foi proferida neste dia 12 pelo presidente do STJ, o ministro Ari Pargendler, e deve ser publicada no *Diário da Justiça Eletrônico* no dia 14. Com a decisão, os efeitos da liminar concedida pelo Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), no dia 29 de maio, são suspensos. De acordo com a Procuradoria Geral do Estado (PGE), representante jurídica do governo, o STJ entendeu que a aplicação da lei de greve “não obriga o pagamento dos salários no período de paralisação”, argumento defendido no recurso encaminhado. No dia 8 de junho, o Supremo Tribunal Federal (STF) negou seguimento ao recurso do governo do estado, optando assim por não apreciar o mérito do pedido. Diante disso, a PGE o direcionou para revisão do STJ. O corte nos pontos dos profissionais grevistas foi comunicado às 33 diretorias regionais, na capital e no interior do estado, no dia 18 de abril. A medida foi baseada, segundo a secretaria de Educação, na decisão do próprio TJ-BA, que determinou a ilegalidade do movimento grevista. No recurso acerca do pagamento dos salários, a PGE argumentou que pagar salários vai de encontro com a declaração de ilegalidade afirmada pela Justiça baiana. A proposta feita pelo governo prevê reajuste salarial de 22% para

aqueles professores que não têm ensino superior. Outros professores teriam os 6,5% aprovados na Assembleia Legislativa da Bahia, além de dois avanços, de 7 a 7,5%, nos meses de novembro deste ano e abril de 2013, respectivamente. O total seria de 22% para os professores que estão em atividade. No entanto, para ter direito ao aumento, os professores teriam que ter presença regular em cursos de qualificação promovidos pelo governo. A categoria insiste na exigência do cumprimento do acordo de novembro de 2011, indicando que o governo se comprometeu a dar a todos os professores reajuste de 22,22%, estabelecido pelo Ministério da Educação como piso nacional do magistério. Em assembleia, professores decidiram manter a greve da categoria.

#### 4ª feira 13

A Associação Juízes para a Democracia (AJD) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) lançam uma campanha em prol da luta indígena no Brasil, na sede da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A carta da campanha foi entregue à presidente da República, Dilma Rousseff, ao presidente do STF, ministro Carlos Ayres Brito, e aos presidentes do Senado e da Câmara de Deputados, que receberão semanalmente as assinaturas colhidas. Intelectuais, políticos, pessoas ligadas a movimentos sociais do cenário nacional e internacional e várias instituições e associações indígenas assinam o manifesto que pede políticas públicas para os povos indígenas, efetividade nas demarcações de suas terras, julgamento urgente das causas indígenas e rejeição à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215. O documento marca o lançamento da campanha “Eu apoio a causa indígena”, que já recebeu a adesão de personalidades como Antonio Candido, Marilena Chauí, Noam Chomsky, Boaventura de Souza Santos, Eduardo Galeano, Dalmo Dallari, Fabio K. Comparato, Zé Celso, Letícia Sabatela, Wagner Moura e Frei Betto, entre outros.

A Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e o MST divulgam nota em apoio à greve nas universidades federais dos professores. Para a presidenta da ANPG, Luana Bonone, a greve dos docentes explicita o grave momento da educação brasileira: “Historicamente a ANPG sempre se posicionou ao lado dos professores em momentos como esse. Acreditamos que além do reajuste salarial é necessário garantirmos 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em investimentos para Educação e 2% do PIB para Ciência e Tecnologia”. A associação, em nota oficial, esclarece a posição da entidade e se coloca ao lado dos docentes e técnicos administrativos. O documento lembra a luta dos pós-graduandos pelo reajuste no valor das bolsas de pesquisa e que, em agosto deste ano, irão à Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para reivindicá-lo.

De acordo com o relatório *Violência contra os Povos Indígenas no Brasil*, divulgado pelo Cimi, o número de índios assassinados em 2011 é o menor identificado pela entidade desde 2005, quando foram registrados 43 casos, contra os 51 do ano passado. Desde 2008, o número se mantinha em 60 casos anuais. Embora a quantidade de mortes tenha ficado abaixo inclusive da média anual (55,8) calculada para o período entre os anos de 2003 e 2011, quando, ao todo, foram mortos 503 índios; a organização indigenista destaca que o resultado não significa uma melhora no quadro geral da violência contra os povos indígenas. De acordo com o relatório, houve uma piora em vários outros aspectos, por exemplo, nas tentativas de assassinatos e no número de suicídios e de índios que morreram por falta de assistência à saúde. Para o Cimi, os 30 casos de tentativa de assassinato contra 94 vítimas representam um “aumento assustador” se comparados às 18 ocorrências registradas em 2010. Entre os casos verificados no ano passado, 27 ocorreram em Mato Grosso do

Sul (região Centro-oeste), deixando um saldo de 85 vítimas, pessoas que quase foram mortas em emboscadas ou ataques armados, como o ocorrido em junho de 2011, contra um ônibus escolar que transportava estudantes da etnia Terena, da Terra Indígena Cachoerinha, de Miranda, no estado. De acordo com o Cimi, o veículo foi cercado e apedrejado. Em seguida, o ônibus foi incendiado. Ao menos quatro crianças sofreram queimaduras e uma delas teve que ser internada. O Cimi também faz um alerta sobre os crescentes casos de suicídio. No total, o relatório identifica 26 casos de índios que tiraram a própria vida e mais oito que tentaram se matar. A maioria das vítimas é do sexo masculino, tem até 24 anos e usa cinto ou fio de náilon para se enforçar. Foi o caso de uma jovem Mayoruna, de 15 anos, da Terra Indígena Vale do Javari, de Aldeia Flores, no estado do Amazonas. Para o Cimi, os suicídios são a expressão de desespero dos povos indígenas diante da omissão do Poder Público, simbolizada, entre outros fatores, pela morosidade na regularização de terras indígenas. “A estratégia governamental aponta para uma marcante retração do ritmo da demarcação de terras indígenas. Em 2011, Dilma Rousseff homologou apenas três terras indígenas, o Ministério da Justiça declarou como tradicionais somente seis terras indígenas, e apenas nove terras foram identificadas e delimitadas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A retração, porém, parece crescer a cada ano”, cita o secretário executivo da entidade, Cléber Buzatto, no relatório. Segundo o documento, nos oito anos de governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por exemplo, foram homologados 80 processos de demarcação de terras indígenas –número inferior ao verificado em todas as gestões do período pós-1988. A entidade também destaca que o número de suicídios –identificados no relatório a partir de notícias da imprensa, dados oficiais e informações fornecidas pelos próprios missionários– não reflete a realidade. O relatório chega a mencionar números que atribui ao Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul (Dsei/MS), segundo os quais, somente no estado, 45 índios teriam se suicidado durante o ano passado (número que está sujeito à revisão). Outro problema abordado diz respeito aos serviços de assistência à saúde indígena, como a falta de profissionais, de medicamentos, equipamentos, transporte e de assistência constante. Registrados como casos de “desassistência na área de saúde”, as 53 ocorrências relatadas explicitam situações como a dos Kaxinawá da Terra Indígena Alto Rio Purus, de Santa Rosa dos Purus, no estado do Acre (região Norte) onde, segundo o Cimi, diversas crianças apresentam sintomas do rotavírus, sem que as autoridades responsáveis tenham tomado as devidas providências para evitar que a doença se espalhasse. O relatório também menciona as agressões sofridas pelas comunidades que tentam retomar suas terras e que, em função do conseqüente conflito fundiário, são “atacadas por agressores que disparam tiros, indiscriminadamente”. Os indicadores referentes a danos ambientais em terras indígenas também pioraram. Enquanto em 2010 o Cimi relatou 33 casos de invasões de propriedades indígenas e de exploração ilegal de recursos naturais, no ano passado foram 42 casos.

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) entrega ao presidente do Senado, José Sarney, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB-AP), uma petição com 65 mil assinaturas pedindo que a PEC do Voto Aberto seja colocada em votação. As assinaturas foram coletadas pela internet por entidades ligadas ao MCCE, que também estiveram envolvidas no projeto de lei de iniciativa popular que resultou na Lei da Ficha Limpa. A coleta das assinaturas foi durante 24 horas. O diretor do MCCE, Marlon Reis, disse, após participar da entrega do documento, que mais assinaturas podem ser coletadas se for preciso. Segundo ele, a sociedade está preocupada de que o voto secreto seja usado por parlamentares para ocultar casos de corrupção. A petição exemplifica o caso de absolvição da deputada Jaqueline Roriz, do Partido da Mobilização Nacional (PMN-DF), que aparece em uma gravação em vídeo, da Operação Caixa de Pandora, recebendo dinheiro. Na opinião dos ativistas que coletaram as assinaturas, o voto secreto contribuiu para que



Jaqueline Roriz fosse absolvida por seus pares no processo de cassação. A expectativa de que a PEC do Voto Aberto fosse votada até a semana que vem, no entanto, foi frustrada pela decisão, do dia 12, dos líderes partidários do Senado de que não haverá votações no plenário da Casa no período de 18 a 22 de junho, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, quando boa parte dos senadores estará participando do evento.

#### **5ª feira 14**

Moradores de Ipanema, zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), fazem ato em frente ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, em Laranjeiras, com o objetivo de impedir a votação para o destombamento da praça Nossa Senhora da Paz. O protesto foi convocado pelo Projeto de Segurança de Ipanema –que reúne diversas associações de moradores da zona sul, contrárias ao projeto que prevê a derrubada de 130 árvores centenárias da praça para a construção da linha 4 do metrô. O grupo já reuniu 14 mil assinaturas, pedindo a preservação do lugar.

Vinte e cinco estudantes da UNIFESP são presos após confronto com a polícia, durante um ato no campus da universidade, em Guarulhos, na cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). O ato em solidariedade à greve nacional dos professores das universidades federais, que ocorre desde o dia 17 de maio, terminou num enfrentamento entre os policiais e os estudantes. A polícia prendeu 22 manifestantes, que foram encaminhados à sede da Polícia Federal (PF). Os demais estudantes fizeram um acampamento em frente à Superintendência da PF, a fim de pressionar as autoridades a libertarem os 22 estudantes detidos.

Diversas organizações do campo e da cidade realizam um protesto pelas ruas do município de Imperatriz – Maranhão (região Nordeste). Um conjunto de movimentos sociais, que representa sem-terra, indígenas e quilombolas, se mobilizou na cidade considerada como “portal da Amazônia”, em defesa dos direitos humanos e do meio ambiente. O ato denunciou também os impactos dos grandes projetos econômicos instalados no estado do Maranhão, como a duplicação dos trilhos da Estrada de Ferro Carajás, da mineradora Vale, a expansão desenfreada do monocultivo do eucalipto, construções de barragens e hidrelétricas. A mobilização iniciou pela manhã com uma caminhada pelas ruas da cidade e encerrou com ato político em frente à sede do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), onde também foi entregue uma Carta Denúncia das organizações do campo e cidade do estado do Maranhão, que será levada à Conferência Internacional das Nações Unidas, Rio + 20.

A ONG Educafro realiza um protesto na frente do prédio da Bienal, em São Paulo – SP (região Sudeste). Com palavras de ordem como “Se liga meu irmão, em terra de negro quem desfila é alemão”, a ONG pede a presença de 20% de negros nos desfiles do São Paulo Fashion Week. Com um caixão no meio e as letras SPFW desenhadas com correntes na frente, os manifestantes gritavam frases para chamar a atenção do público que passava pelo local. Em 2009, a direção do evento e o Ministério Público assinaram uma carta de intenções de que a organização iria orientar as grifes a usar 20% de negros nos desfiles. O acordo tinha duração de dois anos.

Bancários de todo país paralisam 179 agências do HSBC para protestar contra as demissões, a política de rotatividade de mão de obra e a intransigência do banco inglês em negociar mais empregos para melhorar as condições de trabalho e o atendimento dos clientes. Somente em

Curitiba – Paraná (região Sul), onde fica a sede do banco no país, a categoria parou 27 agências, além do Centro Administrativo Palácio Avenida. No Paraná, ao todo são 42 agências fechadas. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), “foi um Dia Nacional de Luta em resposta à frustração dos bancários em todo país, pois não houve avanços na última negociação sobre emprego, remuneração e previdência complementar, ocorrida no último dia 4, em São Paulo”, afirmou Alan Patrício, secretário de Assuntos Jurídicos da CONTRAF-CUT. Os trabalhadores pedem o fim das demissões, a contratação de mais funcionários para melhorar as condições de trabalho e o atendimento aos clientes, o não desconto dos programas próprios de remuneração (PPR/PSV) na PLR, a implantação de um plano de previdência complementar para todos os trabalhadores do banco e melhores condições de saúde e segurança.

Um grupo de jovens de diferentes países aproveita um intervalo nas discussões da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), para protestar contra a despreocupação dos Estados Unidos com a pauta ambiental. Com uma bandeira norte-americana e outra simbolizando as grandes multinacionais, os jovens criticaram o apoio que o governo norte-americano dá aos grandes “poluidores”. O protesto bem-humorado arrancou gargalhadas do público, que aparentemente conseguiu superar a tensão com a falta de um acordo sobre o documento final da Rio+20. A expectativa da Organização das Nações Unidas (ONU) era chegar a um consenso em torno dos 400 pontos do texto até o dia 15, quando terá fim a reunião do comitê preparatório. No entanto, a própria organização já cogita que a pauta sobre o desenvolvimento sustentável para os próximos 20 anos só será concluída na reunião dos chefes de Estado, na próxima semana. Até ontem, menos de um terço do documento final havia sido concluído.

Médicos peritos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) participam de uma audiência pública no Senado, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), para pedir melhores condições de trabalho e mais segurança. A reunião foi marcada nesta data para simbolizar o aniversário de cinco anos da morte do perito José Rodrigues, de Patrocínio, que levou tiros de um segurado dentro do próprio consultório. Desde 2008 foram relatados 102 casos de agressão. Participaram da audiência representantes da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social (ANMP) e do Conselho Nacional de Medicina (CFM), e o professor da Universidade de Brasília (UnB) Wanderley Codo. O INSS não enviou representante à audiência, segundo a assessoria, devido a um compromisso na Casa Civil. De acordo com o presidente da ANMP, Geilson Oliveira, os médicos peritos trabalham em difíceis condições, com constantes ameaças de agressão, falta de instrumentos e aparelhos e em ambiente que não estimula a produtividade. Em muitos casos, os médicos têm que comprar equipamentos de trabalho com o próprio salário. No Brasil, o INSS tem cerca de 44 milhões de segurados. Para Wanderley Codo, da UnB, a falta de estrutura no trabalho causa o adoecimento e o abandono do emprego dos peritos. Segundo Geilson Oliveira, mil funcionários a mais ajudariam a suprir parte das deficiências do sistema –um total de 5,5 mil médicos. No entanto, o ideal, para ele, seriam 6 mil funcionários. O tempo médio de espera dos segurados para um atendimento supera 20 dias. Para atender todo o Distrito Federal e entorno, são nove Agências da Previdência Social. Por dia, os médicos têm a meta de atender 15 segurados, o que nem sempre é possível de ser cumprido. Além dos atendimentos, os peritos têm de revisar outros benefícios –como auxílios por acidente, casos de invalidez e de isenção de Imposto de Renda. De acordo com a ex-deputada federal e ex-secretária de Saúde do Distrito Federal, a médica perita chamada Maninha, do Partido Socialismo e Liberdade

(PSOL), os parlamentares não consideram o investimento na profissão uma economia para o Estado. Para ela, o fato de o vice-presidente da Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa, senador Paulo Davim, do Partido Verde (PV), ser médico perito, faz com que haja esperança de que o debate no Senado resulte em ações práticas.

Os contratos de concessão para ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos internacionais de Guarulhos (São Paulo), Viracopos (Campinas) e Brasília são assinados entre a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e as empresas vencedoras do leilão. Os prazos das concessões são 30 anos para Viracopos, 25 para Brasília e 20 para Guarulhos. Os contratos poderão ser prorrogados uma única vez, por cinco anos. Os três aeroportos respondem, conjuntamente, pela movimentação de 30% dos passageiros, 57% da carga e 19% das aeronaves do país. Os terminais concedidos serão fiscalizados pela ANAC, que também será gestora dos contratos de concessão. As concessionárias deverão concluir as obras de ampliação e modernização previstas até a Copa do Mundo de 2014. A multa por descumprimento é de R\$ 150 milhões, mais R\$ 1,5 milhão por dia de atraso. O presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), Gustavo do Vale, destacou o ineditismo da concessão e disse que o resultado leilão demonstrou que é perfeitamente possível trazer investimentos privados para a estrutura aeroportuária do país. A partir da assinatura do contrato de concessão, haverá um período de transição de seis meses, prorrogável por mais seis, no qual a concessionária administrará o aeroporto em conjunto com a Infraero. Após esse período, o novo controlador assume integralmente as operações do aeroporto. A Infraero segue como administradora de 63 aeroportos do país, responsáveis pela movimentação de 67% do total de passageiros.

## **6ª feira 15**

Em meio a muitas manifestações culturais –como a das mulheres das etnias Macuxi e Wapichama, de Roraima (região Norte), que apresentam um tipo de música típica conhecida como parixara–, índios reclamam da violação ao seu direito à terra no Rio + 20, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). De acordo com a diretora nacional da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Sônia Guajajara, os indígenas podem mostrar ao mundo o que é ser sustentável por meio de suas práticas de uso da terra sem destruí-la. A representante da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (região Sudeste), Ceiza Pitaguary, destacou que a lentidão na demarcação dos territórios indígenas leva muitas lideranças a serem criminalizadas por causa da retomada de terras tradicionais. A mesma preocupação foi manifestada pelo representante da Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPINSUL), Otoniel Ricardo. Segundo ele, mais de 200 lideranças indígenas morreram desde o ano passado por causa de conflitos ligados à terra no Sul. “Nossos líderes estão morrendo e eu posso ser o próximo”, disse. O representante do Conselho Continental da Nação Guarani, que reúne indígenas da Bolívia, do Paraguai, da Argentina e do Brasil, Celso Padilha, convocou os povos de todas as etnias, independentemente do país onde vivem, para que unam forças e lutem pela preservação de seus territórios, de sua cultura e de seus costumes. O líder indígena conhecido internacionalmente por sua luta pela preservação da Amazônia, Cacique Raoni, da etnia Caiapó, também conclamou a união dos povos indígenas, principalmente dos jovens, na defesa de seus interesses coletivos. O líder também criticou a construção de grandes empreendimentos que trazem prejuízos aos territórios indígenas, como a Usina de Belo Monte. Cobrar aceleração no processo de demarcação das terras indígenas no país e fazer um contraponto ao modelo econômico e ao conceito de economia verde

–discutidos na Rio+20– são os principais objetivos dos povos indígenas que se reuniram neste dia 15 na tenda do Acampamento “Terra Livre”, na Cúpula dos Povos, no Aterro do Flamengo, zona sul do Rio de Janeiro.

A FUNAI e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) iniciam a retirada de 11 famílias de não índios da Terra Indígena Boa Vista, no município de Laranjeiras do Sul, região centro-sul do Paraná (região Sul). Elas serão realocadas em dois assentamentos localizados em Londrina, ao norte do estado. A FUNAI indenizará as famílias retiradas pelas benfeitorias deixadas em cada lote. Já o INCRA, além de providenciar a mudança, vai arcar com os novos lotes e liberar linhas de financiamento aos reassentados. O superintendente regional do INCRA no Paraná, Nilton Bezerra Guedes, disse que a operação irá colaborar para diminuir a tensão entre índios e não índios na região. Mais de 150 pequenos, médios e grandes produtores rurais ocupam áreas dentro do território indígena da etnia Kaingang. A terra indígena tem ao todo uma área superior a 7 mil ha. A área que está sendo desocupada mede 120 ha.

A Justiça Federal em Guarulhos – São Paulo (região Sudeste) decide pela soltura dos 22 alunos da UNIFESP que estão presos desde a noite do dia 14 na Superintendência da PF, na zona oeste. Segundo a assessoria da Justiça, os alvarás de soltura já foram expedidos e deverão ser entregues ainda nesta noite. Os estudantes foram presos após a PM conter uma manifestação no campus de Guarulhos. Houve confronto e a polícia usou balas de borracha e bombas de gás contra os universitários. Segundo o advogado Pedro Yokoi, que defende os estudantes, eles foram detidos, com variações entre cada caso, sob as acusações de formação de quadrilha, constrangimento ilegal e dano ao patrimônio público. Por meio de nota, a PM justificou que foi acionada “a fim de garantir a segurança de professores, que foram encurralados no prédio da faculdade por alunos que se manifestavam contra supostos problemas de infraestrutura da instituição”. Também por meio de nota, a Reitoria da UNIFESP acusou os alunos de cometerem excessos, com depredações e gritos de ocupação. O movimento estudantil atribuiu os estragos na universidade à ação policial. Durante todo o dia um grupo de estudantes esteve na porta da superintendência para protestar contra as prisões. O advogado disse ainda que os alunos só não foram transferidos para um centro de detenção provisória devido ao sucesso nas negociações com a diretoria da PF. Os estudantes terão de comparecer ao fórum do município de Guarulhos, no dia 18, para assinar um termo de compromisso garantindo presença em todos os atos do processo de apuração do conflito ocorrido.

### **Domingo 17**

Um ato em defesa do parto natural e contra o elevado número de cesarianas no Brasil reúne, em São Paulo – SP (região Sudeste), cerca de 500 pessoas. A Marcha do Parto em Casa foi programada para 16 localidades. O ato pede a regulamentação do parto domiciliar humanizado, por todos os setores da sociedade. Um dos destaques da manifestação é o obstetra Jorge Kuhn, defensor da tese de que o Brasil poderia reduzir o número de cesarianas e de que muitos partos não precisam, necessariamente, ocorrer em hospital. Sobre o fato de o Conselho Regional de Medicina (CRM) do Rio de Janeiro ter pedido de que ele fosse punido por defender tal posição, Jorge Kuhn disse que tudo não passa de falta de conhecimento e rejeição. Ele lembrou que a Organização Mundial da Saúde (OMS) prevê que apenas entre 10% e 15% dos bebês nasçam por meio de cesariana. Muitas jovens mães, com bebês no colo, manifestaram solidariedade ao médico e, ao longo da marcha, entoaram palavras de ordem favoráveis ao parto domiciliar.

Centenas de pessoas com faixas e cartazes escritos em português e inglês protestam no Posto 8 da Praia de Ipanema, zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), contra a participação do presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, na Rio+20. Ahmadinejad chega esta semana para discutir os temas da conferência com chefes de Estado e de Governo nos dias 20 a 22. A manifestação, chamada de “Não Se Sustenta”, teve como objetivo aproveitar o foco da Rio+20 para expor à sociedade como a intolerância religiosa, cultural e de opção sexual violenta milhares de pessoas no mundo. Os manifestantes percorreram de forma pacífica toda a orla da praia até chegar ao Leblon, bairro vizinho.

## **2ª feira 18**

Cerca de 3 mil pessoas, segundo os organizadores, participam de uma caminhada pelas ruas do centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) para protestar contra o que chamam de capitalismo verde e mercantilização da natureza. A passeata foi organizada pelo MST e pela Via Campesina, e recebeu apoio de dezenas de movimentos sociais. Os manifestantes saíram às 7 horas do Sambódromo, onde estão acampados, desceram pela pista lateral da avenida Presidente Vargas, ocuparam duas faixas da avenida Rio Branco e chegaram ao Aterro do Flamengo, onde, às 10 horas, fizeram um ato conjunto em defesa das mulheres trabalhadoras. Entre as pautas específicas das mulheres, está a inclusão nos espaços de poder, a legalização do aborto, o fim da mercantilização de seus corpos e do preconceito e discriminação.

Um grupo cerca de 300 alunos da UNIFESP, em São Paulo (região Sudeste), realiza uma manifestação na avenida Paulista. De acordo com o manifesto de convocação dos estudantes, o protesto era contra os atos de barbárie na UNIFESP –uma referência à ação da PM que deteve 22 estudantes na última semana. Os 22 estudantes da UNIFESP detidos assinaram um termo de compromisso na Primeira Vara Federal em Guarulhos para comparecimento a todos os atos processuais que serão realizados no caso. Os estudantes foram presos e autuados em flagrante pela prática de intimidação de professores e depredação no campus da UNIFESP em Guarulhos e soltos no mesmo dia, em liberdade provisória. Em nota divulgada no dia 15, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP) afirmavam estar “estarecidas e indignadas” com as agressões e prisões dos estudantes. O texto reafirma o apoio das entidades estudantis à mobilização na UNIFESP e demais universidades federais brasileiras “em favor de um novo modelo para a educação superior do país”.

Professores do Colégio Pedro II deflagram greve no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A paralisação é por tempo indeterminado. Os funcionários administrativos também aderiram ao movimento. As duas categorias reivindicam a reestruturação de carreira, reajuste de 22% sobre o salário e melhorias da infraestrutura das unidades. De acordo com a professora Renata Resende, que integra o comando de greve, no ensino fundamental da Unidade Humaitá, cerca de 80% dos professores já aderiram ao movimento. Em São Cristóvão, a greve atinge 50% da categoria. Segundo ela, o calendário escolar não será prejudicado, podendo haver reposição das aulas aos sábados. O MEC informou, por meio de nota divulgada pela assessoria de imprensa, que o Ministério de Planejamento é que define a agenda de negociações com os professores, e que está com uma proposta de plano de carreira pronta, que prioriza a dedicação exclusiva e a titulação docente, para apresentar na próxima reunião.

Um grupo com cerca de 150 quilombolas, de aproximadamente 40 comunidades do Maranhão (região Nordeste), ocupa a sede do INCRA em São Luís. Os quilombolas estão acompanhados de agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT). O protesto cobra a pauta específica de cada comunidade, ligada à posse dos territórios, e a retomada de terras públicas do Estado, que estão griladas com a conivência do governo de Roseana Sarney. Os manifestantes, que integram o Movimento dos Quilombolas do Maranhão (MOQUIBOM), denunciam a omissão do Sistema de Segurança Estadual em relação aos casos de violência contra trabalhadores do campo e comunidades tradicionais.

Os servidores técnicos administrativos e os professores dos institutos federais de educação tecnológica oficializam o movimento de greve em todo o país, com a instalação do Comando Nacional de Greve. A categoria reivindica, entre outros pontos, a reestruturação das carreiras técnicas e dos docentes, a democratização das relações de trabalho e a aprovação da carga horária de 30 hs para os técnicos administrativos.

Os índios da etnia Kaiapó recebem da ONG francesa Planète Amazone um documento com cerca de 350 mil assinaturas contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que será instalada no rio Xingu. As assinaturas foram coletadas na Europa, pela internet –a maior parte delas na França e na Bélgica, segundo os organizadores. De acordo com o representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Marcos Apurinã, que recebeu o documento com as assinaturas, o protesto dos europeus se somará ao dos brasileiros. O documento foi entregue durante a Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio+20. O representante da ONG francesa, Ildo Tikuna, explicou que a petição foi um pedido expresso do cacique Raoni Kaiapó para divulgar os problemas na Amazônia. A entidade também acredita que pode reforçar a mobilização para que a obra seja reavaliada pelo Brasil.

Um grupo de sem-terra interdita os dois sentidos do Rodoanel perto de Osasco, município localizado na parte oeste da Grande São Paulo – SP (região Sudeste). Segundo a Polícia Militar, o protesto é contra o despejo de um acampamento em uma área próxima à via. De acordo com a PM, um contingente da corporação foi enviado para o local.

Uma comissão formada por 12 representantes de nações indígenas brasileiras, liderada por Romancil Cretã, coordenador político da ARPINSUL, é recebida pelo vice-presidente do BNDES, João Carlos Ferraz. Os indígenas manifestaram o seu repúdio aos projetos financiados pela instituição. Ficou acertada a criação de uma nova comissão, com a participação de cinco representantes dos índios, que será recebida pelo presidente do BNDES, Luciano Coutinho, no próximo mês de julho, em data ainda a ser marcada. Os índios falaram sobre os prejuízos e impactos causados pelos projetos financiados pelo banco às terras indígenas. Eles citaram as grandes hidrelétricas, as pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), as ferrovias, os portos, as plantações de eucalipto e pinus e as usinas de cana-de-açúcar. Romancil Cretã sustentou que todos os programas de financiamento do banco para esses projetos são contrários aos direitos dos índios. O vice-presidente do BNDES considerou importante a chance de o banco ter contato direto com os líderes indígenas. Ferraz espera que a nova reunião possibilite que os índios e a instituição possam elaborar uma agenda de trabalho conjunta. Os integrantes da comissão estão participando, no Parque do Flamengo, do Acampamento Terra Livre, promovido pela APIB. O acampamento faz parte da Cúpula dos Povos, evento organizado pela sociedade civil que ocorre paralelamente à Rio+20. Antes da reunião no BNDES, os índios comandaram uma marcha de protesto pelo centro

da cidade, contra o uso do dinheiro público para financiar grandes empreendimentos que afetam as terras indígenas em todo o país.

Servidores do INCRA deflagram greve. Os trabalhadores estão em greve por tempo indeterminado para reivindicar a reestruturação de carreiras, reposição salarial de 22%, novas contratações por concurso público e melhoria das condições de trabalho. Entre os serviços do INCRA que devem ser afetados pela greve estão a regularização fundiária, a certificação de imóveis rurais, o acesso a crédito, a atualização cadastral de propriedades e os pedidos de aposentadoria de trabalhadores rurais. De 1985 a 2011, o quadro de pessoal do INCRA foi reduzido de 9 mil para 5,7 mil trabalhadores. No mesmo período, o total de famílias assentadas atendidas pelo órgão subiu de 117 mil para cerca de 1 milhão. Pelo menos 2 mil servidores do INCRA estarão em condições de se aposentar até 2014, o que aumentará o déficit de pessoal do órgão. A categoria reclama ainda de distorções salariais em relação aos servidores de outros órgãos públicos. A última greve do INCRA, ocorrida em 2010, durou até dois meses em alguns estados.

### **3ª feira 19**

Os funcionários do Ministério de Relações Exteriores (MRE) aderem à greve dos servidores públicos federais, iniciada no dia 18. É a primeira vez que o pessoal do MRE entra em greve. De acordo com o Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal (SINDSEP-DF), aderiram à greve os funcionários dos ministérios da Justiça, da Saúde, do Desenvolvimento Agrário, do Trabalho e Emprego, da Previdência Social, da Fundação Nacional da Saúde (FUNASA), do INCRA e do Arquivo Nacional, além de professores de universidades federais e auditores fiscais da Receita Federal que, segundo o sindicato da categoria, não pararam, mas decidiram fazer uma operação padrão. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informou que não tem um levantamento dos órgãos que estão com atividades paralisadas e que os dados sobre a greve são de responsabilidade de cada órgão. Na Receita Federal, a informação é que ninguém do órgão falará sobre o movimento dos auditores. Os servidores públicos federais reclamam que não existe uma contraproposta do governo para as reivindicações da categoria enviadas ao governo em janeiro, entre as quais um reajuste de salários, que inclui no cálculo a inflação e a variação do PIB. Os auditores fiscais estão usando duas formas de manifestação. Uma é uma operação padrão, que faz com que os servidores vejam “com lupa” cada produto que entra no país. A tática deles é atrasar a liberação de produtos e insumos destinados à produção. Os auditores ressaltam que ficam de fora da operação apenas os produtos perecíveis. A outra forma dos auditores fiscais se manifestarem é por meio do que eles chamam de “crédito zero”. Ou seja, as informações sobre o recolhimento de impostos e multas, por exemplo, não serão transferidas para os computadores da Receita. Ficarão retidas nos equipamentos dos auditores, o que pode criar problemas para a contabilização da arrecadação. A pauta dos auditores é extensa, mas eles pedem reajuste salarial de 30,18%, pois alegam que não recebem reajuste há mais de três anos, e a recomposição dos quadros de auditores fiscais, pois consideram que o quadro está defasado ante o aumento do comércio exterior brasileiro. Outro pedido é um adicional para os que trabalham em área de fronteira e em localidades inóspitas.

A Via Campesina junto com o movimento dos atingidos pela Vale participa de um ato contra a multinacional na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os manifestantes saíram em marcha do Museu de Arte Moderna (MAM) e seguiram para a frente da Vale, entre as ruas Santa Luzia com a rua Graça Aranha. O ato visa denunciar as ações e práticas das grandes corporações

internacionais, tendo como alvo simbólico a Vale. Ao longo da atividade, os manifestantes divulgaram os principais conflitos no mundo que envolvem essas empresas.

Mais de 3 mil pessoas organizadas pelo Coletivo “Tortura Nunca Mais” e o Levante Popular da Juventude realizam um protesto em frente ao prédio, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), onde vive Dulene Aleixo Garcez dos Reis que, durante a ditadura civil-militar no Brasil, torturou e assassinou militantes da esquerda. Participaram do ato a Articulação Nacional pela Memória, Verdade e Justiça, movimentos populares, a Via Campesina, partidos políticos, a UNE, o deputado Marcelo Freixo (PSOL) e organizações de direitos humanos. A experiência, herdada de países como Argentina e Chile (onde o protesto se chama Funa), tem sido praticada no Brasil por organizações de juventude e de direitos humanos para pressionar a recém-instalada Comissão da Verdade, do Governo Federal. Após caminhada desde o Campus Praia Vermelha da UFRJ até Botafogo, os manifestantes instalaram uma grande assembleia na rua, em frente ao apartamento do militar. Para o Coletivo “Tortura Nunca Mais”, a divulgação dos casos de abuso do poder público durante a ditadura civil-militar é imprescindível para interromper o ritmo de violência ainda levado pelas polícias até hoje no país.

O documento final Rio+20, acordado neste dia 19 entre as delegações de 193 países, frustra ambientalistas presentes nas discussões no Riocentro. Para Carlos Rittl, da ONG WWF-Brasil, faltou clareza sobre onde se quer chegar. “É uma grande frustração. Os processos se iniciam, a gente sabe onde é o começo, mas não sabe o caminho que eles tomam, nem onde eles chegam. A reação lá fora já é de frustração. A gente só espera que, logo depois da Rio+20, a gente tenha mais clareza de como vão se estabelecer esses processos”, disse. Rittl espera que, na próxima Assembleia Geral das Nações Unidas, que vai acontecer em setembro deste ano, os países demonstrem mais compromisso com os processos e tragam mais clareza, como onde se vai avançar, com que velocidade e o que se pretende atingir. O representante da entidade ambientalista Greenpeace, Marcelo Furtado, também se disse frustrado. Segundo ele, o documento indica meramente um processo burocrático de negociação, mas não tem substância. “A grande vítima dessa conferência é a população planetária, a desigualdade e o meio ambiente. Se você pegar, por exemplo, a questão dos oceanos, que estava muito avançada e onde havia a expectativa de um acordo internacional e legalmente vinculante, para áreas protegidas marinhas internacionais, ele afundou”, avaliou.

Representantes de organizações de defesa do meio ambiente, do setor de saúde e sindicalistas de várias partes do mundo, entre outros que participam de eventos paralelos à Rio+20, se reúnem na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), para uma mobilização global a favor da Taxa Internacional sobre as Transações Financeiras, a chamada de Taxa Robin Hood. A campanha tem como objetivo pressionar os chefes de Estado a se comprometerem com a criação do imposto, que será destinado à promoção de postos de trabalho dignos e sustentáveis; ao combate à pobreza e a desigualdades, ao fortalecimento das ações contra as mudanças climáticas além da promoção de serviços públicos, como de saúde e educação. De acordo com estudo da Confederação Sindical Internacional (CSI), feita em 13 países, 63% das pessoas consultadas apoiam a criação da Taxa Robin Hood. Para o secretário regional da InterAméricas da Internacional de Serviços Públicos, Jocélio Drummond, “esse seria um imposto sobre o capital que é usado para a especulação e investimentos, e que não gera nada de positivo, a não ser o lucro para o seu proprietário”, ressaltou. O economista da ONG Conselho Latino Americano e Caribenho de Organizações com Serviços em Aids, Cláudio Fernandes, disse que os recursos obtidos por meio da taxa também poderiam ampliar



o tratamento e a prevenção da aids nos países mais necessitados, que atualmente só recebem investimentos maciços na época do carnaval.

#### **4ª feira 20**

Cerca de 300 comerciantes ambulantes se concentram em frente à Câmara Municipal de São Paulo – SP (região Sudeste) após passeata no centro da cidade. Eles ocuparam uma faixa do viaduto Jacaré para protestar contra a proibição do comércio nas ruas da cidade. Eles são contrários à revogação de um decreto municipal de 1997 que autorizava o trabalho de ambulantes nas ruas de São Paulo. O decreto foi revogado pelo prefeito Gilberto Kassab no dia 19 de maio. No 19 de junho terminou o prazo estipulado para os camelôs desocuparem os chamados “bolsões de comércio ambulante na região do centro”. Entre os motivos apontados pelo prefeito para a revogação estão “a necessidade de adoção de medidas que melhor garantam a urbanidade e o bem-estar da população, possibilitando a reordenação do espaço público, assegurando a acessibilidade aos pedestres e preservando a paisagem urbana e o patrimônio histórico”, disse ele. No dia 18, sete ambulantes cegos e um deficiente físico se acorrentaram em frente à Prefeitura de São Paulo em protesto. O grupo pretende fazer vigília no local todas as noites para pressionar o governo a retomar as negociações.

A marcha unificada dos povos mobilizados pela Cúpula dos Povos reúne cerca de 80 mil pessoas no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) para chamar a atenção dos líderes reunidos na Rio+20 sobre os danos do capitalismo ao meio ambiente e exigir desenvolvimento com sustentabilidade e soberania. Movimentos como a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a União Brasileira de Mulheres (UBM), a UNE, a União de Negros pela Igualdade (UNEGRO) e a União da Juventude Socialista (UJS) marcaram presença no ato. Pelo menos mil militantes ligados aos movimentos sociais e ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) engrossaram a maior passeata no país dos últimos tempos. Os temas transversais também foram lembrados, como educação, saúde, moradia e mobilidade. Sonia Latge, presidenta do PCdoB municipal no Rio de Janeiro, lembrou do protagonismo do carioca e da importância da manifestação de todos em um encontro internacional como a Rio+20. “É importante que o povo se manifeste. É seu papel. A revolução se dará quando nos somarmos todos esses saberes e a energia que está nas ruas. Hoje, não são somente os governos dos países desenvolvidos como os Estados Unidos que estão negociando, mas também Cuba, China, os BRICs, esses países também estão dando as cartas e negociando no mesmo nível a questão da sustentabilidade e desenvolvimento”, disse Sonia. Ela reforçou que se trata de momento de propor soluções com soberania.

Metroviários de várias capitais do país decidem suspender a greve. Os trabalhadores estavam parados havia 38 dias por falta de um acordo nas negociações salariais entre os sindicatos de metroviários e ferroviários e a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU). Os metroviários decidiram retornar ao trabalho depois que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) resolveu adiantar o julgamento de dois dissídios coletivos. O julgamento estava marcado para 13 de agosto, mas foi antecipado para o próximo dia 16. Duas audiências de conciliação foram realizadas no TST, mas fracassaram. Na última reunião entre sindicatos de trabalhadores e CBTU, no dia 15, a empresa ofereceu reajuste salarial de 2%. A proposta foi rejeitada pelos representantes dos trabalhadores. Com data-base em 1º de maio, a categoria reivindica 5,13% a título de reposição, acrescido de 10% de aumento real, plano de carreira, participação nos lucros ou resultados, plano de saúde integral,

adicional noturno de 50% e gratificação por passageiro transportado. Os trens funcionam em horários de pico, em cumprimento à decisão judicial.

Por volta de dois mil manifestantes realizam um ato de solidariedade à Vila Autódromo, localizada na Baixada de Jacarepaguá, próximo à Barra da Tijuca, zona oeste do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A Vila Autódromo sofre ordem de despejo desde 1992, no mesmo período que ocorria a Eco 92. Com isso, o ato de solidariedade simboliza a desterritorialização sofrido por todos os povos do mundo em detrimento do avanço dos grandes empreendimentos. Os manifestantes farão uma caminhada na própria comunidade e relatarão casos semelhantes ao que se passa na Vila Autódromo.

Mais de 400 trabalhadores e estudantes do MST e de diferentes organizações sociais ocupam a área da Aços Laminados do Pará (Alpa), de propriedade da Vale, no Distrito Industrial de Marabá, no estado do Pará (região Norte). O protesto faz parte da chamada “Ação Global” realizada em várias partes do país contra o controle dos recursos naturais por empresas transnacionais. A Alpa produzirá toneladas de placas e deve entrar em operação no final de 2013. Os projetos siderúrgicos da Vale totalizam R\$ 39,5 bilhões.

Mais de 500 pessoas realizam no Aterro do Flamengo, zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), um grande ato de solidariedade aos povos da Colômbia, Honduras, Guatemala, Venezuela, Cuba, Haiti e Paraguai. A atividade, organizada pela Articulação Continental de Movimentos Sociais para a ALBA e Via Campesina, contou com a presença das delegações da ALBA que, depois de participar das reuniões oficiais, se juntaram aos movimentos sociais para discutir a problemática ambiental. O ideal de integração latinoamericana percorreu o painel durante as duas horas que durou a atividade. Na ocasião Francisco Toloza (Colômbia), Salvador Zuñiga (Honduras), Jean Baptiste Chavannes (Haiti), Pérola Alvarez (Paraguai), Rafael Gonzalez (Guatemala), Jesus Cegarra (Venezuela) e Carlos Zamora (Cuba) falaram sobre os desafios dos movimentos sociais em nosso continente e as diversas lutas em curso contra o imperialismo, dando ênfase na rejeição à “economia verde” como uma não-solução aos problemas ambientais de nossas sociedades.

Ambientalistas e lideranças religiosas e indígenas de diferentes partes do mundo realizam um encontro inter-religioso para rezar pelo planeta no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A pouco mais de 1 km dali, chefes de Estado e de Governo chegavam ao Riocentro, zona oeste da cidade, para o primeiro dia da cúpula da Rio+20. O organizador do evento, Marcelo Shama, explicou que o encontro reuniu diferentes gerações e vários cultos para marcar o início do inverno e a abertura da conferência.

Em nome de cerca de mil organizações não governamentais (ONGs), o representante da Rede de Ação Climática, Wael Hmaidan, pede para que a referência de apoio atribuída às entidades civis organizadas seja retirada do texto final da Rio+20. O apelo, em tom de cobrança, ocorreu na primeira sessão plenária da conferência, no final desta manhã. Hmaidan discursou por menos de cinco minutos, ressaltando o apoio das organizações, mas houve tempo suficiente para enviar sua mensagem aos cerca de 100 chefes de Estado e Governo presentes. As organizações protestam contra o conteúdo do texto, alegando que ele não atende às demandas básicas envolvendo questões sociais e ambientais, apresentadas pelas ONGs que participaram das negociações como observadoras. No seu breve discurso, Hmaidan reclamou da exclusão de quatro aspectos no

documento final da conferência. Segundo ele, não há menção ao direito reprodutivo das mulheres, as limitações sobre o uso e a produção de energia nuclear e a regulação detalhada das águas oceânicas, além de metas e prazos. Para Hmaidan, seria essencial mencionar as preocupações sobre a questão nuclear, principalmente depois dos vazamentos e explosões na Usina Nuclear de Fukushima Daiichi, no Nordeste do Japão, em março de 2011. O documento final da Rio+20 foi intensamente negociado nos últimos dias da conferência. Mas, segundo negociadores, as propostas encaminhadas pelas ONGs serão consideradas ainda pelos chefes de Estado e Governo. Do total de dez painéis, serão enviadas 30 recomendações para os líderes para futura apreciação. A Rede de Ação Climática (cujá sigla em inglês é CAN) é uma entidade internacional, que engloba mais de 700 ONGs que defendem as questões relativas à sustentabilidade. No fim de semana, a rede fez críticas ao penúltimo rascunho do texto final da Rio+20. O ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, reagiu às críticas das ONGs. Segundo ele, o texto acordado pelos negociadores é resultado de uma nova ordem mais inclusiva e ressaltou que as ONGs ganharam mais voz na Rio+20. De acordo com o chanceler, as cobranças são naturais e as organizações estão no seu direito. O ministro brasileiro completou que “se juntarmos 193 ONGs, de diferentes países, elas também terão dificuldades em encontrar um denominador comum. É preciso entender que o processo intergovernamental é diferente do processo da sociedade civil. Mas eles se complementam”.

Participantes de diversas entidades ligadas a movimentos sociais, ONGs, índios, ambientalistas e cientistas que estão no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) para a Cúpula dos Povos, evento paralelo a Rio+20, além de servidores estaduais e federais, fazem uma grande manifestação contra o novo Código Florestal e pela preservação da natureza. Eles ocuparam as duas principais vias do centro da cidade, a avenida Rio Branco e parte da avenida Presidente Vargas. O protesto coletivo aproveitou a abertura oficial da Rio+20, feita pela presidenta Dilma Rousseff, no Riocentro, reunindo cerca de 100 chefes de Estado e de Governo. A manifestação foi acompanhada de perto por policiais militares, guardas municipais e operadores de trânsito. Um helicóptero da Secretaria de Segurança Pública sobrevoou a região. Nenhum incidente foi registrado.

### **5ª feira 21**

Cerca de 20 pessoas são feridas a bala na fazenda Cedro, em Marabá, sudeste do Pará (região Norte). Militantes acusam os capangas de uma fazenda de propriedade do banqueiro Daniel Dantas pelo ataque. Os sem-terra faziam um ato com mais de mil famílias em frente à sede da fazenda contra o desmatamento, o uso intensivo de agrotóxico e a grilagem da terras públicas. Depois do ataque dos capangas, as famílias ocuparam a rodovia. A fazenda da Agropecuária Santa Bárbara foi ocupada por 240 famílias ligadas ao MST em 2009. A área é objeto de imbróglia jurídica que envolve o estado, a família Mutran e o grupo Santa Bárbara, do banqueiro Daniel Dantas.

Movimentos sociais como a UNE e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), junto a outras entidades e organizações internacionais, realizam no espaço da Cúpula dos Povos no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) um ato político pela libertação dos cinco cubanos presos nos Estados Unidos. O ato teve a presença do embaixador de Cuba no Brasil, Carlos Zamorra. Na ocasião, as entidades reiteraram a carta, aprovada em assembleia, realizada por entidades brasileiras e latinoamericanas e que é direcionada ao presidente norte-americano Barack Obama. Participaram

ainda do ato outras entidades como a Organização Continental Latinoamericana e Caribenha dos Estudantes (OCLAE), que tem sede em Cuba, e a CUT.

Cerca de 3 mil integrantes da Via Campesina marcham em direção ao stand da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), para realizarem um protesto e denunciar as ações do agronegócio. Os movimentos sociais da Via Campesina apontam que, além de priorizar a produção de commodities para exportação (como cana, soja e eucalipto), o agronegócio diz não ser possível produzir alimentos sem agrotóxicos. O último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contudo, mostra que 80% dos grandes produtores utilizam venenos agrícolas no país, contra 30% dos pequenos camponeses.

Dezenas de pessoas realizam ato com Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) para pedir a preservação de oceanos. Em uma faixa de 150 metros estendida no calçadão, elas deixaram declarações de amor e cobraram dos governantes ações para salvar o ecossistema. A iniciativa é da Agência das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) que trouxe, pela primeira vez à América Latina, o artista espanhol Angel Arenas, idealizador do chamado Poema Gigante. Os oceanos e mares são vitais para existência do ser humano porque produzem oxigênio e alimentos. Segundo a ONU, 3 bilhões de pessoas dependem da biodiversidade marinha e costeira para a própria subsistência. Mas infelizmente, segundo a UNESCO, o tema não mereceu ações específicas de proteção no documento elaborado pelos chefes de Estado na Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20. O artista Angel Arenas se diz contente com o engajamento do público. Segundo ele, os oceanos estão esquecidos na agenda internacional e a ideia do poema era tirar o assunto dos encontros oficiais e trazer para a orla.

Enquanto chefes de Estado e de Governo participam do segundo dia da Rio+20 na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), grupos inconformados com os rumos das discussões oficiais e com o documento final que os líderes vão assinar ao fim do encontro reivindicam maior participação social nas decisões. Do lado de fora do pavilhão onde ocorre o encontro, integrantes de diversos movimentos sociais se reuniram e decidiram fazer uma retirada simbólica da conferência. Segurando faixas e cartazes, eles deixaram o local nesta da tarde e, em coro, diziam: “o futuro que nós queremos não está aqui”. Não muito longe do local da manifestação, o coordenador do Conselho Indígena de Roraima, Mário Nicácio, tentava entrar no espaço oficial da cúpula. Acompanhado de um grupo das etnias Macuxi e Wapichama, do território Raposa Terra do Sol, Nicácio reivindicava a garantia dos direitos dos povos indígenas, principalmente a demarcação de suas terras. “Estamos aqui para reivindicar nossos direitos e reforçar o documento que nossos representantes entregaram aos chefes de Estado, pedindo, principalmente, a demarcação das terras dos povos indígenas”, disse. A apresentação do Brasil, na Rio+20, sobre os avanços obtidos pelo governo no combate ao desmatamento, terminou em protesto e discussão entre ambientalistas e a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. O encontro contou com a presença de ministros estrangeiros da área ambiental e tinha o objetivo de mostrar a experiência do país na redução à derrubada de florestas, mas os debates foram interrompidos por um grupo de ambientalistas segurando cartazes contra o Código Florestal e protestando contra as ações do governo na área, inclusive a liberação de grandes obras, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A segurança da Rio+20 e a polícia da ONU foram chamadas para controlar o tumulto, mas acabaram impedidas pela ministra de retirar os manifestantes da sala. Izabella deu a palavra para os integrantes dos movimentos ambientais, mas terminou se irritando quando eles se recusaram a parar de falar. A

ministra subiu o tom da voz e disse que, na verdade, o governo e a sociedade civil estavam do mesmo lado e que precisavam unir forças. A plateia dividiu-se entre vaias e aplausos. A ambientalista Máira Irigaray, do Movimento Xingu Vivo para Sempre, explicou o motivo do protesto: “Temos tentado um diálogo aberto com o governo sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e sobre o retrocesso do Código Florestal, mas não existe um diálogo verdadeiro. Inúmeras vezes tentamos audiências, mas não fomos recebidos. As obras avançam sem nenhum monitoramento”, alegou Máira. Outra manifestante, Malu Ribeiro, da Fundação SOS Mata Atlântica, justificou o protesto dizendo que era preciso mostrar aos estrangeiros o que estava acontecendo no Brasil. “Mostrar aos presentes que a questão do Código Florestal, embora a ministra tenha dito que não acabou este jogo, faz o Brasil retroceder. Anunciam o pacto pelo desmatamento zero na Amazônia na mesma época em que sancionam um Código Florestal que permite a redução de áreas protegidas e consolida as ocupações da soja e do gado na Bacia Amazônica”, protestou a ambientalista. Apesar de o tumulto ter encerrado prematuramente o debate, ninguém foi detido pela segurança.

Cerca de 200 índios Xikrins e Jurunas acampam nas obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no estado do Pará (região Norte), na tentativa de acelerar o cumprimento das condicionantes destinadas a amenizar os efeitos negativos da usina para as populações indígenas afetadas. A organização do movimento responsável pela ocupação atual está aguardando, para os próximos dias, a chegada de outros 100 índios das etnias Paracanã e Xipaia para reforçar a manifestação nas obras da usina. Entre as reivindicações apresentadas pelos Xikrin e Juruna acampados está a implantação do Plano Básico Ambiental, destinado a estabelecer e efetivar os programas de compensação e mitigação dos impactos já sentidos na região pelos índios. Eles cobram também a definição da situação fundiária das terras indígenas Terra Wangã, Paquiçamba, Juruna do Km 17 e Cachoeira Seca, além da construção de mais estradas, como alternativa ao transporte fluvial que será prejudicado pela barragem e pela redução da vazão do rio Xingu. Outra condicionante cobrada pelos índios acampados é relativa à falta de investimentos de infraestrutura necessários às aldeias impactadas, visando a garantir captação de água potável nas da Volta Grande do Xingu. O consórcio avalia a atual ocupação como pacífica.

## **6ª feira 22**

Um grupo formado por cerca de 100 manifestantes se concentra em frente ao Consulado do Paraguai, na Praia de Botafogo, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O grupo está no local para prestar solidariedade ao presidente paraguaio Fernando Lugo, vítima do que as forças de esquerda da América Latina estão chamando de “golpe branco”. Vindos diretamente do Aterro do Flamengo, onde aconteceu o encerramento da Cúpula dos Povos, promovido pelos movimentos sociais, paralelamente à Rio+20, penduram bandeiras e erguem cartazes. Entre as entidades presentes, a CTB leu uma carta assinada pelo presidente da central, Wagner Gomes, que também condena o golpe contra o presidente Lugo. Outra carta em repúdio ao golpe está sendo preparada pelos movimentos populares brasileiros. A presidenta da Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), Bartíria Lima da Costa, em nome dos movimentos populares por moradia, demonstrou sua indignação com a tentativa de derrubar um presidente progressista, após 35 anos de governos de direita.

A greve dos servidores federais já atinge 10 órgãos federais, incluindo o Itamaraty, sede do Ministério das Relações Internacionais do Brasil, onde oficiais de chancelaria e outros servidores de 91 embaixadas brasileiras no exterior promovem uma paralisação inédita. A greve está sendo organizada pelo Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (Sinditamaraty) e estima que cerca de 3 mil funcionários do Itamaraty no mundo todo estejam em greve. Estão paralisados servidores da FUNAI, da FUNASA, do INCRA, dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, Justiça, Previdência Social, Saúde e Trabalho e do Arquivo Nacional.

Representantes da sociedade civil se reúnem com o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, e dizem estar decepcionados com os resultados da Rio+20. Segundo Sharan Burrow, secretária-geral da International Trade Union Confederation, instituição que representa 175 milhões de trabalhadores de mais de 150 países, o documento final da conferência não contempla os interesses das populações vulneráveis e não tem metas concretas nem prazos de implementação. “Queremos um modelo econômico diferente, um futuro sustentável, e isso não aconteceu aqui. Nosso sentimento é de profunda tristeza e frustração. As pessoas sem emprego no mundo, por exemplo, não têm nenhuma garantia de melhora, de que os líderes globais vão trabalhar por soluções”, afirmou ela, que pretende iniciar uma mobilização internacional dos trabalhadores para pressionar seus governos e cobrar alternativas de desenvolvimento. O diretor executivo do Greenpeace Internacional, Kumi Naidoo, destacou a diferença entre os resultados da conferência das Nações Unidas e da Cúpula dos Povos, evento paralelo que reúne representantes da sociedade civil num contraponto ao encontro dos líderes globais. Ele defendeu que é preciso pensar e agir além dos interesses nacionais. “Na Cúpula dos Povos você vê gente de todos os países, indígenas, religiosos, representantes de sindicatos, dos movimentos das mulheres, mas transcendemos a fixação pelo nacional, porque sabemos que não vamos resolver as coisas dessa forma. Ao contrário, os líderes mundiais estão obcecados pelos interesses nacionais, de curto prazo”. Naidoo também criticou a ausência de negociações entre os chefes de Estado e de Governo durante a conferência. Segundo o diretor executivo do Greenpeace Internacional, eles vieram ao Rio de Janeiro para “posar para fotos e anunciar projetos” e aceitaram um texto produzido por “burocratas”. “Eles ficaram aqui três dias e não gastaram nem uma hora negociando entre si. Usaram essa oportunidade para anunciar projetos e iniciativas e para tirar fotos. Entendemos as enormes dificuldades das negociações, mas eles tinham sobre a mesa um texto sem substância e deveriam ter trabalhado duro”, disse.

Vestindo saias curtas e longas, camisetas e sutiãs, dezenas de mulheres fazem uma reedição da Marcha das Vadias, na Cúpula dos Povos, no Aterro do Flamengo na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O protesto é contra a abordagem da imprensa da Marcha das Mulheres, que ocorreu no dia 18, e foi classificada como sexista pelas feministas. Segurando cartazes com os dizeres “Mulher bonita é mulher que luta” e “Fico nua para protestar, não para você gozar”, as mulheres marcharam entre o Museu de Arte Moderna (MAM) e o Monumento dos Pracinhas. Elas aproveitaram para criticar justificativas dadas para atos de violência de gênero, como o uso, pelas mulheres, de roupas curtas ou decotadas. Uma das organizadoras da manifestação, a jornalista Jandira Queiroz, disse que setores da imprensa se aproveitaram de um ato político das mulheres, de mostrar os seios, para vender produtos –estratégia de propaganda que é condenada pelas feministas. Ela também avalia que os jornais “estabeleceram com critérios próprios a imagem de uma musa que não existe”. “Usaram de novo o corpo da mulher desnudo para vender um produto, neste caso, um jornal. Construíram uma musa, que é uma coisa que não existe no movimento feminista, que

trabalha na base da horizontalidade, da igualdade. Tirar a blusa é um ato político para mostrar que o nosso corpo nos pertence e a gente faz o que quer. Não é pornografia”, declarou.

### **Sábado 23**

Cerca de 70 pessoas promovem um ato em frente à Embaixada do Paraguai, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para protestar contra o impeachment contra o presidente Fernando Lugo. Os manifestantes, a maioria ligada a movimentos sociais do campo e partidos políticos brasileiros, defendem que o processo ameaça a democracia na América Latina. O protesto foi organizado pelas redes sociais da internet. Yuri Soares, membro da Juventude do Partido dos Trabalhadores (PT), foi um dos que participaram da mobilização. “Nosso objetivo é apoiar a população que está nas ruas do Paraguai contrária ao golpe. Não podemos aceitar um golpe em nenhum país da região porque tradicionalmente quem realiza esse golpe está bem articulado com outros países. Defender a democracia do Paraguai é defender toda a democracia da América Latina”, disse. Os manifestantes colocaram bandeiras de movimentos sociais nas grades do portão que protege o prédio da embaixada.

### **2ª feira 25**

Movimentos sociais realizam um ato público em solidariedade ao povo paraguaio e pela democracia no país vizinho, que teve seu presidente destituído. A manifestação, convocada por estudantes, centrais sindicais e entidades da sociedade civil, aconteceu em frente ao Consulado do Paraguai, na rua Bandeira Paulista 600, no Itaim Bibi, em São Paulo – SP (região Sudeste). O parlamento paraguaio cassou o mandato do presidente Fernando Lugo, em um processo que durou menos de 36 h, fato que tem levado a comunidade internacional e os próprios paraguaios a classificarem a ação como um verdadeiro golpe de Estado. “Depois de 35 anos de ditadura e mais 19 anos de transição, sob o comando de um mesmo partido, o governo de Fernando Lugo representava a alternância de poder no Paraguai. Era um governo progressista que estava florescendo depois de tanto tempo, junto com a democracia que estávamos começando a sentir, e isso foi cortado com este golpe”, disse o paraguaio Leo Ramirez, que vive no Brasil há oito anos. Membro de Associação de Integração Paraguai-Brasil “Japayke”, Ramirez destaca que já foi criada uma frente de resistência ao golpe, em Assunção, que se concentra em frente à televisão pública local. A ideia é reverberar este movimento no Brasil, a partir da manifestação de hoje. “Lugo é o presidente eleito pelo povo. Não estamos nem avaliando se esses três anos de governo dele foram bons, mas o fato é que a democracia foi rompida. Esse processo todo é uma burla à Constituição do país e ao direito internacional. Isso não beneficia o povo. Por isso convocamos os brasileiros para também se manifestarem contra este golpe num país vizinho”, disse Ramirez.

Trabalhadores da empresa de fruticultura Del Monte, no município de Limoeiro do Norte – Ceará (região Nordeste) iniciam greve por tempo indeterminado. Os trabalhadores reivindicam melhores condições de trabalho e denunciam a insatisfação por situações de constrangimentos. Os grevistas reivindicam o pagamento das horas “in itinere”, mas a empresa se nega a cumprir o direito. A pauta tem mais seis pontos ligados à questão da saúde, das condições de trabalho e do abuso de poder da empresa e desrespeito em relação aos direitos trabalhistas. A empresa transnacional da agricultura Del Monte, que é dos Estados Unidos, é a maior produtora de abacaxi e melão do Ceará. Os

trabalhadores solicitaram ao Ministério Público do Trabalho de Limoeiro uma audiência pública para negociar com a empresa a pauta.

### **3ª feira 26**

Estudantes e jovens participam de manifestação em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) e estendem a programação, no período da tarde, para o acompanhamento da votação dos destaques do Plano Nacional de Educação (PNE) na comissão especial da Câmara dos Deputados. Eles também participaram de uma audiência com o ministro da Educação, Aloízio Mercadante, e apresentaram as reivindicações da categoria. Segundo André Vitral, diretor de Relações Institucionais da UNE, o ministro pediu prazo de 15 dias para responder as reivindicações dos estudantes que listaram todos os problemas e demandas das 59 universidades federais, o que resultou em uma pauta de reivindicação com 140 itens.

Mais de 1.500 famílias, organizadas pelo MST, fazem manifestações em três regiões de Alagoas (região Nordeste) para denunciar a incapacidade dos governos de estabelecerem políticas de combate aos efeitos da seca, que assolou o Nordeste nos últimos meses. Três agências do Banco do Nordeste foram ocupadas como forma de pressionar pela liberação de crédito para as vítimas da estiagem.

Mais de 1.500 famílias vindas dos assentamentos das diversas regiões de Alagoas ocupam as agências do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em Arapiraca e Mata Grande, e a sede da Superintendência Estadual do banco, em Maceió – Alagoas (região Nordeste). As famílias tentam dar continuidade às mobilizações e negociações já conduzidas desde fim de maio em nível regional e nacional sobre as políticas para convivência com o semi-árido. Os sem-terra conseguiram se reunir com o superintendente do BNB, Expedito Neiva, e denunciaram o desmonte na política agrária brasileira patrocinado pelo governo de Dilma Roussef atrelado ao agronegócio. Integrantes do MST ocuparam ainda o Edifício Walmap, uma das sedes INCRA, no centro de Maceió. As famílias levaram até a superintendente do órgão, Lenilda Lima, as preocupações em relação a despejos já agendados e a infraestruturas e serviços necessários para a execução da reforma agrária. Estão agendadas para o próximo mês uma série de reintegrações de posse de áreas de acampamento em todo estado, entre as quais está a área denominada São Sebastião, emblemática para o MST, pelo assassinato no local de José Elenilson, no ano 2000. A área é objeto de um convênio entre o governo do estado e o INCRA para desapropriação por interesse social, visto a negativa da família do ex-proprietário em negociar.

Cerca de 300 pessoas participam de um abraço simbólico ao Convento de Santo Antônio, no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os manifestantes reivindicam que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Ministério da Cultura aprovelem, o mais rapidamente possível, a captação dos recursos necessários para a conclusão da restauração do lugar. O complexo do Convento de Santo Antônio é apontado como um dos mais importantes representantes da arte barroca no Brasil.

Estudantes dos ensinos superior, técnico e médio de todo Brasil participam de uma manifestação na Esplanada dos Ministérios, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Eles reivindicam melhorias na estrutura das instituições públicas de ensino, uma melhor remuneração para os



professores e demais funcionários do sistema educacional e a construção e reforma dos restaurantes universitários, além da instalação e instituição de creches, moradias, bolsas e outras formas de auxílio para garantir a permanência dos alunos e a qualidade nas instituições de ensino superior. O movimento foi organizado pela UNE, a UBES e a ANPG. Depois de marchar na Esplanada dos Ministérios, os estudantes pararam em frente ao MEC, onde foram recebidos pelo ministro Aloizio Mercadante. Depois disso, eles foram ao Senado Federal para acompanhar a votação do PNE. Os estudantes defendem que pelo menos 10% do PIB sejam investidos na área. A UNE apoia o movimento grevista dos professores e funcionários das universidades federais. Os docentes entraram em greve no dia 17 de maio. Estão parados servidores de 56 instituições federais, entre centros técnicos e universidades.

A Quinta Marcha Nacional da Cidadania pela Vida é realizada na Esplanada dos Ministérios em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A marcha protestou contra o aborto e defendeu a aprovação do Projeto de Lei 478/2007, conhecido como Estatuto do Nascituro. A marcha foi uma iniciativa da ONG Movimento Nacional da Cidadania pela Vida - Brasil sem Aborto e teve o apoio de diversas organizações e associações ligadas ou não a questões religiosas. Segundo o ex-deputado Luiz Bassuma, autor do projeto de lei, a Constituição Brasileira defende a vida, mas não determina em que momento ela começa. O Estatuto do Nascituro resolveria esse problema, pois defende a vida desde o momento da concepção. Para Bassuma, ainda há questionamentos sobre a legalização do aborto por causa de grupos internacionais que, baseados na ideia de controle de natalidade, levam setores brasileiros, como algumas organizações feministas, a apoiar os métodos abortivos. Segundo Jaime Ferreira, vice-presidente nacional da ONG Brasil Sem Aborto, as mulheres que sofrem estupros precisam entender que não são obrigadas a abortar. Ferreira também diz que o argumento de que cada mulher é dona de seu corpo não pode excluir a opção de manter a gravidez. O Projeto de Lei 478/2007 continua em tramitação na Câmara dos Deputados. Ele está na Comissão de Finanças e Tributação e depois segue para a Comissão de Constituição e Justiça.

#### **4ª feira 27**

Cerca de 250 trabalhadores ocupam a sede nacional da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em Brasília – Distrito Federal (região Centro-Oeste). A categoria reivindica a definição do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2012-2013, que está em negociação desde fevereiro. De acordo com o Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (SINPAF), apenas 31 das 87 cláusulas apresentadas pela categoria foram completamente acordadas. No caso dos salários, a Embrapa manteve a proposta de reajuste zero acima da inflação. O SINPAF exige 5% sobre a correção pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPCA), que mede a inflação, para que haja ganho real efetivo.

Em reunião com o ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), movimentos sociais e parlamentares brasileiros entregam uma moção em que repudiam o golpe perpetrado no Paraguai. As entidades ainda exigem o não reconhecimento do governo golpista, suspendendo o Paraguai da União de Nações Sul Americanas (UNASUL) e do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). O documento é assinado por organizações sociais, deputados e senadores brasileiros. Confirmaram participação os movimentos que compõem a Via Campesina Brasil, a UNE, a CUT, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a ANDES-SN, Terra de Direitos, o Coletivo Intervozes, o sindicato dos professores do

Distrito Federal e representantes de partidos políticos, além de parlamentares. Segundo o ministro Patriota, o governo brasileiro considera que houve uma “ruptura da plena vigência da democracia”. Patriota afirmou que a negação do direito à defesa ao presidente Lugo compromete o procedimento adotado pelo parlamento paraguaio. Em São Paulo também ocorreram protestos. Movimentos sociais promoveram um ato em frente ao Gabinete Regional da Presidência da República, no Edifício do Banco do Brasil, na esquina da avenida Paulista com a rua Augusta. Entre outras organizações, convocaram o ato o MST, a CUT, a Marcha das Mulheres, a UJS, a secretaria de relações exteriores do PT e o Levante Popular da Juventude. Os manifestantes cobram da presidenta Dilma Rousseff medidas incisivas contra os golpistas, como a suspensão política do governo, sanções comerciais, o cancelamento dos projetos de cooperação econômica e o bloqueio aos financiamentos públicos.

Ambulantes que tiveram suas licenças cassadas pela prefeitura da cidade de São Paulo (região Sudeste) fazem vigília em frente ao Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) para acompanhar o julgamento de recurso da Defensoria Pública estadual contra a decisão judicial que impede a volta dos trabalhadores às ruas. Cerca de 2 mil pessoas, de acordo com o Sindicato dos Permissionários em Ponto Fixo nas Vias e Logradouros Públicos de São Paulo, tiveram seus termos de permissão de uso cassados, tendo em vista a revogação, em 19 de maio, do decreto municipal que regulamentava a atividade ambulante. Desde então, ambulantes, por meio da Defensoria Pública e do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, e o governo municipal, disputam judicialmente a questão. Na manhã de hoje, a rua 25 de março, um dos principais pontos de comércio de ambulantes na capital, tinha suas calçadas vazias. De acordo com o tenente Ventura, da Polícia Militar, não foi registrada nenhuma ocorrência de comércio ilegal. Na avaliação de um vendedor, que não quis se identificar, a saída dos ambulantes reduz o movimento nas lojas. “Mesmo com mais concorrência, os ambulantes ajudam a movimentar a rua”, declarou. No final do dia, os 25 desembargadores que compõem o Órgão Especial do TJSP decidiram liberar o trabalho dos vendedores ambulantes nas ruas de São Paulo que têm o termo de permissão de uso.

### **5ª feira 28**

Movimentos sociais e membros da sociedade civil fazem ato em frente ao Gabinete Regional da Presidência da República, em São Paulo – SP (região Sudeste), para expressar solidariedade ao povo paraguaio e demandar aos países-membros do MERCOSUL que estarão reunidos em Mendoza, na Argentina, uma ação enérgica contra a ação dos parlamentares que aprovaram o impeachment de Fernando Lugo. O MERCOSUL já suspendeu a participação do Paraguai na reunião. Os manifestantes apresentaram como exigência à presidenta Dilma Rousseff os seguintes pontos: a suspensão política do governo golpista, sanções comerciais contra o governo golpista, o cancelamento dos projetos de cooperação econômica e o bloqueio aos financiamentos públicos enquanto o governo golpista estiver no poder.

Trabalhadores rurais do MST ocupam as agências do Banco do Nordeste nos municípios de Bezerros e Pesqueira, em Pernambuco (região Nordeste). Os agricultores denunciam a situação de emergência vivida nos assentamentos e comunidades rurais em toda a região do semiárido do Nordeste, assolado por uma seca que tem sido considerada por muitos especialistas como a pior dos últimos 30 anos. Ao todo, segundo dados das defesas civis estaduais, mais de 750 municípios já decretaram situação de emergência por conta da estiagem e mais de 4 milhões de pessoas estariam

em áreas diretamente afetadas. Só em Pernambuco, já são 72 cidades em situação de emergência. Para os sem-terra, por um lado faltam políticas estruturantes para convivência com o semi-árido, e por outro os governos têm sido incapazes de estabelecer políticas concretas e eficientes de combate aos efeitos da seca.

Professores e funcionários das universidades públicas federais, em greve desde maio, fazem um protesto na avenida Paulista, na cidade de São Paulo – SP (região Sudeste) do qual participaram também servidores públicos de outros setores. Segundo a Polícia Militar, 300 pessoas participaram da manifestação, que começou no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (MASP) e provocou a interdição de uma faixa da avenida Paulista por cerca de três horas. Os manifestantes pararam em frente ao Banco Central, num ato de protesto contra os altos gastos que o governo federal despense com juros e amortização de dívidas. Segundo a presidenta da Adunifesp, Virgínia Junqueira, o governo gasta 47,19% do orçamento da União com a dívida interna, enquanto a educação recebe apenas 3,18%. “Queremos que 10% do PIB seja destinados ao setor”, declarou. De acordo com Virgínia, os grevistas reivindicam, com o apoio do Andes-SN, um plano único de valorização da carreira. Pela proposta do governo, rejeitada pelos professores, eles precisariam passar por 16 níveis para chegar ao topo da carreira e ainda prestar um novo concurso para ser tornar titular. Os profissionais do ensino iniciam a carreira, segundo Virgínia, com salário em torno de 3 a 4 mil reais, num cargo de auxiliar de ensino, mesmo tendo doutorado em sua formação. A ascensão da carreira passaria pelos níveis de assistente, adjunto e, por último, associado. O Andes-SN, por sua vez, pede que o plano de carreira tenha 13 níveis, sendo que, para chegar a titular, o professor não necessitaria de novo concurso. O salário inicial, além disso, seria maior, entre 7 e 8 mil reais.

Professores, técnicos administrativos e alunos de universidades federais do Rio de Janeiro, que estão em greve há mais de um mês, realizam no centro da cidade do Rio de Janeiro (região Sudeste) uma manifestação em busca de melhores condições de trabalho, aumento salarial e plano de carreira. A passeata contou ainda com a presença de alunos e professores do Colégio Pedro II, que aderiram à paralisação o dia 18 deste mês. A concentração da passeata ocorreu na Candelária e seguiu em direção à sede do Banco Central, situado na avenida Presidente Vargas. De acordo com um dos coordenadores da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativo em Instituições de Ensino Superior Pública do Brasil (FASUBRA), Pedro Rosa, os docentes tentam negociar há algum tempo com o MEC. “Nós da FASUBRA fizemos 51 reuniões com o governo. Ele não respondeu a nenhum item, não fez nenhuma contraproposta, seja de reajuste, de carreira e auxílio alimentação. A opção do governo é nenhum gasto com a educação, com o funcionalismo”, disse. Rosa disse ainda que o governo desmarcou a única reunião que seria realizada dia 19 deste mês, alegando não ter havido tempo hábil para compor a contraproposta. Entre as reivindicações dos professores está aumento do piso salarial dos atuais R\$ 557,51 para R\$ 2.329,35, valor calculado pelo DIEESE como salário mínimo para suprir as necessidades previstas na Constituição Federal. Os docentes pedem ainda a incorporação de gratificações, acréscimo de titulação, melhores condições de trabalho e reestruturação do plano de carreira nos campi criados com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informou que a pauta de reivindicações dos docentes e de outros 50 sindicatos que representam servidores públicos federais estão em análise.

Servidores federais da área de educação, do INCRA e do IBGE promovem manifestação conjunta em frente ao edifício-sede do Banco Central (BC) no Paraná (região Sul). Estudantes também aderiram ao protesto, que começou com uma passeata. Os manifestantes distribuíram, aos pedestres,

panfletos com um gráfico que aponta que o governo federal prevê gastar 47,2% de seu orçamento deste ano com juros e amortização da dívida. “Estamos em época de matrícula [para o segundo semestre], e não vamos fazer matrícula se não houver negociação por parte do governo”, afirmou Bernardo Pilotto, integrante do comando de greve dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal do Paraná (UFPR). “Queremos 10% do PIB para a educação já, e não apenas em 2023”. De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral do Estado do Paraná (SINDITEST-PR), cerca de 50% dos servidores técnico-administrativos da UFPR estão em greve. Já a Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná (APUFPR) estima que 90% dos docentes não estão em sala de aula. A assessoria de imprensa da UFPR não contestou os números. “Nas unidades da UFPR no interior e no litoral, a adesão dos professores à greve é total”, disse Rogério Miranda Gomes, secretário-geral da APUFPR. No dia 29, os conselhos que administram a UFPR e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) analisam propostas que preveem a suspensão do calendário acadêmico, em razão da greve. O dirigente do núcleo estadual da Associação dos Servidores do IBGE no Paraná, Luiz Carlos de Oliveira, disse que cerca de 80% dos servidores do quadro permanente do órgão estão em greve desde o dia 27. Mais da metade dos 500 servidores do IBGE no estado, porém, têm contrato temporário e continuam trabalhando. “Esses trabalhadores têm contratos precarizados, renovados a cada mês, e, ao contrário do que diz a legislação, executam tarefas idênticas aos servidores efetivos”, criticou Oliveira.

## **6ª feira 29**

O Comitê Rio de Janeiro de Solidariedade ao Povo Paraguaio realiza ato no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), contra o golpe que derrubou o presidente Lugo. O protesto aconteceu em frente ao Consulado do Paraguai, na Praia de Botafogo. Em São Paulo (região Sudeste), mais de 200 militantes de diversos movimentos sociais da América Latina fizeram um ato em frente ao gabinete regional da Presidência da República. Os manifestantes apoiaram a decisão dos governos latinoamericanos de não reconhecer o governo golpista do Paraguai e cobraram a definição de sanções econômicas na reunião do MERCOSUL, que termina nesta sexta-feira, até o restabelecimento da democracia.

Cerca de 500 militantes de movimentos sociais brasileiros, dentre eles a Via Campesina e a Assembleia Popular, se unem a mais de três mil cidadãos paraguaios, em plena Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu – Paraná (região Sul). Brasileiros e paraguaios protestam contra o golpe de estado que destituiu o presidente Fernando Lugo. Após a manifestação no meio da ponte, os manifestantes marcharam até o consulado paraguaio.

Pescadores da Associação de Homens e Mulheres do Mar (Ahomar), que teve dois integrantes assassinados no último final de semana, organizações não governamentais como Justiça Global e Amigos da Terra Brasil, e ambientalistas, divulgam um manifesto cobrando apuração dos crimes e a ampliação de medidas de proteção aos pescadores da Baía da Guanabara, além de uma reunião com a Petrobras. A OAB no Rio de Janeiro e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) declararam apoio às reivindicações da Ahomar. Distribuído durante o evento hoje na OAB, o manifesto explica que a Ahomar “luta contra os impactos socioambientais gerados por grandes empreendimentos econômicos que inviabilizam a pesca artesanal na Baía de Guanabara”. Em função dessa luta e de diversas denúncias realizadas pela entidade sobre supostas violações e crimes ocorridos na

construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, líderes da associação teriam sido assassinados. Os dois últimos foram os pescadores Almir Nogueira de Amorim e João Luiz Telles Penetra, mortos na semana passada na Baía de Guanabara. De acordo com o presidente da associação, Alexandre Anderson, que diz ter sofrido seis atentados e ter direito a escolta policial 24h, as mortes dos dois pescadores podem ter relação com a campanha dos pescadores contra o transporte de equipamentos pesados pelo rio Guaxindiba para o Complexo da Petrobras no Grande Rio de Janeiro. Para proteger os integrantes da Ahomar, os ambientalistas e ativistas também pedem a extensão da escolta policial de Alexandre à sua esposa, Daize Menezes de Souza; e a reabertura do Destacamento de Policiamento Ostensivo na Praia de Mauá, em Magé, onde fica a associação, além da institucionalização do Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. O esclarecimento dos assassinatos de mais duas lideranças da Ahomar, acontecidas em 2009 e 2010 (Paulo Santos Souza e Márcio Amaro), que foram mortas a tiros, também consta no documento. Em nota, a presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB do Rio de Janeiro, Margarida Pressburger, cobrou uma resposta das autoridades e disse que vai acompanhar de perto as investigações da Delegacia de Homicídios, que está com o caso. A Secretaria de Segurança Pública não se pronunciou sobre as denúncias. Já a Casa Civil do governo estadual disse que o decreto com programa de proteção está em tramitação. A Petrobras disse, em nota, que “desconhece e repudia qualquer ameaça a pescadores”, mas confirma que pediu uma licença para transportar equipamentos no Guaxindiba. A autorização para o uso do Guaxindiba está em análise pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), já que o rio fica em área de proteção ambiental.

### **Sábado 30**

Amigos e familiares da engenheira Patrícia Amieiro, desaparecida há quatro anos, fazem ato na saída do Túnel do Joá, na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Eles reivindicam a ossada do corpo da engenheira. Quatro policiais são acusados do assassinato de Patrícia Amieiro. Durante o protesto, os familiares se algemaram para representar que eles estão presos, e os assassinos soltos.

Um protesto organizado pela CUT, por melhorias no transporte público, reúne cerca de 2 mil pessoas, segundo estimativa da Polícia Militar. Os manifestantes saíram em passeata do vão livre do Museu de Arte de São Paulo (MASP), na avenida Paulista da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste), e seguiram até a sede da prefeitura, no Viaduto do Chá. Duas faixas da pista da Paulista e da rua da Consolação foram fechadas durante o protesto. Segundo o presidente da CUT estadual, Adi dos Santos Lima, o poder público precisa investir na construção de corredores exclusivos para ônibus e a expansão do metrô para as 39 cidades da região metropolitana. A Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos de São Paulo informou, por meio de nota, que o governo paulista vem investindo na expansão e modernização das redes de metrô e ferroviária. De acordo com nota, até 2015 serão investidos R\$ 45 bilhões pelo Plano Plurianual, entre recursos diretos do Tesouro (aproximadamente R\$ 30 bilhões) e parceiras público-privadas (R\$ 15 bilhões), na compra de trens, expansão e modernização do metrô. Este ano, o Metrô vai investir, segundo a secretaria, cerca de R\$ 4,9 bilhões na ampliação e modernização de sua rede.

## Glossário de siglas

|           |  |
|-----------|--|
| Adunifesp | Associação dos Docentes da Unifesp   |
| Ahomar    | Associação de Homens e Mulheres do Mar   |
| AJD       | Associação Juízes para a Democracia  |
| ANAC      | Agência Nacional de Aviação Civil  |
| Andes-SN  | Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior  |
| ANMP      | Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social  |
| ANPG      | Associação Nacional de Pós-Graduandos  |
| APIB      | Articulação dos Povos Indígenas do Brasil  |
| APUFPR    | Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná   |
| ARPINSUL  | Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul  |
| Asduerj   | Associação de Docentes da UERJ   |
| BNDES     | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social   |
| CDHU      | Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano   |
| CFM       | Conselho Federal de Medicina   |
| Cimi      | Conselho Indigenista Missionário   |
| CNA       | Confederação Nacional da Agricultura   |
| CNBB      | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  |
| COIAB     | Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira  |
| CONAM     | Confederação Nacional das Associações de Moradores   |
| CONTAG    | Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura   |
| CONTRAF   | Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro   |
| CPT       | Comissão Pastoral da Terra   |
| CREMERJ   | Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro  |
| CSI       | Confederação Sindical Internacional  |
| CTB       | Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil   |
| CUT       | Central Única dos Trabalhadores  |
| DIEESE    | Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos  |
| ECA       | Estatuto da Criança e do Adolescente   |
| Embrapa   | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  |
| FASUBRA   | Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativo em Instituições de Ensino Superior Pública do Brasil |
| FENAM     | Federação Nacional dos Médicos   |
| FIOCRUZ   | Fundação Oswaldo Cruz  |
| FNPETI    | Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil   |
| FUNAI     | Fundação Nacional do Índio   |
| FUNASA    | Fundação Nacional da Saúde   |
| IBGE      | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  |
| ICMBio    | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  |
| INCRA     | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  |
| MCCE      | Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral   |
| MCP       | Movimento Camponês Popular   |
| MDA       | Ministério do Desenvolvimento Agrário  |
| MEC       | Ministério da Educação   |

|               |   |
|---------------|---|
| MERCOSUL      | Mercado Comum do Sul  |
| MOQUIBOM      | Movimento dos Quilombolas do Maranhão   |
| MRE           | Ministério de Relações Exteriores   |
| MST           | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  |
| OAB           | Ordem dos Advogados do Brasil   |
| PCdoB         | Partido Comunista do Brasil   |
| PEC           | Proposta de Emenda à Constituição   |
| PF            | Polícia Federal   |
| PLR           | Participação nos Lucros e Resultados  |
| PMDB          | Partido do Movimento Democrático Brasileiro   |
| PMN           | Partido da Mobilização Nacional   |
| PNE           | Plano Nacional de Educação  |
| PSOL          | Partido Socialismo e Liberdade  |
| PT            | Partido dos Trabalhadores   |
| PV            | Partido Verde   |
| REUNI         | Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais  |
| SINDITEST-PR  | Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral do Estado do Paraná        |
| SINDSEP-DF    | Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal  |
| Sinditamaraty | Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores   |
| SinMed        | Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro   |
| SINPAF        | Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário   |
| SINTEPAV-CE   | Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagem em Geral no estado de Ceará |
| STF           | Supremo Tribunal Federal  |
| UBES          | União Brasileira dos Estudantes Secundaristas   |
| UBM           | União Brasileira de Mulheres  |
| UEE-SP        | União Estadual dos Estudantes de São Paulo  |
| UERJ          | Universidade do Estado do Rio de Janeiro  |
| UFRJ          | Universidade Federal do Rio de Janeiro  |
| UJS           | União da Juventude Socialista   |
| UNE           | União Nacional dos Estudantes   |
| UNEGRO        | União de Negros pela Igualdade  |
| UNICAMP       | Universidade de Campinas  |
| UNIFESP       | Universidade Federal de São Paulo   |

**Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise do Conflito Social e da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL-CLACSO).**

**Coordenação: prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ).**

**Pesquisadora assistente: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ).**

**Assistentes de pesquisa: Peter Sana (LPP-UERJ) e Taisa Falcão (LPP-UERJ).**

**Fontes: Jornal O Globo, Agência Brasil, site do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA e O Vermelho.**